

‘Se economia continuar desacelerando, vamos ter problemas fiscais’, diz Haddad

O ministro Fernando Haddad (Fazenda) afirmou ontem (27) que o país terá problemas fiscais se a atividade econômica brasileira continuar desacelerando, reiterando a necessidade de harmonização das políticas monetária e fiscal para o crescimento sustentável do país.

“Não vejo as políticas fiscal, monetária e prudencial separadas umas das outras. Elas fazem parte da mesma engrenagem”, afirmou, em sessão de debate no Senado Federal. “Se a economia continuar desacelerando, por razões ligadas à política monetária, nós vamos ter problemas fiscais, porque a arrecadação vai ser impactada. Não tem como dissociar o monetário do fiscal.”

“Precisamos compreender que essa harmonização é absolutamente imprescindível para a gente, a partir do ano que vem, crescer com robustez, com segurança e permitir que esse crescimento faça as adequações necessárias desse enorme conflito que precisa ser superado com prudência, seriedade e transparência”, acrescentou.

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, e a ministra Simone Tebet (Planejamento) também lideraram a discussão sobre juros, inflação e crescimento econômico iniciativa sugerida pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Aos senadores, Haddad voltou a defender a abertura da “caixa-preta” de benefícios fiscais e celebrou o resul-

tado de julgamento bilionário que discutia a possibilidade de empresas usarem benefícios fiscais de ICMS para reduzir a base de incidência de dois tributos federais (no caso, IRPJ e CSLL).

“Há que se falar em corte de gastos? Na nossa opinião, sim. Sobretudo o gasto tributário. Ontem nós tivemos uma vitória importante no STJ, por unanimidade”, disse.

Entre os debatedores, participaram também o ex-presidente do BC, Armínio Fraga, o ex-presidente da Câmara dos Deputados e atual presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras, Rodrigo Maia, os presidentes da Febraban, Isaac Sidney Ferreira, e da Fiesp, Josué Gomes da Silva, e da CNI.

Nathalia Garcia/ Folhapress



Economia



Caged registra criação de 195,2 mil postos de trabalho em março

Página - 03

Empresas em dia com ICMS ficam livres de burocracia em SP

Página - 03



Otan diz que já equipou Ucrânia para contraofensiva com 230 tanques

Página - 02

Partidos tradicionais vivem incertezas em disputa presidencial na Argentina

Pg.- 02



Política

‘Banco Central não pode considerar que suas ações são apenas técnicas’, diz Tebet

Página - 04

Lula repete Bolsonaro e elege candidatos rejeitados para conselho da Petrobras

Página - 04

No Mundo

Partidos tradicionais vivem incertezas em disputa presidencial na Argentina



Os três últimos presidentes da Argentina desistiram de disputar as eleições presidenciais marcadas para outubro, deixando a disputa aberta e o resultado incerto, com o único candidato certo sendo um político de extrema-direita que quer dismantlar o banco central.

A incerteza política tem agitado os já frágeis mercados financeiros da Argentina, com o peso atingindo na última semana mínimas recordes nos populares mercados clandestinos. A inflação é de 104,3% e quase uma em cada quatro pessoas está na pobreza. “É um cara ou coroa”,

disse Shila Vilker, diretora do instituto de pesquisas Trespuntozero sobre a disputa. “O que vemos é muita fragmentação no que é oferecido politicamente.”

O presidente Alberto Fernández, cuja popularidade despencou, descartou na semana passada uma candidatura à reeleição. Seu antecessor, Mauricio Macri, um dos líderes do principal partido da oposição, também ficará de fora da disputa.

A poderosa vice-presidente Cristina Kirchner, uma esquerdista que divide opiniões, mas tem uma base de apoio fervorosa e também já presidiu o país, disse em de-

zembro que não concorrerá a nada nas eleições de 2023 depois de ser condenada por corrupção. A coalizão de oposição Juntos pela Mudança continua na liderança, mostram as pesquisas. Mas o que parecia uma vitória certa no ano passado agora parece mais nebuloso, com o economista Javier Milei atraindo eleitores dos principais partidos de esquerda e direita.

“Há uma tendência ascendente de eleitores muito irritados com a política que aparentemente estão optando por essa nova força”, disse Facundo Nejamkis, diretor da pesquisa de opinião Opina Argentina. CNN

Otan diz que já equipou Ucrânia para contraofensiva com 230 tanques

A Otan, aliança militar liderada pelos Estados Unidos, afirmou na quinta (27) que já entregou 230 tanques de guerra para a contraofensiva prometida pela Ucrânia contra a invasão russa, considerada iminente por analistas.

“Mais de 98% dos veículos de combate prometidos para a Ucrânia já foram entregues. Isso significa mais de 1.550 blindados, 230 tanques e outros equipamentos, incluindo uma vasta quantidade de munição”, afirmou o secretário-geral do clube, o norueguês Jens Stoltenberg.

Ele não foi preciso acerca do período de tempo dessa entrega e qual o tipo de equipamento. No ano passado, a Polônia havia enviado cerca de 230 tanques soviéticos T-72 de sua frota para Kiev, mas foi apenas em janeiro deste

ano que a Otan concordou em fornecer modelos ocidentais, principalmente versões antigas do alemão Leopard-2.

Se todos os 230 citados hoje forem novos, isso quase bate a meta das Forças Armadas da Ucrânia de ter 300 tanques novos para tentar reconquistar os quase 20% de território perdidos para os russos desde 24 de fevereiro de 2022.

Em relação aos blindados, o número bastante elevado sugere que Stoltenberg falava de entregas desde o ano passado, embora só agora veículos mais modernos, como o americano Bradley e o alemão Marder, entraram na lista de doações ao governo de Volodimir Zelenski.

São números significativos. Antes da guerra, a Ucrânia tinha 987 tanques, todos modelos soviéticos.

Igor Gielow/Folhapress



China acusa EUA de provocar tensão nuclear com a Coreia do Norte



A China fez duras críticas nesta quinta (27) aos Estados Unidos e à Coreia do Sul, a quem advertiu a não provocar uma “confrontação” com a ditadura de Kim Jong-un na porção norte da península coreana.

Na véspera, o presidente sul-coreano, Yoon Suk-yeol foi recebido com honras de Estado pelo colega Joe Biden em Washington, e ambos elevaram o tom de ameaça à Coreia do Norte, que desde o ano passado acelerou seu programa de mísseis e a retórica de usar armas nucleares contra o Sul, os EUA ou aliados ame-

ricanos como o Japão. Ambos os presidentes concordaram em montar um grupo para decisões conjuntas em caso de um ataque norte-coreano ao Sul, incluindo resposta com ogivas atômicas americanas. Elas não serão, contudo, posicionadas no território aliado como ocorria até o fim da Guerra Fria, em 1991. Biden ameaçou Kim com “o fim do regime” em caso de guerra.

A China tem em Pyongyang um aliado algo difícil, mas um aliado armado com talvez 30 bombas nucleares e um sofisticado programa de mísseis balísticos, inclusive com modelos intercontinen-

tais capazes de atingir os EUA.

“Todas as partes devem enfrentar o tema [da tensão coreana] e ter um papel construtivo para uma solução pacífica”, afirmou a porta-voz do Ministério das Relações Exteriores Mao Ning. Ela disse que a China pede a Washington e Seul que evitem “provocar uma confrontação e fazer ameaças”.

A fala chinesa mostra o que está em jogo além da disputa decorrente do congelamento da Guerra da Coreia, em que americanos apoiaram o Sul capitalista e sino-soviéticos, o Norte comunista de 1950 a 1953. Igor Gielow/Folhapress

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da



Caged registra criação de 195,2 mil postos de trabalho em março



Após dois meses de recuo, a criação de emprego formal subiu em março. Segundo dados divulgados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego, 195.171 postos de trabalho com carteira assinada foram abertos no último mês. O indicador mede a diferença entre contratações e demissões.

A criação de empregos cresceu 97,6% maior que a do mesmo mês do ano passado. Em março de 2022, tinham sido criados 98.786 postos de trabalho, nos dados com ajuste, que consideram declarações entregues em atraso pelos empregadores. A abertura mensal de vagas atingiu

o maior nível desde setembro do ano passado.

Nos três primeiros meses do ano, foram abertas 526.173 vagas. Esse resultado é 15% mais baixo que no mesmo período do ano passado. A comparação considera os dados com ajustes, quando o Ministério do Trabalho registra declarações entregues fora do prazo pelos empregadores e retifica os dados de meses anteriores. A mudança da metodologia do Caged não torna possível a comparação com anos anteriores a 2020.

Na divisão por ramos de atividade, quatro dos cinco setores pesquisados criaram empregos formais em março. A estatística foi liderada pelos serviços, com a abertura de 122.323 postos, seguido

pela construção civil, com 33.641 postos a mais. Em terceiro lugar, vem indústria de transformação, de extração e de outros tipos, com a criação de 20.984 postos de trabalho.

O nível de emprego aumentou no comércio, com a abertura de 18.555 postos. Somente a agropecuária, pressionada pelo fim da safra de vários produtos, extinguiu empregos com carteira assinada no mês passado, com o fechamento de 332 vagas.

Nos serviços, a criação de empregos foi puxada pelo segmento de administração pública, defesa e seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais, com a abertura de 44.913 postos formais.

Wellton Máximo/ABR

‘O que importa na economia não é a Selic’, diz Campos Neto



Em meio à pressão do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pela redução dos juros, o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, afirmou na quinta-feira (27) que a taxa básica de juros (Selic) é um instrumento que precisa ser conduzido com credibilidade para criar condições favoráveis para a economia brasileira.

“O que importa na economia não é a Selic, é o que a gente chama de condições financeiras, que é o total que eu tenho liquidez na economia. A Selic é um instrumento que, para gerar condições de liquidez, tem que ser conduzido com credibilidade”, disse, em sessão de debate no Senado

Empresas em dia com ICMS ficam livres de burocracia em SP

Em menos de um mês, 16% das empresas de São Paulo deixaram de apresentar a guia de informação de apuração do ICMS, a chamada GIA.

O benefício concedido na semana passada pela Secretaria de Fazenda (Sefaz) é parte de um programa que premia as companhias cujas declarações são entregues sem erros ou pendências.

A ideia do governo é estimular que as 350 mil empresas no estado passem a cumprir suas obrigações para deixar de enviar a guia até o fim do ano.

Pela nova regra em vigor

desde o início deste mês, as companhias que receberam o prêmio deverão apresentar apenas a escrituração fiscal digital, arquivo contendo livros fiscais e registros de apuração de ICMS nas operações.

A medida é um movimento do governo para melhorar a relação entre os contribuintes e o estado, plataforma similar à do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que, por determinação do presidente Lula, tem a missão de transformar a Receita Federal em um órgão mais educativo e menos punitivo no trato com os contribuintes, especialmente as empresas.

Julio Wiziack/Folhapress



Federal. O chefe da autoridade monetária vem sendo alvo de críticas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e de integrantes do governo devido ao nível elevado de juros no país - a Selic está fixada hoje em 13,75% ao ano - em meio a um cenário de desaceleração da atividade econômica e aumento da inadimplência. Em sua apresentação, Campos Neto destacou que a inflação brasileira está abaixo da média na comparação com outros países, lembrando que o país foi um dos primeiros a subir juros. Ele disse ainda que a inflação de curto prazo tem caído lentamente e ressaltou que os núcleos continuam elevados.

“O Banco Central do

Brasil foi um dos primeiros a subir a taxa de juros. A inflação hoje está abaixo da média do mundo desenvolvido e do emergente, com exceção da Ásia”, disse.

“Quando olhamos as curvas [de juros] futuras, elas começaram a mostrar uma inversão, começaram a melhorar, e com algumas medidas que o governo tem tomado elas têm seguido nessa trajetória de melhora. A inflação do curto prazo tem caído, mas muito lentamente”, acrescentou.

Segundo informou o IBGE na quarta-feira (26), a inflação medida pelo IPCA-15 (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15) desacelerou o ritmo de alta em abril.

Nathalia Garcia/Folhapress

Política

‘Banco Central não pode considerar que suas ações são apenas técnicas’, diz Tebet



Sem colocar a autonomia do Banco Central em xeque, a ministra Simone Tebet (Planejamento) afirmou na quinta-feira (27) que as decisões da autoridade monetária, embora sejam técnicas, têm reflexos na política do país.

“A autonomia do Banco Central é importante para a estabilidade econômica e, portanto, o governo não interfere nas decisões técnicas do Banco Central, mas o Banco Central também não pode considerar que as suas ações são apenas técnicas. São técnicas, mas também decisões que interferem na política, especialmente seus comunicados e suas atas”, afirmou Tebet, em sessão de debate no Senado Federal.

A declaração foi dada pela ministra ao lado do presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, que disse anteriormente ver a politização de uma linguagem “muito técnica” do Copom. Segundo ele, os analistas do mercado financeiro olham o histórico de comunicação e cada palavra tem um significado.

No Senado, Tebet, Campos Neto e também o ministro Fernando Haddad (Fazenda) lideraram a discussão sobre juros, inflação e crescimento econômico -iniciativa sugerida pelo presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Entre os debatedores, participaram o ex-presidente do BC, Armínio Fraga, o ex-presidente da Câmara dos Deputados e atual presidente da Confederação Nacional das

Instituições Financeiras, Rodrigo Maia, os presidentes da Febraban (Federação Brasileira de Bancos), Isaac Sidney Ferreira, e da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), Josué Gomes da Silva, e da CNI (Confederação Nacional da Indústria), Robson Braga de Andrade, além de outros especialistas.

Aos senadores, a ministra diz não ver contradições nas atitudes do BC e do governo Lula. “O governo está a dizer: é impossível ter um crescimento sustentável, duradouro e inclusivo com a alta taxa de juros. O Banco Central está dizendo: mas taxas de juros baixas, nós pagaremos um preço que seria o aumento da inflação. Não há contradição nessas afirmações”, disse.

Nathalia Garcia/Folhapress

Lula repete Bolsonaro e elege candidatos rejeitados para conselho da Petrobras



Como o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), o governo Luiz Inácio Lula da Silva desconsiderou recomendações das áreas de governança da Petrobras e elegeu na quinta-feira (27) membros do conselho de administração que haviam sido considerados inelegíveis.

A eleição conclui a renovação da administração da estatal, que agora passa a ter diretoria e conselho com representantes indicados pela gestão petista, facilitando mudanças estratégicas prometidas por Lula em sua campanha. Em assembleia de acionistas, foram eleitos 8 dos 11 conselheiros da companhia. O governo conseguiu

Lira pede parcimônia a Salles caso relate a CPI do MST

Arthur Lira (PP-AL), presidente da Câmara dos Deputados, pediu a Ricardo Salles (PL-SP) que atue com parcimônia e equilíbrio caso seja escolhido como relator da CPI do MST. Eles tiveram uma reunião sobre o tema na quarta-feira (26), e o deputado federal é o favorito hoje a assumir o posto.

O pedido de Lira tem como base a relação tensa que Salles teve com os movimentos do campo nos últimos anos, como candidato a deputado e ministro do Meio Ambiente. Ele tem dito a seus

interlocutores que não quer partidizar a CPI nem transformá-la em ferramenta de perseguição.

Entre os planos que tem discutido, ele pretende desenvolver um plano nacional de regularização fundiária na CPI e quer convocar líderes de movimentos e financiadores, para que sejam responsáveis por invasões quando não for possível a responsabilização dos grupos.

Ele também pretende ouvir prefeitos e governadores de cidades em que ocorrem mais invasões dos movimentos do campo.

Guilherme Seto/Folhapress



ficar com seis vagas, três delas preenchidas por nomes rejeitados pelo comitê interno responsável por analisar currículos e pelo próprio conselho de administração.

Antes da votação do tema na assembleia, o representante da União, Ivo Timbó, confirmou as candidaturas, dizendo que “não corrobora com manifestações de caráter meramente opinativo” dos órgãos de governança e que parecer do MME (Ministério de Minas e Energia) não encontrou vedações.

Entre os candidatos considerados inelegíveis, o governo elegeu os secretários do MME Pietro Mendes (que vai presidir o colegiado) e Efrain Cruz, além do ex-mi-

nistro de Ciência e Tecnologia Sergio Machado Rezende.

Nos dois primeiros casos, o conselho vê possibilidade de conflito de interesses entre suas funções no governo e a participação no órgão que define a estratégia da estatal e deveriam deixar os cargos para assumir a vaga. O terceiro esbarrou em vedação a indicação de dirigentes partidários.

O presidente da assembleia, Francisco Costa e Silva lembrou que a CVM (Comissão de Valores Mobiliários) emitiu alerta sobre a possibilidade de eleição de candidatos considerados inelegíveis ao conselho, afirmando que decisões nesse sentido podem ser consideradas abusivas.

Lucas Pamplona/Folhapress

EMS S.A.

CNPJ/MF nº 57.507.378/0003-65

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

BALANÇOS PATRIMONIAIS					DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO											
Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Nota	Capital social	Reserva de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva de incentivos fiscais	Reserva legal	Reserva de lucros a distribuir	Lucros acumulados	Total atribuível aos acionistas controladores	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
		2022	2021	2022	2021											
Circulante		2.902.754	2.307.329	3.199.666	2.445.541											
Caixa e equivalentes de caixa	8	228.721	39.443	370.031	99.487											
Contas a receber de clientes	10	871.285	796.893	1.085.535	1.028.700											
Contas a receber de partes relacion.	28	313.502	235.853	26.185	90.069											
Estoques	11	1.013.282	751.605	1.094.460	815.369											
Tributos a recuperar	12	424.860	305.417	544.218	359.450											
Dividendos a receber	28	707	707	-	-											
Outros recebíveis	13	50.397	177.411	42.726	52.466											
Ativos de operações descontinuadas	2	-	-	36.511	-											
Não circulante		1.767.088	1.751.810	1.657.141	1.686.569											
Aplicação financ. vinculada a emprést.	9	1.285	2.007	1.285	2.007											
Tributos a recuperar	12	123.252	365.841	336.865	556.086											
Depósitos judiciais	19	56.555	41.998	64.453	48.753											
Outros recebíveis	13	6.550	4.996	6.550	4.996											
IRPJ e CSLL diferidos	20.a	89.174	43.613	129.283	65.358											
Investimentos em controladas	14	386.753	302.088	-	467											
Imobilizado	15	967.549	870.930	970.559	874.477											
Direito de uso ativo	16.a	129.016	112.189	136.957	121.236											
Intangível		6.854	8.148	11.189	13.189											
Total do ativo		4.669.842	4.059.139	4.856.807	4.132.110											
Passivo																
Circulante		2.940.334	2.723.493	3.082.139	2.842.497											
Fornecedores	17	433.649	280.244	440.891	289.444											
Fornecedores a pagar para partes relacionadas	28	1.600.437	1.297.636	1.650.021	1.313.148											
Empréstimos e financiamentos	18	26.485	297.768	26.485	297.768											
Debêntures	18	4.757	-	4.757	-											
Passivo de arrendamento	16.b	38.347	55.346	39.980	61.003											
Instrumentos financeiros derivativos	7.iv	307	-	307	-											
Salários e encargos		141.154	105.723	160.059	116.670											
Tributos a recolher		24.396	22.370	27.720	26.613											
IRPJ e CSLL a pagar	20.c	32.238	26.769	53.507	75.546											
Impostos parcelados		17.981	17.756	18.180	17.979											
Dividendos a pagar	22	475.069	528.184	475.253	533.313											
Outras contas a pagar	21	145.514	91.697	182.956	111.013											
Passivos de operações descontinuadas	2	-	-	2.023	-											
Não circulante		587.934	430.749	627.603	380.246											
Empréstimos e financiamentos	18	76.687	102.748	76.687	102.748											
Debêntures	18	220.000	-	220.000	-											
Passivo de arrendamento	16.b	100.307	62.499	106.254	66.617											
Impostos parcelados		2.032	13.475	2.223	13.785											
Provisão para perdas com processos judiciais	19	176.847	157.524	210.378	182.901											
Provisão para perda em controladas	14	-	80.308	-	-											
Outras contas a pagar	21	12.061	14.195	12.061	14.195											
Total do passivo		3.528.268	3.154.242	3.709.742	3.222.743											
Patrimônio líquido	22	1.141.574	904.897	1.147.065	909.367											
Capital social		221.717	221.717	221.717	221.717											
Reservas de capital		164.019	164.019	164.019	164.019											
Reserva legal		44.342	44.342	44.342	44.342											
Reserva de incentivos fiscais		304.541	263.850	304.541	263.850											
Ajuste de avaliação patrimonial		10.953	17.921	10.953	17.921											
Reservas de lucros		396.002	193.048	396.002	193.048											
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		1.141.574	904.897	1.141.574	904.897											
Participação de não controladores		-	-	5.491	4.470											
Total do passivo e do patrimônio líquido		4.669.842	4.059.139	4.856.807	4.132.110											

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS					DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES				
Nota	Controladora		Consolidado		Nota	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021		2022	2021	2022	2021
23	5.105.683	4.517.794	5.706.375	4.944.551		311.296	315.021	312.627	316.533
24	(3.328.390)	(2.924.689)	(3.573.754)	(3.030.275)		311.296	315.021	311.296	315.021
24	(395.093)	(362.211)	(463.516)	(413.888)		-	-	-	-
24	(1.211.249)	(1.096.613)	(1.359.100)	(1.229.305)		-	-	-	-
25	70.629	241.902	70.775	179.827		-	-	-	-
14	81.639	13.934	-	2.593		15,56	15,75	15,56	15,75
26	197.627	269.203	211.494	274.663		(6.968)	(1.621)	(6.968)	(1.621)
26	(207.779)	(249.342)	(209.999)	(253.990)		304.328	313.400	304.328	313.400
20.b	(1.771)	(94.957)	(70.739)	(162.384)		-	-	-	-
2	-	-	1.091	4.741		304.328	313.400	305.659	314.912

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA				
Nota	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
	313.067	409.978	382.275	474.176
15/16	78.753	77.353	83.607	81.111
16	(2.163)	(4.880)	(1.995)	(4.668)
15	2.474	4.340	2.474	4.412
10	695	(726)	1.507	(1.013)
10/11	1.735	2.522	1.914	3.857
11	56.942	21.707	61.836	21.250
19	20.770	55.168	28.367	56.664
14	(81.639)	(13.934)	-	(2.593)
14	48.591	48.384	47.762	49.357
	154	(8.393)	-	45.355
	240.521	(30.525)	264.992	(23.121)
	2.026	437	1.153	2.156
	302.801	244.508	337.046	248.174

1. Contexto operacional: A EMS S.A. (a "Companhia" ou "Controladora") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 1964 e que, em conjunto com suas controladas ("Consolidado"), tem por objeto social a fabricação, comercialização, importação e exportação de produtos, próprios e de terceiros, farmacêuticos, alopatícos, alimentícios dietéticos, insumos farmacêuticos e drogas. A sede social da Companhia está localizada na cidade de Hortolândia, estado de São Paulo. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas abrangem a Companhia e suas controladas (conjuntamente referidas como "Grupo" e individualmente como "entidades do Grupo"). O Grupo está envolvido primariamente na fabricação de produtos farmacêuticos. A Companhia faz parte do Grupo NC (o "Grupo NC"), que é um conglomerado de empresas que forma o maior grupo farmacêutico do Brasil em unidades e em faturamento e está presente no mercado há mais de 50 anos. A Companhia utiliza os recursos administrativos, operacionais, financeiros e tecnológicos do Grupo NC. Parte substancial das operações é efetuada com partes relacionadas. Essas demonstrações financeiras devem ser lidas nesse contexto. **Impactos da Covid-19 (Coronavírus) nos negócios do Grupo:** Até o momento as operações da Companhia não foram impactadas de forma relevante em relação à pandemia do COVID-19. O segmento de atuação da Empresa é considerado essencial e, assim, não teve suas operações interrompidas e está seguindo as determinações das legislações municipais e/ou estaduais em todo seu parque fabril e áreas administrativas. Os níveis de estoques do Grupo permanecem normais e capazes de manter a capacidade produtiva dentro da normalidade, não tendo sido observada interrupção no fornecimento de insumos. Em relação aos recebíveis da Companhia, o setor farmacêutico não sofre, no momento, um aumento da inadimplência e também não houve alongamento dos prazos de vencimentos, não trazendo assim impactos nestes recebíveis até o momento. O Grupo está tomando todas as medidas adequadas para prevenir a disseminação do COVID-19, bem como assegurar a continuidade dos negócios durante o período de pandemia. Embora as operações do Grupo não tenham sido afetadas de forma relevante até o momento, a administração do Grupo não tem como estimar ou prever a ocorrência de eventos futuros relacionados à pandemia do COVID-19 que possam trazer reflexos para o Grupo, mas continuará com o monitoramento e avaliação de ações a serem tomadas. **Impactos do conflito e sanções relacionadas à Ucrânia, Rússia e/ou Bielorrússia nos negócios do Grupo:** Em 24/02/2022, a Rússia lançou uma invasão militar em larga escala contra a Ucrânia, um de seus países vizinhos a sudoeste, marcando uma escalada acentuada para um conflito que começou em 2014. Em contrapartida, os Países ocidentais e outros começaram a impor sanções limitadas à Rússia quando reconheceu a independência da região de Donbas. **1. Contexto operacional e base para elaboração das demonstrações financeiras Intermediárias combinadas: 1.1. Contexto operacional:** Com o início dos ataques em 24 de fevereiro, muitos países adicionais começaram a aplicar sanções com o objetivo de paralisar a economia russa. As sanções foram amplas, visando indivíduos, bancos, empresas, trocas monetárias, transferências bancárias, exportações e importações. Como resultado a economia global passou a ser afetada pelo conflito, principalmente nos setores de grãos e gás natural. Até o presente momento o impacto do conflito é mínimo, tendo em vista que seus principais clientes e fornecedores atuam no mercado nacional. Apesar de toda a repercussão mundial e impactos negativos gerais em vários negócios, até o presente momento a guerra não trouxe consequências representativas para o setor farmacêutico brasileiro. A Administração vem acompanhando sistematicamente esses impactos e vem monitorando os potenciais impactos nas demonstrações financeiras e está preparada para adoção de medidas pontuais, se necessárias. **2. Base de consolidação e investimentos em controladas:** A Companhia possui participações societárias diretas nas seguintes empresas:

Controladas	Tipo de sociedade	País	2022	2021
CPM Concessionária Paulista de Medicamentos S.A	S.A.	Brasil	99,38%	99,38%
EMS Sigma Pharma Ltda.	Ltda.	Brasil	99,00%	99,00%
Legrand Pharma Indústria Farmacêutica Ltda.	Ltda.	Brasil	99,00%	99,00%
Luxbiotech Farmacêutica Ltda.	Ltda.	Brasil	99,79%	99,79%
Xenobrasil Desenvolvimento e Pesquisas sobre Xenotransplante do Brasil Ltda	Ltda.	Brasil	54%	54%
Monteresearch SRL	Ltda.	Itália	100%	100%
Rio Bio Pharmaceuticals, LLC	LLC	EUA	100%	100%

A seguir apresentamos a estrutura societária do Grupo: CPM (Concessionária Paulista de Medicamentos S.A.) Localizada em Américo Brasileiro/SP, atua na gestão e manutenção da Indústria Farmacêutica de Américo Brasileiro (IFAB) de titularidade da Fundação para o "Remédio Popular" ("FURP"), vinculada à Secretaria do Estado de São Paulo ("SESSP"), por meio de concessão. O objetivo foi ampliar a capacidade do Governo para a produção de medicamentos genéricos. O prazo de concessão é de 15 anos e o início da produção ocorreu em 1º de agosto de 2015. O Contrato de Concessão estava suspenso desde 01/01/2020, limitando as atividades aos serviços necessários à segurança patrimonial e de monitoramento, limpeza e manutenção. Em 12/08/2022 foi divulgado no Diário Oficial o acordo de rescisão amigável e antecipada do contrato de concessão entre a CPM e a FURP, onde o mesmo foi considerado rescindido em comum acordo na desmobilização da Concessionária que ocorreu no dia 20/12/2022 e a assunção, pela FURP, das atividades desenvolvidas pela IFAB. Os valores já faturados relativos a medicamentos fornecidos à SESSP e às atividades finais de desmobilização totalizavam R\$74.451, dos quais foram recebidos o montante de R\$50.000 em agosto de 2022 de modo a viabilizar o encerramento antecipado do contrato de concessão. Em 31/03/2022, a CPM foi classificada como operação descontinuada. Em

30/11/2022 a CPM realizou a redução de capital no montante de R\$ 31.208, visando o encerramento de suas atividades, com o objetivo de retornar os investimentos realizados por seus acionistas. Os quadros de ativos e passivos de operação descontinuada estão discriminados abaixo e incluem toda a posição patrimonial e de resultados incorridos ao longo de 2022 e 2021, quando aplicável:

Ativo	2022	Passivo e patrimônio líquido	2022
Circulante		Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	8.634	Fornecedores	327
Contas a receber de clientes	23.979	Fornecedores partes relacionadas	173
Contas a receber de partes relacion.	75	Passivo de arrendamento	42
Estoques	41	Tributos a recolher	36
Tributos a recuperar	527	IRPJ e CSLL a pagar	10
Outros recebíveis	241	Outras contas a pagar	20
Total do ativo circulante	33.497	Total do passivo circulante	608
Não circulante		Não circulante	
Tributos a recuperar	2.913	Prov. p/perdas com proces. judiciais	1.415
Depósitos judiciais	101	Total do passivo não circulante	1.415

continuação • EMS S.A. | CNPJ/MF nº 57.507.378/0003-65

quais a Empresa detém o controle. A Empresa controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle e transferido para a Empresa. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Empresa deixa de ter o controle. Os investimentos em empresas controladas são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial (MEP) desde a data que o controle é adquirido. Transações entre empresas, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As práticas contábeis e estimativas da controlada são consistentes com as práticas contábeis e estimativa adotadas pela Empresa.

Adicionalmente a controlada segue o mesmo exercício social da Empresa, encerrado em 31 de dezembro de cada ano. A Empresa trata as transações com participações de quotistas não controladores, como transações com proprietários de ativos de suas controladas. Para as compras de participações de acionistas não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de acionistas não controladores também são registrados no patrimônio líquido. **3. Base de preparação, mensuração e declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR-GAAP), com base nos pronunciamentos, orientações e interpretações contábeis emitidas pelo Comitê de Pronun-

ciamentos Contábeis ("CPC"). As demonstrações financeiras combinadas são apresentadas em milhares de Reais ("R\$"), que é a moeda funcional da Sociedade, exceto se expresso de outra forma. As demonstrações foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando a rubrica exigiu um critério diferente. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria do Grupo, em 08/03/2023.

Luiz Carlos Borgonovi – Presidente
Thiago Cardoso T. Tavares – Diretor
Rodrigo Miranda Simões – Contador – CRC SP 1SP250809/O-7

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

A Diretoria e Acionistas da EMS S.A. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da EMS S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia, em 31/12/2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando,

quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de

expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Ainda, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificados durante nossos trabalhos.

Campinas, 08 de março de 2023

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC-SP-027623/F
Cristiane Cléria S. Hilário - Contadora
CRC-1SP243766/O-8



As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida. As demonstrações financeiras completas, estão disponíveis na sede da Companhia e no endereço eletrônico do presente jornal: <https://datamercantil.com.br/>

Viação Grajaú S.A.

CNPJ/MF nº 32.238.981/0001-04

Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2022 (Em Reais)				Demonstração de Resultado do Exercício Janeiro a Dezembro/22 (Em Reais)				
Ativo	2022	2021	Passivo Circulante	2022	2021	Resultado	2022	2021
Circulante Disponível	60.515.907,67	49.246.064,06	19.575.725,90	23.119.085,34	412.965.110,05	319.373.783,05	8.259.302,19	6.388.090,45
Caixa	889.601,08	1.351.160,63	Obrigações Diversas	4.179.544,76	4.411.659,49	Resultado Operacional Bruto	404.705.807,86	312.985.692,60
Bancos Conta Movimento	780,22	1.684,71	Fornecedores	2.498.404,55	2.405.242,55	Despesas com Salários, Encargos e P.A.T	158.170.963,15	133.475.957,32
Contas a Receber	14.066.252,71	28.472.852,76	Obrigações Tributárias	288.607,55	258.352,39	Despesas Manutenção e Conservação	157.667.021,74	112.978.736,09
Adiantamentos	240.477,98	339.957,70	Obrigações Trabalhistas	4.386.081,29	2.115.924,25	Despesas de Depreciação	32.050.451,27	32.358.124,54
Estoque	15.197.111,99	30.165.655,80	Obrigações Salariais	642.777,81	664.860,80	Outras Despesas Operacionais	48.292.733,01	20.325.977,47
Combustíveis	1.229.795,05	754.946,40	Provisão Férias	7.580.309,94	13.263.045,86	Resultado Operacional	8.524.638,69	13.846.897,18
Lubrificantes	499.162,77	203.317,85	Empréstimos e Financiamentos	19.575.725,90	23.119.085,34	Receitas Diversas	266.745,80	181.132,87
Peças e Acessórios	3.035.793,00	2.172.881,33	Não Circulante	178.400.000,00	123.337.433,48	Receita Alienação de Bens (Vendas)	7.000,00	378.892,00
Pneumáticos	326.728,05	98.361,31	Financiamentos	178.400.000,00	123.337.433,48	Lucro do Período antes do Resul. Financeiro	8.798.384,49	14.406.922,05
Valores Realizáveis	5.091.478,87	3.229.506,89	Financiamentos	178.400.000,00	123.337.433,48	Receitas Financeiras	159.228,60	-
Valores Diversos Realizáveis	40.227.316,81	15.850.901,37	Resultado de Exercícios Futuros	43.464.729,67	50.640.220,88	Despesas Financeiras	13.668.040,35	12.987.571,48
Não Circulante Realizável a Longo Prazo	180.924.547,90	147.850.675,64	Patrimônio Líquido	18.080.000,00	18.080.000,00	Resultado do Período Base	(4.710.427,26)	1.419.350,57
Investimentos	76.765.089,00	76.765.089,00	Capital Social	18.080.000,00	18.080.000,00	Apropriação da Contribuição Social s/ Lucro	657.281,63	127.741,56
Investimentos Diversos	76.765.089,00	76.765.089,00	Capital Social	18.080.000,00	18.080.000,00	Lucro Líquido Antes do IRPJ	(5.367.708,89)	1.291.609,01
Imobilizado	104.159.458,90	71.085.586,64	Reservas de Capital	15.371.347,61	15.371.347,61	Apropriação Adicional IRPJ s/ Lucro	712.312,93	117.935,05
Aquisições	198.601.751,61	136.005.751,61	Reserva de Capital	15.371.347,61	15.371.347,61	Apropriação do IRPJ s/ Lucro	1.095.469,39	212.902,59
Veículos Transporte de Passageiros	1.016.366,56	506.360,00	Reservas de Lucros	17.188.873,27	16.228.101,90	Lucro Líquido	(7.175.491,21)	960.771,37
Veículos Suporte Operacional	1.205.082,57	728.366,70	Lucros Correntes	17.188.873,27	16.228.101,90	Demonstração do Fluxo de Caixa em 31/12/2022 (Em Reais)	2022	2021
Equipamentos/Ferramentas	480.524,56	407.186,72	Total do Passivo	241.440.455,57	197.096.739,70	Atividades Operacionais	427.371.710,10	-
Manutenção	122.000,00	122.000,00				Recebimentos de Clientes	273.745,80	-
Móveis e Utensílios de Escritório	10.320,00	10.320,00				Receitas não Operacionais	(240.594.073,81)	-
Equipamentos de Comunicação	327.977,01	327.977,01				Pagamentos a Fornecedores	(15.996.267,98)	-
Equipamentos de Informática	2.721.720,90	2.572.258,30				Pagamentos Despesas Operacionais	(148.261.564,76)	-
Catracas Eletrônicas	3.399.481,52	1.297.595,30				Pagamentos Despesas com Pessoal	(5.913.435,00)	-
Imobilizações em Andamento - Bens Reversíveis	207.885.224,73	141.977.815,64				Pagamentos Impostos e Contribuições	-	(16.880.114,35)
Depreciações	(99.019.562,00)	(67.852.403,00)				Distribuição de Dividendos	-	-
(-) Depreciação Veic. Transp. Passageiros	(623.626,56)	(135.273,00)				Fluxo Atividades de Financiamentos	88.745.360,93	-
(-) Depreciação Veic. Sup. Operacional	(948.140,00)	(484.278,00)				Recebimentos de Empréstimos	(39.365.530,33)	49.379.830,60
(-) Depreciação Equip. Ferram. Manutenção	(437.546,76)	(276.642,00)				Pagamentos de Empréstimos	-	-
(-) Depreciação Móveis Utens. Escritório	(145.430,00)	(78.432,00)				Investimento em Imobilizado	(66.722.409,09)	-
(-) Depreciação de Edificações	(2.090.535,96)	(1.982.385,46)				Investimentos Diversos	-	(66.722.409,09)
(-) Depreciação Equip. Informática	(460.924,55)	(82.815,54)				Variação das Disponibilidades	(462.464,14)	-
(-) Depreciação Catraca Eletrônica	(103.725,65)	(70.892,22)				Saldo Final das Disponibilidades	-	890.381,30
(-) Depreciação Bens Reversíveis	(241.440.455,57)	(197.096.739,70)				Saldo Inicial das Disponibilidades	-	1.352.845,34
Total do Ativo	241.440.455,57	197.096.739,70				Variação das Disponibilidades	(462.464,04)	-

Notas Explicativas Demonstrações Contábeis - Exercício 2022 (Em Reais)
1. As demonstrações apresentadas estão em conformidade com as instruções dos CPC-PME e disposições complementares pelo CFC (Conselho Federal de Contabilidade). 2. Saldo de caixa elevado, justifica-se pela falta de movimento bancário no final do ano. 3. Contas a receber, refere-se à valores a serem realizados em dez dias úteis. 4. Adiantamentos a funcionários, refere-se à apreciação dos Senhores Acionistas as Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, que foram discutidas e revisadas pela Administração. Estas demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e refletem a posição patrimonial e os resultados apurados. As notas explicativas completas encontram-se à disposição na sede da Companhia, São Paulo, 28 de abril de 2023.
Francisco Pinto – Sócio Administrador
João Ferracini Neto – Contador CRC 1SP 133.335/O-3

CLI IV - ML Empreendimento Imobiliário S.A.

CNPJ/MF nº 44.946.454/0001-25

Relatório de Administração

Senhores Acionistas: Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas as Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, que foram discutidas e revisadas pela Administração. Estas demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e refletem a posição patrimonial e os resultados apurados. As notas explicativas completas encontram-se à disposição na sede da Companhia, São Paulo, 28 de abril de 2023.

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em Reais)				Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em Reais)			
Ativo	2022	2021	Passivo e patrimônio líquido	2022	2021	Capital Adiantamento	Total do
Ativo circulante	90.153	90.153	Patrimônio líquido	68.230.305	68.230.305	Capital social para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados
Caixa e equivalentes de caixa	89.850	89.850	Capital social	67.845.537	67.845.537	67.845.537	(17.732)
Tributos a recuperar	303	303	Capital social a integralizar	(17.732)	(17.732)	-	-
Ativo não circulante	68.140.152	68.140.152	Adiantamento para futuro aumento de capital	469.455	469.455	469.455	469.455
Propriedade para investimento	68.140.152	68.140.152	Prejuízos acumulados	(66.956)	(66.956)	(66.956)	(66.956)
Total do ativo	68.230.305	68.230.305	Total do passivo e patrimônio líquido	68.230.305	68.230.305	Saldos em 31 de dezembro de 2022	67.845.537 (17.732) 469.455 (66.956) 68.230.305
Demonstração do Resultado Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em Reais)				Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Expressos em Reais)			
Despesas operacionais	2022	2021	Receitas financeiras	7.794	7.794	1. Contexto Operacional - A companhia é uma sociedade de capital fechado, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1336, Conj. 41 e 42, na cidade de São Paulo, SP e tem por objetivo e propósito específico o investimento e participação nos empreendimentos próprios.	
Despesas administrativas e gerais	(69.585)	(69.585)	Resultado financeiro	7.306	7.306	2. Base de preparação - As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo as normas e definições do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e autorizada pela Administração em 28 de abril de 2023.	
Despesas tributárias	(2.806)	(2.806)	(-) Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(65.086)	(65.086)		
Despesas financeiras	(72.392)	(72.392)	Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.870)	(1.870)		
	(488)	(488)	Prejuízo líquido do exercício	(66.956)	(66.956)		

Cláudio Kluger – Diretor
Daniel Pereira – CRC SP 128.326/O-3

CNN

>>>

3Z Realty Desenvolvimento Imobiliário S.A.

a) Balanço patrimonial

	Controladora			Consolidado		
	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
01/01/2021				01/01/2021		
Ativo						
Ativo circulante						
Contas a receber de clientes (a)	39	-	39	243.735	(185.637)	58.098
Imóveis a comercializar (b)	-	-	-	217.036	(43.580)	173.456
Outros ativos circulantes	12.415	-	12.415	82.840	-	82.840
Total do ativo circulante	12.454	-	12.454	543.611	(229.217)	314.394
Ativo não circulante						
Contas a receber de clientes (a)	-	-	-	17.371	85.904	103.275
Imóveis a comercializar (b)	-	-	-	-	43.580	43.580
Investimentos (d) / (e)	711.470	(297.049)	414.421	90.225	-	90.225
Outros ativos não circulantes	81.236	-	81.236	86.673	-	86.673
Total do ativo não circulante	792.706	(297.049)	495.657	194.269	129.484	323.753
Total do ativo	805.160	(297.049)	508.111	737.880	(99.733)	638.147
Passivo e patrimônio líquido						
Outros passivos (e) / (f)	254.225	(249.372)	4.853	118.829	(52.056)	66.773
Outros passivos circulantes	132.913	-	132.913	190.168	-	190.168
Total do passivo circulante	387.138	(249.372)	137.766	308.997	(52.056)	256.941
Partes relacionadas (e) / (f)	80.626	52.056	132.682	62.238	52.056	114.294
Outros passivos não circulantes	54.998	-	54.998	82.729	-	82.729
Total do passivo não circulante	135.624	52.056	187.680	144.967	52.056	197.023
Prejuízos acumulados (d)	(429.876)	(99.733)	(529.609)	(429.876)	(99.733)	(529.609)
Outros itens do patrimônio líquido	712.274	-	712.274	713.792	-	713.792
Total Patrimônio líquido	282.398	(99.733)	182.665	283.916	(99.733)	184.183
Total do passivo e patrimônio líquido	805.160	(297.049)	508.111	737.880	(99.733)	638.147

b) Demonstração de resultado

	Controladora			Consolidado		
	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
31/12/2021				31/12/2021		
Receita operacional líquida (a)	10.034	-	10.034	154.592	9.966	164.558
Custo dos imóveis vendidos	-	-	-	(108.299)	-	(108.299)
Lucro bruto	10.034	-	10.034	46.293	9.966	56.259
Recargas / (despesas) operacionais						
Resultado de equivalência patrimonial (d)	(2.027)	9.966	7.939	(1.304)	-	(1.304)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(13.449)	-	(13.449)	(69.729)	-	(69.729)
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro	(5.442)	9.966	4.524	(24.740)	9.966	(14.774)
Resultado financeiro	(14.820)	-	(14.820)	9.357	-	9.357
Prejuízo antes dos impostos	(20.262)	9.966	(10.296)	(15.383)	9.966	(5.417)
Imposto de renda e contribuição social	28	-	28	(4.245)	-	(4.245)
Prejuízo do exercício	(20.234)	9.966	(10.268)	(19.628)	9.966	(9.662)
Atribuível aos:						
Acionistas controladores				(20.234)	9.966	(10.268)
Participações de não controladores				606	-	606
Prejuízo do exercício				(19.628)	9.966	(9.662)

Os reflexos contábeis correspondentes estão resumidos abaixo: (a) Efeito do cálculo de ajuste a valor presente (AVP) sobre o saldo de contas a receber de clientes, considerando taxas entre 10% a 12% para 31 de dezembro de 2021 e em 01 de janeiro de 2021 (saldo de abertura); (b) Segregação entre circulante e não circulante para realização dos imóveis a comercializar, tendo como base a expectativa de entrega de obras em andamento; (c) Reclassificação de ativos disponíveis para venda para Imóveis a comercializar; (d) Reflexo do ajuste a valor presente (AVP) sobre as vendas de curto e longo prazo realizado pelas controladas; (e) Reclassificação dos adiantamentos realizados pelas SPÉs (controladas) para a controladora com a natureza de futura redução de capital e que ainda não foram registradas na Junta Comercial; (f) Reclassificação de valores referentes a transações com partes relacionadas. Os impactos nas demonstrações de resultados abrangentes, demonstrações das mutações do patrimônio líquido e demonstração do fluxo de caixa não são relevantes para a apresentação da reconciliação. **1.1.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando informado de outra forma, conforme descrito no resumo das principais práticas contábeis. O custo histórico geralmente é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos. **1.1.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (a moeda funcional). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação. **1.2. Base de consolidação das demonstrações financeiras:** Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com os seguintes critérios: • Eliminação dos saldos de contas do ativo e passivo, entre as empresas consolidadas; • Eliminação dos investimentos e resultado da equivalência patrimonial nas empresas consolidadas contra o respectivo patrimônio líquido da empresa investida; • Eliminação das receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas; • Eliminação do lucro nos estoques e venda de ativo imobilizado, quando aplicável, oriundo de vendas entre as empresas consolidadas; As seguintes práticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas: a) **Controladas:** Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais a Companhia detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Os investimentos em empresas controladas são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial (MEP) desde a data que o controle é adquirido. Transações entre empresas, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As práticas contábeis e estimativas da controlada são consistentes com as práticas contábeis e estimativas adotadas pela Companhia. Adicionalmente a controlada segue o mesmo exercício social da Empresa, encerrado em 31 de dezembro de cada ano. A Companhia trata as transações com participações de quotistas não controladores, como transações com proprietários de ativos de suas controladas. Para as compras de participações de acionistas não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de acionistas não controladores também são registrados no patrimônio líquido. As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, consistentes com as práticas contábeis descritas na Nota Explicativa no 2.3. **2.3. Principais práticas contábeis:** a) **Auração e apropriação do resultado de incorporação e loteamento:** (i) Nas vendas a prazo de unidade concluída: a receita é reconhecida no momento em que a venda é efetivada, independente do prazo de recebimento do valor contratual; e (ii) Nas vendas de unidades não concluídas, sobre os aspectos relacionados à transferência de controle, a Companhia adota o CPC 47 – "Receitas de Contratos com Clientes" / IFRS 15, contemplando também as orientações contidas no Ofício Circular CVM/SNC/SEP no 02/2018, de 12 de dezembro de 2018, o qual estabelece procedimentos contábeis referentes ao reconhecimento, mensuração e divulgação de certos tipos de transações oriundas de contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída nas companhias abertas brasileiras do setor de incorporação imobiliária. As receitas de vendas, os custos de terrenos e de construção são apropriados ao resultado utilizando-se o método do percentual de conclusão de cada empreendimento, conhecido como método POC (percentage of conclusion), sendo esse percentual mensurado em razão do custo incorrido contratado em relação ao custo total orçado dos respectivos empreendimentos, incluindo os custos de projetos e terreno, e a receita é apurada multiplicando-se este percentual (POC) pelas vendas contratadas. As receitas de vendas apuradas, conforme o item (i) acima, incluindo a atualização monetária, líquida das parcelas já recebidas, são contabilizadas como contas a receber. Valores recebidos e superiores às receitas contabilizadas são registrados como adiantamento de clientes e os juros pré-fixados, incidentes após a entrega das chaves, são apropriados ao resultado observando o regime de competência, independentemente de seu recebimento. **Orçamentos de obras:** Os custos orçados totais, compostos pelos custos incorridos e custos previstos a incorrer para o encerramento das obras, são regularmente revisados, conforme a evolução das obras, e os ajustes com base nesta revisão são refletidos nos resultados da Companhia e de suas controladas de acordo com o método contábil utilizado. Os efeitos de tais revisões afetam o resultado prospectivamente. **Comissões sobre as vendas:** As comissões sobre vendas das unidades imobiliárias são encargos arcados pela entidade de incorporação imobiliária, às despesas incorridas são registradas no resultado na rubrica de "Despesas comerciais" (com vendas) no momento que são incorridas. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa, quando aplicável e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. **c) Aplicações financeiras:** De acordo com a política de aplicações financeiras estabelecida, a administração da Companhia e de suas controladas eleger instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados, segundo avaliação do rating de crédito da contraparte em questão, percentual máximo de exposição por instituição de acordo com o rating e percentual máximo do patrimônio líquido do banco. **d) Contas a receber de clientes:** Os saldos de contas a receber são apresentados ao valor presente e de realização, deduzidos da provisão para perdas por recuperação ao valor recuperável do contas a receber, reconhecidos de acordo com o critério descrito na Nota Explicativa no 4. Quando concluída a construção, a totalidade do conta a receber estará apropriado contabilmente sendo os juros e variações monetárias apropriados ao resultado financeiro quando auferidos, obedecendo ao regime de competência. Sua classificação como circulante é estruturada sobre sua projeção de realização financeira, sendo registrados como circulante as parcelas previstas a vencer para os próximos 12 meses de forma limitada aos montantes societários reconhecidos. Caso contrário, são demonstrados como não circulante. **e) Imóveis a comercializar:** No período de construção os imóveis são avaliados ao custo de construção ou aquisição, ou valor de mercado, dos dois, o menor. O custo dos imóveis é formado por gastos com: aquisição de terrenos, materiais, mão de obra aplicada e gastos com incorporação, bem como juros decorrentes dos financiamentos para produção. A classificação do estoque de terrenos e construções em andamento entre curto e longo prazo é feita tendo como base a expectativa de lançamento do empreendimento. A Companhia adquire os terrenos para futuras incorporações, com condições de pagamento em moeda corrente, por meio da participação na receita do empreendimento ou por meio de permuta física, com o compromisso de entrega de unidades imobiliárias do empreendimento a ser desenvolvido nos respectivos terrenos ou em outros empreendimentos. A Companhia e suas investidas revisam anualmente o valor contábil dos imóveis a comercializar e terrenos para futuras incorporações, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar que seu valor realizável líquido é menor que o valor registrado. O critério dessa avaliação leva em consideração a expectativa de lançamento dos empreendimentos imobiliários, o fluxo de caixa projetado descontado e o valor de mercado dos imóveis. **f) Impostos e contribuições a recuperar:** A Companhia contém saldos de impostos a recuperar provenientes, substancialmente de Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), com alíquota de 4,65% e Imposto de renda retido na Fonte (IRF), que varia entre 1% e 1,5%. Estas contribuições são relativas, principalmente, a serviços prestados por pessoas jurídicas. **g) Imobilizado:** O imobilizado é registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescido, quando aplicável, de juros capitalizados durante o período de construção, para os casos de ativos qualificáveis, líquido de depreciação acumulada e de provisão para redução ao valor recuperável de ativos para os bens paralisados e sem expectativa de reutilização ou realização. A depreciação é computada pelo

método linear e com base na vida útil estimada de cada bem, conforme taxas demonstradas na nota explicativa no 10.

	Controladora			Consolidado		
	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
31/12/2021				31/12/2021		
Instalações						
Máquinas e equipamentos						
Equipamentos de informática						
Móveis e utensílios						
Valor útil estimada (2022 e 2021)						

Instalações 05
Máquinas e equipamentos 05
Equipamentos de informática 05
Móveis e utensílios 10
Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, originados de operações de arrendamento do tipo financeiro, são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado. **h) Avaliação do valor recuperável dos ativos (exceto áglio):** A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são incorridas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um evento de perda) e aquele evento (ou eventos) de perda tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem: (i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; (ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; (iii) A Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria; (iv) Toma-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; (v) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; e (vi) Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos fluxos futuros de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo: condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira. O montante da perda por impairment é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o impairment com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. **i) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço em que a Companhia atua e gera lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). **j) Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são registrados com base nos juros contratuais de cada operação, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 11. **k) Instrumentos financeiros:** O CPC 48 Instrumentos Financeiros é vigente para exercícios findos a partir de 1º de janeiro de 2018. Esta norma contém três categorias principais para classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros: (i) Custo Amortizado; (ii) Valor Justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes; e (iii) Valor Justo registrado por meio do Resultado do Exercício (categoria residual). A Companhia realizou uma avaliação de impacto detalhada na adoção da nova norma e identificou os seguintes aspectos: O CPC 48 apresenta uma abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que refletem o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa. Com relação aos passivos financeiros, requer que a mudança no valor justo do passivo financeiro designado ao valor justo contra o resultado, que seja atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo, seja apresentada em outros resultados abrangentes e não na demonstração do resultado, a menos que tal reconhecimento resulte em uma incompatibilidade na demonstração do resultado. **Mensuração:** Os ativos e passivos financeiros devem inicialmente ser valorados pelo seu valor justo. Os critérios para determinar o valor justo dos ativos e passivos financeiros foram (i) o preço cotado em um mercado ativo ou, na ausência deste e (ii) a utilização de técnicas de avaliação que permitam estimar o valor justo na data da transação levando-se em consideração o valor que seria negociado entre partes independentes, conhecedoras da transação e com interesse em realizá-la. A mensuração posterior de ativos e passivos financeiros segue o método do valor justo ou do custo amortizado, conforme a categoria. O custo amortizado corresponde: • Ao valor reconhecido inicialmente para o ativo ou passivo financeiro; • Menos as amortizações de principal; e • Mais/menos juros acumulados pelo método da taxa de juros efetiva. Os efeitos da mensuração posterior dos ativos e passivos financeiros são alocados diretamente ao resultado do período. Ativos e passivos de longo prazo com características de instrumentos financeiros são registrados inicialmente pelo seu valor presente. **Reconhecimento:** As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados na demonstração do resultado. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor dos demais ativos financeiros mensurados ao valor justo ao meio do resultado são registrados na demonstração do resultado nas rubricas "Receitas" ou "Custos" respectivamente, no período em que ocorrem. **Desreconhecimento:** Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; ou • A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Empresa transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Empresa nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Os ativos financeiros da Companhia incluem, principalmente, caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e partes relacionadas. Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia incluem, principalmente, fornecedores, empréstimos e financiamentos e partes relacionadas. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreco-

nhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. A Companhia não possui transações de Hedge Accounting em 31 de dezembro de 2022 e 2021. **Compensação de instrumentos financeiros:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Outros passivos financeiros:** Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** O CPC 48 (IFRS 09) substituiu o modelo de perdas incorridas por um modelo prospectivo de perdas esperadas. Esta nova abordagem exige um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. As perdas de crédito esperadas é a estimativa ponderada pela probabilidade da perda de crédito. A Companhia mensura as provisões para perdas com contas a receber de clientes em montantes equivalentes às perdas de crédito esperadas para a vida inteira que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. A Companhia considera um ativo financeiro em situação de inadimplimento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 120 dias. No entanto, em certos casos, a Companhia também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplimento quando informações internas ou externas indicam ser improvável a Companhia receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Companhia. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. **I) Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Diretoria, a Companhia registrou o ajuste a valor presente de seus ativos e passivos. **M) Demais ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **2.4. Principais julgamentos e estimativas contábeis:** Na aplicação das práticas contábeis descritas na Nota Explicativa no 2.3, a administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período ou períodos posteriores, caso a revisão afete tanto o período presente como períodos futuros. A seguir, são apresentados os principais julgamentos e estimativas contábeis: a) **Provisões para contingências:** A Companhia e suas controladas são parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na Nota Explicativa no 17. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras de acordo com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes onde uma provisão deve ser constituída quando: (a) A entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado; (b) Seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (c) Possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida. **b) Provisão para perdas por recuperação ao valor recuperável do contas a receber:** É constituída quando existe expectativa de que o crédito não será realizado. A constituição é realizada com base em política interna, a qual leva em consideração os títulos de contas a receber vencidos há mais de 120 dias, conforme demonstrado na Nota Explicativa no 4. Diante desta análise, deve-se aplicar sobre a base de valor da tabela de vendas, e sobre tal valor aplicar a taxa de desconto praticada pelo departamento Comercial, a taxa média das comissões e alíquotas de impostos de acordo com cada regime de tributação. Com base em tal cálculo, teremos o valor realizável líquido. Com base nas informações obtidas com a aplicação das regras, devem-se avaliar os valores em aberto por cliente o valor líquido realizável. Se o valor líquido realizável for superior ao valor em aberto no contas a receber do cliente, não é necessário constituir provisão, caso o valor seja inferior, a diferença de valor deverá ser provisionada. **c) Provisão para distrato:** As provisões para distrato foram constituídas por deliberação da administração, conforme Nota Explicativa no 15, onde classifica os contratos em aberto há mais de 120 dias na carteira de inadimplentes. Do valor líquido recebido em caixa, por contrato, calcula-se um percentual do valor recebido da unidade distratada, ao cliente em questão, onde o percentual de devolução é avaliado trimestralmente, de acordo com a base histórica praticada pela 3Z Realty Desenvolvimento Imobiliário S.A. **d) Provisão para garantia:** As provisões para garantia são calculadas utilizando o percentual de 3% sobre o valor das vendas, considerando o período de 05 anos após a entrega da obra pela construtora, como descrito na Nota Explicativa no 18. O percentual utilizado foi calculado com base na prática adotada atualmente pelo mercado. **e) Provisão de custo ao mercado:** A provisão de custo ao mercado consiste quando o ativo está desvalorizado e seu valor contábil excede seu valor recuperável (venda). Sendo assim, o valor dos estoques deve ser registrado contabilmente pelo menor valor entre o custo e o preço de venda. O cálculo da provisão consiste em avaliar o valor médio de venda por unidade, considerando as dez últimas vendas do empreendimento em questão, com o valor de venda realizável, comparando com o saldo de imóveis a comercializar registrado em sistema, onde diante deste cenário, a provisão é constituída quando o saldo de imóveis a comercializar registrado na contabilidade é maior que o valor de venda realizável. Caso contrário, a provisão não é constituída. **2.5. Novas normas contábeis - novas e alterações/atualizações ocorridas:** a) **Princípios contábeis:** As alterações aplicadas pela primeira vez em 2022. A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2022 (exceto quando indicado de outra forma). A empresa decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. **Alterações no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1):** As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, tais como: • Contrato Oneroso - custos de cumprimento de contrato; • Ativo imobilizado - vendas antes do uso pretendido; e • Referências à Estrutura conceitual. A vigência dessas alterações deve ser estabelecida pelos órgãos reguladores que a aprovarem, sendo que, para o pleno atendimento às normas internacionais de contabilidade, a entidade deve aplicar essas alterações nos períodos anuais com início em, ou após, 1º de janeiro de 2022. **Contrato Oneroso - custos de cumprimento de contrato:** Um contrato oneroso é um contrato sob o qual os custos inevitáveis de cumprir as obrigações decorrentes do contrato (ou seja, os custos que a empresa não pode evitar porque possui o contrato) excedem os benefícios econômicos esperados a serem recebidos. As alterações especificam que, ao avaliar se um contrato é oneroso ou gerador de perdas, a entidade precisa incluir custos que se relacionam diretamente com um contrato de fornecimento de bens ou serviços, incluindo custos incrementais (por exemplo, os custos de mão de obra direta e materiais) e um alocação de custos diretamente relacionados às atividades do contrato (por exemplo, depreciação de equipamentos usados para cumprir o contrato e custos de gerenciamento e supervisão do contrato). Os custos gerais e administrativos não estão diretamente relacionados a um contrato e são excluídos, a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia já que não foi identificado nenhum contrato como oneroso. **Referências à Estrutura conceitual:** As alterações substituem uma referência a uma versão anterior da Estrutura Conceitual do IASB por uma referência à versão atual emitida em março de 2018 sem alterar significativamente seus requisitos. As alterações adicionam uma exceção ao princípio de reconhecimento da IFRS 3 Business Combinations (equivalente ao CPC 15 (R1)) - Combinação de negócios) para evitar a emissão de potenciais ganhos ou perdas do 'dia 2' decorrentes de passivos e passivos contingentes que estariam dentro do escopo da IAS 37 Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets (equivalente ao CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes) ou IFRIC 21 Levies, se incorridas separadamente. A exceção exige que as entidades apliquem os critérios da IAS 37 ou IFRIC 21, respectivamente, em vez da Estrutura Conceitual, para determinar se existe uma obrigação presente na data de aquisição. As alterações também adicionam um novo parágrafo à IFRS 3 para esclarecer que os ativos contingentes não se qualificam para reconhecimento na data de aquisição. De acordo com as disposições transitórias, a empresa aplica as alterações prospectivamente, ou seja, para combinações de negócios que ocorram após o início do período de relatório anual em que aplica as alterações pela primeira vez (a data da aplicação inicial). Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia uma vez que não existiam ativos, passivos ou passivos contingentes no âmbito dessas alterações que surgiram durante o período. **IFRS 1 First-time Adoption of International Financial Subsidiária como adotante pela primeira vez:** A alteração permite que uma subsidiária que opte por aplicar o par

>>>

3Z Realty Desenvolvimento Imobiliário S.A.

parágrafo 22 da IAS 41 de que as entidades excluam os fluxos de caixa para tributação ao mensurar o valor justo dos ativos dentro do escopo da IAS 41. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia uma vez que não possuía ativos no âmbito da IAS 41 à data de relato. b) **Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende ado-tar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **IFRS 17 - Contratos de seguro:** Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (CPC 50 - Contratos de Seguro que substituiu o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Ao entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituiu a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elemen-tares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação dis-cricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por: Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (aborda-gem de taxa variável). Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. A IFRS 17 e CPC 50 vigoram para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica a Empresa. **Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis):** Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que significa um direito de postergar a liquidação; • Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; • Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação. Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a empresa avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação. **Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis):** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de estimativa contábil. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da empresa. **Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis):** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a

aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária. A Companhia está atualmente revisando as divulgações das políticas contábeis para confirmar que estão consistentes com as alterações requeridas. **Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis):** Em maio de 2021, o Conselho divulgou alterações ao IAS 12, que restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial sob o IAS 12, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. As alterações devem ser aplicadas a transações que ocorram nos períodos anuais com início em, ou após o mais antigo período comparativo apresentado. Além disso, no início do mais antigo período comparativo apresentado, um imposto diferido ativo (desde que haja um lucro tributável suficiente disponível) e um imposto diferido passivo também devem ser reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas a arrendamentos e obrigações de desmantelamento. A Companhia está atualmente avaliando o impacto dessas alterações. **2.6. Gestão de riscos e instrumentos financeiros:** a) **Considerações gerais e políticas:** A Companhia e suas controladas controlam operações envolvendo instrumentos financeiros, quando aplicável, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras. São contratados aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos. A classificação depende da finalidade para qual foram adquiridos. A administração determina sua classificação no seu reconhecimento inicial. A gestão desses instrumentos financeiros é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, sendo monitorada pela administração da Companhia. A Companhia reconhece seus recebíveis inicialmente na data em que foram faturados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. b) **Gestão de risco financeiro:** Fatores de risco financeiro: As atividades da companhia o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (risco de taxa de juros e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O Conselho de administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa. b.1) **Risco de mercado:** A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de mudanças nas taxas de juros. **Risco de taxa de juros:** O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos longo prazo. A administração da Companhia tem como política manter os indexadores de suas exposições às taxas de juros ativos e passivos atrelados a taxas pós-fixadas. As aplicações financeiras e os empréstimos e financiamentos, são corrigidos pelo CDI pós-fixado, conforme contratos firmados com as instituições financeiras. Para a análise de sensibilidade das taxas de juros sobre os empréstimos e aplicações financeiras, a Administração adotou como cenário provável os valores reconhecidos contabilmente. Como referência, aos demais cenários foram considerados a deterioração e apreciação sobre a taxa de juros flutuante utilizada para apuração nos registros contábeis. Os cenários foram estimados com uma apreciação e desvalorização de 25% e 50%, respectivamente, da taxa de juros no cenário provável. A tabela abaixo demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados para essas operações:

Exposição e análise de sensibilidade das taxas de juros: i) Controladora				Taxa efetiva em	Provável	Apreciação de 25%	Apreciação de 50%
Exposição	Risco	Tipo	Vencimento	31/12/2022	Valor	Valor	Valor
14.553	Alta do CDI	Aplicação financeira	30/01/2023	10,55%	1.535	13,19%	1.919
					1.535	1.919	2.303
					1.535	1.919	2.303
Exposição				Taxa efetiva em	Provável	Deterioração de 25%	Deterioração de 50%
Exposição	Risco	Tipo	Vencimento	31/12/2022	Valor	Valor	Valor
14.553	Baixa do CDI	Aplicação financeira	30/01/2023	10,55%	1.535	7,91%	1.151
					1.535	1.151	768
					1.535	1.151	768
Exposição				Taxa efetiva em	Provável	Apreciação de 25%	Apreciação de 50%
Exposição	Risco	Tipo	Vencimento	31/12/2021	Valor	Valor	Valor
501	Alta do CDI	Aplicação financeira	21/01/2022	3,92%	20	4,89%	25
1.398	Alta do CDI	Aplicação financeira	13/06/2022	3,92%	55	4,89%	68
1.899					75	93	111
					75	93	111
Exposição				Taxa efetiva em	Provável	Deterioração de 25%	Deterioração de 50%
Exposição	Risco	Tipo	Vencimento	31/12/2021	Valor	Valor	Valor
501	Baixa do CDI	Aplicação financeira	21/01/2022	3,92%	20	2,94%	15
1.398	Baixa do CDI	Aplicação financeira	13/06/2022	3,92%	55	2,94%	41
1.899					75	56	37
					75	56	37
ii) Consolidado				Taxa efetiva em	Provável	Apreciação de 25%	Apreciação de 50%
Exposição	Risco	Tipo	Vencimento	31/12/2022	Valor	Valor	Valor
7.683	Alta do CDI	Aplicação financeira	27/02/2023	11,60%	891	14,50%	1.114
14.396	Alta do CDI	Aplicação financeira	30/01/2023	10,55%	1.518	13,19%	1.898
22.079					2.409	3.012	3.615
					2.409	3.012	3.615
Exposição				Taxa efetiva em	Provável	Deterioração de 25%	Deterioração de 50%
Exposição	Risco	Tipo	Vencimento	31/12/2022	Valor	Valor	Valor
7.683	Baixa do CDI	Aplicação financeira	27/02/2023	11,60%	891	8,70%	669
14.396	Baixa do CDI	Aplicação financeira	30/01/2023	10,55%	1.518	7,91%	1.139
22.079					2.409	1.808	1.205
					2.409	1.808	1.205
Exposição				Taxa efetiva em	Provável	Apreciação de 25%	Apreciação de 50%
Exposição	Risco	Tipo	Vencimento	31/12/2021	Valor	Valor	Valor
11.584	Alta do CDI	Aplicação financeira	02/03/2022	3,92%	454	4,89%	567
11.530	Alta do CDI	Aplicação financeira	14/07/2023	3,26%	376	4,08%	470
7.556	Alta do CDI	Aplicação financeira	20/06/2022	3,92%	296	4,89%	370
1.220	Alta do CDI	Aplicação financeira	29/03/2022	3,70%	45	4,62%	56
1.144	Alta do CDI	Aplicação financeira	31/01/2022	4,70%	54	5,87%	67
33.034					1.225	1.530	1.837
					1.225	1.530	1.837
Exposição				Taxa efetiva em	Provável	Deterioração de 25%	Deterioração de 50%
Exposição	Risco	Tipo	Vencimento	31/12/2021	Valor	Valor	Valor
11.584	Baixa do CDI	Aplicação financeira	02/03/2022	3,92%	454	2,94%	340
11.530	Baixa do CDI	Aplicação financeira	14/07/2023	3,26%	376	2,45%	282
7.556	Baixa do CDI	Aplicação financeira	20/06/2022	3,92%	296	2,94%	222
1.220	Baixa do CDI	Aplicação financeira	29/03/2022	3,70%	45	2,77%	34
1.144	Baixa do CDI	Aplicação financeira	31/01/2022	4,70%	54	3,52%	40
33.034					830	622	415
					830	622	415
iii) Controladora e Consolidado				Taxa efetiva em	Provável	Apreciação de 25%	Apreciação de 50%
Exposição	Risco	Tipo	Vencimento	31/12/2022	Valor	Valor	Valor
68.760	CRI ICVM no 476 (a)	Empréstimo (passivo)	100	5.120	125	6.400	150
68.760					5.120	6.400	7.680
					5.120	6.400	7.680
Exposição				Taxa efetiva em	Provável	Deterioração de 25%	Deterioração de 50%
Exposição	Risco	Tipo	Vencimento	31/12/2022	Valor	Valor	Valor
68.760	CRI ICVM no 476 (a)	Empréstimo (passivo)	100	5.120	75	3.840	50
68.760					5.120	3.840	2.560
					5.120	3.840	2.560
Exposição				Taxa efetiva em	Provável	Deterioração de 25%	Deterioração de 50%
Exposição	Risco	Tipo	Vencimento	31/12/2021	Valor	Valor	Valor
97.505	CRI ICVM no 476 (a)	Empréstimo (passivo)	100	1.804	125	2.255	150
97.505					1.804	2.255	2.706
					1.804	2.255	2.706
Exposição				Taxa efetiva em	Provável	Deterioração de 25%	Deterioração de 50%
Exposição	Risco	Tipo	Vencimento	31/12/2021	Valor	Valor	Valor
97.505	CRI ICVM no 476 (a)	Empréstimo (passivo)	100	1.804	75	1.353	50
97.505					1.804	1.353	902
					1.804	1.353	902

b.2) **Risco de crédito:** A Companhia e suas controladas estão sujeitas a riscos de crédito relacionados aos instrumentos financeiros contratados na gestão de seus negócios. Consideram baixo o risco de não liquidação das operações que mantêm em instituições financeiras com as quais operam, que são consideradas pelo mercado como de primeira linha. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas de acordo com os limites determinados pelo Conselho de administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. b.3) **Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito comprometidas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não descumpra os limites ou cláusulas do empréstimo, quando aplicável, em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda. O Departamento de Tesouraria investe o excesso de caixa em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento, onde aplica-se somente aos instrumentos financeiros, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

	Controladora				
	Fluxo de caixa	Menos de um ano	Entre dois e cinco anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2022					
Fornecedores e outras contas a pagar	5.306	2.672	2.634	-	-
Partes relacionadas	205.665	205.665	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	68.760	12.280	12.004	36.012	8.464
Posição líquida	279.731	220.617	14.638	36.012	8.464
Em 31 de dezembro de 2021					
Fornecedores e outras contas a pagar	11.703	11.703	-	-	-
Partes relacionadas	134.292	134.292	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	72.249	25.256	12.004	36.012	24.233
Posição líquida	218.244	171.251	12.004	36.012	24.233

	Consolidado				
	Fluxo de caixa	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2022					
Fornecedores e outras contas a pagar	51.607	50.706	901	-	-
Partes relacionadas	104.713	104.713	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	68.760	12.280	12.004	36.012	8.464
Obrigações pela compra de terrenos	31.350	31.350	-	-	-
Posição líquida	256.430	199.049	12.905	36.012	8.464
Em 31 de dezembro de 2021					
Fornecedores e outras contas a pagar	61.273	59.077	2.196	-	-
Partes relacionadas	108.265	108.265	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	97.505	25.256	12.004	36.012	24.233
Obrigações pela compra de terrenos	32.118	32.118	-	-	-
Posição líquida	299.161	224.716	14.200	36.012	24.233
c) Classificação dos instrumentos: A classificação dos instrumentos financeiros é apresentada abaixo em 2022 e 2021:					
Ativos financeiros	Controladora	2021	Controladora	2021	Consolidado
Valor justo por meio do resultado					
Caixa e equivalentes de caixa	14.553	2.005	23.920	44.934	
Custo amortizado					
Contas a receber de clientes	56	39	126.358	160.363	
Partes relacionadas	10.386	10.877	11.178	10.468	
Outros recebíveis	32.024	29.488	43.642	31.981	
Total dos ativos financeiros	57.019	42.409	205.098	247.746	
Passivos financeiros	Controladora	2021	Controladora	2021	Consolidado
Custo amortizado					
Fornecedores	(455)	(304)	(5.723)	(2.039)	
Partes relacionadas	(205.665)	(134.292)	(104.713)	(108.265)	
Empréstimos e financiamentos	(44.200)	(97.505)	(68.760)	(84.529)	
Outros passivos	(4.851)	(11.399)	(45.884)	(59.234)	
Total dos passivos financeiros	(255.171)	(243.500)	(225.080)	(254.067)	
Classificação contábil e mensuração dos valores justos: Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada a mensuração de valor justo. A Administração revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação					

da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. De acordo com as disposições transitórias do CPC 46 (Mensuração do valor justo) a Companhia aplicou as novas medidas de mensuração do valor justo de forma prospectiva e as mudanças não tiveram impacto significativo nas mensurações dos ativos e passivos da Companhia. A classificação de acordo com a hierarquia de valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia mensurados a valor justo é determinada conforme segue:

	Controladora			
	Mensuração a valor justo	2022	2021	Valor justo
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	14.553	14.553	2.005
Contas a receber de clientes	Nível 2	56	56	39
Partes relacionadas	Nível 2	10.386	10.386	10.877
Outros recebíveis	Nível 2	32.024	32.024	29.488
Total		57.019	57.019	42.409
Passivos				
Fornecedores	Nível 2	(455)	(455)	(304)
Partes relacionadas	Nível 2	(205.665)	(205.665)	(134.292)
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	(44.200)	(44.200)	(97.505)
Outros passivos	Nível 2	(4.851)	(4.851)	(11.399)



SENER SETEPLA TECNOMETAL ENGENHARIA E SISTEMAS S/A

CNPJ nº 61.683.330/0001-13

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2022

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (em R\$)				DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (em R\$)				DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (em R\$)						
Ativo	Notas	2022	2021	Passivo	Notas	2022	2021		Notas	2022	2021		2022	2021
Circulante		66.892.020	53.164.926	Circulante		38.272.564	22.954.766	Receita líquida		56.207.851	35.144.664	Das Atividades Operacionais		
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	387.347	1.093.970	Fornecedores	12	21.745.170	16.597.701	Custo dos Serviços Prestados	19	(40.692.853)	(29.087.473)	Lucro Líquido do Exercício		1.837.283
Contas a Receber Clientes	5	25.578.173	17.862.355	Empréstimos	13	2.914.500	-	Lucro bruto		15.514.998	6.057.191	Ajustes para reconciliar o Resultado ao Caixa gerado pelas Atividades Operacionais:		
Serviços a Faturar	6	34.460.571	27.516.754	Obrigações Sociais e Trabalhistas	14	1.174.113	2.435.927	(Despesas) Receitas operacionais	19	(7.750.417)	(4.963.403)	Depreciação e Amortização		131.173
Impostos a Recuperar	7	5.417.313	5.813.099	Obrigações Fiscais e Tributárias	14	6.447.682	3.921.138	Despesas administrativas		(3.378.892)	(2.296.305)	131.173	123.329	
Adiantamento a Fornecedores		778.018	877.150	Outras Contas a Pagar	15	5.991.099	-	Despesas comerciais		(420.597)	(255.572)	Decréscimo/Acréscimo nos Ativos Operacionais		
Outras Contas a Receber		270.598	1.597	Não Circulante		12.457.077	8.500.000	Despesas tributárias		(131.173)	(123.329)	Clientes		(7.715.818)
Não Circulante		18.032.363	10.610.010	Partes Relacionadas	16	8.918.960	8.500.000	Depreciações e amortizações		(11.681.080)	(7.638.608)	Serviços a Faturar		(6.943.816)
Depósitos Judiciais	8	1.731.708	1.734.294	Outras Contas a Pagar	15	3.538.117	-	Resultado financeiro	20	(618.575)	(119.107)	Tributos a Recuperar		451.929
Adiantamentos a Consorciados	9	10.151.272	7.807.361	Patrimônio Líquido	17	34.194.741	32.320.170	Despesas financeiras		446.708	595.289	Adiantamento a Fornecedores		99.132
Partes Relacionadas	16	4.454.459	-	Capital Social		29.423.397	29.423.397	Receitas financeiras		(171.867)	476.182	Outras Contas a Receber		(640.715)
Outras Contas a Receber	10	1.034.679	662.965	AFAC		65.603.661	65.603.661	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		3.662.052	(1.105.235)	Depósitos Judiciais		2.586
Depósitos Judiciais	8	1.731.708	1.734.294	Reservas de Capital		-	4.312.243	Imposto de renda e contribuição social		(1.824.269)	-	Partes Relacionadas		(4.454.459)
Adiantamentos a Consorciados	9	10.151.272	7.807.361	Reservas Legal		-	4.408	Resultado do exercício		1.837.283	(1.105.235)	Adiantamento a Consorciados		(2.343.910)
Partes Relacionadas	16	4.454.459	-	Prejuízos Acumulados		(60.832.317)	(67.023.538)	As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras				Decréscimo/Acréscimo nos Passivos Operacionais		
Outras Contas a Receber	10	1.034.679	662.965	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		84.924.383	63.774.936					Fornecedores		5.147.470
Depósitos Judiciais	8	1.731.708	1.734.294									Empréstimos		2.914.500
Intangível	11	-	129.302									Obrigações Sociais e Trabalhistas		(2.738.973)
Total do Ativo		84.924.383	63.774.936									Obrigações Fiscais e Tributárias		3.984.847

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (em R\$)

	Capital Social	AFAC - Adto. para Futuro Aumento de Capital	Reserva de Lucros Legal	Reserva de Lucros Capital	Lucros e Prejuízos Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	29.423.397	65.603.661	4.408	4.312.243	(65.918.304)	33.425.405
Prejuízo do Exercício	-	-	-	-	(1.105.235)	(1.105.235)
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	29.423.397	65.603.661	4.408	4.312.243	(67.023.539)	32.320.170
Reserva Legal	-	-	(4.408)	-	4.408	-
Reserva de Capital	-	-	-	(4.312.243)	-	-
Lucros e Prejuízos Acumulados	-	-	-	-	1.837.283	1.837.283
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	37.288	37.288
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	29.423.397	65.603.661	-	-	(60.832.317)	34.194.741

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS (em R\$)

1. Contexto Operacional: A Sener Setepla Tecnometal Engenharia e Sistemas S/A ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede à Avenida Paulista, nº 2.300, 14º andar, conjunto 141, bairro de Bela Vista, CEP: 01310-300, São Paulo - SP. A Companhia tem como objeto social: (a) prestação de serviços profissionais de projetos, incluindo a elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia, elaboração de anteprojetos, projetos básicos e executivos para trabalhos de engenharia; assistência técnica relativa a engenharia, arquitetura e urbanismo; gerenciamento, supervisão e fiscalização da implantação dos projetos de engenharia, arquitetura e urbanismo; serviços técnicos de consultoria, realizando estudos e pesquisas, promovendo atividades de desenvolvimento científico e tecnológico nos campos da engenharia civil, elétrica, eletrônica, energia em todas as suas expressões, principalmente, elétrica, hidráulica, térmica, nuclear, eólica, solar, gás, carvão, gaseificação e biomassa, mecânica, mecânica industrial, de transportes, química, química industrial, sanitária e operações; e todas as demais atividades relacionadas aos itens 01 a 018, do artigo 1º, da Resolução nº 218 de 29 de junho de 1973 do CONFEA; (b) implantação, construção e montagem de projetos de engenharia, arquitetura e urbanismo a que se faz menção no item "a" acima, bem como a promoção e desenvolvimento de projetos completos nas áreas de aporte tecnológico referidas no objeto social; (c) comercialização, importação e exportação, de todos os insumos e produtos necessários à realização, construção e montagem de projetos de engenharia, arquitetura e urbanismo a que se faz menção nos itens "a" e "b" acima, bem como a promoção e desenvolvimento de projetos completos nas áreas de aporte tecnológico referidas no objeto social; (d) prestação de serviços técnicos-administrativos e de consultoria, incluindo estudos, planejamento, desenvolvimento, assessoria estratégica e administrativa nas áreas referidas no objeto social; (e) desenvolvimento de softwares científicos, técnicos e de gestão, além de promoção e desenvolvimento de projetos na área de tecnologia; (f) desenvolvimento de tecnologias e de novos materiais cerâmicos, compostos e supercondutores; (g) aquisição e fruição de direitos de propriedade intelectual e industrial e a percepção de royalties e demais direitos correlatos; desenvolvimento e absorção de tecnologias avançadas através de intercâmbio internacional, via exportação, importação e assistência técnica; (h) geração de oportunidades de investimentos industriais e de infraestrutura; (i) participação em empreendimentos sediados no Brasil ou no exterior, através de ações, quotas, partes em comum ou outras formas; (j) preparo de especificações e participação em licitações públicas ou privadas no âmbito de seu objeto social; (k) assessoria a clientes na aquisição de bens e serviços; e (l) aquisição e administração de móveis e imóveis próprios, emissão de títulos de crédito, contratação de empréstimos e realização de operações financeiras que se fizerem necessárias ao bom desenvolvimento de seu objeto social.

2. Base de Elaboração e Políticas Contábeis das Demonstrações Financeiras: As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras estão definidas abaixo:

2.1. Declaração de Conformidade: A emissão das Demonstrações Financeiras foi autorizada pelos administradores em 24 de abril de 2023. As Demonstrações Financeiras da Companhia, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram elaboradas no pressuposto de continuidade de negócios e foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

2.2. Base de Elaboração: As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pela avaliação de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, que estão mensurados pelo valor justo. A preparação das Demonstrações Financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

2.3. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação: Todos os valores apresentados nas Demonstrações Financeiras, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão expressos em reais, que é a moeda funcional da Companhia, exceto aqueles indicados de outra forma.

2.4. Políticas Contábeis das Demonstrações Financeiras:

a) Caixa e Equivalentes de Caixa: Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos ou outros fins. São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação.

b) Ativos Financeiros, Classificação, Reconhecimento e Mensuração: A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (a) ao custo amortizado, (b) mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente e (c) mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

c) Imobilizado: O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, deduzido de depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

d) Intangível: Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. As composições são de Licenças de (software) adquiridas de programas de computador, que são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada pelas taxas fiscais.

e) Outros Ativos e Passivos: Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder

ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo, e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

f) Distinção entre Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes: A distinção entre circulante e não circulante é baseada no ciclo operacional ou de ativos realizados e passivos liquidados dentro desse mesmo ciclo; a norma define o ciclo operacional como o tempo entre a aquisição dos ativos que circulam continuamente (capital de giro) e sua realização em caixa. A Companhia adota o prazo de 12 meses como ciclo operacional.

g) Demonstrações dos Fluxos de Caixa: As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03 (R2) (IAS 7).

h) Impostos Diferidos: O imposto de renda diferido quando reconhecido pelo efeito futuro estimado das diferenças temporárias dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, são registrados em conformidade com a legislação tributária e NBC TG 32/R4 (Instrução CVM 371/02 e Deliberação CVM 599/09) – tributa sobre lucro. É reconhecido um passivo de imposto de renda diferido para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto o imposto de renda diferido ativo é reconhecido apenas na extensão em que seja provável a existência de lucro tributável, contra o qual a diferença temporária possa ser utilizada. Os ativos e passivos tributários diferidos são classificados como de longo prazo. O imposto de renda relativo a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido no exercício em curso ou em exercício anterior são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos dos valores contábeis das demonstrações contábeis. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para a determinação desses diferidos são de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados quando a Companhia possui um direito legalmente exequível de compensar ativos e passivos fiscais circulantes e se ambos pertencerem a mesma autoridade fiscal.

3. Principais Julgamentos Contábeis e Fontes de Incertezas nas Estimativas: 3.1 Uso de Estimativa e Julgamento: A preparação das demonstrações contábeis, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que elas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre incertezas quanto às premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste relevante dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazo, provisões, custo orçado dos empreendimentos e contratos de construção, garantias e a elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da administração da Companhia, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa:

	2022	2021
Caixa	127.082	30.007
Banco Conta Movimento	260.265	1.063.963
387.347	1.093.970	

5. Conta a Receber de Clientes:

	2022	2021
Clientes Nacionais	30.810.562	19.317.254
Clientes Estrangeiros	2.376.288	6.153.778
PCLD	(7.608.677)	(7.608.677)
25.578.173	17.862.355	

6. Serviços a Faturar: O entendimento da Administração é de que a política de reconhecimento das receitas e custos das transações de serviços prestados deve ser reconhecido pelo método evolutivo de construção. Assim sendo, a parcela dos trabalhos efetuados e ainda não faturados é registrada nesta rubrica anualmente, com o consequente reconhecimento de uma futura:

	2022	2021
Serviços a Faturar	34.460.571	27.516.754

7. Impostos a Recuperar:

	2022	2021
IRPJ	1.700.002	2.998.517
CSLL	1.260.230	650.325
PIS e COFINS	1.775.193	852.418
Outros Tributos a Recuperar	681.888	1.311.840
5.417.313	5.813.099	

Os impostos recuperáveis foram contabilizados com base em suas respectivas apurações e cálculos, no levantamento de créditos fiscais permitidos na legislação tributária, na constituição de saldo negativo de exercícios fiscais anteriores, na antecipação de impostos durante o exercício corrente. Os referidos impostos a recuperar são avaliados e revisados periodicamente, tendo como principal premissa a sua correta utilização na compensação/pagamento de impostos a recolher, sempre de forma alinhada às melhores práticas de planejamento tributário.

8. Depósitos Judiciais:

	2022	2021
Depósitos Judiciais	1.731.708	1.734.294

9. Adiantamento a Consorciados:

	2022	2021
Consórcio Ductor-Setepla-SEHAB - PQ010316	-	1.847
Consórcio Urbaniza-Setepla-Engcorp-Valec	7.630.735	6.239.094
Consórcio PDU Halcrow-Sinergia-Setepla-PQ010294	-	64.276
Consórcio Setepla Urbaniza Ecr	698.167	669.354
Consórcio Atp	(221.576)	644.103
Consórcio Atp Pgto	370.414	-
Consórcio Atp Gastos	495.265	-
Consórcio Ecr	1.057.756	270.096
Consórcio Ductor Setepla-Cidade Do Povo (PQ010380)	-	6.682
Consórcio Ductor Setepla-BID (PQ010443)	-	(88.092)
Consórcio Ecr Passivo	120.511	-
10.151.272	7.807.361	

11. Imobilizado e Intangível: A composição de saldos do imobilizado e intangível estão demonstradas a seguir:

	2021	Adições	Baixas	2022
Ativo Imobilizado				
Adições e Baixas				
Máquinas De Escritório	15.996	-	(15.996)	-
Equipamentos de Engenharia	9.150	-	-	9.150
Móveis e Utensílios	427.362	41.616	-	468.978
Veículos	95.548	-	(95.548)	-
Computadores e Periféricos	848.024	470.906	-	1.318.930
Total Custo Aquisição	1.396.080	512.522	(111.544)	1.797.058
Depreciação Acumulada				
Máquinas De Escritório	(15.996)	-	15.996	-
Equipamentos de Engenharia	(8.025)	(601)	-	(8.625)
Móveis e Utensílios	(413.067)	(16.122)	2.807	(426.382)
Veículos	(95.548)	-	95.548	-
Computadores e Periféricos	(587.356)	(114.450)	-	(701.806)
Total Depreciação Acumulada	(1.119.992)	(131.173)	114.351	(1.136.813)
Valor Residual Ativo Imob.	276.088	381.349	2.807	660.245
Ativo Intangível				
Adições e Baixas				
Softwares	887.793	-	(887.793)	-
Benefitorias em Imóveis de Terc.	203.734	-	(203.734)	-
Total Custo Aquisição	1.091.527	-	(1.091.527)	-
Amortização Acumulada				
Softwares	(842.423)	-	842.423	-
Benefitorias em Imóveis de Terc.	(119.802)	-	119.802	-
Total Amortização Acumulada	(962.225)	-	962.225	-
Valor Residual Ativo Intangível	129.302	-	(129.302)	-

12. Fornecedores:

	2022	2021
Fornecedores Nacional	1.262.672	428.107
Fornecedores Exterior	20.482.498	16.169.594
21.745.170	16.597.701	

13. Empréstimos:

Instituição	Tipo	Vencdo	Taxa de Juros	2022	2021
Banco Itaú	Conta				
	Garantida	31/01/2023	1,50 % am	1.914.500	-
Banco Santander	Conta				
	Garantida	16/01/2023	1,55 % am	1.000.000	-
				2.914.500	

14. Obrigações Trabalhistas e Tributárias:

	2022	2021
Provisão de Férias	563.497	478.664
Provisão Encargos s/ Férias	198.995	-
FGTS s/ Férias	-	209.905
INSS s/ Férias	-	736.236
FGTS a Recolher	66.772	58.871
INSS retido na Fonte	208.045	210.019
Outras Obrigações	136.804	742.231
1.174.113	2.435.927	

Tributárias

	2022	2021
PIS/COFINS/CSLL a Recolher	34.036	-
IRRF retido a Recolher	10.888	

Perfilor S.A., Construções, Indústria e Comércio

CNPJ/MF nº 05.476.154/0001-78

Relatório da Administração

Prezados Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.Sas. e ao público em geral, as Demonstrações Financeiras Patrimoniais (D.F.P.'s) com as respectivas Notas Explicativas, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes sobre a auditoria das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e o Relatório da Administração contendo os principais destaques do exercício. Os valores deste relatório estão apresentados em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. **Mercado:** A Perfilor S.A. Construções Indústria e Comércio é uma empresa que atua no mercado da construção civil, sendo reconhecida pelo alto padrão de qualidade e de excelência como fornecedora de sistemas construtivos metálicos. Especializada na fabricação de produtos para coberturas e fachadas com painéis termoisolantes, complementadas por telhas trapezoidais, zipadas e formas colaborantes para lajes mistas de concreto (Steel Deck), a Perfilor tem o compromisso de oferecer as melhores soluções em sistemas de cobertura e fechamento em aço para todos os tipos de obras, industriais e comerciais. Para isso, a empresa dispõe de uma equipe técnica experiente e projetistas especializados que auxiliam seus clientes na tomada de decisão sobre projetos e especificação de produtos. Em 2022 foram processadas 17.600 toneladas de aço, que resultaram, entre outros produtos, em mais de 1 (um) milhão de m² de painéis termoisolantes. Para o ano de 2023 o volume estimado de vendas é 15% maior que o volume realizado em 2022. Com o respaldo de seus acionistas, a Perfilor vem desenvolvendo novos produtos e implantando estratégias comerciais agressivas, incluindo o projeto de construção de novas fábricas no Brasil, com o objetivo de manter o constante crescimento de sua participação de mercado da construção civil.

Desempenho Econômico-Financeiro

Indicadores (acumulados no período)

	2022	Análise Vertical	2021	Análise Vertical	Variação 2022/2021
Resultado operacional líquido	240.468	100%	248.853	100%	-3%
Custo dos produtos vendidos	(196.650)	-82%	(192.906)	-78%	2%
Resultado bruto	43.818	18%	55.947	22%	-22%
Despesas operacionais líquidas	(15.145)	-8%	(16.552)	-7%	23%
Resultado antes do resultado financeiro	28.673	10%	39.395	16%	-41%
Resultado financeiro	2.917	3%	(124)	0%	-6.685
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	31.590	13%	39.271	16%	-20%
Imposto de renda e contribuição social corrente	(4.836)	-2%	(9.241)	-4%	-48%
Imposto de renda e contribuição social diferido	(1.070)	0%	-	-4%	-
Resultado líquido do exercício	25.684	11%	30.030	12%	-14%
	2022		2021		
Lucro/Prejuízo líquido básico e diluído por ação	0,445		0,520		

EBIT/EBITDA	2022	2021
Lucro (Prejuízo) Antes dos Impostos	31.590	39.271
Despesas financeiras	482	352
Receitas financeiras	(3.399)	(228)
EBIT	28.673	39.395
Depreciação e Amortização	1.507	1.257
EBITDA	30.180	40.652

Política da qualidade: A Companhia está certificada pela NBR-ISO 9001:2015, com escopo voltado à fabricação e comercialização de produtos e sistemas metálicos para construção civil. **Política de recursos humanos:** A Companhia desenvolve uma política de recursos humanos inclusiva e oferece aos seus colaboradores benefícios sociais atraentes, dentre os quais destacamos: programa de alimentação subsidiado, transporte coletivo, cesta básica, seguro de vida em grupo, assistência médica e odontológica extensiva aos dependentes e pagamento de prêmios anuais individuais à título de PLR. **Relacionamento com Auditores Independentes:** A empresa adota a política de não contratar serviços que possam gerar conflitos de interesses com os serviços de auditoria. Em atendimento à instrução CVM nº 381, de 14/01/2003, informamos que na empresa não há nenhum contrato com nossos auditores independentes ou por partes relacionadas com o auditor independente, de qualquer serviço que não seja de auditoria externa. **Declaração da Diretoria:** Em observância as disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com a opinião expressa no relatório dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Lorena SP, 27 de abril de 2023.

Balanco Patrimonial – 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Milhares de Reais)

Ativo	Nota explicativa	2022		2021	
		2022	2021	2022	2021
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	15.695	2.140		
Contas a receber de clientes	6	23.044	22.690		
Estoques	7	47.415	52.577		
Tributos a recuperar	8	9.752	10.227		
Outros créditos	25	222	3.771		
Total do ativo circulante		96.128	91.405		
Não circulante					
Depósitos judiciais		-	15		
Tributos a recuperar	8	18.964	6.049		
Imobilizado	9	20.277	15.790		
Intangível	10	398	122		
Total do ativo não circulante		39.639	21.976		
Total do ativo		135.767	113.381		
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores	11	32.557	40.145		
Obrigações fiscais		54	31		
Obrigações sociais e trabalhistas		830	713		
Adiantamentos de clientes	24	6.480	7.300		
Imposto de renda e contribuição social a recolher		72	328		
Dividendos mínimos obrigatórios	14.c	6.100	1.525		
Outras exigibilidades		638	736		
Total do passivo circulante		46.731	50.778		
Não circulante					
Provisão para contingências	13	4.254	-		
Imposto de renda e contribuição social diferido		1.070	-		
		5.324	-		
Patrimônio líquido					
Capital social	14.a	57.705	57.705		
Retenção de lucros	14.b	24.402	4.577		
Reserva legal	14.c	1.605	321		
Prejuízos acumulados		-	-		
Total do patrimônio líquido		83.712	62.603		
Total do passivo e do patrimônio líquido		135.767	113.381		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	(Prejuízos) lucros acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2020		57.705	-	-	(23.607)	34.098
Lucro líquido do exercício		-	-	-	30.030	30.030
Reserva legal		-	321	-	(321)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(1.525)	(1.525)
Retenção de lucros		-	-	4.577	(4.577)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		57.705	321	4.577	-	62.603
Lucro líquido do exercício		-	-	-	25.684	25.684
Reserva legal	14.c	-	1.284	-	(1.284)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	14.c	-	-	-	(6.100)	(6.100)
Retenção de Lucros acumulados	14.c	-	-	1.525	-	1.525
Retenção de lucros	14.b	-	-	18.300	(18.300)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		57.705	1.605	24.402	-	83.712

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras – 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Perfilor S.A. Construções, Indústria e Comércio ("Companhia"), é o resultado da aliança estratégica entre a ARCELORMITTAL, líder mundial na produção de aço, e a TEKNO, pioneira na implementação da tecnologia coil coating no Brasil. A sede da Companhia está localizada na Av. Dr. Peixoto de Castro, sem número, quadra I-6, Gl.B na cidade de Lorena-SP, ocupando um terreno de 46 mil m² e 9 mil m² de área construída, onde está localizada a área industrial. A planta possui uma moderna linha de produção totalmente automatizada e uma das mais modernas e tecnológicas linhas contínuas de injeção de painéis termo isolantes do Brasil. A Companhia conta com apoio financeiro para o cumprimento de seus compromissos e despesas de curto prazo, por meio da extensão e flexibilização dos prazos de pagamento de matéria-prima – aço e serviços de pintura – adquiridos de suas controladoras ArcelorMittal e Tekno. Conforme divulgado na nota 10 – Fornecedores, o saldo em 31 de dezembro de 2022 é composto por 65% (sessenta e cinco por cento) de títulos da ArcelorMittal, 24% (cinete e quatro por cento) da Tekno e 11% (onze por cento) de outros fornecedores.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil com base na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. As demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração da Companhia em 27 de abril de 2023. **2.2. Bases de elaboração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. **2.3. Moeda funcional e conversão de saldos denominados em moeda estrangeira:** Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. Quando existentes, transações em moeda estrangeira são convertidas pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são reconhecidas no resultado.

3. Principais julgamentos contábeis de incertezas sobre estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. O processo de preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos e estimativas críticos, referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, estão descritas a seguir. **3.1. Vida útil do ativo imobilizado:** A Companhia reconhece a depreciação de seu ativo imobilizado com base em vida útil estimada, que é baseada nas suas práticas e experiência prévia e reflete a vida econômica desses ativos. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar em decorrência de diversos fatores. As vidas úteis do imobilizado também afetam os testes de recuperação de seu custo. **3.2. Redução dos valores de recuperação dos ativos:** A cada encerramento de exercício, a Companhia revisa os saldos do ativo imobilizado, avaliando a existência ou não de indicativos de que esses ativos tenham sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, a Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo através do cálculo do fluxo de caixa futuro individual descontado a valor presente, ajustando o saldo do respectivo ativo, se necessário. **3.3. Provisão para realização dos estoques:** A provisão para realização dos estoques é constituída com base na análise dos preços de venda praticados, líquidos dos efeitos de tributos e de despesas fixas incorridas nos esforços de vendas. **3.4. Perda por redução ao valor recuperável:** É constituída em montante considerado suficiente pela Administração da Empresa para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos. É adotado o critério de constituir perdas para a totalidade dos títulos junto a clientes concordatários e/ou falidos e "análise individual por cliente" exceto para o caso de clientes tradicionais e/

regulares, em geral construtoras que operam em obras onde predominantemente o pagamento ocorre pelo sistema de medição, o qual pode sofrer atrasos por questões contratuais, climáticas ou governamentais, no caso de obras públicas. **3.5. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:** A Companhia é parte em alguns processos judiciais e administrativos, como descrito na nota explicativa nº 13. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. **3.6. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social (corrente e diferido) são calculados de acordo com interpretações da legislação em vigor, levando em consideração os benefícios fiscais. Este processo normalmente envolve estimativas complexas para determinar o lucro tributável e as diferenças temporárias. Em particular, o crédito fiscal diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias é reconhecido na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e possa ser utilizado. A mensuração da recuperabilidade do imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias leva em consideração o histórico de lucro tributável, bem como a estimativa de lucro tributável futuro.

4. Principais políticas contábeis

O sumário das principais práticas contábeis aplicadas para as demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 as quais foram aplicadas de forma consistente nestes exercícios são como segue: **4.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras possuem prazo de resgate de até 90 dias da data da aplicação, têm liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é determinado levando-se em consideração serem, essas aplicações financeiras, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estarem sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. O cálculo do valor justo dessas aplicações financeiras, quando aplicável, é efetuado levando-se em consideração as cotações ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo. **4.2. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia. A provisão para perdas por redução ao valor recuperável do contas a receber foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos. **4.3. Estoques:** Os estoques são demonstrados pelo menor valor entre o valor líquido de realização (valor estimado de venda no curso normal dos negócios, menos as despesas estimadas para realizar a venda) e o custo médio de produção ou preço médio de aquisição. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. A Companhia custeia seus estoques por absorção, utilizando a média móvel ponderada para estes. **4.4. Imobilizado:** É avaliado ao custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, à exceção de terrenos e construções em andamento, acrescidos dos juros incorridos e capitalizados durante a fase de construção dos bens, quando aplicável. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo ou família de ativos, pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Custos subsequentes não incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a estes itens forem prováveis e os valores sejam mensuráveis de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos. As vidas úteis do ativo imobilizado são as seguintes:

Anos	
Edifícios e construções	25
Máquinas e equipamentos	10
Veículos	20
Instalações industriais	10
Ferramentas e utensílios	10
Móveis e utensílios administrativos e industriais	20
Sistemas e equipamentos de informática	20
Beneficiárias em propriedade de terceiros	25

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes de seu uso contínuo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil residual do ativo e são reconhecidos no resultado

Demonstração do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Milhares de Reais)

	Nota	2022	2021
Receita de venda de bens e serviços	16	240.468	248.853
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	17	(196.650)	(192.906)
Lucro bruto		43.818	55.947
(Despesas) receitas operacionais			
Despesas com vendas	18	(17.901)	(14.967)
Despesas administrativas	19	(3.715)	(2.439)
Outras receitas e despesas, líquidas	21	5.249	-
Provisão para perdas por redução ao valor recuperável do contas a receber	6	1.222	854
		(15.145)	(16.552)
Lucro antes do resultado financeiro		28.673	39.395
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	20	3.399	228
Despesas financeiras	20	(482)	(352)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		31.590	39.271
Imposto de renda e contribuição social corrente	15	(4.836)	(9.241)
Imposto de renda e contribuição social diferido	15	(1.070)	-
Lucro líquido do exercício		25.684	30.030

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Milhares de Reais)

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	25.684	30.030
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	25.684	30.030

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Milhares de Reais)

	Nota	2022	2021
Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social		31.590	39.271
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa originário das atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	9 e 10	1.507	1.257
Juros sobre operações mercantis com partes relacionadas	12	-	258
Provisão (reversão) para riscos, fiscais, trabalhistas e cíveis		4.254	-
ICMS da base de cálculo		(10.676)	-
Provisão (reversão) impostos diferidos		(1.070)	-
Reversão de provisão para perdas por redução ao valor recuperável do contas a receber	6	(1.222)	(854)
		24.383	39.932
Redução (aumento) dos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes	6	(2.925)	(7.225)
Estoques	7	5.162	(26.351)
Partes relacionadas	6	3.793	(3.924)
Tributos a recuperar	8	(3.821)	(6.516)
Depósito judicial		15	180
Outros créditos, despesas antecipadas		3.549	(3.687)
Fornecedores	11	506	1.741
Partes relacionadas	12	(8.094)	21.616
Impostos e contribuições a recolher		3.150	-
Salários, férias e encargos sociais a pagar		117	86
Adiantamentos de clientes		(820)	(7.238)
Outras exigibilidades e demais contas		(98)	350
		534	(30.968)
Impostos de renda e contribuição social pagos		(5.092)	(9.016)
		(5.092)	(9.016)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	2022	2021	
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	19.825	(52)	
Fluxo de caixa de operações de investimentos:			
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	9 e 10	(6.270)	(381)
Caixa aplicado nas atividades de investimentos		(6.270)	(381)
Redução de caixa e equivalentes de caixa		13.555	(433)
Caixa e equivalente de caixa – no início do exercício		2.140	2.573
Caixa e equivalente de caixa – no fim do exercício		15.695	2.140
Redução de caixa e equivalentes de caixa		13.555	(433)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

do exercício ou período em que ocorre a alienação ou baixa. **4.5. Redução ao valor recuperável – Impairment:** No fim de cada exercício, a Administração analisa o valor contábil de seus ativos tangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos não serão recuperáveis pelas operações ou por sua alienação. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante de perda,

... continuação

mensurado de forma confiável. **4.7. Tributos:** A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos. **Tributos correntes:** A provisão para imposto de renda é calculada e registrada com base no lucro tributável relativo a cada exercício, ajustado na forma legal, calculada pela alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240. A contribuição social é calculada com base na alíquota de 9% sobre a base tributável. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas e despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. **Tributos diferidos:** O imposto de renda e contribuição social diferidos são gerados por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor do que as estimativas consideradas, quando da definição da necessidade e do montante a ser registrado de ativo fiscal. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado na data do balanço e reduzido quando não for mais provável que haja lucro tributável disponível para permitir que todo o ativo, ou parte dele, seja recuperado. **Tributos sobre as vendas:** Despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto: Quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso. **4.8. Receita operacional:** A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, quando for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia, os custos associados podem ser estimados de maneira confiável, quando não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos e o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas. **4.9. Instrumentos financeiros:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. **Ativos financeiros:** Ativos financeiros são classificados no reconhecimento inicial e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida):** A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: • O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais. • Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem e contas a receber de clientes (incluindo partes relacionadas). **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado** incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos obrigatoriamente mensurados ao valor justo. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. A cada data de balanço, são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidas no resultado, quando incorridos, como receitas ou despesas financeiras. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis ou contas a pagar. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, saldos bancários a descoberto e instrumentos financeiros derivativos. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a pagar a fornecedores (incluindo partes relacionadas), "leasing" mercantil financeiros e empréstimos e financiamentos. **4.10. Novos pronunciamentos contábeis – IFRS:** 4.10.1. **Efetivos:** Os pronunciamentos e as interpretações contábeis abaixo, emitidos até 31 de dezembro de 2022 pelo "International Accounting Standards Board – IASB", foram aplicados pela Companhia nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022. • CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios • CPC 25 – Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes • CPC 27 – Ativo Imobilizado • CPC 48 – Instrumentos Financeiros Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. 4.10.2. **Não efetivos:** Novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. • IFRS 17 – Contratos de seguro • Alterações ao IAS 1 – Classificação de passivos como circulante ou não circulante • Alterações ao IAS 8 – Definição de estimativas contábeis: A Companhia não espera que tais normas alteradas e interpretações terão impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Caixa e bancos	3	3
Aplicações financeiras de liquidez imediata	15.692	2.137
Total	15.695	2.140

As aplicações financeiras de liquidez imediata referem-se a investimentos em Certificados de Depósito Bancário, classificados de baixo risco, remunerados à taxa média de 97,5% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, e estão sujeitas a um risco muito baixo de alteração de valor.

6. Contas a receber de clientes

	2022	2021
Contas a receber de clientes – terceiros	24.642	26.695
Total	24.642	26.695

Partes relacionadas (Nota 12)
 (-) Venda para entrega futura (2.258) (3.655)
 (-) Provisão para perdas por redução ao valor recuperável (1.235) (6.038)
23.044 **22.690**

Em 31 de dezembro, os saldos de contas a receber estão compostos, por vencimento, como seguem:

	2022	2021
A vencer:		
De 1 a 30 dias	8.468	5.852
De 31 a 60 dias	10.232	11.915
De 61 a 90 dias	1.752	3.241
Acima de 91 dias	747	1.827
Total a vencer	21.199	22.835

Vencidos:

Vencidos de 1 a 30 dias	2.768	2.993
Vencidos de 31 a 60 dias	987	249
Vencidos de 61 a 90 dias	180	161
Vencidos de 91 a 180 dias	314	532
Vencidos há mais de 181 dias	1.089	5.613
Total vencido	5.338	9.548
Total	26.537	32.383

Movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas:

	2022	2021
Saldo inicial	(6.038)	(6.892)
Adições	(6.275)	(229)
Baixas	6.025	—
Reversões	5.053	1.083
Saldo final	(1.235)	(6.038)

A Companhia constituiu provisão para perdas do contas a receber (provisão para perda de crédito esperada) em decorrência da incapacidade dos clientes em efetuar os pagamentos de títulos vencidos, tendo como procedimento rever trimestralmente tais perdas a fim de serem ajustadas, caso seja necessário. O critério adotado é de constituir perdas estimadas para a totalidade dos títulos de clientes concordatários e/ou falidos e para títulos vencidos e avaliados com risco de perda. Historicamente não tem sido verificadas perdas significativas nas contas a receber de clientes.

7. Estoques

	2022	2021
Produtos acabados	7.180	6.264
Produtos para revenda	278	238
Matérias-primas	22.917	21.712
Estoques em poder de terceiros	17.040	24.363
	47.415	52.577

A Companhia não constituiu provisão para perdas no estoque por obsolescência em razão de não existir histórico e evidências de perdas de material estocado.

Perfil S.A., Construções, Indústria e Comércio

	2022	2021
8. Impostos a recuperar		
ICMS – Impostos sobre circulação de mercadorias e serviços	669	722
IPI – Imposto sobre produtos industrializados (i)	8.347	9.224
IRPJ – Imposto de renda pessoa jurídica	17	131
CSLL – Contribuição social sobre lucro líquido	38	49
PIS – Programa de integração social	128	18
COFINS – Contribuição para financiamento da seguridade social	553	83
	9.752	10.227
	1.905	—
PIS – Programa de integração social a compensar (ii)	8.772	—
COFINS – Contribuição para financiamento da seguridade social a compensar (ii)	8.287	6.049
IPI – Imposto sobre produtos industrializados (i)	18.964	6.049
Total não circulante		

9. Imobilizado

	Terrenos	Edifícios	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Imobilizado em andamento	Veículos e empilhadeira	Ferramentas	Construções em imóveis terceiros	Outros	Total
Custo do imobilizado bruto												
Saldos em 31 de dezembro de 2020	82	7.406	552	21.081	357	646	166	285	71	80	3	30.729
Adições	—	—	51	138	15	28	111	—	14	—	4	361
Saldos em 31 de dezembro de 2021	82	7.406	603	21.219	372	674	277	285	85	80	7	31.090
Adições	—	406	—	4.876	46	26	95	482	—	—	5	5.936
Saldos em 31 de dezembro de 2022	82	7.812	603	26.095	418	700	372	767	85	80	12	37.026
Depreciação acumulada												
Saldos em 31 de dezembro de 2020	—	(2117)	(339)	(10.402)	(247)	(633)	—	(248)	(22)	(80)	—	(14.088)
Adições	—	(132)	(38)	(982)	(20)	(6)	—	(31)	(3)	—	—	(1.212)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	—	(2.249)	(377)	(11.384)	(267)	(639)	—	(279)	(25)	(80)	—	(15.300)
Adições	—	(142)	(37)	(1.169)	(17)	(13)	—	(68)	(3)	—	—	(1.449)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	—	(2.391)	(414)	(12.553)	(284)	(652)	—	(347)	(28)	(80)	—	(16.749)
Imobilizado líquido												
Saldos em 31 de dezembro de 2021	82	5.157	226	9.835	105	35	277	6	60	—	7	15.790
Saldos em 31 de dezembro de 2022	82	5.421	189	13.542	134	48	372	420	57	—	12	20.277
Taxa média ponderada anual de depreciação	—	2%	6%	4%	4%	2%	—	9%	4%	—	—	—
Vida útil	—	50	20	20	12	3	—	5	12	—	—	—

Os saldos de imobilizado em andamento, referem-se aos investimentos em para desenvolvimento de projeto do 79S steel deck, construção estacionamento da diretoria, construção de laboratório para análise de produtos telhas termolite e construção da nova unidade produtiva no Estado de Santa Catarina.

10. Intangível

	Patentes	Direito de uso de softwares	Total
Custo do intangível bruto			
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2	220	222
Adições	—	20	20
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2	240	242
Adições	—	335	335
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2	575	577
Amortização acumulada			
Saldos em 31 de dezembro de 2020	—	(75)	(75)
Adições	—	(46)	(46)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	—	(121)	(121)
Adições	—	(58)	(58)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	—	(179)	(179)
Intangível líquido			
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2	120	122
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2	396	398
Taxa média ponderada anual de amortização	—	10%	—
Vida útil	—	10	—

11. Fornecedores

	2022	2021
Partes Relacionadas (Nota explicativa 12)	28.965	37.059
Outros fornecedores	3.592	3.086
	32.557	40.145

12. Partes relacionadas

a) **Saldos patrimoniais**

	Ativo circulante	2022	2021
Tekno S.A. Indústria e Comércio	8	3	—
ArcelorMittal Brasil S.A.	1.887	5.685	—
Total (Nota Explicativa 6)	1.895	5.688	—

Tekno S.A. Indústria e Comércio (i)
 ArcelorMittal Brasil S.A. (iii)
 Total

b) **Transações que afetam o resultado**

	2022	2021
A vencer:		
De 1 a 30 dias	—	13
De 31 a 60 dias	7.764	19.759
De 61 a 90 dias	9	1.420
Total a vencer	7.773	21.192
Total geral	7.773	21.192

(i) Refere-se às compras de serviços de beneficiamento de matéria-prima, principalmente relacionado a pintura de bobinas de aço. (ii) Saldos de juros pagos decorrentes de atrasos de pagamento de duplicatas. As taxas de juros foram calculadas com base na variação de 110% do CDI. (iii) Refere-se às compras de matéria-prima, bobinas de aço. **Remuneração da Administração:** A remuneração dos principais administradores, que compreendem empregados com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, é composta exclusivamente de benefícios de curto prazo, cujo montante destinado e reconhecido contabilmente como despesa no exercício findo em 31 de dezembro 2022 foi de R\$1.056 (R\$980 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021). A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em participações societárias. A Companhia não possui benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo. Os benefícios de curto prazo para os administradores são os mesmos dos demais empregados. Os valores destes benefícios estão agregados à remuneração dos administradores. Adicionalmente, a Companhia não mantém quaisquer benefícios para pessoas chave da administração de suas partes relacionadas.

13. Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

A Administração da Companhia, com base nos relatórios e análises técnicas de seus consultores jurídicos, constituiu provisões em montante considerado suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis com as ações em curso. Em 31 de dezembro de 2022 os processos decorrentes da cobrança de IPI foram reavaliados e as provisões foram constituídas de acordo com os prognósticos estabelecidos em nota técnica emitida pelos advogados responsáveis, com a anuência do departamento jurídico corporativo da companhia no valor de R\$4.254 (R\$0 em 2021). As contingências passivas classificadas como "possíveis" e não provisionadas somam R\$2.865 em 2022 (R\$2.438 em 2021).

14. Patrimônio líquido

a) **Capital social:** Em 31 de dezembro de 2022 o capital social subscrito e integralizado no montante de R\$57.705 está representado por 57.705 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, subscritas conforme segue:

	Quantidade de ações 2022	Percentual de ações 2022
Acionistas	29.429.749	51%
ArcelorMittal Spain Holding	28.275.629	49%
Tekno S.A. Indústria e Comércio	57.705.378	100%

b) **Reserva de retenção de lucros:** A destinação final de R\$24.401 remanescente do lucro líquido ajustado do exercício de 2022, será deliberada pela Assembleia Geral dos Acionistas. A Administração irá propor a retenção do lucro para investimento conforme orçamento de capital, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2022 o saldo de Retenção de lucros de R\$24.402, que será deliberada pela Assembleia Geral dos Acionistas, conforme nota explicativa 15.c.c) **Destinação do lucro do exercício:** O estatuto da Companhia, nos artigos 21 a 24 do seu Capítulo VII, prevê que o Lucro Líquido do Exercício deve ser destinado da seguinte forma: **Art. 21:** Após as deduções legais, o lucro líquido do exercício a que se refere o Art. 21, destinar-se-ão 5% (cinco por cento) para constituição da reserva legal, até que esteja alcançado o limite em lei. **Art. 22:** Do saldo remanescente, ajustado consoante o dispositivo no Artigo 202 da Lei 6.404 de 15/12/76, será destinado a importância necessária ao pagamento do dividendo assegurado aos acionistas preferenciais na forma de Artigo 22, ficando estabelecido que, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do saldo de que trata este Artigo serão obrigatoriamente destinados à distribuição aos acionistas,

(i) De acordo com estudos preparados pela Administração, a Companhia espera realizar parte significativa do crédito de IPI, por meio da compensação com outros tributos federais, PIS e COFINS.

(ii) Os saldos a recuperar do PIS e COFINS decorrem, substancialmente, pelo Mandado de Segurança impetrados pela Companhia, nos quais se pretendia assegurar o direito ao não recolhimento das contribuições do PIS e da COFINS sobre os valores relativos ao ICMS, bem como o direito à compensação dos referidos valores recolhidos indevidamente. Em relação mandado de segurança, com decisão transitada em julgado, foi apurado um crédito de R\$10.677, relativo ao período de 15/03/2017 a 31/05/2022. A Companhia entendeu possuir direito ao reconhecimento de um crédito registrado nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

15. Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui prejuízos fiscais acumulados e base negativa de contribuição social no montante de R\$681 (R\$6.807 de dezembro de 2021). **Reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto de renda e contribuição social**

	2022	2021
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	31.590	39.271
Alíquota nominal	34%	34%
Despesas com imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal	10.741	13.352
(+) Adições permanentes	108	75
(-) Exclusões temporárias	(1.154)	(191)
(-) Exclusão de indébitos tributários (nota 21)	(3.127)	—
(+) Efeito da provisão do IPI (nota 13)	1.446	—
Imposto de renda antes da compensação	8.014	13.236
Compensação de prejuízos	(2.084)	(3.971)
Diferença de adicional de imposto de renda e contribuição social	(24)	(24)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	4.836	9.241
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	15,3%	23,5%
Despesa com imposto de renda e contribuição social diferido	1.070	—

Lucro líquido do exercício **25.683** 30.030
 Compensação de prejuízos acumulados — (23.606)
 Lucro líquido ajustado **25.683** 6.424
 Reserva legal (5%) sobre lucro líquido ajustado **(1.605)** (321)
 Base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios **24.078** 6.103
 Dividendos mínimos obrigatórios (25%) (i) **6.100** 1.525

(i) Conforme ata de assembleia geral ordinária realizada em 05 de maio de 2022 o valor de R\$1.525 referente a destinação de 2021 foi destinado a reserva orçamentária para investimentos futuros.

16. Receita operacional líquida

	2022	2021
Vendas de produtos	312.120	324.447
Impostos sobre vendas	(69.215)	(74.391)
Devoluções e abatimentos	(2.437)	(1.203)
Total	240.468	248.853

17. Custo dos produtos vendidos

	2022	2021
Matéria-prima	181.026	180.727
Salários, encargos e benefícios	4.665	4.260
Energia elétrica e gás natural	947	679
Depreciação	1.437	1.205
Outros	8.575	6.035
Total	196.650	192.906

18. Despesas de vendas

|--|

Publicidade Legal

... continuação

pelo Conselho de Administração, sendo subsequentemente analisada de forma periódica em relação à exposição ao risco que a Administração pretende proteger. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia não possuiu e não operou com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios

Perfil S.A., Construções, Indústria e Comércio

apresentados. Hierarquia de valor justo: Os diferentes níveis foram definidos como a seguir: • Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. • Nível 2 – Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3 – Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

	Valor justo de instrumentos financeiros avaliados ao valor justo por meio do resultado		Valor justo das demais categorias de instrumentos financeiros		Valor Justo total		Valor Contábil	
	Nível 2		Nível 2					
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Ativos ao valor justo por meio do resultado:								
Aplicações financeiras	15.692	2.137	-	-	15.692	2.137	15.692	2.137
Ativos financeiros ao custo amortizado:								
Caixas e bancos	-	-	3	3	3	3	3	3
Contas a receber de clientes	-	-	23.044	22.690	23.044	22.690	23.044	22.690
Circulante								
Passivos financeiros ao custo amortizado:								
Fornecedores – circulante	-	-	3.592	3.086	3.592	3.086	3.592	3.086
Partes relacionadas – circulante	-	-	28.965	37.059	28.965	37.059	28.965	28.965

As aplicações financeiras, classificadas como nível 2, foram registradas com base no valor do resgate naquela data, representando o melhor valor justo. As operações da Companhia estão sujeitas de riscos abaixo descritos: **Risco de crédito:** Decorre da possibilidade da Companhia incorrer em perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating. **Risco de taxas de juros:** Decorre da possibilidade de a Companhia estar sujeita aos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos, quando necessário, em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. **Risco de taxas de câmbio:** Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia para a aquisição de insumos, a venda de produtos e a contratação de instrumentos financeiros. A Companhia possui política específica, quando necessário, para a contratação de operações de hedge para mitigar riscos de exposição às taxas de câmbio. As políticas de Administração de risco da Companhia foram estabelecidas pelo Conselho de Administração a fim de identificar e analisar riscos enfrentados pela Companhia, para estabelecer apropriados limites de riscos e controles e monitorar riscos e aderência aos limites. Políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia não possuiu nenhum contrato de proteção cambial em aberto, assim como nenhum ativo ou passivo registrado em moeda estrangeira. **Risco de liquidez:** A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Diretoria Administrativa da Companhia, que elaborou um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. O gerenciamento do risco de liquidez é feito através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros e pela manutenção de relacionamento próximo com instituições financeiras, com frequente divulgação de informações para suportar decisões de crédito quando da necessidade de recursos externos. **Instrumentos financeiros por categoria:** Os principais ativos e passivos financeiros da Companhia estão apresentados a seguir:

	2022		2021	
	Valor justo por meio do resultado	Ativo pelo custo amortizado	Passivo pelo custo amortizado	Total
Ativos financeiros	15.692	3	-	15.695
Caixa e equivalentes de caixa	-	3	-	3
Contas a receber de clientes de terceiros	-	21.149	-	21.149

Paulo César Prado Peixoto
Gerente de Administração, Finanças e Controladoria

João Pedro Almeida de Paula
Contador CRC 1SP 333.035/0-2

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Perfil S.A. Construções, Indústria e Comércio
Guaratinguetá-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Perfil S.A. Construções, Indústria e Comércio ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho

realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria

apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 27 de abril de 2023.

Ernst & Young
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC 027.623/F

Marcos Roberto Sponchiado
Contador
CRC 1SP 175.536/O-5

GET Comercializadora de Energia S.A.
CNPJ/MF nº 31.557.781/0001-43

As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: www.matrixenergia.com.

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

Balanço Patrimonial		Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido						
	2022	2021	Capital social	Capital social a integralizar	Capital Social	Reservas legais	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Ativo								
Circulante	160.128	70.885						
Caixa e equivalentes de caixa	20.984	21.726						
Contas a receber	14.196	40.596						
Valor justo dos contratos de energia	69.745	6.329						
Tributos a recuperar	1.203	-						
Adiantamento a fornecedores	54.000	2.234						
Não Circulante	22.027	36.229						
Valor justo dos contratos de energia	18.764	33.657						
Outros Créditos	-	28						
Investimentos	2.534	2.200						
Imobilizado	662	179						
Intangível	67	165						
Total do Ativo	182.155	107.114						
Passivo								
Circulante	133.259	39.257						
Fornecedores	15.056	34.071						
Valor justo dos contratos de energia	62.264	2.670						
Obrigações trabalhistas	1.913	14						
Obrigações tributárias	8	1.460						
Adiantamento de clientes	54.000	-						
Outras obrigações	18	1.042						
Não circulante	14.473	25.721						
Valor justo dos contratos de energia	7.676	17.904						
Tributos diferidos	6.797	7.785						
Outras obrigações	-	32						
Total do Passivo	147.732	64.978						
Patrimônio Líquido	34.423	42.136						
Capital social	28.400	28.400						
Reservas de lucros	6.023	13.736						
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	182.155	107.114						
Demonstrações de Resultados Abrangentes								
	2022	2021						
Lucro líquido do exercício	5.547	10.483						
Resultado abrangente do período	5.547	10.483						

Demonstração do Fluxo de Caixa		Demonstração de Resultado	
	2022	2021	
Fluxo de caixa das Atividades Operacionais	5.547	10.483	
Lucro líquido do exercício	5.547	10.483	Receita líquida
Ajustes			Custo de energia comprada
Depreciação e amortização	(385)	254	164.800
Tributos diferidos	(988)	5.499	(157.789)
Imposto de renda e contribuição social	3.740	1.108	7.011
Juros sobre arrendamento	-	42	16.875
Variáveis de valor justo – participações em outras empresas e derivativos	843	(13.711)	Despesas operacionais
Lucro Ajustado	8.757	3.675	Gerais, comerciais e administrativas
Variáveis nos Ativos e Passivos			(3.062)
Fornecedores	34.985	21.828	Resultado antes do resultado financeiro e dos impostos sobre o lucro
Contas a receber	26.400	(27.726)	3.949
Impostos a recuperar	(1.203)	256	5.204
Adiantamento a fornecedores	(51.766)	(201)	5.296
Outros créditos	(306)	723	Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social
Obrigações trabalhistas	1.899	(8)	9.153
Obrigações tributárias	(5.192)	(191)	15.822
Outras obrigações	(516)	251	Imposto de renda e contribuição social
Fluxo de Caixa proveniente das atividades operacionais	13.058	(1.393)	Correntes
Fluxo de caixa de atividades de investimento			Diferidos
Aquisição de imobilizado e intangíveis	-	(61)	134
Fluxo de caixa aplicado na atividade de investimento	-	(61)	5.547
			10.483
			Fluxo de caixa de atividades de financiamento
			Integralização de capital
			Pagamento de financiamentos – principal
			Dividendos pagos
			Fluxo de caixa aplicado na atividade de investimento
			(13.800)
			18.608
			17.154
			4.572
			21.726
			17.154

Federico Marsano – Diretor Financeiro
José Alexandre Kirstein – Contador CRC-TC SP 242.256/O-0

Cotação das moedas

Coroa (Suécia) - 0,4863
Dólar (EUA) - 5,015
Franco (Suíça) - 5,6002
Iene (Japão) - 0,03741
Libra (Inglaterra) - 6,2542
Peso (Argentina) - 0,02259
Peso (Chile) - 0,006256
Peso (México) - 0,2775
Peso (Uruguai) - 0,1296
Yuan (China) - 0,7245
Rublo (Rússia) - 0,0615
Euro (Unidade Monetária Europeia) - 5,5245

ARA Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 21.286.866/0001-80

Balancos Patrimoniais 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	283	301	4.255	7.697
Contas a receber	5	-	-	53.878	28.430
Estoques	6	-	-	11.299	1.810
Tributos a recuperar	-	-	-	630	464
Contas a receber com partes relacionadas	7	10.210	-	-	-
Créditos diversos	8	919	868	2.673	1.382
Total do ativo circulante		11.412	1.169	72.735	39.783
Não circulante					
Contas a receber	5	-	-	1.347	2.323
Créditos diversos	8	2.326	2.808	2.326	2.808
Depósitos judiciais	15	2	-	128	96
		2.328	2.808	3.801	5.227
Investimentos	9	50.160	35.428	-	-
Imobilizado	10	2.478	591	5.393	3.146
Intangível	11	8	30	917	721
		52.646	36.049	6.310	3.867
Total do ativo não circulante		54.974	38.857	10.111	9.094
Total do ativo		66.386	40.026	82.846	48.877
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores	12	82	9	6.756	2.906
Obrigações trabalhistas e tributárias	13	135	130	9.408	5.445
Contas a pagar	-	165	33	510	65
Adiantamento de clientes	-	-	-	135	642
Provisão para perda de investimento	9	-	68	-	-
Total do passivo circulante		382	240	16.809	9.058
Provisão para demandas judiciais	15	-	-	33	33
Total do passivo não circulante		-	-	33	33
Capital social	16	30	30	30	30
Reserva legal	16	6	6	6	6
Reserva de lucros	16	65.968	39.756	65.968	39.756
Total do patrimônio líquido		66.004	39.786	66.004	39.786
Total do passivo e patrimônio líquido		66.386	40.026	82.846	48.877

Demonstrações do Resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Receita operacional líquida	17	-	-	197.008	131.666
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	18	-	-	(43.840)	(18.554)
Lucro bruto		-	-	153.168	113.112
Despesas/receitas operacionais:					
Despesas gerais, administrativas e comerciais	19	(4.678)	(2.608)	(42.645)	(35.633)
Outras receitas e despesas operacionais	-	615	24	(1.971)	(2.007)
		(4.063)	(2.584)	(44.616)	(37.640)
Lucro/(prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		(4.063)	(2.584)	108.552	75.472
Despesas financeiras	20	(21)	(6)	(1.206)	(1.417)
Receitas financeiras	20	189	147	1.547	666
		168	141	341	(751)
Lucro/(prejuízo) antes das participações societárias		(3.895)	(2.443)	108.893	74.721
Resultado de equivalência patrimonial	9	93.451	63.966	-	-
Lucro antes das provisões tributárias		89.556	61.523	108.893	74.721
Imposto de renda e contribuição social	14	(152)	(66)	(19.489)	(13.264)
Lucro líquido do exercício		89.404	61.457	89.404	61.457

Demonstrações do Resultado Abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Lucro líquido do exercício		89.404	61.457	89.404	61.457
(+) Outros resultados abrangentes		-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício		89.404	61.457	89.404	61.457

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020		30	-	53.757	53.787
Lucro líquido do exercício	-	-	-	61.457	61.457
Distribuição de lucros	16	-	-	(75.458)	(75.458)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		30	-	39.756	39.786
Lucro líquido do exercício	-	-	-	89.404	89.404
Distribuição de lucros	16	-	-	(63.186)	(63.186)
Transferência para reserva legal	16	-	6	(6)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		30	6	65.968	66.004

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		3.018	(1.896)	63.164	77.183
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		89.556	61.523	108.893	74.721
Ajuste de itens sem desembolso de caixa para conciliação do resultado à geração de caixa pelas atividades operacionais		(93.451)	(63.966)	-	-
Depreciação	208	223	556	486	
Amortização	22	22	223	125	
Custo líquido na baixa de ativo imobilizado	194	-	197	278	
Provisão (reversão) da perda estimada com crédito de liquidação duvidosa	-	-	148	855	
Resultado de equivalência patrimonial	(93.451)	(63.966)	-	-	
Custo líquido na alienação de participação em investida	-	-	-	-	
Juros sobre alienação da investida	-	-	-	-	
Ganho por distribuição desproporcional de lucros	-	-	-	-	
Baixa de saldo de participação de não controladores e outras	-	-	-	-	
Outras movimentações	(34)	59	-	-	
Varição nos ativos e passivos operacionais		(155)	(45)	(16.821)	(13.304)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas.

Fluxo de caixa líquido originado das (aplicado nas) atividades operacionais

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Contas a receber	-	-	-	(24.619)	12.167
Estoques	-	-	-	(9.489)	1.364
Tributos a recuperar	-	-	-	34	(165)
Créditos diversos	431	228	(810)	(125)	
Depósitos judiciais	(2)	-	(32)	(9)	
Fornecedores	72	9	3.850	(366)	
Obrigações trabalhistas e tributárias	8	15	1.295	392	
Contas a pagar	133	2	445	(16)	
Adiantamento de clientes	-	-	(507)	435	
Imposto de renda e contribuição social pagos	(155)	(45)	(16.821)	(13.304)	
Fluxo de caixa líquido originado das (aplicado nas) atividades operacionais		(3.018)	(1.896)	63.164	77.183

Fluxo de caixa das atividades de investimento

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Contas a receber de Partes relacionadas	-	-	-	-	-
Lucros distribuídos	(63.186)	(75.458)	(63.186)	(75.458)	
Aquisição de imobilizado	(2.289)	(11)	(3.000)	(668)	
Aquisição de intangível	-	-	(420)	(555)	
Lucros recebidos de controladas	83.585	72.300	-	-	
Aporte de capital em investidas	(900)	(100)	-	-	
Alienação de participação em investida - recebimento	-	-	-	-	
Empréstimos concedidos à parte relacionadas	(10.210)	-	-	-	
Adiantamento para futuro aumento de Capital (AFAC)	(4.000)	-	-	-	
Restituição de redução de capital em investida	-	5.100	-	-	
Fluxo de caixa originado das (aplicado nas) atividades de investimento		3.000	1.831	(66.606)	(76.681)

Fluxo de caixa das atividades de financiamento

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Captação de empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		-	-	-	-
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		(18)	(65)	(3.442)	502
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		301	366	7.697	7.195
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		283	301	4.255	7.697
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		(18)	(65)	(3.442)	502

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas.

incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais passivos são classificados como não circulantes. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. **3.14. Demonstração dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa, individual e consolidado, foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas. **3.15. Instrumentos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração:** Os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos financeiros não contabilizados ao valor justo por meio do resultado do exercício. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: caixa e equivalentes de caixa e contas a receber. Esses ativos foram classificados nas categorias de custo amortizado e ativos financeiros a valor justo por meio de resultado, respectivamente. O principal passivo financeiro reconhecido pela Companhia e suas controladas é o contas a pagar a fornecedores, que foi classificado na categoria de custos amortizados. **Mensuração subsequente:** A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data do balanço de acordo com a sua classificação, sendo os ativos e passivos financeiros da Companhia e suas controladas classificados nas seguintes categorias: **a) Ativos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se ambas as seguintes condições forem atendidas: **i)** O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e **ii)** Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. **b) Ativos e passivos financeiros a custo amortizado:** O ativo financeiro ou passivo financeiro deve ser mensurado ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: **i)** O ativo financeiro ou passivo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter instrumentos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e **ii)** Os termos contratuais do ativo financeiro ou passivo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. **c) Ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado:** O ativo financeiro e passivo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. **3.16. Informações por segmento:** Em função da concentração de suas atividades no desenvolvimento e na comercialização de calçados femininos, bolsas e acessórios a Companhia e suas controladas estão organizadas em uma única unidade de negócio. Os produtos estão representados pela marca "Santa Lolla" e, embora sejam comercializados por meio de diferentes canais de distribuição, não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Caixa	-	-	9	7
Bancos conta movimento	274	146	274	146
Aplicações financeiras	9	155	3.972	7.544
	283	301	4.255	7.697

As aplicações financeiras estão representadas substancialmente por aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), com remunerações próximas dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDIs). As aplicações podem ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração apropriada.

5. Contas a receber

	Consolidado	
	2022	2021
Royalties e comissões	53.593	25.522
Acordos e renegociações	-	2.605
Operadora de crédito	3.072	4.214
	56.665	32.341
(-) Provisão para créditos com liquidação duvidosa	(1.440)	(1.588)
	55.225	30.753

Ativo circulante

	2022	2021
Ativo não circulante	53.878	28.430
	1.347	2.323
	55.225	30.753

5.1. Entendimento das operações: **a) Royalties e comissões:** Os valores a receber vinculados as operações de vendas diretas, comissões e royalties são concentradas nessa conta; **b) Acordos e renegociações:** Negociações realizadas entre a Companhia, suas controladas e franqueados acerca de valores vencidos que foram renegociados e um novo fluxo financeiro foi formalizado; **c) Operadora de crédito:** Os saldos da rubrica "operadora de crédito" contemplam vendas para o varejo intermediadas por empresas que atuam nesse segmento de mercado. Nesse tipo de operação, os clientes pagam a essas operadoras que posteriormente repassam os valores à Companhia quando os produtos são efetivamente entregues. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía créditos que montavam R\$3.072. **5.2. Composição do contas a receber por intervalo de vencimento:** As políticas de vendas para os clientes estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes na inadimplência de seus clientes. A composição de contas a receber por vencimento é a seguinte:

continua ...

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)

1. Informações sobre a companhia e contexto operacional - 1.1. Informações sobre a controladora: A ARA Empreendimentos e Participações SA. ("Companhia" ou "Controladora") é uma sociedade limitada, constituída em 24 de outubro de 2014, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Foi criada para atuar como holding e administradora das empresas (controladas) responsáveis pela produção, desenvolvimento, modelagem e comercialização dos calçados, bolsas, acessórios e vestuário da marca "Santa Lolla". A marca "Santa Lolla" está presente no mercado nacional a mais de 16 anos e tem seu foco direcionado ao atendimento das demandas do público feminino de todas as idades. Com um portfólio de mais de 7.000 itens e com 5 novas coleções a cada ano, busca atender a demanda crescente deste mercado, atentando-se para as novidades e tendências nacionais e internacionais da moda, com produtos autênticos com grande aceitação e penetração no mercado. Em 31 de dezembro de 2022, a marca "Santa Lolla" atingiu a marca 280 (240 em 2021) franquias, distribuídas em todo o território nacional e internacional, 2.255 (2.200 em 2021) pontos de vendas em lojas multimarcas e uma loja própria ("Concep Store") localizada em uma das principais ruas de comércio da Cidade de São Paulo ("Oscar Freire"), além de ter uma forte atuação por meio do e-commerce.

1.2. Informações sobre as empresas controladas

Empresa	Participação	Principais atividades
Stella Franquias	100%	Administração e expansão das franquias, vendas, licenciamento de marcas.
RVF Franquias	100%	Licenciamento de marcas e representação comercial por conta de terceiros.
SKO Comércio, Importação e Exportação de Calçados, Bolsas e Acessórios	100%	Importação e exportação de calçados, bolsas, acessórios e artigos de vestuário em geral. Representantes comerciais e agentes do comércio de têxteis, calçados e artigos de viagem.
Verden Comércio de Calçados	100%	Comércio varejista de calçados, bolsas, cintos, artigos de vestuários, bijuterias e congêneres.
Tror Assessoria em Marketing	100%	Assessoria em marketing, produção de filmes em estúdio cinematográfico ou qualquer outra plataforma que tenha como finalidade a publicidade dos produtos e da marca.
Alle Franquias Ltda	100%	Exploração do ramo de franquias, venda e licenciamento de marcas e comércio varejista de calçados.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras - 2.1. Declaração de conformidade e aprovação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas (Resolução CFC nº 1.255/09, NBC TG 1000 (R1)). As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da ARA Empreendimentos e Participações SA. do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram autorizadas para emissão pela diretoria da Companhia em 28 de abril de 2023, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data. **2.2. Base de apresentação:** As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, são elaboradas com o apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, são apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para demandas judiciais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar

... continuação

Descrição	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
A vencer	45.895	27.528	210	-
Vencidos até 30 dias	2.870	960	-	-
Vencidos de 31 a 90 dias	3.453	539	-	-
Vencidos de 91 a 180 dias	3.007	228	-	-
Vencidos acima de 180 dias	1.440	3.086	-	-
Saldo final	56.665	32.341	10.210	-

5.3. Provisão para créditos com liquidação duvidosa: A Companhia e suas controladas analisam periodicamente os títulos que compõem sua carteira de recebíveis, adotando o procedimento de calcular a Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD) para os títulos vencidos há mais de 180 dias e que não estejam em processo de negociação ou acordo vinculado a extensões de prazo de pagamento, além de avaliar outros indicadores que impliquem em sua realização. A movimentação das provisões para perdas encontradas demonstrada a seguir:

Descrição	Consolidado	
	2022	2021
Saldo inicial	(1.588)	(733)
Complemento/(Reversão) de PCLD	148	(855)
Saldo final	(1.440)	(1.588)

6. Estoques

Descrição	Consolidado	
	2022	2021
Mercadoria para revenda (a)	11.182	1.790
Estoques em poder de terceiros	117	20
Saldo final	11.299	1.810

(a) As mercadorias para vendas são compostas, principalmente, de calçados e bolsas para formação de estoques estratégicos para reposição imediata aos franquizados, venda nas lojas próprias e rápido atendimento ao e-commerce. **7. Transações com partes relacionadas – 7.1. Remuneração da Administração:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a remuneração total paga aos administradores e reconhecidas na demonstração do resultado individual e consolidado foi de R\$67 e R\$140. A Companhia e suas controladas não concedem benefícios pós-emprego, benefício de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para os membros da Administração e seus empregados. **7.2. Contas a receber de partes relacionadas:** Referem-se às operações de empréstimos em forma de mútuo com vencimento no exercício social seguinte (ativo circulante), celebrados entre a Companhia e suas partes relacionadas, tendo por objetivo suprir recursos para a manutenção das atividades operacionais. Referidas operações não são remuneradas, conforme mutuado entre as partes. Sua composição é conforme segue:

Descrição	Controladora	
	2022	2021
SKO Comércio, Importação e Exportação de Calçados, Bolsas e Acessórios	10.000	-

9.2. Movimentação dos investimentos – Controladora

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Equipamentos para processamento de dados	20	18	1.237	674
Equipamentos telefônicos e acessórios	20	-	17	3
Imóveis	4	-	934	934
Benefitorias em Propriedades de Terceiros	4	2.214	2.270	-
Instalações	10	6	155	149
Máquinas e equipamentos	10	11	464	439
Móveis e utensílios	10	53	1.081	964
Veículos	20	384	1.101	674
Saldo final	2.686	1.123	6.832	4.264
(-) Depreciações acumuladas	(208)	(532)	(1.440)	(1.118)
Saldo líquido	2.478	591	5.392	3.146

10.1. Movimentação do imobilizado

Descrição	2020		2021		2022	
	Adição	Baixa (a)	Adição	Baixa (a)	Adição	Baixa (a)
Equipamentos para processamento de dados	4	-	2	16	10	8
Instalações	-	-	-	6	-	5
Benefitorias em Propriedades de Terceiros	-	-	-	2.214	-	2.184
Máquinas e equipamentos	-	11	-	-	-	10
Móveis e utensílios	-	-	-	53	-	52
Veículos	799	-	578	(194)	(165)	219
Saldo final	803	11	591	2.289	(194)	2.088

(a) Custo líquido de depreciação.

Descrição	2020		2021		2022	
	Adição	Baixa (a)	Adição	Baixa (a)	Adição	Baixa (a)
Benefitorias em Propriedades de Terceiros	-	-	-	2.271	-	(30)
Equipamentos para processamento de dados	205	321	(81)	445	(3)	(164)
Equipamentos telefônicos e acessórios	2	-	(1)	15	-	(1)
Imóveis	922	-	(38)	884	-	-
Instalações	105	-	(15)	90	-	(16)
Máquinas e equipamentos	354	292	(42)	326	-	(43)
Móveis e utensílios	858	55	(91)	822	-	(135)
Veículos	798	-	(220)	578	-	(167)
Saldo final	3.244	668	(488)	3.146	3.000	(197)

(a) Custo líquido de depreciação.

11. Intangível

Descrição	% - Taxa anual de amortização		Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Software	20	110	110	1.257	1.041	-
Direito de uso de ponto de comercialização (i)	-	-	-	202	-	-
Saldo final	110	110	1.459	1.041	(80)	(541)

(i) Referem-se aos direitos de uso de comercialização ocorridas durante o exercício de 2022. As relações contratuais têm vida útil finita e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação contratual.

11.1. Movimentação do intangível

Descrição	Softwares	
	Controladora	Consolidado
Saldo inicial	30	52
(+) Adições	-	420
(-) Amortizações	(22)	(223)
Saldo final	8	30

12. Fornecedores – O saldo é composto pela aquisição de matéria-prima e produtos acabados que compõem o processo produtivo da Companhia e suas controladas, com vencimento dos títulos em prazo inferior a 12 meses.

13. Obrigações trabalhistas e tributárias

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Obrigações trabalhistas	14	12	416	268
Salários a pagar	-	-	-	33
Férias a pagar	5	5	8	7
Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS)	4	4	120	80
Provisão de férias e encargos	68	63	1.442	815
Obrigações com pessoal	-	-	5	2
Total das obrigações trabalhistas	91	84	1.991	1.205
Obrigações tributárias	13	4.225	2.192	-
IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica	8	8	1.440	805
CSLL – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	-	-	75	69
PIS – Programa de Integração Social	-	-	-	-
COFINS – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	-	-	345	318
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	-	-	169	216
IPI – Imposto sobre Produto Industrializado	-	-	133	-
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte	8	8	299	145
ISS – Imposto sobre Serviços	-	-	350	271

ARA Empreendimentos e Participações S.A.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Alienação de investimento – "ZOT"	3.051	3.658	2.966	3.658
Adiantamento a fornecedores	69	14	1.485	512
Outros créditos	125	4	548	20
Saldo final	3.245	3.676	4.999	4.190

8.1. Alienação de investimento – "ZOT" Em 30 de junho de 2019 a Companhia alienou a totalidade de sua participação na controlada "ZOT Alliance Importação e Exportação Ltda." apurando o seguinte resultado na operação:

Descrição	R\$	
	2022	2021
Valor total da venda	4.312	-
(-) Custo do investimento	4.783	-
Prejuízo auferido na alienação da controlada	(471)	-

O contrato celebrado entre as partes estabelece que o fluxo de recebimento dessa operação ocorrerá em 47 parcelas mensais, não lineares, conforme resumido a seguir:

Descrição	R\$	
	2022	2021
Valor total da venda	4.312	-
(+) Juros incorridos na operação	225	-
(-) Recebimentos durante os exercícios de 2019 a 2021	(879)	-
(-) Recebimentos durante o exercício de 2022	(692)	-
Saldo a receber em 31/12/2022	2.966	-

9. Investimentos – 9.1. Composição dos investimentos:

Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial

Descrição	% - Participação		Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Stella Franquias Ltda	100	21.031	14.616	-	-	-
RVF Franquias Ltda.	100	9.731	8.361	-	-	-
SKO Comércio, Impo. E Export. de Calçados Ltda.	100	7.666	3.568	-	-	-
Tror Assessoria em Marketing Ltda.	100	3.453	2.986	-	-	-
Verden Comércio de Calçados Ltda.	100	7.742	5.897	-	-	-
Alle Franquias Ltda	100	537	-	-	-	-
Saldo final	50.160	35.428	50.160	35.428	-	(68)

Provisão para perda em investimentos (passivo)

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Alle Franquias Ltda.	100	-	(68)	-
Saldo final	100	-	(68)	-

16.2. Lucros e dividendos: No exercício de 2022 foram distribuídos, e pagos, lucros aos quotistas no montante de R\$63.186 (MRS 75.458 em 2021).

16.3. Apropriação do lucro líquido do exercício: O lucro líquido do exercício, quando apurado, em conformidade com o estatuto social da Companhia, tem as seguintes destinações: (i) Amortização dos prejuízos acumulados; (ii) Importação de 5% destinada à constituição da reserva legal limitada a 20% do capital social; (iii) Distribuição de dividendos mínima obrigatória não inferior a 50% do saldo remanescente do lucro líquido do exercício e (iv) Destinação do saldo remanescente dos lucros para a constituição da reserva de retenção de lucros, visando a continuidade e expansão das atividades da Companhia. A diretoria da Companhia levará à próxima Assembleia Geral Ordinária e/ou Extraordinária, proposta para aumento de capital com reservas de lucros de modo a enquadrar no artigo 199 da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07, que trata do limite da referida conta em relação ao valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2022 houve a seguinte apuração:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Lucro líquido para cálculo de reserve legal	89.404	-	89.404	-
(-) Reserva legal – 5% (ii)	(6.000)	-	(6.000)	-
(=) Lucro líquido para cálculo dos dividendos	83.404	-	83.404	-
(-) Dividendos distribuídos	(63.186)	-	(63.186)	-
(=) Reserva de retenção de lucros (iv)	20.218	-	20.218	-

17. Receita operacional líquida

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Re vendas – mercado interno	58.057	21.576	58.057	21.576
Re vendas – mercado externo	1.288	2.031	1.288	2.031
Receita – Royalties	167.759	124.752	167.759	124.752
Receita bruta	227.104	148.359	227.104	148.359
Devolução de vendas	(5.460)	(1.672)	(5.460)	(1.672)
Descontos e abatimentos	(278)	47	(278)	47
Impostos sobre vendas	(24.358)	(15.068)	(24.358)	(15.068)
Deduções da receita bruta	(30.096)	(16.693)	(30.096)	(16.693)
Receita operacional líquida	197.008	131.666	197.008	131.666

18. Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Matéria-prima e mercadorias	(20.469)	(5.353)	(20.469)	(5.353)
Despesa com pessoal	(12.585)	(7.874)	(12.585)	(7.874)
Despesa com marketing	(5.075)	(2.661)	(5.075)	(2.661)
Frete	(2.522)	(1.246)	(2.522)	(1.246)
Serviços de terceiros	(2.593)	(1.089)	(2.593)	(1.089)
Aluguéis	(294)	(133)	(294)	(133)
Energia elétrica, água e gases industriais	(302)	(198)	(302)	(198)
Saldo final	(43.840)	(18.554)	(43.840)	(18.554)

19. Despesas gerais, administrativas e comerciais

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Comissões sobre vendas	-	(15.806)	-	(15.806)
Serviços de terceiros	(2.533)	(839)	(2.533)	(839)
Despesa com pessoal	(1.150)	(1.007)	(6.083)	(3.734)
Aluguéis e condomínios	(457)	(328)	(2.344)	(1.330)
Correios	(36)	(729)	(1.159)	(611)
Depreciações e amortizações	(230)	(245)	(779)	(611)
Materiais de consumo	(30)	(1.319)	(726)	(400)
Despesa com amostras	-	-	-	(400)
Telefone	(3)	(3)	(189)	(192)
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	-	-	148	(858)
Manutenção	(20)	(38)	(84)	(99)
Impostos e taxas	(75)	(71)	(307)	(329)
Despesa com viagens	(66)	(585)	(189)	(113)
Locação de equipamentos	-	(144)	(113)	(113)
Água, energia elétrica e gases	(7)	(20)	(138)	(129)
Seguros	(12)	(1)	(46)	(13)
Outras despesas comerciais	-	-	(187)	(180)
Outras despesas administrativas	(59)	(56)	(1.181)	(1.873)
Saldo final	(4.678)	(2.608)	(42.645)	(35.633)

20. Despesas e receitas financeiras

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Despesas financeiras	(21)	(6)	(736)	(668)
Despesas bancárias	-	-	(299)	(488)
Descontos concedidos	-	-	(146)	(239)
Variação cambial passiva	-	-	(23)	(4)
J				

Concais S/A
CNPJ/MF nº 02.092.233/0001-97

Aviso – Demonstrações Contábeis Resumidas em atendimento ao Parecer de Orientação CVM nº 39, de 20 de dezembro de 2021

1) As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. 2) As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas, A Administração da Concais S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submeteu à apreciação dos Acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhada do Parecer dos Auditores Independentes, correspondentes aos exercícios findos em 31/12/2022 e de 2021, elaboradas a Presidência, a Diretoria e a Administração da Concais S.A. expressam os agradecimentos a todos aqueles

que de alguma forma contribuíram com a Companhia, possibilitando assim o sucesso da Concais no mercado nacional e em especial reconhecemos as contribuições e confiança de nossos parceiros, nossos funcionários e nossos colaboradores pelo empenho e dedicação, e em especial a Autoridade Portuária de Santos – Santos Port Authority (SPA), São Paulo, 24 de março de 2023. *A Diretoria*

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

Balancos Patrimoniais			Demonstrações do Resultado				Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido					
Ativo	Nota	2022	2021	Notas	2022	2021	Notas	Capital social	Reserva legal	Reservas estatutárias	Lucros acumulados	Total
			(Reapresentado)			(Reapresentado)						
Circulante		38.480	22.824									
Caixa e equivalentes de caixa	4	21.015	15.717	17	61.772	25.221						
Contas a receber de clientes	5	16.965	6.750	18	(18.167)	(9.379)						
Tributos a recuperar	–	410	243		43.605	15.842						
Outros créditos	6	12	41									
Despesas antecipadas	7	78	73									
Não circulante		40.963	37.625									
Partes relacionadas	8	13.973	14.766									
Depósitos judiciais	15	697	602									
Despesas antecipadas	–	–	3									
		14.669	15.371									
Imobilizado	9	3.641	920									
Intangível	10	22.653	21.334									
		29.293	22.254									
Total do ativo		60.449	60.449									
Passivo e patrimônio líquido	Nota	2022	2021	Demonstrações do Resultado			Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido					
			(Reapresentado)	Notas	2022	2021	Notas	Capital social	Reserva legal	Reservas estatutárias	Lucros acumulados	Total
Circulante		46.261	23.230									
Empréstimos e financiamentos	11	4.807	4.751									
Fornecedores	12	2.362	1.634									
Obrigações trabalhistas	13	510	433									
Obrigações tributárias	13	11.097	4.833									
Dividendos a pagar	16	20.247	7.126									
Outras contas a pagar	–	1.152	523									
Compromisso com poder concedente	14	6.084	3.930									
Não circulante		26.401	30.439									
Empréstimos e financiamentos	11	7.876	12.393									
Provisão para demandas judiciais e administrativas	15	1.192	642									
Obrigações tributárias	13	2.879	3.957									
Compromisso com poder concedente	14	14.453	13.447									
Patrimônio líquido		16	6.780									
Capital social		4.520	4.520									
Reserva legal e de lucros		2.260	2.260									
Total do passivo e do patrimônio líquido		60.449	60.449									

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Individuais

1. Contexto operacional – A Concais S.A. (“Concais” ou “Companhia”) foi constituída em 04 de agosto de 1997, mediante contrato de arrendamento para exploração de instalação portuária, com utilização de área correspondente a 43.227,03 metros quadrados da Santos Port Authority – SPA (antiga CODESP), situada em Outerins na margem direita do Porto de Santos, e objeto do contrato de arrendamento PRES/022.98 e seus aditivos celebrados entre a SPA e a Companhia. Tem sua Sede e Foro na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, nº 1306, 8º andar, sala 83, Vila Olímpia, CEP 04547-005 e filial na Cidade de Santos, Estado de São Paulo, na Avenida Cândido Gaffreé, s/nº 25 interno, Porto de Santos, Terminal de Passageiros, na Cidade de Santos, Estado de São Paulo. O prazo inicial de arrendamento era de 20 anos e renovável, uma única vez, por igual período de tempo, conferindo o direito de operar o Terminal, contados a partir da data de assinatura do contrato de arrendamento, com vigência até maio de 2018. Em 01 de setembro de 2017, foi emitida a Resolução nº 5636/2017 pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (“ANTAQ”), através da qual foi aprovado o Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental – EVTEA; reconhecida a possibilidade de prorrogação antecipada do contrato de arrendamento pelo prazo de 20 anos; e avaliação pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil – MTPA das características do projeto e sua correspondente aprovação, cuja vigência será até maio de 2038. Em 16 de julho de 2018, a Companhia assinou o sétimo termo aditivo ao Contrato de Arrendamento nº PRES/022.98, passando a nova vigência do contrato de arrendamento a se encerrar-se em 10 de maio de 2038. Em 02 de setembro de 2021, a Companhia assinou o oitavo termo aditivo ao Contrato de Arrendamento no PRES/022.98, alterando o índice de correção contratual de IGP-M para IPCA.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis – 2.1. Declaração de conformidade e aprovação das demonstrações contábeis: As demonstrações contábeis da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria da Sociedade em 24 de março de 2023, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data que tiveram efeito sobre as divulgações das referidas demonstrações. **2.2. Base de apresentação:** As demonstrações contábeis são elaboradas com o apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis são apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Os itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da perda estimada por créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para demandas judiciais e administrativas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente. **2.6. Regime de escrituração contábil:** As receitas, os custos e as despesas foram registrados pelo regime de competência. Os ativos realizáveis e passivos exigíveis até o prazo de um ano foram classificados no circulante e aqueles com prazos superiores a um ano foram classificados no grupo não circulante.

3. Sumário das principais práticas contábeis – a) Reconhecimento da receita, custos e despesas: A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. As receitas são apresentadas nos resultados dos exercícios pelo seu valor líquido, ou seja, excluem os impostos incidentes sobre elas e são reconhecidas com base nos serviços prestados, na sua efetiva prestação. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência sendo os custos compostos por custos portuários, custos de arrendamento, pessoal, encargos sociais, serviços de terceiros, manutenções, amortizações de ativos, entre outros insumos relacionados às operações portuárias, estão demonstradas separadamente das despesas operacionais, e são registradas no exercício em que incorrerem. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa e saldos positivos em contas correntes mantidas junto às instituições financeiras. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e, estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, como por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. As aplicações realizadas em investimentos com vencimento superior a três meses são classificadas como títulos e valores mobiliários, uma vez que possuem uma liquidez diferenciada. **c) Contas a receber de clientes:** As duplicatas a receber de clientes são inicialmente, reconhecidas pelo valor da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa com base em toda a vida dos instrumentos, utilizando a abordagem simplificada, considerando o histórico de movimentações e perdas históricas. Como regra geral, os títulos vencidos a mais de 120 dias representam um relevante indicativo de perda esperada, e são avaliados individualmente. **d) Imobilizado:** O imobilizado é registrado pelo custo histórico de aquisição e/ou formação. As depreciações são computadas pelo método linear e reconhecidas no resultado do exercício de acordo com as taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 9 e leva em consideração o tempo de vida útil econômica estimada dos bens e o período de concessão diante a Santos Port Authority – SPA. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Os gastos incorridos com manutenção e reparo somente serão capitalizados se os benefícios econômicos futuros associados a esses itens foram prováveis e os valores forem mensurados de forma confiável, enquanto

que de alguma forma contribuíram com a Companhia, possibilitando assim o sucesso da Concais no mercado nacional e em especial reconhecemos as contribuições e confiança de nossos parceiros, nossos funcionários e nossos colaboradores pelo empenho e dedicação, e em especial a Autoridade Portuária de Santos – Santos Port Authority (SPA), São Paulo, 24 de março de 2023. *A Diretoria*

Demonstrações do Resultado Abrangente				Demonstrações dos Fluxos de Caixa			
	2022	2021	(Reapresentado)	2022	2021	(Reapresentado)	
Resultado do exercício	22.684	–	4.538				
Outros resultados abrangentes	–	–	–				
Resultado abrangente do exercício	22.684	–	4.538				
A abertura por vencimento do saldo a receber encontra-se demonstrado a seguir:							
Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico-futuro for esperado do seu uso e venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. Somente os bens não reversíveis ao concessionário, sem interferência do poder concedente podem ser classificados como Ativo Imobilizado e contabilizado de acordo com CPC 27 – Ativo Imobilizado. Os bens reversíveis adquiridos pela Companhia e vinculados à concessão são classificados como Infraestrutura da Concessão e como Ativo Intangível. Os bens recebidos do poder concedente não devem ser contabilizados e classificados no imobilizado, pois são reversíveis ao final da concessão e não podem ser livremente negociados ou retidos pela Companhia. O poder concedente determina, porém, no Contrato de Concessão, que a Companhia deverá manter controle de inventário atualizado destes bens. e) Intangível: A Companhia atua como prestadora de serviços, construindo ou melhorando a infraestrutura usada, bem como operar e manter essa infraestrutura durante determinado prazo. As construções efetuadas durante o prazo de concessão serão entregues ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço prestado, e a receita será subsequentemente gerada pelos serviços prestados. A amortização do ativo intangível representado pelo reconhecimento do direito de exploração da infraestrutura e os dispêndios realizados para ampliar esta estrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo de concessão. Considerando as características do contrato de concessão a Companhia considera que não há consórcio entre as premissas estabelecida no ICPC 01/IFRIC 12 (Contratos de concessão), e os contratos firmados com o poder concedente, portanto, a base para o registro do direito de concessão e da infraestrutura está em conformidade com o CPC 04 – Ativo Intangível. f) Direito de concessão (outorga) e Infraestrutura: A concessão obtida pela Companhia junto ao poder concedente se enquadra como um contrato de exploração. Dessa forma, o direito de outorga da concessão foi registrado a valor presente, usando uma taxa de juros estimada por juros compatíveis com a natureza, o prazo e os riscos relacionados ao ónus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno da concessão. A amortização deste direito é calculada com base no benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão. A infraestrutura não é registrada como ativo imobilizado da Companhia porque o contrato de concessão não transfere à concessionária o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente no encerramento do respectivo contrato, sem direito a indenização. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura e explorar receitas comerciais adicionais pela maior disponibilidade da infraestrutura. g) Impairment de ativos não financeiros: De acordo com as disposições do CPC 01 – Redução ao Valor recuperável de ativos, ativo imobilizado e ativo intangível são submetidos a testes de perda no valor recuperável sempre que eventos ou alterações em circunstâncias indicarem que seu valor contábil poderá não ser recuperável. Caso exista indicador, os ativos são testados para impairment. Uma perda por impairment é reconhecida pelo montante em que o custo contábil do ativo excede seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2022, não foram identificados indicadores de impairment sobre esses ativos. h) Compromissos com o poder concedente: O poder concedente, estabeleceu no contrato de concessão que a Companhia pague uma contribuição fixa e outra variável durante todo o período de concessão. A contribuição fixa está registrada sob a denominação “Compromissos com o poder concedente” no passivo circulante e não circulante, considerando os prazos de liquidação inferiores e superiores ao prazo de um ano, descontados a valor presente, amortizados pelas liquidações financeiras. (h.1) Outorga – Contribuição fixa: A contribuição fixa estabelecida no contrato de concessão é no valor de R\$ 169 mil mensais, corrigidas pelo IPCA anualmente. Esta obrigação foi registrada a valor presente a taxa de 10,00% a.a. corrigida pelo IGP-M. A contrapartida da atualização desta obrigação pela reposição do valor presente e correção monetária, está relacionada diretamente ao direito de concessão, é registrada no resultado do exercício como despesa financeira. (h.2) Outorga – Contribuição variável: O poder concedente determina também uma contribuição variável calculada de R\$ 42,93 por passageiro efetivamente embarcado; 3,5% (três e meio por cento) pela realização de eventos de natureza culturais, sociais, empresariais e institucionais na área arrendada, calculados sobre o faturamento bruto, o qual deverá ser informado à Gerência de Faturamento da SPA; e 4% (quatro por cento) pelos veículos estacionados em regime de estacionamento fixo, calculados sobre o faturamento bruto. 3.1. Representação das informações comparativas: A Administração efetuou a remensuração do compromisso com o poder concedente para refletir os juros sobre este passivo definidos em contrato em contrapartida ao custo do direito de uso registrado no ativo. De acordo com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro as informações comparativas estão sendo representadas para manter a comparabilidade entre os exercícios apresentados e a uniformidade das práticas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis. Os efeitos desta remensuração foram registrados nas contas patrimoniais de ativo e passivo e não havendo reflexo no patrimônio líquido e resultado do exercício.							

Demonstrações do Resultado Abrangente				Demonstrações dos Fluxos de Caixa			
	2022	2021	(Reapresentado)	2022	2021	(Reapresentado)	
Resultado do exercício	22.684	–	4.538				
Outros resultados abrangentes	–	–	–				
Resultado abrangente do exercício	22.684	–	4.538				
A abertura por vencimento do saldo a receber encontra-se demonstrado a seguir:							
Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico-futuro for esperado do seu uso e venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. Somente os bens não reversíveis ao concessionário, sem interferência do poder concedente podem ser classificados como Ativo Imobilizado e contabilizado de acordo com CPC 27 – Ativo Imobilizado. Os bens reversíveis adquiridos pela Companhia e vinculados à concessão são classificados como Infraestrutura da Concessão e como Ativo Intangível. Os bens recebidos do poder concedente não devem ser contabilizados e classificados no imobilizado, pois são reversíveis ao final da concessão e não podem ser livremente negociados ou retidos pela Companhia. O poder concedente determina, porém, no Contrato de Concessão, que a Companhia deverá manter controle de inventário atualizado destes bens. e) Intangível: A Companhia atua como prestadora de serviços, construindo ou melhorando a infraestrutura usada, bem como operar e manter essa infraestrutura durante determinado prazo. As construções efetuadas durante o prazo de concessão serão entregues ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço prestado, e a receita será subsequentemente gerada pelos serviços prestados. A amortização do ativo intangível representado pelo reconhecimento do direito de exploração da infraestrutura e os dispêndios realizados para ampliar esta estrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo de concessão. Considerando as características do contrato de concessão a Companhia considera que não há consórcio entre as premissas estabelecida no ICPC 01/IFRIC 12 (Contratos de concessão), e os contratos firmados com o poder concedente, portanto, a base para o registro do direito de concessão e da infraestrutura está em conformidade com o CPC 04 – Ativo Intangível. f) Direito de concessão (outorga) e Infraestrutura: A concessão obtida pela Companhia junto ao poder concedente se enquadra como um contrato de exploração. Dessa forma, o direito de outorga da concessão foi registrado a valor presente, usando uma taxa de juros estimada por juros compatíveis com a natureza, o prazo e os riscos relacionados ao ónus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno da concessão. A amortização deste direito é calculada com base no benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão. A infraestrutura não é registrada como ativo imobilizado da Companhia porque o contrato de concessão não transfere à concessionária o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente no encerramento do respectivo contrato, sem direito a indenização. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura e explorar receitas comerciais adicionais pela maior disponibilidade da infraestrutura. g) Impairment de ativos não financeiros: De acordo com as disposições do CPC 01 – Redução ao Valor recuperável de ativos, ativo imobilizado e ativo intangível são submetidos a testes de perda no valor recuperável sempre que eventos ou alterações em circunstâncias indicarem que seu valor contábil poderá não ser recuperável. Caso exista indicador, os ativos são testados para impairment. Uma perda por impairment é reconhecida pelo montante em que o custo contábil do ativo excede seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2022, não foram identificados indicadores de impairment sobre esses ativos. h) Compromissos com o poder concedente: O poder concedente, estabeleceu no contrato de concessão que a Companhia pague uma contribuição fixa e outra variável durante todo o período de concessão. A contribuição fixa está registrada sob a denominação “Compromissos com o poder concedente” no passivo circulante e não circulante, considerando os prazos de liquidação inferiores e superiores ao prazo de um ano, descontados a valor presente, amortizados pelas liquidações financeiras. (h.1) Outorga – Contribuição fixa: A contribuição fixa estabelecida no contrato de concessão é no valor de R\$ 169 mil mensais, corrigidas pelo IPCA anualmente. Esta obrigação foi registrada a valor presente a taxa de 10,00% a.a. corrigida pelo IGP-M. A contrapartida da atualização desta obrigação pela reposição do valor presente e correção monetária, está relacionada diretamente ao direito de concessão, é registrada no resultado do exercício como despesa financeira. (h.2) Outorga – Contribuição variável: O poder concedente determina também uma contribuição variável calculada de R\$ 42,93 por passageiro efetivamente embarcado; 3,5% (três e meio por cento) pela realização de eventos de natureza culturais, sociais, empresariais e institucionais na área arrendada, calculados sobre o faturamento bruto, o qual deverá ser informado à Gerência de Faturamento da SPA; e 4% (quatro por cento) pelos veículos estacionados em regime de estacionamento fixo, calculados sobre o faturamento bruto. 3.1. Representação das informações comparativas: A Administração efetuou a remensuração do compromisso com o poder concedente para refletir os juros sobre este passivo definidos em contrato em contrapartida ao custo do direito de uso registrado no ativo. De acordo com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro as informações comparativas estão sendo representadas para manter a comparabilidade entre os exercícios apresentados e a uniformidade das práticas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis. Os efeitos desta remensuração foram registrados nas contas patrimoniais de ativo e passivo e não havendo reflexo no patrimônio líquido e resultado do exercício.							

Demonstrações do Resultado Abrangente				Demonstrações dos Fluxos de Caixa			
	2022	2021	(Reapresentado)	2022	2021	(Reapresentado)	
Resultado do exercício	22.684	–	4.538				
Outros resultados abrangentes	–	–	–				
Resultado abrangente do exercício	22.684	–	4.538				
A abertura por vencimento do saldo a receber encontra-se demonstrado a seguir:							
Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico-futuro for esperado do seu uso e venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. Somente os bens não reversíveis ao concessionário, sem interferência do poder concedente podem ser classificados como Ativo Imobilizado e contabilizado de acordo com CPC 27 – Ativo Imobilizado. Os bens reversíveis adquiridos pela Companhia e vinculados à concessão são classificados como Infraestrutura da Concessão e como Ativo Intangível. Os bens recebidos do poder concedente não devem ser contabilizados e classificados no imobilizado, pois são reversíveis ao final da concessão e não podem ser livremente negociados ou retidos pela Companhia. O poder concedente determina, porém, no Contrato de Concessão, que a Companhia deverá manter controle de inventário atualizado destes bens. e) Intangível: A Companhia atua como prestadora de serviços, construindo ou melhorando a infraestrutura usada, bem como operar e manter essa infraestrutura durante determinado prazo. As construções efetuadas durante o prazo de concessão serão entregues ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço prestado, e a receita será subsequentemente gerada pelos serviços prestados. A amortização do ativo intangível representado pelo reconhecimento do direito de exploração da infraestrutura e os dispêndios realizados para ampliar esta estrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo de concessão. Considerando as características do contrato de concessão a Companhia considera que não há consórcio entre as premissas estabelecida no ICPC 01/IFRIC 12 (Contratos de concessão), e os contratos firmados com o poder concedente, portanto, a base para o registro do direito de concessão e da infraestrutura está em conformidade com o CPC 04 – Ativo Intangível. f) Direito de concessão (outorga) e Infraestrutura: A concessão obtida pela Companhia junto ao poder concedente se enquadra como um contrato de exploração. Dessa forma, o direito de outorga da concessão foi registrado a valor presente, usando uma taxa de juros estimada por juros compatíveis com a natureza, o prazo e os riscos relacionados ao ónus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno da concessão. A amortização deste direito é calculada com base no benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão. A infraestrutura não é registrada como ativo imobilizado da Companhia porque o contrato de concessão não transfere à concessionária o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente no encerramento do respectivo contrato, sem direito a indenização. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura e explorar receitas comerciais adicionais pela maior disponibilidade da infraestrutura. g) Impairment de ativos não financeiros: De acordo com as disposições do CPC 01 – Redução ao Valor recuperável de ativos, ativo imobilizado e ativo intangível são submetidos a testes de perda no valor recuperável sempre que eventos ou alterações em circunstâncias indicarem que seu valor contábil poderá não ser recuperável. Caso exista indicador, os ativos são testados para impairment. Uma perda por impairment é reconhecida pelo montante em que o custo contábil do ativo excede seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2022, não foram identificados indicadores de impairment sobre esses ativos. h) Compromissos com o poder concedente: O poder concedente, estabeleceu no contrato de concessão que a Companhia pague uma contribuição fixa e outra variável durante todo o período de concessão. A contribuição fixa está registrada sob a denominação “Compromissos com o poder concedente” no passivo circulante e não circulante, considerando os prazos de liquidação inferiores e superiores ao prazo de um ano, descontados a valor presente, amortizados pelas liquidações financeiras. (h.1) Outorga – Contribuição fixa: A contribuição fixa estabelecida no contrato de concessão é no valor de R\$ 169 mil mensais, corrigidas pelo IPCA anualmente. Esta obrigação foi registrada a valor presente a taxa de 10,00% a.a. corrigida pelo IGP-M. A contrapartida da atualização desta obrigação pela reposição do valor presente e correção monetária, está relacionada diretamente ao direito de concessão, é registrada no resultado do exercício como despesa financeira. (h.2) Outorga – Contribuição variável: O poder concedente determina também uma contribuição variável calculada de R\$ 42,93 por passageiro efetivamente embarcado; 3,5% (três e meio por cento) pela realização de eventos de natureza culturais, sociais, empresariais e institucionais na área arrendada, calculados sobre o faturamento bruto, o qual deverá ser informado à Gerência de Faturamento da SPA; e 4% (quatro por cento) pelos veículos estacionados em regime de estacionamento fixo, calculados sobre o faturamento bruto. 3.1. Representação das informações comparativas: A Administração efetuou a remensuração do compromisso com o poder concedente para refletir os juros sobre este passivo definidos em contrato em contrapartida ao custo do direito de uso registrado no ativo. De acordo com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro as informações comparativas estão sendo representadas para manter a comparabilidade entre os exercícios apresentados e a uniformidade das práticas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis. Os efeitos desta remensuração foram registrados nas contas patrimoniais de ativo e passivo e não havendo reflexo no patrimônio líquido e resultado do exercício.							

Demonstrações do Resultado Abrangente				Demonstrações dos Fluxos de Caixa			
	2022	2021	(Reapresentado)	2022	2021	(Reapresentado)	
Resultado do exercício	22.684	–	4.538				
Outros resultados abrangentes	–	–	–				
Resultado abrangente do exercício	22.684	–	4.538				
A abertura por vencimento do saldo a receber encontra-se demonstrado a seguir:							
Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico-futuro for esperado do seu uso e venda. Event							

... continuação

Concais S/A			
	2022	2021	
Administrativo	314	21	234
	314	21	234
Composição processos administrativos classificados como possíveis: 80% dos processos referem-se a auto de infração movidos pela Prefeitura Municipal de Santos sob o argumento de não retenção e recolhimento de ISS; 20% refere-se a mandato de segurança para obtenção de licença de importação para desembarco aduaneiro; 15.1. Movimentação da provisão para demandas judiciais			
	Tribunais	Trabalhistas	Depósitos judiciais
Saldo em 2021	393	156	90
Adições/reversões	14	509	27
Saldo em 2022	407	665	117
16. Patrimônio líquido – 16.1. Capital social: O capital social, subscrito e integralizado é de R\$ 4.520 e está representado por 37.000 ações, sendo 13.320 ações ordinárias e 23.680 ações preferenciais, todas nominativas, sem valor nominal e indivisíveis em relação à Companhia. 16.2. Reserva legal e estatutárias			
	Reserva legal	Reserva estatutária	Depósitos judiciais
Saldo em 31 de dezembro de 2020	904	904	452
Saldo em 31 de dezembro de 2021	904	904	452
Saldo em 31 de dezembro de 2022	904	904	452
a) Reserva legal – 5% serão aplicados na constituição da reserva legal, até atingir 20% do capital social subscrito; b) Reserva especial – 5% serão aplicados na formação de reserva especial para atender encargos trabalhistas e previdenciários eventuais, até atingir 20% do capital social subscrito; c) Reserva para restituição do capital – 10% serão aplicados para a formação de reserva especial para restituição de capital aos acionistas nos casos de extinção do arrendamento contratado com a Santos Port Authority – SPA, até atingir 10% do capital social subscrito. 16.3. Dividendos: A Companhia é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, e de 5% das ações preferenciais, totalizando 30% de dividendos mínimos obrigatórios, ajustado nos termos da legislação societária.			
	2022	2021	
Lucro líquido do exercício	22.684	4.538	
Base de cálculo dos dividendos	22.684	4.538	
Dividendos mínimos obrigatórios (30%)	6.805	1.361	
Dividendos adicionais propostos	15.879	3.177	
Total de dividendos propostos	22.684	4.538	
Liquidados no respectivo exercício	(9.563)	–	
Total de dividendos a pagar	13.121	7.126	
Foram aprovados e deliberados sobre a destinação do saldo de lucros acumulados e saldo de lucros apurados em balanço de 31 de dezembro de 2022, onde 100% foram destinados para pagamento de dividendos adicionais aos acionistas.			
17. Receitas operacionais líquidas			
	2022	2021	
Armadores	53.111	23.313	
Locação de lojas	741	192	
Estacionamentos	1.936	881	
Movimentação de bagagens	11.133	4.411	
ISS	(3.270)	(1.412)	
PIS	(335)	(386)	
COFINS	(1.544)	(1.778)	
Total impostos sobre a receita	(5.149)	(3.576)	
Total da receita operacional líquida	61.772	25.221	

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas e Administradores da Concais S.A. – Santos-SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis: Examinamos as demonstrações contábeis da Concais S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concais S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Entâtes: Transações com partes relacionadas: Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 8 às demonstrações contábeis, a Companhia possui transações com partes relacionadas e é conduzida no contexto de um grupo de empresas. Conseqüentemente, a análise das demonstrações contábeis deve considerar

esse fato. Nossa opinião não está ressalvada em virtude desse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor: A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão

Concais S/A	
	2022
18. Custos da prestação de serviços	(6.699)
Movimentação de passageiros	(1.521)
Depreciação e amortização	(3.881)
Pessoal e respectivos encargos	(2.959)
Serviços contratados de terceiros	(1.408)
Custos Portuários – SPA (1)	(1.212)
Manutenção	(408)
Energia elétrica	(79)
Água	(64)
Seguros	(18.167)
	(9.379)
(1) Os custos portuários – SPA referem-se a energia elétrica, água, estacionamento fixo e tarifas portuárias.	
19. Despesas administrativas, comerciais e gerais	
	2022
Serviços consultoria e assessoria	(4.474)
Pessoal e respectivos encargos	(1.838)
Gastos gerais	(1.322)
Propaganda e publicidade	(168)
(Provisão)/Reversão demandas judiciais e administrativas	(536)
Depreciação e amortização	(182)
Despesas tributárias	(742)
Outras despesas	(902)
	(10.164)
20. Despesas e receitas financeiras	
	2022
Receitas financeiras	535
Rendimentos de aplicação financeira	6
Descontos obtidos	24
Juros ativos e correção monetária	5
	546
Despesas financeiras	
Juros sobre empréstimos	(2.042)
Ajuste AVP – direito concessão (despesa)	(1.020)
Outros	(858)
	(3.920)
21. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros	
	2022
Variações cambiais líquidas	(3.374)
Receitas e despesas financeiras e líquidas	(1.985)
22. Imposto de Renda e Contribuição Social – Para o exercício 2022, a Companhia adotou o lucro presumido tributando as receitas auferidas por regime de competência, observando os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente e pelas alíquotas regulares de 15%, acrescida de adicional de 10% para o Imposto de Renda e de 9% para a Contribuição Social e para 2021 adotou o lucro real mensal. Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social corrente	
	2022
Ativo circulante + não circulante	79.442
Passivo circulante + não circulante	(72.662)
Endividamento líquido	6.780
Resultado antes de IRPJ e CSLL	
(+) Adições	7.067
(-) Excluídas	(1.850)
Resultado antes das compensações	7.509
(-) Compensações fiscais 30%	–
Base de cálculo da CSLL	7.509
(=) Contribuição social 9%	676

Resultado antes do IRPJ		2021
(+) Adições		7.067
(-) Excluídas		2.292
Base de cálculo do IRPJ		(1.850)
Compensações fiscais 30%		7.509
Base de cálculo do IRPJ		1.126
(=) IRPJ 15%		727
(+) Adicional do IRPJ 10%		1.853
(=) Imposto de Renda corrente		(2.529)
23. Seguros – A Companhia mantém seguros em valores considerados suficientes pela Administração, para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades.		
		Montante de cobertura (R\$ mil)
Tipo de risco		Objeto
Empresarial		Terminal Santos
Responsabilidade Civil		Terminal Santos
Geral Garantia		Executante SPA
Garantia		Depósito Recursal
Riscos de engenharia		Obras 7ª Aditivo – 1ª Fase
Responsabilidade Civil		Obras 7ª Aditivo – 1ª Fase
Consideramos que temos um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o nosso porte e operações, sendo a nossa cobertura de seguros consistente com as outras empresas de dimensão semelhante operando no setor. As premissas de riscos adotadas e suas respectivas coberturas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. 24. Eventos subsequentes – 24.1. Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (“PERSE”): Em 30/01/2023 o Concais impetrou Mandado de Segurança em caráter preventivo, com pedido de liminar, para assegurar a fruição do direito, pelas empresas que exploram serviços de turismo, à apuração do IRPJ, CSLL, COFINS e PIS, à alíquota zero, relativamente ao período de 60 (sessenta) meses, a partir de 18 de março de 2022, com base na Lei nº 14.148/2021. As empresas que se dedicam à operação de embarque e desembarque marítimo de passageiros (turistas) em cruzeiros nacionais (cabotagem) e internacionais, foram excluídas pela legislação em função do CNAE e/ou Cadastro. O Concais reconheceu em 31/12/2022 as obrigações tributárias a pagar referentes aos benefícios usufruídos pela redução à alíquota zero do PIS, COFINS, IRPJ e CSLL totalizando a importância de R\$ 8.426.524,13 classificados no Passivo Circulante (nota explicativa nº 13).		
24.2. Supremo Tribunal Federal (“STF”) muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária: A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos acerca das recentes decisões do STF, que em 08 de fevereiro de 2023, julgou os Temas 881 – Recursos Extraordinários nº 949.297 e 885 – Recurso Extraordinário nº 955.227, e concluiu que desde a sua data de constituição, não foi citada em nenhum processo de polo ativo ou passivo. Adicionalmente, a empresa não se beneficiou tributariamente de nenhuma decisão anteriormente julgada em última instância no STF. Diante dos fatos supracitados, a decisão do STF não resulta, em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.		

Diretoria Executiva
 Luis Antonio Floriano – Diretor Presidente e Administrativo
 Luis Gustavo Batista – Diretor Financeiro
 Sueli Cristina Martinez Silva – Diretora de Operações

Departamento de Controladoria
 Jose Manuel dos Santos de Freitas
 Contador Responsável Técnico – CRC 1SP 220.700/0-5

do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da

Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de março de 2023.
 André Silva Moura
 Contador
 CRC 1SP 300.564/0-7

O Insurance Group Corretora de Seguros S.A.

CNPJ/MF nº 19.832.571/0001-10

Balanço Patrimonial Consolidado em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em Reais)			
	2022	2021	
Ativo Circulante	3.383.291,67	4.331.807,07	
Caixa e Equivalentes de caixa	56.401,83	754.112,74	
Clientes	42.896,00	64,90	
Adiantamento a funcionários	33.375,25	40.996,85	
Adiantamento a fornecedores	12.704,22	5.930,42	
C/C Diretoria	2.508.818,56	2.100.105,63	
Outras contas a receber	–	785.946,48	
Valores e créditos recuperáveis	718.753,29	642.142,47	
Despesas antecipadas	10.342,52	2.507,58	
Não circulante	10.181.220,69	10.397.108,43	
Outras contas a receber	1.969.417,76	2.625.890,34	
Investimentos	–	–	
Imobilizado	699.715,93	630.414,89	
Intangível	7.512.087,00	7.140.803,20	
Total do Ativo	13.564.512,36	14.728.915,50	
Demonstração dos Resultados dos Exercícios em 31 de dezembro (Valores expressos em Reais)			
	2022	2021	
Receita bruta	5.899.613,72	6.733.810,54	
Deduções	(643.395,41)	(753.737,76)	
Receita líquida	5.256.218,31	5.980.072,78	
Despesas operacionais	(7.894.257,19)	(11.202.730,25)	
Despesas com vendas	(1.615.897,08)	(1.359.979,34)	
Despesas administrativas	(510.429,91)	(415.549,64)	
Despesas com pessoal	(2.939.915,62)	(3.846.826,43)	
Serviços técnicos contratados	(1.903.168,09)	(3.153.240,51)	
Despesas marketing	(172.364,42)	(381.303,22)	
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Valores expressos em Reais)			
	2022	2021	
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	5.625.930,00	(9.316.914,08)	(3.690.984,08)
Ajuste de período anterior	1.136.859,43	6.312.498,36	1.136.859,43
Lucro ou prejuízo do exercício	–	–	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	5.625.930,00	(1.867.556,29)	6.312.498,36
Ajuste de período anterior	1.959.473,08	1.959.473,08	1.959.473,08
Lucro ou prejuízo do exercício	–	–	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	5.625.930,00	(1.610.381,54)	(1.702.298,33)
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em Reais)			
1. Contexto Operacional – A empresa tem por exploração o ramo de atividade a atividades auxiliares dos seguros, da previdência complementar e planos de saúde; corretores e agentes de seguros, atividades de consultoria em gestão empresarial e intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliário. 2. Apresentação das Demonstrações Contábeis – As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações Lei nº 6.404/76, incluindo as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07, Lei nº 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. 3. Práticas Contábeis – a) As receitas e despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período pelo regime de competência; b) Ativo Circulante: Os			

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça um orçamento conosco: comercial@datamercantil.com.br

Para a versão online do jornal acesse nosso site: www.datamercantil.com.br

Otorrino do Brasil S.A.

CNPJ/ME nº 42.516.464/0001-03 - NIRE 3530057191-6

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Acesso pelo link: https://teams.microsoft.com/... Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária. Ficam convocados os acionistas da Otorrino do Brasil S.A. ("Companhia") para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia ("Assembleia"), a ser realizada no dia 05/05/2023, às 14:30 horas, em 1ª convocação, por meio de videoconferência, nos termos da Instrução Normativa DREI nº 81, de 10/06/2020 ("IN DREI 81"), nos termos do art. 124 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), para examinar, discutir e deliberar a respeito da seguinte Ordem do Dia: Em sede de AGO: (1) as contas da administração, o relatório da administração consubstanciado nas demonstrações financeiras da Companhia e examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício social findo em 31/12/2022; (2) a proposta de destinação dos resultados da Companhia relativos ao exercício social findo em 31/12/2022; e (3) a eleição ou reeleição, conforme o caso, dos membros do Conselho de Administração da Companhia. Em sede de AGE: (4) a consolidação do Estatuto Social. Nos termos do art. 126 da Lei das S.A., para participar da Assembleia, os acionistas ou seus representantes deverão apresentar à Companhia, aos cuidados das Sras. Patricia Passos e Vanessa Coelho (Jurídico) - patricia.passos@grupohmaisbrasil.com.br e vanessa.coelho@grupohmaisbrasil.com.br com no mínimo 2 dias úteis de antecedência à data de realização da Assembleia: (a) documento de identidade; (b) atos societários que comprovem a representação legal; e (c) instrumento de outorga de poderes de representação, conforme aplicável. O representante do acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia simples dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente: (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à Assembleia como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que o terceiro represente a pessoa jurídica. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 ano, nos termos do art. 126, § 1º da Lei das S.A. Em cumprimento ao disposto no art. 654, §§ 1º e 2º da Lei nº 10.406/02 (Código Civil Brasileiro), a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante. As pessoas naturais e jurídicas acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado, consoante previsto no art. 126, § 1º da Lei das S.A. Alternativamente, os acionistas poderão participar da Assembleia por meio do envio de boletim de voto à distância ("Boletim"), o qual conterá, na forma da IN DREI 81, (i) todas as matérias constantes da ordem do dia da Assembleia, (ii) orientações sobre o seu envio à Companhia, (iii) indicação dos documentos que devem acompanhar a verificação da identidade do acionista, bem como de eventual representante; e (iv) orientações sobre as formalidades necessárias para que o voto seja considerado válido. O Boletim deverá ser devolvido à Companhia, devidamente preenchido e assinado pelo acionista, com no mínimo 5 dias de antecedência à data de realização da Assembleia, nos termos da IN DREI 81. A Companhia deve, em até 2 dias úteis do recebimento do Boletim, comunicar (a) o recebimento do boletim de voto à distância, bem como que o Boletim e eventuais documentos que o acompanham são suficientes para que o voto do acionista seja considerado válido; e (b) a necessidade de retificação ou reenvio do Boletim ou dos documentos que o acompanham, descrevendo os procedimentos e prazos necessários à regularização. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia. São Paulo/SP, 27/04/2023. Fernando Henrique de Aldemundo Pereira, Presidente do Conselho de Administração. (27, 28 e 29/04/23)

Saúde do Brasil Holding S.A.

CNPJ nº 22.932.773/0001-49 - NIRE 35.300.480.210

Edital de Convocação Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Acesso pelo link: https://teams.microsoft.com/... Edital de Convocação Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária. Ficam convocados os acionistas da Saúde do Brasil Holding S.A. ("Companhia") para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia ("Assembleia"), a ser realizada no dia 05/05/2023, às 13:45 horas, em 1ª convocação, por meio de videoconferência, nos termos da Instrução Normativa DREI nº 81, de 10/06/2020 ("IN DREI 81"), nos termos do art. 124 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), para examinar, discutir e deliberar a respeito da seguinte Ordem do Dia: Em sede de AGO: (1) as contas da administração, o relatório da administração consubstanciado nas demonstrações financeiras da Companhia e examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício social findo em 31/12/2022; (2) a proposta de destinação dos resultados da Companhia relativos ao exercício social findo em 31/12/2022; e (3) a eleição ou reeleição e consignação de renúncia, conforme o caso, dos membros do Conselho de Administração da Companhia. Em sede de AGE: (4) a consolidação do Estatuto Social. Nos termos do art. 126 da Lei das S.A., para participar da Assembleia, os acionistas ou seus representantes deverão apresentar à Companhia, aos cuidados das Sras. Patricia Passos e Vanessa Coelho (Jurídico) - patricia.passos@grupohmaisbrasil.com.br e vanessa.coelho@grupohmaisbrasil.com.br com no mínimo 2 dias úteis de antecedência à data de realização da Assembleia: (a) documento de identidade; (b) atos societários que comprovem a representação legal; e (c) instrumento de outorga de poderes de representação, conforme aplicável. O representante do acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia simples dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente: (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à Assembleia como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que o terceiro represente a pessoa jurídica. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 ano, nos termos do art. 126, § 1º da Lei das S.A. Em cumprimento ao disposto no art. 654, §§ 1º e 2º da Lei nº 10.406/02 (Código Civil Brasileiro), a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante. As pessoas naturais e jurídicas acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado, consoante previsto no art. 126, § 1º da Lei das S.A. Alternativamente, os acionistas poderão participar da Assembleia por meio do envio de boletim de voto à distância ("Boletim"), o qual conterá, na forma da IN DREI 81, (i) todas as matérias constantes da ordem do dia da Assembleia, (ii) orientações sobre o seu envio à Companhia, (iii) indicação dos documentos que devem acompanhar a verificação da identidade do acionista, bem como de eventual representante; e (iv) orientações sobre as formalidades necessárias para que o voto seja considerado válido. O Boletim deverá ser devolvido à Companhia, devidamente preenchido e assinado pelo acionista, com no mínimo 5 dias de antecedência à data de realização da Assembleia, nos termos da IN DREI 81. A Companhia deve, em até 2 dias úteis do recebimento do Boletim, comunicar (a) o recebimento do boletim de voto à distância, bem como que o Boletim e eventuais documentos que o acompanham são suficientes para que o voto do acionista seja considerado válido; e (b) a necessidade de retificação ou reenvio do Boletim ou dos documentos que o acompanham, descrevendo os procedimentos e prazos necessários à regularização. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia. São Paulo/SP, 27/04/2023. Fernando Henrique de Aldemundo Pereira, Presidente do Conselho de Administração. (27, 28 e 29/04/23)

Implantação do "novo Bolsa Família" será concluída em junho, diz Wellington Dias

O ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Wellington Dias, afirmou, na quinta-feira (27), que o governo pretende finalizar em junho a implantação do novo Bolsa Família. A declaração foi dada durante evento em Brasília em alusão aos 100 primeiros dias da nova gestão da Caixa.

Segundo o ministro, em maio o governo concluirá a etapa operacional de "aperfeiçoamento do sistema", com inclusão dos acréscimos previstos nas novas regras do programa. No mês seguinte serão feitos os pagamentos.

A mudança garante uma renda mínima per capita, além do adicional de R\$ 150 para gestantes e por criança de até 6 anos, e de R\$ 50 para quem tem entre 7 e 18 anos.

"Quando ultrapassa quatro ou cinco pessoas por família, tem um acréscimo para garantir o mínimo de R\$ 142 [por pessoa]. Um exemplo, antes disso, uma família com 10 pessoas recebia R\$ 600. Agora ela passa a receber R\$ 1.420, por causa do mínimo estabelecido", explicou Wellington Dias. O ministro também disse que, de janeiro até agora, cerca de 3 milhões de brasileiros saíram da extrema pobreza em razão do Bolsa Família. Ainda de acordo com ele, até o momento, foram constatados 1,5 milhão de cadastros irregulares no programa. CNN

Systemica - Inteligência em Sustentabilidade Ltda.

CNPJ/MF nº 22.524.415/0001-05 - NIRE 35.229.176.517

Alteração Contratual de Transformação em Sociedade Anônima

Caturama Holding Ltda., sociedade empresária limitada, registrada na Junta Comercial de São Paulo sob o NIRE 35.239.903.942, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 47.933.504/0001-28, com sede na Rua Coronel José Eusebio, nº 95, CEP 01239-030, Higienópolis, São Paulo/SP, neste ato representada por seu sócio administrador Munir Younes Soares, portador da cédula de identidade RG nº 32.709.214-2 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 223.894.178-92, residente e domiciliado na Rua São Vicente de Paulo, nº 501, Apto 201, Santa Cecília, CEP: 01229-010, São Paulo, SP; e TR Saeculum Participações Ltda., sociedade empresária limitada, registrada na Junta Comercial de São Paulo sob o NIRE 35.229.586.332, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.681.589/0001-36, com sede na Avenida Engenheiro Luis Berrini, nº 1748, conjunto 101, 1º andar - sala 02, CEP 04571-000, Cidade Monções, São Paulo/SP, neste ato representada por seus sócios administradores Tiago Gonçalves de Oliveira Ricci, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 1.846.399 SSP/DF, inscrito no CPF/MF sob o nº 700.802.751-68, residente e domiciliado na Alameda dos Jurupis, nº 900, apto. 53 torre 4, Moema, município de São Paulo, CEP 04088-002, e Rodolpho Oliveira Santos, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 26.212.801-9 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 262.909.928-80, com endereço na Travessa George Perry, nº 59, Campo Belo, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04618-040. Únicos sócios da sociedade empresária que gira nesta praça sob a denominação social de Systemica - Inteligência em Sustentabilidade Ltda., estabelecida na Avenida Paulista, nº 2439, 11º andar, Bela Vista, CEP: 01311-300, São Paulo, SP, registrada na JUCESP sob o nº 35.229.175.51 em 26/05/2015, inscrita no CNPJ sob o nº 22.524.415/0001-05. Resolvem através deste Instrumento Particular, alterar o Contrato Social e transformar a Sociedade Limitada em Sociedade por Ações, nos seguintes termos: 1. Modificação da Denominação Social: Tendo em vista a modificação da natureza da sociedade, bem como a decisão dos sócios em modificar a denominação social da empresa, deixará a mesma de ser denominada Systemica - Inteligência em Sustentabilidade Ltda., para se chamar Systemica - Inteligência em Sustentabilidade S.A., com base na Lei das Sociedades Anônimas 6.404/76 e na Lei Complementar nº 182/2021. 2. Adequação do Capital Social: Em decorrência da transformação da natureza da sociedade, resolvem os acionistas converter as quotas do capital social em ações, sem valor nominal, nos seguintes termos: "O capital social é de R\$ 3.601.000,00 (três milhões, seiscentos e um mil reais) - sendo dividido em 3.601.000 (três milhões, seiscentos e um mil) ações ordinárias, sem valor nominal." 3. Eleição dos Membros do Conselho da Administração: Tiago Gonçalves de Oliveira Ricci, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 1.846.399 SSP/DF, inscrito no CPF/MF sob o nº 700.802.751-68, com endereço comercial na Avenida Engenheiro Luis Carlos Berrini, nº 1.748, 1º andar, conjunto 101/103 - CEP 04571-000, Brooklin, São Paulo/SP; e Munir Younes Soares, brasileiro, divorciado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 32.709.214-2 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 223.894.178-92, residente e domiciliado na Rua São Vicente de Paulo, nº 501, Apto. 201, Santa Cecília, CEP: 01229-010, São Paulo, SP. A remuneração da diretoria está fixada posteriormente, conforme deliberação em assembleia. O Diretor eleito desde já declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, os por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. Fina a leitura do estatuto, disse o Sr. Presidente que estava em votação a proposta de transformação da sociedade limitada para sociedade anônima, após debates, passou-se à votação, verificando-se aprovação unânime da proposta. Declarou o Sr. Presidente, que os membros do Conselho da administração e diretoria estavam desde já empossados nos respectivos cargos. Nada mais havendo a tratar, sendo a reunião encerrada pelo Sr. Presidente, lavrando em 3 (três) vias a presente Ata que depois foi lida, foi aprovada em todos os seus termos, sendo assinada e rubricada em todas as suas folhas pelos membros da mesa que presidiu e assinada a seguir por todos os presentes. São Paulo/SP, 16 de outubro de 2022. TR Saeculum Participações Ltda. Representada por Rodolpho Oliveira Santos; TR Saeculum Participações Ltda. Representada por Tiago Gonçalves de Oliveira Ricci; Caturama Holding Ltda. Por: Munir Younes Soares; Munir Younes Soares. Visto advogado: Simone Polini de Marchi - OAB/SP nº 403.925. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 26.830/23-1 e NIRE 35.300.608.429 em 20/01/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Tergos S.A.

C.N.P.J. nº 21.389.427/0001-01

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária da Tergos S.A.

Ficam convocados os Srs. Acionistas a reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 08 de maio de 2023, às 15 horas, de modo exclusivamente digital, por meio de plataforma eletrônica, cujos parâmetros de acesso poderão ser solicitados perante a administração da companhia, para deliberar-se a respeito da seguinte Ordem do Dia: Exame, discussão e aprovação das contas, do relatório de atividades e do balanço patrimonial do ano findo em 31 de dezembro de 2022. São Paulo, 27 de abril de 2023. A Diretoria. (28, 29/04 e 03/05/2023)

Opty Pernambuco Paraiba Holding S.A.

CNPJ nº 37.488.089/0001-97 - NIRE 35.300.551.923

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Acesso pelo link: https://teams.microsoft.com/... Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária. Ficam convocados os acionistas da Opty Pernambuco Paraiba Holding S.A. ("Companhia") para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia ("Assembleia"), a ser realizada no dia 05/05/2023, às 15:15 horas, em 1ª convocação, por meio de videoconferência, nos termos da Instrução Normativa DREI nº 81, de 10/06/2020 ("IN DREI 81"), nos termos do art. 124 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), para examinar, discutir e deliberar a respeito da seguinte Ordem do Dia: Em sede de AGO: (1) as contas da administração, o relatório da administração consubstanciado nas demonstrações financeiras da Companhia e examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício social findo em 31/12/2022; (2) a proposta de destinação dos resultados da Companhia relativos ao exercício social findo em 31/12/2022; e (3) a eleição ou reeleição e consignação de renúncia, conforme o caso, dos membros do Conselho de Administração da Companhia. Em sede de AGE: (4) a consolidação do Estatuto Social. Nos termos do art. 126 da Lei das S.A., para participar da Assembleia, os acionistas ou seus representantes deverão apresentar à Companhia, aos cuidados das Sras. Patricia Passos e Vanessa Coelho (Jurídico) - patricia.passos@grupohmaisbrasil.com.br e vanessa.coelho@grupohmaisbrasil.com.br com no mínimo 2 dias úteis de antecedência à data de realização da Assembleia: (a) documento de identidade; (b) atos societários que comprovem a representação legal; e (c) instrumento de outorga de poderes de representação, conforme aplicável. O representante do acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia simples dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente: (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à Assembleia como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que o terceiro represente a pessoa jurídica. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 ano, nos termos do art. 126, § 1º da Lei das S.A. Em cumprimento ao disposto no art. 654, §§ 1º e 2º da Lei nº 10.406/02 (Código Civil Brasileiro), a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante. As pessoas naturais e jurídicas acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado, consoante previsto no art. 126, § 1º da Lei das S.A. Alternativamente, os acionistas poderão participar da Assembleia por meio do envio de boletim de voto à distância ("Boletim"), o qual conterá, na forma da IN DREI 81, (i) todas as matérias constantes da ordem do dia da Assembleia, (ii) orientações sobre o seu envio à Companhia, (iii) indicação dos documentos que devem acompanhar a verificação da identidade do acionista, bem como de eventual representante; e (iv) orientações sobre as formalidades necessárias para que o voto seja considerado válido. O Boletim deverá ser devolvido à Companhia, devidamente preenchido e assinado pelo acionista, com no mínimo 5 dias de antecedência à data de realização da Assembleia, nos termos da IN DREI 81. A Companhia deve, em até 2 dias úteis do recebimento do Boletim, comunicar (a) o recebimento do boletim de voto à distância, bem como que o Boletim e eventuais documentos que o acompanham são suficientes para que o voto do acionista seja considerado válido; e (b) a necessidade de retificação ou reenvio do Boletim ou dos documentos que o acompanham, descrevendo os procedimentos e prazos necessários à regularização. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia. São Paulo/SP, 27/04/2023. Fernando Henrique de Aldemundo Pereira, Presidente do Conselho de Administração. (27, 28 e 29/04/23)

Ubus Tecnologia S.A.

CNPJ nº 29.320.965/0001-43

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Srs. Acionistas, em cumprimento às exigências legais e estatutárias, submetemos à vossa apreciação o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras do período de 01/01/2022 à 31/12/2022. As Demonstrações Financeiras completas encontram-se a sua disposição na sede da empresa. São Bernardo do Campo, 31/12/2022

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 1º de janeiro de 2022 à 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em Reais)			
BALANÇOS PATRIMONIAIS		DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	
	2022	2021	2021
Ativo Circulante	97.680	17.078	113.678
Caixa e equivalentes de caixa	21.532	9.133	(551.416)
Contas a receber	76.148	7.945	(437.738)
Não circulante	65.072	98.597	(25.304)
Imobilizado	11.834	17.121	(66.507)
Intangível	53.238	81.476	(463.042)
Total do ativo	162.752	115.675	(1.510.938)
Passivo + patrimônio líquido			
Circulante	7.246.294	6.558.693	201
Impostos e contribuições	114.879	210.629	(54.999)
Contas a pagar	7.131.415	6.348.064	(517.840)
Não circulante	-	113.383	(9.301)
Impostos e contribuições	-	113.383	(4.274)
Patrimônio líquido	(7.083.542)	(6.556.401)	(527.141)
Capital social	1.500	1.500	(1.534.322)
Prejuízos acumulados	(7.085.042)	(6.557.901)	1.500
Total do passivo + PL	115.675	115.675	(7.085.042)
NOTAS EXPLICATIVAS			
1) Do contexto: A Ubus Tecnologia S.A., sociedade anônima de capital fechado, com sede e foro na cidade de São Bernardo do Campo/SP, tendo como objeto social principal Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários com início de atividades em 26/12/2017. 2) Das demonstrações contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com as boas práticas e com os Princípios Fundamentais de Contabilidade e demais práticas emanadas da legislação societária brasileira.			
Jose Romano Netto Diretor Presidente	Anderson Paulo Bella da Silva Vice-Presidente	Assis Martins Moreira CRC nº 1SP259100/0-4	

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça um orçamento conosco:

comercial@datamercantil.com.br

Publicidade Legal

ADATA INTEGRATION BRAZIL S.A.

6. ESTOQUES

	2022	2021
Matéria prima	34.995	37.408
Produtos acabados	24.396	18.185
Semi-acabados	5.112	14.549
Perda de Reposição	1.818	—
Perdas estimadas	66.321	70.142
	(1.580)	(1.950)
	64.741	68.192

As movimentações das perdas com estoques estão assim representadas:

Descrição	2022	2021
Saldo inicial	(1.950)	(994)
Adições	—	(956)
Baixas	370	—
Saldo final	(1.580)	(1.950)

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	2022	2021
PADIS	18.680	—
ICMS	2.617	1.762
ICMS CREDAC	1.253	—
ICMS CIAP	2.948	3.354
IRPJ / CSLL	598	15.840
Outros	850	514
	26.946	21.470

Circulante 25.506 19.603
Não circulante 1.440 1.867

8. OUTROS CRÉDITOS

	2022	2021
Adiantamento de fornecedores	6.014	3.867
Outros	1.641	1.174
	7.655	5.041

9. ATIVO IMOBILIZADO

Descrição	2022		2021	
	Taxa de depreciação % a.a.	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Móveis, utensílios e instalações	10%	1.621	(1.211)	410
Computadores e periféricos	20%	1.798	(1.778)	20
Moldes e ferramentas	10%	63	(50)	13
Beneficiárias em				
Imóveis de terceiros	10%	38.238	(22.199)	16.039
Máquinas e equipamentos	10%	78.225	(34.381)	43.844
Outros equipamentos	10%	7.700	(1.165)	6.535
		127.645	(60.784)	66.861

A movimentação do custo e da depreciação do imobilizado, no exercício de 2022 está demonstrada no quadro abaixo:

Descrição	2021		2022	
	Adições	Baixas	Adições	Baixas
Móveis, utensílios e instalações	1.542	79	1.621	—
Computadores e periféricos	1.791	7	1.798	—
Moldes e ferramentas	63	—	63	—
Beneficiárias em imóveis de terceiros	38.238	—	38.238	—
Máquinas e equipamentos	74.572	3.473	78.225	—
Outros equipamentos	3.297	4.403	7.700	—
Custo	119.683	7.962	127.645	—
Móveis, utensílios e instalações	(1.050)	(161)	(1.211)	—
Computadores e periféricos	(1.611)	(167)	(1.778)	—
Moldes e ferramentas	(45)	(5)	(50)	—
Beneficiárias em imóveis de terceiros	(18.295)	(3.904)	(22.199)	—
Máquinas e equipamentos	(26.658)	(7.723)	(34.381)	—
Outros equipamentos	(521)	(644)	(1.165)	—
Depreciação acumulada	(47.235)	(12.604)	(60.784)	—
	72.448	(4.642)	66.861	—

A movimentação da depreciação do imobilizado e amortização do intangível, no exercício de 2022 está demonstrada no quadro abaixo:

Descrição	2020		2021		2022	
	Adições	Baixas	Adições	Baixas	Adições	Baixas
Móveis, utensílios e instalações	1.114	428	—	—	1.542	—
Computadores e periféricos	1.783	8	—	—	1.791	—
Moldes e ferramentas	54	9	—	—	63	—
Beneficiárias em imóveis de terceiros	38.238	—	—	—	38.238	—
Máquinas e equipamentos	62.149	13.053	(450)	—	74.572	—
Outros equipamentos	2.974	323	—	—	3.297	—
Custo	106.312	13.821	(450)	—	119.683	—
Móveis, utensílios e instalações	(794)	(256)	—	—	(1.050)	—
Computadores e periféricos	(1.252)	(359)	—	—	(1.611)	—
Moldes e ferramentas	(35)	(10)	—	—	(45)	—
Beneficiárias em imóveis de terceiros	(14.498)	(3.797)	—	—	(18.295)	—
Máquinas e equipamentos	(19.841)	(6.817)	—	—	(26.658)	—
Outros equipamentos	(210)	(311)	—	—	(521)	—
Depreciação acumulada	(36.630)	(11.550)	—	—	(48.180)	—
	69.682	2.271	(450)	—	71.503	—

10. DIREITOS DE USO DE ATIVOS E PASSIVO DE ARRENDAMENTO
Em 1º de janeiro de 2019 os valores correspondentes ao direito de uso dos contratos de arrendamentos vigentes representados pelos alugueiros de máquinas para uma linha de produção localizada na fábrica de Santo Antônio de Posse - São Paulo.

Descrição	2022		2021	
	Taxa de depreciação % a.a.	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Arrendamentos - direito de uso (a)	20 a 50%	2.818	(2.348)	470
Custo		2.818	—	2.818
Amortização		(1.409)	(939)	(2.348)
		1.409	(939)	470
Passivo de arrendamento				
Curto prazo		946	(960)	14
Longo prazo		479	(479)	—
		1.425	(960)	479

11. INTANGÍVEL

Descrição	2022		2021	
	Taxa de depreciação % a.a.	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Direito de uso - patentes	20%	11.012	(7.478)	3.534
Software	20%	954	(631)	323
		11.966	(8.109)	3.857

Abaixo detalhamos a movimentação do custo do ativo intangível em 2021:

Descrição	2021	Adições	Baixas	2022
Patentes e direito de uso	12.463	—	(1.451)	11.012
Software	888	66	—	954
Custo	13.351	66	(1.451)	11.966
Amortização acumulada	(7.103)	(1.006)	—	(8.109)
	6.248	(940)	(1.451)	3.857

Abaixo detalhamos a movimentação do custo do ativo intangível em 2020:

Descrição	2020	Adições	Baixas	2021
Patentes e direito de uso	12.463	—	—	12.463
Software	617	271	—	888
Custo	13.080	271	—	13.351
Amortização acumulada	(4.454)	(2.649)	—	(7.103)
	8.626	(2.378)	—	6.248

12. PARTES RELACIONADAS

Em 2021 e 2022 as transações com partes relacionadas referiam-se a compras e vendas de produtos sendo realizadas a preços, prazos e condições definidas entre as partes.

	2022	2021
Ativo - contas a receber	—	137.562
ADATA Electronics Brasil S.A.	188.619	137.562
Resultado - Vendas	188.619	137.562
ADATA Electronics Brasil S.A.	—	—
	2.083	1.839
	2.083	1.839

Remuneração do pessoal chave da administração: A remuneração paga e a pagar ao pessoal chave da Administração, incluindo salários e encargos, participação nos lucros e outros benefícios, totaliza R\$ 947 em 2022 e R\$ 949 em 2021.

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Instituição	Modalidade	Taxas (a.a.)	2022	2021
Banco Itaú	Capital de giro	16,80-17,49%	24.237	30.052
Daycoval (BNDES)	Capital de giro	14,050%	—	3.469
			24.237	33.521

Um dos empréstimos junto ao banco Itaú tem garantia Stand-by, composto por duas cartas de USD 5 milhões com o aval da Matriz. Os demais empréstimos e financiamentos não tiveram exigência de garantias, assim como não possuem cláusulas restritivas. Reconciliação entre movimento de posição financeira e fluxos de caixa de atividades de financiamento

	2022	2021
Saldo no início do exercício	33.521	41.782
Itens de fluxo de caixa de atividade de financiamento:		
Captação de empréstimos e financiamentos	28.000	24.000
Amortização de empréstimos e financiamentos	(37.520)	(32.282)
Variação cambial sobre amortização de empréstimo e financiamento	—	—
Total do fluxo de caixa usado na atividade de financiamento	24.001	33.500
Outros itens:		
Provisão de despesas com juros e variação cambial	6.965	782
Pagamento de juros e variação cambial	(6.729)	(761)
Total de outros itens:	236	21
Saldo em 31 de dezembro do ano corrente	24.237	33.521

14. FORNECEDORES

	2022	2021
Nacionais	2.750	23
Estrangeiros	48.157	99.213
	50.907	99.236

15. IMPOSTOS A RECOLHER

	2022	2021
IRPJ / CSLL	2.658	226
ICMS Art. 29	821	726
Outros impostos	2.393	269
	5.872	1.221
Não circulante	—	—
Outros impostos	743	944
	743	944

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

16.1. Capital social: Em 31 de dezembro de 2021 e 2022, o capital social era composto por 156.113.298 ações totalmente integralizadas com valor nominal no valor de R\$ 1.00 cada totalizando R\$ 156.113.

	2022	2021
3T Participações e Gestão Ltda.	24.504.231	24.504.231
Machdata Intermediação de Negócios Ltda.	131.609.069	131.609.069
	156.113.298	156.113.298

Em 10 de março de 2020 foi realizado a integralização de capital no montante de R\$ 30.507 divididos em 30.506.744 (trinta milhões, quinhentos e seis mil, setecentos e quarenta e quatro) novas ações a um preço unitário de R\$ 1,00 (um real). O capital foi totalmente integralizado em moeda corrente. Reserva Legal: É constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por ações na base de 5% do líquido de cada exercício até atingir, isoladamente 20% do capital social ou 30% do capital social acrescido do saldo da reserva de capital, sendo constituído o montante de R\$ 5.118 em 31 de dezembro de 2022. 16.2. Reserva de incentivos fiscais: De acordo com o CPC 07 (R1), em 2022 foi constituída a reserva de Incentivos Fiscais do PADI, que está relacionada ao Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores no valor de R\$ 12.703. Esta reserva basicamente refere-se ao montante apurado e não pago de Imposto de Renda sobre o Lucro, em benefício deste programa. O programa ainda concede um Crédito Financeiro, refletido e evidenciado na Nota 17 - Resultado financeiro líquido. Dividendos: Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, após deduzidos os prejuízos acumulados e a constituição da reserva legal. No exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral da Companhia poderá destinar o excesso à constituição de lucros a realizar e o eventual saldo terá a destinação que lhe for dada pela Assembleia Geral, observadas as prescrições legais, sendo que qualquer retenção de lucros do exercício pela Companhia deverá ser prevista em orçamento de capital previamente aprovado pelo Conselho de Administração, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações. Caso o saldo da reserva de lucros ultrapasse o capital social, a Assembleia Geral deliberará acerca do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou, ainda, na distribuição de dividendos. Mediante deliberação do Conselho de Administração, a Diretoria poderá

levantar balanço semestral e declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes, com base no último balanço anual ou semestral. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram propostos R\$ 21.136 como dividendos mínimos obrigatórios aos acionistas da Companhia.

17. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2022	2021
Receita bruta de vendas com benefício	692.712	442.669
Receita de exportação	—	3.697
	692.712	446.366
Deduções da receita bruta		
Impostos	(62.276)	(45.728)
Descontos e abatimentos	(3.244)	(7.723)
	(65.520)	(53.451)
Receita operacional líquida	627.192	392.915

18. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	2022	2021
Matérias-primas, produtos acabados e em elaboração	(465.143)	(315.289)
Depreciação e amortização	(16.069)	(15.204)
Salários e encargos	(23.774)	(15.152)
Despesa de P&D	(13.106)	(15.507)
Utilidades	(2.520)	(2.713)
Manutenção	(2.958)	(3.296)
Serviços prestados por terceiros	(2.405)	(1.669)
Material de uso e consumo	(8.150)	(2.787)
Seguros	(1.003)	(964)
Despesa com viagens	(129)	(100)
Telecomunicações	(77)	(41)
Aluguéis e condomínios	(324)	(46)
Perdas estimadas nos estoques	371	(956)
Despesa com fretes	(1.018)	—
Outros	(1.501)	(3.710)
	(537.806)	(377.434)
Custos dos produtos vendidos	(508.642)	(349.487)
Despesas administrativas	(25.400)	(25.194)
Despesas com vendas	(3.764)	(2.753)

19. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	2022	2021
Receitas financeiras		
Variação cambial ativa	17.872	9.740
Ganho com reavaliação de ativo financeiro (NDF) - Nota 20	6.467	21.486
Descontos obtidos	37.545	52.571
Crédito financeiro	89	74
Rendimento sobre aplicação financeira	164	—
Outras receitas	62.144	83.881
Despesas financeiras		
Variação cambial passiva	(10.609)	(17.713)
Perda com reavaliação de ativo financeiro (NDF) - Nota 20	(25.063)	(22.895)
Despesa de juros	(8.136)	(2.531)
Outras despesas	(913)	(14)
	(44.721)	(43.153)
	17.223	40.728

Total (a) Crédito Financeiro: A Lei Nr. 14.302 de 7 janeiro de 2022 altera a Lei Nr. 11.484 de 31 de maio de 2007, para dispor sobre a prorrogação do prazo de vigência do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores (PADI) e de outros providências. Pessoa jurídica se beneficia do PADI onde fará jus a crédito financeiro calculado sobre o dispêndio efetivamente aplicado no trimestre anterior e atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação até 31 de dezembro de 2026. Em decorrência do benefício mencionado acima, no resultado do período de 12 meses findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia registrou em suas informações financeiras individuais o montante de R\$ 37.545 (R\$ 52.571 em 2021), no grupo de Receitas financeiras.

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A conciliação das despesas de imposto de renda e contribuição social é demonstrada a seguir:

	2022	2021
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	106.809	56.210
Imposto calculado com base em alíquotas de imposto locais - 34%	(36.315)	(19.111)
Subvenção governamental (crédito financeiro - PADI)	3.372	4.731
Variação cambial	(2.382)	(1.954)
Outras adições/exclusões temporárias	(2.387)	(3.330)
Outras adições/exclusões permanentes	4.598	1.863
Prejuízo fiscal	1.969	348
IRPJ reduzido pelo lucro da exploração	26.702	14.053
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(4.443)	(3.400)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	—	—
Imposto de renda e contribuição social - diferido	(4.443)	(3.400)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(



ADATA ELECTRONICS BRAZIL S.A.

CNPJ nº 21.316.271/0001-20

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31/12/2022 e 2021 (Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

BALANÇOS PATRIMONIAIS			
Ativo	Nota	2022	2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	18.854	12.366
Aplicações financeiras	4	—	2.000
Contas a receber de clientes	5	219.340	249.898
Estoques	6	126.781	124.398
Instrumentos financeiros derivativos	23	1.005	—
Impostos a recuperar	7	84.390	103.493
Outros ativos	8	4.320	28.306
		454.690	520.461
Não circulante			
Impostos a recuperar	7	113	190
Impostos de renda e contribuição social diferidos	9	1.116	1.116
Imobilizado	9	20.328	16.611
Direito de uso de ativos	10	3.467	4.439
Intangível		383	337
		25.407	22.693
		480.097	543.154
Total			
		624.645	663.655

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES			
	Nota	2022	2021
Lucro líquido do exercício	—	31.231	59.602
Outros resultados abrangentes	—	—	—
Total do resultado abrangente do exercício	—	31.231	59.602

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A ADATA Electronics Brazil S.A. (Companhia) iniciou suas atividades industriais em 2017 tendo como principais produtos as memórias DRAM e SSD, ambos com benefício fiscal do PPB (Processo Produtivo Básico) tendo, portanto, suspensão de IPI e diferimento de ICMS pelo Regime Especial 7759/2015, e tem como principal fornecedor a ADATA Integration Brazil S.A., parte relacionada, que é detentora do benefício fiscal do PDIS e tem parte de seu processo produtivo realizado através de terceirização na Sigma Technologies LTDA. A Companhia é subsidiária integral da ADATA Technology, empresa localizada em Taiwan. Impactos da Covid-19 (Coronavírus) nos negócios da Companhia: Até o momento as operações da Companhia não foram impactadas de forma relevante em relação à pandemia do COVID-19. A Companhia não teve suas operações interrompidas e está seguindo as determinações das legislações municipais e/ou estaduais em todo seu parque fabril e áreas administrativas. Os níveis de estoques da Companhia permanecem normais e capazes de manter a capacidade produtiva dentro da normalidade, não tendo sido observada interrupção no fornecimento de insumos. Em relação aos recebíveis da Companhia, o setor não sofre, no momento, um aumento da inadimplência e também não houve alongamento dos prazos de vencimentos, não trazendo assim impactos nestes recebíveis até o momento. A Companhia está tomando todas as medidas adequadas para prevenir a disseminação do COVID-19, bem como assegurar a continuidade dos negócios durante o período de pandemia. Embora as operações da Companhia não tenham sido afetadas de forma relevante até o momento, a administração da Companhia não tem como estimar ou prever a ocorrência de eventos futuros relacionados à pandemia do COVID-19 que possam trazer reflexos para a Companhia, mas continuará com o monitoramento e avaliação de ações a serem tomadas. Impactos do conflito e sanções relacionadas à Ucrânia, Rússia e/ou Bielorrússia nos negócios da Companhia: Em 24 de fevereiro de 2022, a Rússia lançou uma invasão militar em larga escala contra a Ucrânia, um de seus países vizinhos a sudoeste, marcando uma escalada acentuada para um conflito que começou em 2014. Em contrapartida, os países ocidentais e outros começaram a impor sanções limitadas à Rússia quando reconheceu a independência da região de Donbas. Com o início dos ataques em 24 de fevereiro, muitos países adicionais começaram a aplicar sanções com o objetivo de paralisar a economia russa. As sanções foram amplas, visando indivíduos, bancos, empresas, trocas monetárias, transferências bancárias, exportações e importações. Como resultado a economia global passou a ser afetada pelo conflito, principalmente nos setores de grãos e gás natural. Até o presente momento o impacto do conflito é mínimo, tendo em vista que seus principais clientes e fornecedores atuam no mercado nacional. Apesar de toda a repercussão mundial e impactos negativos gerais em vários negócios, até o presente momento a guerra não trouxe consequências representativas para o setor da Companhia. A Administração vem acompanhando sistematicamente esses impactos e vem monitorando os potenciais impactos nas demonstrações financeiras e está preparada para adoção de medidas pontuais, se necessárias.

2. BASE PARA PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade com as práticas contábeis: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A administração declara que revisou, discutiu e concorda com estas demonstrações financeiras, autorizando sua conclusão em 14 de março de 2023, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data. **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. **2.3. Moeda estrangeira: Transações e saldos em moeda estrangeira:** Todas as transações em moeda estrangeira são convertidas em moeda local pela taxa de câmbio no tempo de cada transação. Os ativos e passivos financeiros expressos em moeda estrangeira também são convertidos em moeda local pela taxa de câmbio a partir da data do balanço. As perdas e os ganhos de taxa de câmbio sobre ativos e passivos são registrados na demonstração do resultado do exercício. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas financeiras são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Instrumentos financeiros: Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros: Conforme o IFRS 9 / CPC 48, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado em: custo amortizado, valor justo por meio dos outros resultados abrangentes ("VJORA") - instrumento de dívida; VJORA - instrumento patrimonial; e valor justo por meio de resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros segundo o IFRS 9 / CPC 48 é substancialmente estabelecida conforme o modelo de negócios no qual o ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxo de caixa contratual. As novas políticas contábeis significativas estão descritas a seguir: **Ativos financeiros a custo amortizado** - Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A redução de juros, ganhos e perdas cambiais e perdas são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratual; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. • Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Os ativos financeiros da Companhia são substancialmente representados por contas a receber de clientes (Nota 5), partes relacionadas (Nota 13), e outros classificados como mensurados subsequentemente ao custo amortizado e instrumentos financeiros derivativos (Nota 22), classificadas como mensuradas subsequentemente a VJR. Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Os passivos financeiros da Companhia estão substancialmente representados por fornecedores (Nota 11), empréstimos e financiamentos (Nota 12), partes relacionadas (Nota 13) e contas a pagar, os quais estão classificados como mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros (Impairment): Perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito baseadas nas perdas históricas e projeções de premissas relacionadas. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devida à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. Em conformidade com a substituição do modelo de perdas incorridas por perdas esperadas, a Administração concluiu que a metodologia já adotada está aderente ao modelo de perdas esperadas. **Compensação de instrumentos financeiros:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Outros passivos financeiros:** Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro, ou quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. **3.2. Caixa e equivalentes de caixa:** Os saldos incluem recursos disponíveis, depósitos bancários e aplicações financeiras prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e não estão sujeitas a um risco significativo de mudança de valor. São avaliadas pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos que não ultrapassam seus respectivos valores de mercado. **3.3. Estoques:** São apresentados pelo custo de aquisição, adicionados aos custos de fabricação para a elaboração dos produtos, não sendo superiores ao valor de mercado. Os estoques são deduzidos da provisão para obsolescência, estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de utilizar todo o estoque existente. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. Adicionalmente, é estimada a provisão para perda de estoque com giro lento com base nos percentuais definidos pela Administração que variam de 20% a 100%, de acordo com o tempo sem movimentação. **3.4. Imobilizado:** É registrado pelo custo de aquisição e sujeito a testes de recuperabilidade. As depreciações acumuladas foram computadas pelo método linear e reconhecidas no resultado do exercício, de acordo com as taxas mencionadas na nota explicativa nº 9. Bens adquiridos através de operações de arrendamento mercantil financeiro são registrados pelo seu valor à vista ou ajustado ao valor presente da respectiva obrigação. **3.5. Intangível:** As licenças de software de computador adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir e trazer o software para uso específico. Esses custos são amortizados em relação às vidas úteis usando o método linear. **3.6. Arrendamentos:** O Grupo aplicou o CPC 06(R2) - Arrendamentos utilizando a abordagem retrospectiva modificada e, portanto, as informações comparativas não foram reapresentadas e continuam a ser apresentadas conforme o CPC 06(R2). Os detalhes das políticas contábeis conforme CPC 06(R2) são divulgados separadamente. **Políticas contábeis aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2019:** No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2). Esta política é aplicada aos contratos celebrados a partir de 1º de janeiro de 2019. **Como arrendatário:** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aplica a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizá-los como componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário no desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente a condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconta. Ao mensurar os passivos de arrendamento para arrendamentos classificados como operacionais, a Companhia desconta os pagamentos de arrendamento utilizando sua taxa incremental sobre empréstimo de 12,50%. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento são pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo na essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial. **Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor:** A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, inferior a 12 meses, incluindo equipamentos de TC. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. Para contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019, a Companhia determinava se o acordo era ou continha um arrendamento com base na avaliação de se: • O cumprimento do acordo dependia do uso de um ativo ou ativos específicos; e • O acordo havia concedido o direito de usar o ativo. Um acordo transmitia o direito de usar o ativo se os seguintes itens fosse cumprido: • O comprador tinha a capacidade ou o direito de operar o ativo ao mesmo tempo em que obtinha ou controlava um valor que não era insignificante da produção ou de outra utilidade do ativo; • O comprador tinha a capacidade ou o direito de controlar o acesso físico ao ativo ao mesmo tempo em que obtinha ou controlava um valor que não seja insignificante da produção ou outra utilidade do ativo; ou • Os ativos mantidos sob outros arrendamentos foram classificados como operacionais e não foram reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia. Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais foram reconhecidos no resultado de forma linear pelo prazo do arrendamento. **3.7. Partes relacionadas:** As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia em condições estritamente comutativas, observando-se preços e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Companhia. **3.8. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente e diferido:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real de tributação anual, caso existam. As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre o lucro são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, se existir. As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos, ambos reconhecidos na demonstração do resultado. **i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente:** A Companhia é tributada pelo lucro real, o imposto de renda e a contribuição social são calculados pelas alíquotas regulares de 15% para o imposto de renda com adicional de 10% sobre o excedente à R\$ 240 e de 9% para a contribuição social, sobre o lucro tributável do exercício, ajustado segundo critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente e apurado pela organização de forma trimestral. Despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **ii) Impactos nas bases do IRPJ e da CSLL decorrentes do benefício governamental do Estado do Amazonas:** A Companhia, em razão de sua atuação fabricante de bens de tecnologia da informação e comunicação no Estado de Amazonas, tem isenção do imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) na venda de determinados produtos. Para fins de apuração do imposto de renda da pessoa jurídica (IRPJ) e da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), conforme previsto no artigo 30 da Lei. 12.973/2014, as subvenções concedidas como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos e as doações feitas pelo poder público não serão computadas na determinação do lucro real, desde que seguidos alguns requisitos previstos no presente artigo. Assim, os valores registrados pela Companhia em 2022 e 2021 decorrentes da subvenção governamental, não deverão impactar as bases tributáveis de IRPJ e CSLL, razão pela qual foram excluídos no cálculo do LAUR e do LACS. **iii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação a diferenças temporárias dedutíveis na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensação sobre o lucro ou prejuízo dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. **3.9. Provisão para contingências:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente como resultado de um evento passado, e é provável que sejam necessários benefícios econômicos para liquidar a obrigação e uma estimativa da quantidade pode ser feita. A despesa ou reversão relativas a quaisquer provisões são reconhecidas no resultado do exercício. **3.10. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os ativos e passivos circulantes e não circulantes são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos incorridos até a data do balanço patrimonial. **3.11. Reconhecimento de receita:** As receitas de contratos com clientes são reconhecidas pela Companhia à medida em que ocorre a transferência de controle dos produtos aos clientes, representada pela capacidade de determinar o uso dos produtos e de obter substancialmente a totalidade dos benefícios restantes provenientes dos produtos. Para isso, a Companhia segue a estrutura conceitual da norma, baseada no modelo de cinco passos: 1) identificação dos contratos com os clientes; 2) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; 3) determinação do preço da transação; 4) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e 5) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida. **3.12. Redução ao valor recuperável**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
	Nota	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	Reserva Legal	Reserva para incentivo fiscal ICMS	Reserva de lucros acumulados	Lucros Totais
Saldos em 31 de dezembro de 2020		7.645	—	1.529	—	38.625	47.799
Adiantamento para futuro aumento de capital	16	—	46.367	—	—	—	46.367
Lucro líquido do exercício		—	—	—	—	59.602	59.602
Constituição de reserva de lucros		—	—	—	—	(98.227)	(98.227)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		7.645	46.367	1.529	—	98.227	153.768
Aumento de capital social	16	55.000	(46.367)	—	—	—	8.633
Lucro líquido do exercício		—	—	—	—	—	31.231
Constituição da reserva legal	16	—	—	1.562	—	—	(1.562)
Constituição da reserva de incentivos fiscais	16	—	—	—	78.112	(7.109)	(17.003)
Dividendos propostos	16	—	—	—	—	—	(22.239)
Constituição de reserva de lucros		—	—	—	—	(63.573)	63.573
Saldos em 31 de dezembro de 2022		62.645	—	3.091	78.112	27.545	171.393

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

	Nota	2022	2021
Receita líquida de vendas	17	1.369.367	982.944
Custos dos produtos vendidos	18	(1.231.198)	(858.321)
Lucro bruto		138.169	124.623
Despesas operacionais	18	(61.780)	(15.277)
Gerais e administrativas	18	(10.304)	(7.323)
Vendas		(72.084)	(22.600)
		66.085	102.023
Lucro antes do resultado financeiro e dos impostos		(29.363)	(14.092)
Resultado financeiro líquido	19	36.722	87.931
Lucro antes dos impostos		(5.911)	(28.329)
Imposto de renda e contribuição social correntes	20	(31.231)	(59.602)
Lucro líquido do exercício		31.231	59.602

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	31.231	59.602
Ajustes para reconciliar o lucro líquido dos exercícios com os recursos provenientes das atividades operacionais		
Depreciações e amortizações	4.262	2.527
Perdas (estornos) estimadas nos estoques	(4.332)	7.001
Perdas estimadas com clientes	(78)	135
Despesas com juros sobre empréstimos e arrendamentos	5.799	4.448
Baixas de imobilizado	70	89
	36.952	73.802
Variações nos ativos e passivos		
Clientes	30.636	(116.300)
Estoques	1.949	(95.050)
Impostos a recuperar	19.180	(67.876)
Adiantamentos	7.839	(16.094)
Outros ativos	22.448	1.836
Fornecedores	(67.454)	56.011
Contas a pagar	8.502	2.357
Partes relacionadas	51.057	—
Impostos a recolher	(4.370)	12.633
Salários e encargos sociais	(762)	2.024
Pagamentos de juros sobre empréstimos	(7.763)	(4.448)
Pagamentos do imposto de renda e contribuição social	—	(1.459)
Caixa líquido proveniente das (consumido nas) atividades operacionais	98.214	(152.564)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(6.265)	(15.388)
Aplicação financeira	2.000	—
Pagamento de dividendos	(13.344)	—
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(17.609)	(15.388)
Fluxo de caixa nas atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos	295.514	249.348
Pagamentos de empréstimos e financiamentos - principal	(376.381)	(200.537)
Partes relacionadas	—	86.218
Pagamento de arrendamentos	(1.883)	(1.725)
Adiantamento para futuro aumento de capital	—	46.367
Aumento de capital	8.633	—
Caixa líquido gerado nas (consumido nas) atividades de financiamento	(74.117)	179.671
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	6.488	11.221
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	12.366	645
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	18.854	12.366

dos ativos não financeiros (impairment): Os ativos são revisados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. A Administração da Companhia efetuou a análise dos seus ativos e verificou que não existem indicadores internos ou externos de desvalorização. **3.13. Ajustes a valor presente:** A Companhia analisou suas contas de ativos e passivos de curto e longo prazo, com relação a valores realizáveis no futuro, prazos de liquidação, vencimento e possíveis taxas de desconto e verificou que qualquer ajuste a valor presente seria irrelevante. Portanto, não houve impacto dessa natureza nas demonstrações financeiras. **3.14. Apuração do resultado:** O resultado é apurado pelo princípio da competência dos exercícios. As receitas e os custos são reconhecidos no resultado quando os riscos e benefícios inerentes aos serviços são transferidos para o contratante. **3.15. Subvenções governamentais:** Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. A Companhia possui subvenção governamental representada pelo benefício creditício por atuar como fabricante de bens de tecnologia da informação e comunicação no Estado de Amazonas. Concedido em forma de crédito estímulo do imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) na venda de determinados produtos e na aquisição de determinados produtos. A Companhia considera as condições e obrigações que tem de observar e cumprir, quando da identificação dos custos a serem confrontados com o benefício econômico obtido. Os efeitos desse cálculo são registrados no resultado do exercício, como redutora da receita líquida, representando o valor líquido entre o imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) gerado sobre as vendas de Manaus de produtos em centavos e o mesmo imposto sobre as aquisições de mercadorias dos produtos incentivados. A Companhia é beneficiária da lei complementar 160. Em razão da lei, a Companhia goza de benefício de isenção do imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) na venda de determinados produtos. **3.16. Normas novas e interpretações: 3.16.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022:** A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2022 (exceto quando indicado de outra forma). O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. **Alterações no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1):** As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, tais como: • Contrato Oneroso - custos de cumprimento de contrato; • Ativo imobilizado - vendas antes do uso pretendido; e • Referências à Estrutura conceitual. A vigência dessas alterações deve ser estabelecida pelos órgãos reguladores que o aprovarem, sendo que, para o pleno atendimento às normas internacionais de contabilidade, a entidade deve aplicar essas alterações nos períodos anuais com início em, ou após, 1º de janeiro de 2022. **Contrato Oneroso - custos de cumprimento de contrato:** Um contrato oneroso é um contrato sob o qual os custos inevitáveis de cumprir as obrigações decorrentes do contrato (ou seja, os custos que a empresa não pode evitar por que possui o contrato) excedem os benefícios econômicos esperados a serem recebidos. As alterações especificam que, ao avaliar se um contrato é oneroso ou gerador de perdas, a entidade precisa incluir custos que se relacionam diretamente com um contrato de fornecimento de bens ou serviços, incluindo custos incrementais (por exemplo, os custos de mão de obra direta e materiais) e uma alocação de custos indiretamente relacionados às atividades do contrato (por exemplo, depreciação de equipamentos usados para cumprir o contrato e custos de gerenciamento e supervisão do contrato). Os custos gerais e administrativos não estão diretamente relacionados a um contrato e são excluídos, a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia já que não foi identificado nenhum contrato como oneroso. **Referências à Estrutura conceitual:** As alterações substituem uma referência a uma versão anterior da Estrutura conceitual do IASB por uma referência à versão atual emitida em março de 2018 sem alterar significativamente seus requisitos. As alterações adicionam uma exceção ao princípio de reconhecimento da IFRS 3 Business Combinations (equivalente ao CPC 15 (R1) - Combinação de negócios) para evitar a emissão de potenciais ganhos ou perdas do dia 2º decorrentes de passivos e passivos contingentes que estariam dentro do escopo da IFRS 3 Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets (equivalente ao CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes) ou IFRIC 21 Levies, se incorridas separadamente. A exceção exige que as entidades apliquem os critérios da IAS 37 ou IFRIC 21, respectivamente, em vez da Estrutura conceitual, para determinar se existe uma obrigação presente na data de aquisição. As alterações também adicionam um novo parágrafo à IFRS 3 para esclarecer que os ativos contingentes não se qualificam para reconhecimento na data de aquisição. De acordo com as disposições transitórias, a empresa aplica as alterações prospectivamente, ou seja, para combinações de negócios que ocorram após o início do período de relatório anual em que aplica as alterações pela primeira vez (a data da aplicação inicial). Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia uma vez que não existiam ativos, passivos ou passivos contingentes no âmbito dessas alterações que surgiram durante o período. **IFRS 1 First-time Adoption of International Financial Reporting Standards** como adotante pela primeira vez: A alteração permite que uma subsidiária que opte por aplicar o parágrafo D16(a) da IFRS 1 (equivalente ao CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas

Publicidade Legal

ADATA ELECTRONICS BRAZIL S.A.

(a) Créditos de ICMS relativos a operações de entrada na Matriz em São Paulo oriundos de fornecedor situado na ZFM - Zona Franca de Manaus antes do início das operações da filial naquela região. (b) Saldos de IRPJ e CSLL recolhidos a maior no ano de 2020 que deverão ser compensados nos próximos anos. (c) Os créditos de IPI são utilizados para compensação de praticamente todos os demais impostos federais. De março a agosto de 2022 a empresa foi beneficiada com a redução da alíquota o que em contrapartida reduziu a geração de créditos. Com o retorno da alíquota em agosto de 2022 a tendência é que a ADATA passe a gerar mais créditos nos próximos períodos. (d) Créditos aptos para uso compostos em PER DCOMPS de origem já criadas e submetidas ao governo.

	2022	2021
8. OUTROS ATIVOS		
Seguros	2.860	460
Depósitos de caução aluguel	187	21.503
Adiantamento a fornecedores	865	4.805
Outros adiantamentos	408	1.538
Outras contas a receber	4.320	28.306
	2022	2021

	2022	2021
9. IMOBILIZADO		
Descrição	Taxa de depreciação	Depreciação acumulada
Móveis, utensílios e instalações	10%	821 (234) 587
Computadores e periféricos	20%	1.363 (434) 929
Moldes e ferramentas	10%	55 (55) -
Máquinas e equipamentos	10%	11.697 (1.782) 9.915
Outros equipamentos	10%	2.436 (349) 2.087
Adiantamento para equipamentos	-	490 - 490
Beneficentárias em imóveis de terceiro	10%	7.210 (891) 6.319
		24.072 (3.744) 20.328

	2022	2021
Depreciação acumulada	24.072	20.328
	24.072	20.328

Abaixo, detalhamos a movimentação do custo e da depreciação dos ativos imobilizados 2022:

Descrição	2021	Adições	Baixas	2022
Móveis, utensílios e instalações	459	362	-	821
Computadores e periféricos	1.075	358	(70)	1.363
Moldes e ferramentas	55	-	-	55
Máquinas e equipamentos	7.416	4.281	-	11.697
Outros equipamentos	1.870	566	-	2.436
Adiantamento para equipamentos	-	490	-	490
Beneficentárias em imóveis de terceiro	7.143	67	-	7.210
Custo	18.018	6.124	(70)	24.072
Móveis, utensílios e instalações	(183)	(51)	-	(234)
Computadores e periféricos	(211)	(224)	-	(435)
Moldes e ferramentas	(52)	(3)	-	(55)
Máquinas e equipamentos	(673)	(1.109)	-	(1.782)
Outros equipamentos	(112)	(237)	-	(349)
Beneficentárias em imóveis de terceiro	(176)	(713)	-	(889)
Depreciação acumulada	(1.407)	(2.337)	-	(3.744)
	16.611	3.787	(70)	20.328

Abaixo, detalhamos a movimentação do custo e da depreciação dos ativos imobilizados 2021:

Descrição	2020	Adições	Baixas	2021
Móveis, utensílios e instalações	220	239	-	459
Computadores e periféricos	335	740	-	1.075
Moldes e ferramentas	55	-	-	55
Máquinas e equipamentos	2.013	5.448	(45)	7.416
Outros equipamentos	255	8.780	(22)	9.013
Adiantamento para equipamentos	-	-	-	-
Custo	9.746	15.207	(164)	24.789
Móveis, utensílios e instalações	(162)	(21)	-	(183)
Computadores e periféricos	(121)	(90)	-	(211)
Moldes e ferramentas	(45)	(7)	-	(52)
Máquinas e equipamentos	(312)	(361)	-	(673)
Outros equipamentos	(28)	(84)	-	(112)
Beneficentárias em imóveis de terceiro	-	(176)	-	(176)
Depreciação acumulada	(1.342)	(2.472)	75	(3.739)
	8.404	12.735	(89)	21.050

10. DIREITO DE USO DE ATIVOS E PASSIVO DE ARRENDAMENTO
Em 2021 e 2022 os valores correspondentes ao direito de uso dos contratos de arrendamentos vigentes, representados pelo aluguel da fábrica na cidade de Santo Antônio da Posse - São Paulo, da fábrica na cidade de Manaus - Amazonas e do escritório em São Paulo capital, em montantes equivalentes ao valor presente das obrigações assumidas junto às contrapartes. A amortização desses saldos se dará conforme os prazos definidos para os arrendamentos.

	2022	2021		
Direito de uso de ativos				
Descrição	Taxa de depreciação % a.a.	Depreciação acumulada		
Arrendamentos - direito de uso	20 a 50	7.630 (4.163) 3.467		
A movimentação do ano é apresentada abaixo:				
Descrição	2021	Adições	Baixas	2022
Custo	6.771	859	-	7.630
Amortização	(2.332)	(1.831)	-	(4.163)
	4.439	(972)	-	3.467
Descrição	2020	Adições	Baixas	2021
Custo	6.868	(97)	-	6.771
Amortização	(674)	(1.733)	75	(2.332)
	6.194	(1.733)	(22)	4.439

	2022	2021				
Passivo de arrendamento						
Descrição	2021	Adições	Pagamentos	Juros	Transf.	2022
Curto prazo	1.727	99	(1.883)	56	1.571	1.571
Longo prazo	2.756	759	-	-	(1.571)	1.943
	4.483	858	(1.883)	56	-	3.514

	2022	2021
11. FORNECEDORES		
Estrangeiros	15.783	71.892
Nacionais	14.835	26.180
	30.618	98.072

	2022	2021
12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		
Instituição	Modalidade	Taxas (a.a)
Chailace	Capital de giro	0,10126%
Far Eastern	Capital de giro	1,70919%
Daycoval (BNDES)	Capital de giro	14,05%
Daycoval (Duplicação)	Capital de giro	11,40%
Banco do Brasil	Capital de giro	15,68%/17,53%
ITAU	Capital de giro	8,73%/12,66%
Citi	Capital de giro	12,25%
		35.181
		18.600
		18.092
		43.899

Os contratos de empréstimos e financiamentos não possuem cláusulas restritivas não financeiras no encerramento do exercício de 2022 e 2021. Reconciliação entre movimento de posição financeira e fluxos de caixa de atividades de financiamento

	2022	2021
Saldo no início do exercício	124.467	75.656
Itens de fluxo de caixa de atividade de financiamento:		
Captação de empréstimos e financiamentos	295.514	244.711
Amortização de empréstimos e financiamentos	(376.381)	(196.085)
Variável cambial sobre amortização de empréstimo e financiamento	-	-
Total do fluxo de caixa usado na atividade de financiamento	43.600	124.282
Outros itens:		
Provisão de despesas com juros e variação cambial	8.052	894
Pagamento de juros e variação cambial	(7.763)	(709)
Total de outros itens	289	185
Saldo em 31 de dezembro do ano corrente	43.899	124.467

13. PARTES RELACIONADAS
Em 2022 e 2021 as transações com partes relacionadas referiam-se a compras e vendas de produtos, sendo realizadas a preços, prazos e condições usuais de mercado.

	2022	2021
Passivo		
ADATA Integration Brazil S/A.	188.619	137.562
	188.619	137.562

As compras pela ADATA Electronics da ADATA Integration foram de R\$ 689.468 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 434.946 em 31 de dezembro de 2021). Remuneração do pessoal chave da Administração: A remuneração paga e a pagar ao pessoal chave da Administração, incluindo salários e encargos, participação nos lucros e outros benefícios, totaliza R\$ 2.083 em 2022 e R\$ 1.839 em 2021.

	2022	2021
14. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS		
ICMS - ST	5	-
PIS	1.916	-
COFINS	6.044	-
Impostos retidos	682	371
IRPJ / CSLL	-	12.598
FTI	244	282
	8.886	13.256

	2022	2021
15. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS		
Provisão para férias e encargos	3.672	1.523
Salários e pró labore a pagar	659	851
INSS e FGTS	-	446
IRRF s/ folha a recolher	4.331	5.093

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Capital social: Em 31 de dezembro de 2022, o capital social da Companhia é composto por 62.645.056 em 31 de dezembro de 2021) ações totalmente integralizadas com valor nominal de R\$ 1,00 cada, totalizando R\$ 62.645 (R\$ 64.946 em 31 de dezembro de 2021). A distribuição das ações do capital está demonstrada a seguir:

Descrição	2022	2021
	Quantidade ações	Quantidade ações
3T Participações e Gestão Ltda	9.833.030	1.200.000
Machdata Intermediação de Negócios Ltda	52.812.026	6.445.056
	62.645.056	62.645.056

Em 10 de dezembro de 2021, foi recebida adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) da Machdata no montante de R\$ 46.367 (quarenta e seis milhões, trezentos e sessenta e sete mil reais). Em 09 de março de 2022, foi registrado na JUCESP o Estatuto Social que formaliza o aumento de capital de R\$ 55.000 mil (Cinquenta e cinco milhões de reais) que foi integralizado com a emissão de novas ações, a um preço unitário de R\$ 1,00 (um real). O capital foi totalmente integralizado em moeda corrente, através do AFAC recebido em 10 de dezembro de 2021 pela sócia Machdata, além de três depósitos em março de 2022 somando R\$ 8.633 (oito milhões, seiscentos e trinta e três mil reais), o que totalizou o montante aprovado e formalizado neste Estatuto. Reserva Legal: É constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por ações e o Estatuto Social na base de 5% do lucro líquido ajustado de cada exercício até atingir, isoladamente 20% do capital social, sendo constituído o montante de R\$ 1.562 sobre o lucro líquido do exercício de 31 de dezembro de 2022 encerrando este período com saldo de R\$ 3.091. Reserva de incentivos fiscais: A Companhia possui subvenção governamental representada pelo benefício creditado por atuar como fabricante de bens de tecnologia da informação e comunicação no Estado de Amazonas. Concedido em forma de crédito estímulo do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) na venda de determinados produtos e na aquisição de determinados produtos. O benefício econômico obtido é contabilizado como redutor da despesa do imposto lançado no resultado em valores iguais reduzindo 100% do passivo do mesmo imposto. O valor total da subvenção governamental dos anos de 2021 e 2022, foi base para constituição da Reserva de Incentivos fiscais - ICMS no patrimônio líquido da companhia, deduzindo-se o lucro acumulado, conforme evidenciado no Balanço Patrimonial na Demonstração das mutações do patrimônio líquido e totaliza R\$ 78.112. Dividendos: Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, após deduzidos os prejuízos acumulados e a constituição da reserva legal. No exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral da Companhia poderá destinar o excesso à constituição de lucros a realizar e o eventual saldo terá a destinação que lhe for dada pela Assembleia Geral, observadas as prescrições legais, sendo que qualquer retenção de lucros do exercício pela Companhia deverá ser prevista em orçamento de capital previamente aprovado pelo Conselho de Administração, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações. Caso o saldo da reserva de lucros ultrapasse o capital social, a Assembleia Geral deliberará acerca do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou, ainda, na distribuição de dividendos. Mediante deliberação do Conselho de Administração, a Diretoria poderá levantar balanço semestral e declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes, com base no último balanço anual ou semestral. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram propostos R\$ 22.239 como dividendos aos acionistas da Companhia, dos quais R\$ 13.344 foram pagos dentro do ano.

	2022	2021
17. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		
Receita bruta de vendas com benefício	1.514.608	1.105.482
	1.514.608	1.105.482
Deduções da receita bruta	(124.073)	(82.988)
Impostos	(21.168)	(39.550)
Devoluções e abatimentos	(145.241)	(122.538)
	1.369.367	982.944

18. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	2022	2021
Matérias-primas, produtos acabados e em elaboração	(1.209.692)	(829.712)
Salários e encargos	(40.714)	(19.658)
Despesa de P&D	(17.094)	-
Serviços prestados por terceiros	(11.134)	(8.695)
Material de uso e consumo	(5.787)	(2.560)
Despesas com fretes	(5.554)	941
Depreciação e amortização	(4.274)	(2.845)
Outros	(3.364)	(2.392)
Aluguéis	(3.153)	(990)
Utilidades	(2.749)	(253)
Seguros	(2.443)	(1.162)
Manutenção	(1.251)	(1.529)
Despesa com viagens	(448)	(85)
Telecomunicações	(96)	(203)
Perdas estimadas com clientes	139	(7.001)
Perdas estimadas nos estoques	4.332	(4.777)
	(1.303.282)	(880.921)
Custos dos produtos vendidos	(1.231.198)	(858.321)
Despesas administrativas	(61.780)	(15.277)
Despesas com vendas	(10.304)	(7.323)

	2022	2021
19. RESULTADO FINANCEIRO		
Receitas financeiras		
Variável cambial ativa	20.234	5.713
Resultado de reavaliação de ativo financeiro (NDF)	8.349	25.443
Rendimento s/ aplicação financeira	62	75
Crédito financeiro	-	146
Outras receitas	295	27
Descontos obtidos	3	6
	28.943	31.410
Despesas financeiras		
Variável cambial passiva	(12.560)	(15.512)
Perda com reavaliação de ativo financeiro (NDF)	(18.630)	(25.542)
Despesa de juros	(13.223)	(4.448)
Outras despesas	(13.893)	-
	(58.306)	(45.502)
	(29.363)	(14.092)

	2022	2021
20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		
A conciliação das despesas de imposto de renda e contribuição social é demonstrada a seguir:		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	36.722	87.931
Imposto calculado com base em		
aliquotas de imposto locais - 34%	(12.485)	(29.896)
Subvenção governamental (crédito estímulo ICMS)	26.558	-
Variável cambial	(9.803)	(6.732)
Outras adições/exclusões temporárias	(15.549)	(5.132)
Outras adições/exclusões permanentes	2.353	13.431
Imposto não constituído sobre prejuízo fiscal	3.435	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(5.491)	(28.329)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(5.491)	(28.329)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	-	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(5.491)	(28.329)
Alíquota efetiva	14,95%	32,22%

21. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS
A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, porém de baixo volume e valores materiais. São desconhecidos processos de natureza tributária ou civil que devam estar registrados ou divulgados nessas demonstrações financeiras. Julgamento STF - "Quebra" de decisões judiciais definitivas: Em 8 de fevereiro de 2023, o Plenário do Supremo Tribunal Federal ("STF") concluiu o julgamento dos Temas 881 e 885 de repercussão geral, correspondentes aos Recursos Extraordinários nº 949.297 e 955.227, respectivamente, cuja temática é a possibilidade de cessação ou não da eficácia da coisa julgada em relações tributárias de trato contínuo, após suceder pronunciamento da Suprema Corte de forma contrária à decisão anteriormente emitida favoravelmente ao contribuinte. Isso porque, de acordo com a legislação e a jurisprudência, uma decisão, mesmo transitada em julgado, produz os seus efeitos enquanto perdurar o quadro fático e jurídico que a justificou. Havendo alteração, os efeitos da decisão anterior podem deixar de se produzir. A administração avaliou e concluiu que a Companhia não possui processos judiciais que se encaixam na decisão tomada pelo STF, sendo assim, não possui nenhum efeito esperado sobre suas demonstrações financeiras.

	2022	2021
22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS		
Ativo		
Operação de ativos financeiros (NDF)	1.005	-
	1.005	-
Passivo		
Operação de passivos financeiros (NDF)	-	(2.852)
	-	(2.852)
Resultado		
Ganho com reavaliação de ativo financeiro (NDF)	8.349	25.443
Perda com reavaliação de ativo financeiro (NDF)	(18.630)	(25.542)
	(10.281)	(98)

	2022	2021
23. GERENCIAMENTO DE RISCOS		
Gerenciamento dos riscos financeiros: A seguir o entendimento da administração da exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de taxa de câmbio; • Risco de liquidez; e • Risco de mercado. Esta nota apresenta informa-		
DIRETORIA		
Paulo Afonso Frias Trindade Junior		
Presidente		
CONTADOR		
Maurício Alaby		
CRP 328.794/O-0</		

Associação de Educação e Cultura

CNPJ/MF nº 62.410.238/0001-42

Balancos Patrimoniais – Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

Ativo	Nota	31/12/2022	31/12/2021	PASSIVO	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		402.685.409,99	358.203.209,49	CIRCULANTE		6.158.434,88	5.313.808,91
Caixa e Equivalente de Caixa	4	73.874.913,47	64.633.932,41	Fornecedores		82.005,97	30.897,33
Aplicações Financeiras	4	325.600.274,47	290.067.956,21	Contas a Pagar		8.417,41	19.553,14
Anuidades – Parcelas		674.938,25	606.481,89	Obrigações Trabalhistas		5.667,39	–
Valores a Receber		314.802,29	384.388,63	Obrigações Sociais		283.842,34	262.285,65
Adiantamentos e Empréstimos		190.121,47	185.935,57	Obrigações Tributárias		538.090,21	452.388,79
Depósitos Judiciais		11.286,80	–	Provisões Trabalhistas		2.022.915,86	1.757.356,70
Anuidades – Acordos		2.005.233,31	2.315.310,69	Parcelas de Anuidades Antecipadas	7	3.217.495,70	2.791.327,30
Despesas Antecipadas		13.839,93	9.204,09	Passivo Não Circulante		2.288.487,31	2.288.487,31
Ativo Não Circulante		12.946.401,76	12.862.356,76	Exigível a Longo Prazo	3 i	2.288.487,31	2.288.487,31
Realizável a Longo Prazo		4.500.978,42	4.500.978,42	Provisão para Contingências Fiscais		2.288.487,31	2.288.487,31
Depósitos Judiciais		4.500.978,42	4.500.978,42	Patrimônio Líquido		407.184.889,56	363.463.270,03
Imobilizado	5	8.371.189,69	8.357.694,41	Patrimônio Social	8.1	363.463.270,03	348.014.913,51
Intangível	6	74.233,65	3.683,93	Superávit Acumulado		43.721.619,53	15.448.356,52
Total do Ativo		415.631.811,75	371.065.566,25	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		415.631.811,75	371.065.566,25
Ativo Compensado		5.210.482,38	4.545.399,18	Passivo Compensado		5.210.482,38	4.545.399,18
INSS Quota Patronal		5.210.482,38	4.545.399,18	INSS Quota Patronal		5.210.482,38	4.545.399,18

Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores em Reais)

1. Contexto Operacional – A Associação de Educação e Cultura situada na Rua Dona Elisa de Moraes Mendes, 39, Vila Madalena – São Paulo-SP, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter religioso, filantrópico, educacional, cultural e de assistência social, que tem por finalidade a educação, ainda o amparo à infância, a juventude, as famílias e as pessoas idosas, sem discriminação racial, política ou de credo religioso, dedicando-lhes obras de promoção humana, e se rege pelo Estatuto Social e pela legislação aplicável. **2. Apresentação das Demonstrações Financeiras** – Na elaboração das demonstrações financeiras de 31/12/2022, a Associação adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei No. 11.941/09 que alteraram artigos da Lei No. 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução CFC No. 1.374/11 (NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL), que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, Resolução CFC No. 1.185/09 (NBC TG 26 (R5)), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às Entidades sem Fins Lucrativos, e especialmente a Resolução nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações financeiras e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros. Nos termos do artigo 16 em seu parágrafo único da lei 12.868/2013 a Associação reserva-se o direito de aplicar os critérios vigentes na redação originária da lei 12.101/2.009, regulamentada pelo revogado decreto 7.237/2.010 caso sejam mais vantajosos. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Associação em 24 de Abril de 2023. **3. Resumo das Principais Práticas Contábeis** – **a. Apuração do Superávit ou Déficit:** O resultado é apurado observando-se o regime de competência dos exercícios e reflete valores nominais. A receita refere-se às receitas educacionais representadas pelas taxas, mensalidades, matrículas e demais contribuições; e receitas da Associação pelos auxílios, donativos, subvenções e doações que lhe forem feitas por pessoa física ou jurídica, pública ou privada e pelas rendas e indenizações. As despesas são registradas pelo regime de competência com base na documentação como notas fiscais e recibos. Constituídas pelo custeio e manutenção da sua unidade educacional e de serviço, pelo gasto de administração e outros eventuais, bem como de conservação, melhoria e ampliação do patrimônio. **b. Caixa e Equivalente de Caixa:** Conforme determina a Resolução do CFC No. 1.296/10 – Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC No. 1.185/09 – Apresentação das Demonstrações Financeiras, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor; **c. Aplicações Financeiras:** As aplicações financeiras estão apresentadas pelo valor de aplicação acrescida de rendimentos incorridos até a data do balanço (nota nº 4). O Estatuto da Associação estabelece, como requisito, que os excedentes financeiros devam ser aplicados integralmente na realização de seus objetivos, sendo vedada, em qualquer hipótese, a distribuição de bens ou de parcelas do patrimônio social. Dessa forma, a Diretoria irá utilizar integralmente o saldo dos valores registrados em "Aplicações Financeiras" na consecução do respectivo objeto social, ou seja, serão utilizados para subvencionar o cumprimento de seus objetivos institucionais estatutários. **d. Créditos a**

Receber: Referem-se aos direitos a receber de alunos, pela contraprestação de serviços educacionais; adiantamento a empregados; devedores diversos e cheques a receber. **e. Depósitos Judiciais:** A Associação contestou judicialmente o direito de não recolher as contribuições para a Seguridade Social por meio do Processo nº 2004.61.00.030615-6 da 23ª Vara Federal de São Paulo, obteve liminar para recolhimento do encargo através de depósitos judiciais, que foram efetuados até 30/09/2007, com ganho da causa em primeira instância. Após essa data optou por efetuar os depósitos em conta própria destinada a esse fim. O referido processo teve sentença favorável transitada em julgado em abril/2018 com expresse reconhecimento da imunidade tributária. Continua no aguardo dos trâmites legais para levantamento dos valores depositados em juízo. **f. Imobilizado:** Os bens do ativo imobilizado são avaliados ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, com base em taxas que contemplam a vida útil-econômica dos bens (nota nº 5). **g. Intangível:** Os ativos intangíveis com vida útil definida são representados principalmente por softwares e são amortizados pelo prazo de 5 anos (nota nº 6). **h. Atividade de Assistência Social e Educacional:** As gratuidades concedidas pela Associação, no exercício de 2022 através dos seus projetos assistenciais e sociais, totalizam um montante de R\$ 6.181.274,96 (de R\$ R\$ 5.867.659,10 em 2021), sendo R\$ 5.891.387,00 (R\$ 5.748.995,00 em 2020) referentes a bolsas de estudos concedidas, R\$ 289.887,96 e (R\$ 118.664,10 em 2021) referente Despesas com Apoio Alunos Bolsistas (nota nº 11). Ressaltando que não houve nenhum recebimento pelos serviços prestados conforme determina a Lei. **i. Provisões para Contingências Fiscais:** O saldo refere-se à provisão de ISS (processo 0059950-12-1100.8.26.0090) e PIS sobre Folha de Pagamento, cuja Entidade não efetua o recolhimento devido ao entendimento de obter o direito de imunidade, conforme artigos 150, inciso VI, "c" e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal.

	31.12.2022	31.12.2021
Contribuição ao PIS S/Folha de Pagamento	1.168.362,40	1.168.362,40
PROCESSO ISS 0059950-12-1100.8.26.0090	1.120.124,91	1.120.124,91
Provisões para Contingências Fiscais	2.288.487,31	2.288.487,31
No ano de 2015 foi feita uma provisão de contingência do processo 0059950-12-1100.8.26.0090 – tendo a PMSP como autora e a Associação de Educação e Cultura como ré no pagamento dos créditos tributários de ISS reclamados alusivos aos exercícios de 2004 e 2005, cujo valor corrigido seria R\$ 1.120.124,91. Por outro lado, em face da sentença prolatada em 06/10/2016 nos autos da ação declaratória proposta pela Associação no Processo 0036855-27.2013.8.26.0053, com base no laudo pericial apresentado naqueles autos, entendeu aquele juízo não ter caracterizado distribuição de lucro entre as entidades a macular o reconhecimento da imunidade. Portanto a possibilidade de ganho por parte da Associação é muito provável, conforme declara o advogado da Associação, iremos deixar em contingências a pagar até o transitado e julgado do processo.		

	31.12.2022	31.12.2021
4. Caixa e Equivalência de Caixa		
Caixa	11.789,04	5.594,23
Banco Movimento - Banco Itaú	548.475,31	347.349,95
Banco Movimento - Banco Bradesco	6953,63	1,00
Banco Movimento - Banco Safra	440,95	831,51
Banco Investimento Curto Prazo - Banco Itaú	73.237.548,09	64.215.555,68
Banco Investimento Poupança - Banco Bradesco	69.706,45	64.600,04
Aplicações financeiras - Banco Itaú	157.294.250,16	139.400.305,31
Aplicações financeiras - Banco Bradesco	137.523.849,44	123.300.977,54
Aplicações financeiras - Banco Safra	30.782.174,87	27.366.673,36
Caixa e equivalentes de caixa	399.475.187,94	354.701.888,62

	Taxas Anuais	Custo Corrigido	Adição ou Baixa de Bens	Depreciação do período	Valor Líquido	Valor Líquido
5. Imobilizado						
Terrenos	–	300.000,00	–	–	300.000,00	300.000,00
Imóveis	–	5.647.402,00	–	–	5.647.402,00	5.647.402,00
Jazigos	–	40.962,00	–	–	40.962,00	40.962,00
Veículos	20%	–	152.290,90	-57.711,57	94.579,33	–
Móveis e Utensílios	10%	67.206,37	44.145,30	-13.822,42	97.529,25	67.206,37
Instalações e Benfeitorias	10%	1.241.694,04	243.370,96	-231.137,38	1.253.927,62	1.241.694,04
Móveis e Equipamentos. Escritório	10%	65.783,39	2.860,97	-12.668,70	55.975,66	65.783,39
Aparelhos de Som e Música	20%	52.808,98	15.491,38	-11.630,86	56.669,50	52.808,98
Direito de Uso de Software	20%	9.391,19	37.245,93	-46.637,12	–	9.391,19
Computadores e Periféricos	20%	594.656,08	76.364,49	-174.855,10	496.165,47	594.656,08
Aparelhamento Escolar	10%	14.308,91	–	-2.274,02	12.034,89	14.308,91
Programas/Softwares/Licença	20%	37009,17	–	-37.009,17	–	37009,17
Fotocopiadora Digital	10%	95,1	–	-95,1	–	95,1
Imóveis em Construção	–	47.812,52	–	–	47.812,52	47.812,52
Maquinas e Equipamentos	10%	238.564,66	67.614,91	-38.048,12	268.131,45	238.564,66
Total do Imobilizado		8.357.694,41	639.384,84	-625.889,56	8.371.189,69	8.357.694,41

	Taxas Anuais	Custo Corrigido	Adição ou Baixa de Bens	Depreciação do período	Valor Líquido	Valor Líquido
6. Intangível						
Marcas e Patentes	–	4.841,00	–	–	4.841,00	4.841,00
Programas e Softwares	20%	- 1.157,07	134.333,32	-63.783,60	69.392,65	- 1.157,07
Total do Intangível		3.683,93	134.333,32	-63.783,60	74.233,65	3.683,93

	31.12.2022	31.12.2021
7. Parcelas de Anuidades Antecipadas		
1ª Parcela	3.217.495,70	2.791.327,30
(-) Descontos Concedidos	–	–
Total	3.217.495,70	2.791.327,30

	31.12.2022	31.12.2021
8. Patrimônio Líquido		
Patrimônio Social	363.463.270,03	348.014.913,51
Superávit Acumulado	43.721.619,53	15.448.356,52
Total	407.184.889,56	363.463.270,03

8.1. Patrimônio Social: O patrimônio Social é apresentado em valores atualizados, acrescido de valores dos Superávits e diminuído dos Déficits ocorridos em exercícios anteriores. O Superávit ou déficit do exercício será incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências Legais, estatutárias e de acordo com a ITG 2002 (R1) – Entidades sem finalidades de Lucros. Conforme o Estatuto Social, o patrimônio social, receitas, recursos e eventual superávit (ou déficit) operacional serão aplicados integralmente no país, na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais; sendo vedada qualquer forma de distribuição de resultados, dividendos, benesses, participações ou parcela de seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto. O Patrimônio Social em 31.12.2022 totaliza R\$ 407.184.889,56 (R\$ 363.463.270,03 em 31.12.2021). **9. Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC)** – A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a NBC TG 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

10. Cobertura de Seguros – Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Associação efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros.

11. Registro das Bolsas de Estudos e Serviço Social

	31.12.2022	31.12.2021
Bolsas de Estudos	5.891.387,00	5.748.995,00
Despesas com Apoio Aluno Bolsista	289.887,96	118.664,10
TOTAL GERAL	6.181.274,96	5.867.659,10

Em atendimento aos seus objetivos estatutário e no cumprimento da Constituição Federal art. 195, Lei 8.212/91, Decreto 3.048/99, e da Lei 12.101/2009, Decreto 8.242/14 e o revogado decreto 7.237/10. Aplicando os dados na calculadora do MEC disponível no site <http://cebas.mec.gov.br/index.php>, fica demonstrado o seguinte cálculo:

Lei 12.101 de 2009 (alterada pela Lei 12.868 de 2013)
Portaria Normativa MEC nº 15 de 2017

	Educação Básica
Total de alunos matriculados (a)	921
Alunos bolsa integral (Lei 12.101/2009)	139
Alunos bolsa integral e com deficiência (Lei 12.101/2009)	Id
Alunos bolsa integral e em tempo integral (Lei 12.101/2009)	It
Alunos bolsa integral (Lei 11.096/2005 – PROUNI)	lpro

Lei 12.101 de 2009 (alterada pela Lei 12.868 de 2013)
Portaria Normativa MEC nº 15 de 2017

	Educação Básica	
Alunos bolsa integral (Pós-graduação strictu sensu) (Lei 12.101/2009)	lpg	
Número total de alunos com bolsa integral (Lei 12.101/2009)	139	
Outras bolsas integrais (b)	50	
Alunos matriculados em cursos que não sejam de graduação ou sequencial de formação específica regulares (c)	–	
Alunos inadimplentes (d)	–	
Alunos Pagantes: (a) – (b) – (c) – (d)	N	
Alunos bolsa parcial de 50% (Lei 12.101/2009)	Po	
Alunos bolsa parcial de 50% (Lei 11.096/2005 – PROUNI)	Ppro	
Alunos bolsa parcial de 50% (Pós-graduação strictu sensu) (Lei 12.101/2009)	Ppg	
Número total de alunos com bolsa parcial de 50% (Lei 12.101/2009)	P	
Número total de bolsas integrais equivalentes	B	
Outras bolsas parciais	–	
Cálculo dos benefícios complementares		
Montante dos custos realizados pela entidade com os benefícios complementares	Vbc R\$ 289.887,96	
Receita Bruta anual de Mensalidades	M R\$ 36.949.457,00	
Total de alunos matriculados excluindo-se os inadimplentes	A 921	
Valor de referência utilizado para conversão dos benefícios complementares	Vr R\$ 40.118,85	
Bolsas integrais convertidas em benefícios complementares	7	
Limite de benefícios complementares (até 25% do máximo de bolsas integrais)	48	
Número de benefícios complementares utilizado no cálculo	Bc	
Verificação do atendimento das proporções de bolsas de estudo	Art. 13	
Quantidade mínima de bolsas 1/5 (Educação Superior sem Prouni/14)	Atendido	
Quantidade mínima de bolsas 1/9	Atendido	
12. Donativos E Contribuições – A Associação recebe doações em dinheiro e de bens imobilizáveis de pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas. A Associação recebeu as seguintes doações e contribuições:		
	31.12.2022	31.12.2021
Doações de Pessoas Físicas	–	–
Doações de Pessoas Jurídicas	–	–
Total	–	–

Demonstrações do Superávit ou Déficit para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

	Nota	2022	2021
Receita Operacional Bruta		38.633.997,09	33.163.336,57
= Receita Bruta de Educação		38.633.997,09	33.163.336,57
+ Mensalidades de Alunos Pagantes		27.691.869,28	23.854.687,93
+ Mensalidades Concedidas em Bolsas Integrais 100%		5.710.352,00	5.579.170,00
+ Mensalidades Concedidas em Bolsas Parciais 50%		181.035,00	169.825,00
+ Mensalidades Concedidas em Bolsas Integrais (Conv.Coletiva)		1.983.276,00	1.811.400,00
+ Mensalidades Concedidas em Bolsas Institucionais		1.382.924,72	1.501.697,07
+ Receita de Serviços		1.684.540,09	246.556,57
= Deduções da Receita Bruta de Educação		(9.257.587,72)	(9.062.092,07)
(-) Bolsas de Estudos Concedidas – CEBAS	11	(5.891.387,00)	(5.748.995,00)
(-) Bolsas de Estudos Convênio Coletiva		(1.983.276,00)	(1.811.400,00)
(-) Bolsas de Estudos Institucional	12	–	–
(-) Descontos Concedidos		(1.246.866,80)	(1.475.669,07)
(-) Devolução/Cancelamento de Mensalidades/Anuidades		(136.057,92)	(26.028,00)
= Outras Receitas		–	–
+ Doações		–	–
= Receita Líquida		29.376.409,37	24.101.244,50
(-) Custo do Serviço Educacional		(12.444.139,91)	(10.103.825,73)
Despesas com Pessoal		(10.172.518,75)	(8.545.484,55)
Benefícios e Encargos com Pessoal		(1.755.391,91)	(1.378.126,85)
Material Didático e Escolar	11	(69.742,07)	(67.910,37)
Alimentação	11	(85.754,09)	(93,95)
Transporte de Alunos	11	(75.597,78	

Monte Rodovias S.A.

CNPJ/ME nº 37.702.340/0001-74 – NIRE 35.300.557.352 – Companhia Aberta

Atas da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 27 de abril de 2023

I. Data, Hora e Local: Aos 27/04/2023, às 09:00 horas, na sede social da Companhia, na Rua Pedroso Alvarenga, nº 691, Cj. 1.305, Itaim Bibi, São Paulo-SP, de modo exclusivamente presencial. **II. Convocação:** Em decorrência da presença da totalidade dos acionistas da Companhia, fica a Companhia dispensada da convocação prévia. **III. Publicações Legais:** As Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes elaborado pela Grant Thornton Auditores Independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2022, foram publicadas em 29/03/2023 no jornal "Data Mercantil", página 05, bem como arquivadas na sede social da Companhia e disponibilizadas no website da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). **IV. Quórum:** Presentes acionistas titulares de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal representativas de 100% do capital social da Companhia em Assembleia Geral Ordinária, conforme registros constantes do livro de presença de acionistas elaborados pela própria Companhia. **V. Presença Legal:** Presentes o Sr. Edmilson Attiziani, representante legal da Grant Thornton Auditores Independentes, em atendimento ao disposto no § 1º do artigo 134 da Lei das S.A. **VI. Mesa:** Sr. Carlos de Camargo Penteado Braga, Presidente e Sra. Manuela Rego Duran, Secretária. **VII. Ordem do Dia:** Deliberar a respeito das seguintes matérias: **Em Assembleia Geral Extraordinária:** (1) deliberar sobre a alteração do artigo 16 do Estatuto Social da Companhia de forma a refletir a nova composição de membros do Conselho de Administração; (2) deliberar sobre a alteração dos artigos 27, 28 e 29 do Estatuto Social da Companhia de forma a refletir os novos cargos da Diretoria, bem como suas respectivas competências; (3) deliberar sobre a reforma do Estatuto Social da Companhia, considerando que a Companhia não possui ações listadas no segmento de listagem do Novo Mercado da B3; (4) deliberar sobre a consolidação do Estatuto Social da Companhia, para refletir as alterações previstas no item acima; e **Em Assembleia Geral Ordinária:** (1) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da administração e as demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2022; (2) fixar o número de membros do Conselho de Administração da Companhia; (3) eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia; (4) fixar a remuneração global dos administradores da Companhia a ser paga até a data de realização da assembleia geral ordinária em que os acionistas da Companhia votarem acerca das demonstrações financeiras do exercício social a ser encerrado em 31/12/2023; **VIII. Deliberações:** Após a verificação da ordem do dia, apresentação dos documentos pertinentes e discussão pelos presentes, os acionistas adotaram, as seguintes deliberações: **Em Assembleia Geral Extraordinária:** (1) Foi aprovada, por unanimidade dos votos proferidos a alteração do artigo 16 do Estatuto Social da Companhia de forma a refletir a nova composição de membros do Conselho de Administração, que passa a vigorar com a seguinte redação: **Art. 16.** O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 membros, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 anos, podendo ser reeleitos ("Conselheiros"). (2) Foi aprovada, por unanimidade dos votos proferidos, a alteração dos artigos 27, 28 e 29 do Estatuto Social da Companhia de forma a refletir os novos cargos da Diretoria, bem como suas respectivas competências, que passa a vigorar com a seguinte redação: **Art. 27.** A Diretoria da Companhia será composta por, no mínimo, 3 e, no máximo, 8 Diretores, acionistas ou não, residentes no País, eleitos pelo Conselho de Administração, autorizada a acumulação de mais de um cargo por qualquer Diretor(a) desde que observado o disposto no Artigo 15, § 1º, deste Estatuto Social, sendo designados: (a) 1 Diretor(a) Presidente; (b) 1 Diretor(a) Financeiro; (c) 1 Diretor(a) de Relações com Investidores; (d) 1 Diretor(a) de Operações e Tecnologia; (e) 1 Diretor(a) de Relações Institucionais e Sustentabilidade; (f) 1 Diretor(a) de Novos Negócios; (g) 1 Diretor(a) Jurídico e de Compliance; e (h) 1 Diretor(a) sem designação específica. **Art. 28.** O mandato dos membros da Diretoria será unificado de 2 anos, podendo ser reeleitos. Os Diretores permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores. **Subseção II – Competência. Art. 29.** Compete à Diretoria a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais, por lei, por este Estatuto Social e pelas políticas e regimentos da Companhia, seja atribuída a competência à Assembleia Geral ou ao Conselho de Administração. No exercício de suas funções, os Diretores poderão realizar todas as operações e praticar todos os atos necessários à consecução dos objetivos de seu cargo, observadas as disposições deste Estatuto Social e das políticas e regimentos da Companhia quanto: (i) à forma de representação; (ii) à alçada para a prática de determinados atos; e (iii) a orientação geral dos negócios estabelecida pelo Conselho de Administração. **§ 1º.** Compete ao(a) Diretor(a) Presidente dirigir a execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia e, além das funções, atribuições e poderes a ele confiados pelo Conselho de Administração: (i) supervisionar as atividades de administração da Companhia, coordenando e supervisionando as atividades dos demais membros da Diretoria; (ii) propor, sem exclusividade de iniciativa, ao Conselho de Administração a atribuição de funções a cada Diretor(a) no momento de sua respectiva eleição; e (iii) em conjunto com o(a) Diretor(a) Financeiro, elaborar e apresentar, anualmente, ao Conselho de Administração, o Orçamento Anual. **§ 2º.** Compete ao(a) Diretor(a) Financeiro, dentre outras atribuições que lhe venham a ser conferidas pelo Conselho de Administração: (i) planejar, coordenar, organizar, supervisionar e dirigir as atividades relativas às operações de natureza financeira da Companhia; (ii) propor alternativas de financiamento e aprovar condições financeiras dos negócios da Companhia; (iii) em conjunto com o(a) Diretor(a) Presidente, elaborar e apresentar ao Conselho de Administração, anualmente, o Orçamento Anual; (iv) elaborar e acompanhar os planos de negócios, operacionais e de investimentos da Companhia; (v) representar a Companhia perante instituições financeiras, observado, contudo, o disposto no Artigo 32 abaixo; (vi) administrar o caixa e as contas a pagar e a receber da Companhia; (vii) dirigir as áreas contábil, de planejamento financeiro e fiscal/tributária da Companhia; (viii) submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração, as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, o Relatório da Administração e as contas da Diretoria, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de aplicação dos lucros apurados no exercício anterior da Companhia e suas controladas e coligadas de forma consolidada; (ix) apresentar trimestralmente ao Conselho de Administração o balanço econômico-financeiro e patrimonial ("TTR") detalhado da Companhia consolidado com suas controladas e coligadas; e (x) assegurar o cumprimento e observância aos limites impostos por políticas financeiras, de hedge e/ou de riscos de mercado da Companhia. **§ 3º.** Compete ao(a) Diretor(a) de Relações com Investidores, dentre outras atribuições que lhe venham a ser conferidas pelo Conselho de Administração: (i) representar a Companhia perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais (incluindo CVM, Banco Central do Brasil, instituição escrituradora das ações de emissão da Companhia, entidades administradoras de mercados de balcão organizados); (ii) prestar informações ao público investidor, ao CVM, ao Banco Central do Brasil, às entidades administradoras de mercados organizados nas quais a Companhia venha a ter seus valores mobiliários negociados e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme legislação aplicável, no Brasil e no exterior; (iii) monitorar o cumprimento das obrigações previstas no Estatuto Social pelos acionistas da Companhia e reportar à Assembleia Geral e ao Conselho de Administração, quando solicitado, suas conclusões, relatórios e diligências; (iv) tomar providências para manter atualizado o registro de companhia aberta perante a CVM; e (v) reportar ao(a) Diretor(a) Presidente qualquer situação relativa às questões referentes a relações com investidores da Companhia. **§ 4º.** Compete ao(a) Diretor(a) de Operações e Tecnologia, dentre outras atribuições que lhe venham a ser conferidas pelo Conselho de Administração: (i) dirigir as áreas de facilidades, compras, operações, automação e Tecnologia da Informação da Companhia; (ii) planejar, definir e coordenar o dia a dia da Companhia no âmbito administrativo; (iii) elaborar e acompanhar os planos operacionais das concessionárias controladas pela Companhia; (iv) coordenar a execução e controle dos processos operacionais de cobrança e tráfego, segurança viária e do trabalho, manutenção e conserva dos ativos, assim como o relacionamento com as autoridades regulatórias, com o objetivo de assegurar a excelência operacional de todas as concessões rodoviárias da Companhia e suas controladas. **§ 5º.** Compete ao(a) Diretor(a) de Novos Negócios, dentre outras atribuições que lhe venham a ser conferidas pelo Conselho de Administração: (i) a prospecção, desenvolvimento e busca do crescimento das suas operações através da ampliação dos negócios atuais e da conquista de novos negócios; e (ii) o empreendimento do portfólio de contratos de concessões rodoviárias. **§ 6º.** Compete ao(a) Diretor(a) Jurídico e de Compliance, dentre outras atribuições que lhe venham a ser conferidas pelo Conselho de Administração: (i) organizar, controlar, coordenar e supervisionar os assuntos e as atividades de caráter jurídico da Companhia e suas subsidiárias, em seus aspectos técnicos operacionais e estratégicos; (ii) aconselhar a Companhia na tomada de decisões que envolvam riscos de natureza jurídica e no cumprimento de tais decisões em cumprimento às determinações legais vigentes; (iii) contratar e supervisionar os serviços jurídicos prestados por profissionais externos; (iv) elaborar relatórios de natureza jurídica e prestar informações relativas à sua área de competência aos órgãos da Companhia; (v) planejar e executar políticas de gestão e sua área de competência; (vi) assessorar juridicamente as demais áreas da Companhia; (vii) preservar segurança empresarial; (viii) coordenar toda a área jurídica consultiva e contenciosa da Companhia e suas subsidiárias; (ix) administrar os assuntos de governança corporativa da Companhia, observadas as políticas da Companhia, assim como as orientações previamente traçadas pelo Conselho de Administração e (x) administrar os assuntos jurídicos e de compliance em geral, observadas as políticas aplicáveis da Companhia, assim como as orientações previamente traçadas pelo Conselho de Administração. **§ 7º.** Compete ao(a) Diretor(a) de Relações Institucionais e de Sustentabilidade, dentre outras atribuições que lhe venham a ser conferidas pelo Conselho de Administração: (i) coordenar o desenvolvimento da estratégia institucional perante entidades governamentais, associações setoriais e meios de comunicação, assim como a estratégia de sustentabilidade da Companhia e suas controladas; (ii) prospecção, desenvolvimento e apoio ao(a) Diretor(a) de Novos Negócios, na conquista de novos negócios e no relacionamento com os respectivos poderes concedentes; (iii) assessorar o(a) Diretor(a) Presidente e o(a) Diretor(a) de Novos Negócios na promoção e consolidação da Companhia junto ao mercado alvo; (iv) monitorar o mercado, visando identificar as demandas dos clientes e a concorrência; (v) coordenar as áreas de ouvidoria e de atendimento aos usuários dos serviços prestados pela Sociedade; (3) Foi aprovada, por unanimidade dos votos proferidos a reforma do Estatuto Social da Companhia, considerando que a Companhia não possui ações listadas no segmento de listagem do Novo Mercado da B3, nos termos do Anexo I; (4) Foi aprovada, por unanimidade dos votos proferidos, em razão das deliberações aprovadas acima no item (1), (2) e (3), a consolidação do Estatuto Social da Companhia, que passará a vigorar com a redação disposta no Anexo I da presente ata; **Em Assembleia Geral Ordinária:** (1) Foram aprovados, por unanimidade dos votos proferidos, com as devidas abstenções dos legalmente impedidos de votar, as contas dos administradores, bem como o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2022. (2) Foi aprovada, por unanimidade dos votos proferidos, a definição de que o Conselho de Administração da Companhia será composto por 3 membros. (3) Foi aprovada, por unanimidade dos votos proferidos, a eleição dos membros indicados abaixo para compor o Conselho de Administração, com mandato unificado, encerrando-se na data da assembleia geral ordinária que aprovar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2024: a) **Julio Cezar Triano Zogbi**, portador da carteira de identidade nº 28.136.550-7, SSP/SP, e do CPF/ME sob o nº 269.270.978-05; b) **Lucas Bittencourt Lacreta**, portador da carteira de identidade nº

32.909.023-9, SSP/SP, e do CPF/ME sob o nº 214.752.788-29; e c) **Fábio Bonini Tararam**, portador da carteira de identidade nº 26.674.911-2, SSP/SP, e do CPF/ME sob o nº 270.314.858-51; Os Conselheiros ora eleitos são empossados em seu novo mandato mediante assinatura dos respectivos Termos de Posse, lavrados em livro próprio, que se encontram arquivados na sede da Companhia. (4) Foi aprovada, por unanimidade dos votos proferidos, a fixação da remuneração global dos administradores a ser paga até a data de realização da assembleia geral ordinária em que os acionistas da Companhia votarem acerca das demonstrações financeiras do exercício social a ser encerrado em 31/12/2023, considerando o período de maio de 2023 a abril de 2024, no valor total de até R\$ 2.000.000,00, incluindo remuneração fixa e remuneração variável; **IX. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, a qual, depois de lida, discutida e achada conforme, foi aprovada e assinada pelos presentes. **Acionistas:** (i) M. Transportation Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura (por Monte Capital Management Gestora de Recursos Ltda., representada por Julio Cezar Triano Zogbi); e (ii) Monte Equity Partners Consultoria e Desenvolvimento Ltda. (por Julio Cezar Triano Zogbi). São Paulo, SP, 27/04/2023. (ass.) Mesa: **Carlos de Camargo Penteado Braga** – Presidente; **Manuela Rego Duran** – Secretária. **Anexo I. Estatuto Social. Capítulo I – Denominação, Sede, Duração e Objeto. Art. 1º.** A Monte Rodovias S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações regida pelo presente estatuto social ("Estatuto Social") e pela legislação e regulamentação que lhe forem aplicáveis, em especial pela lei nº 6.404, de 15/12/1976 ("Lei das S.A."). **Art. 2º.** A Companhia tem sede e foro na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Pedroso Alvarenga, nº 691, conjunto 1.305, Edifício Time Office, Itaim Bibi, CEP 04531-011, podendo, mediante decisão do(a) Diretor(a) Presidente, abrir, transferir ou encerrar filiais, escritórios, agências e representações em qualquer parte do território nacional ou no exterior, observadas as exigências legais e estatutárias aplicáveis. **Art. 3º.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Art. 4º.** A Companhia tem por objeto social: (I) a exploração, direta ou indireta, de negócios de concessão de obras e serviços públicos, especificamente a prestação de serviços de execução, gestão e fiscalização de atividades relacionadas à operação, conservação, melhoramento, ampliação e recuperação de rodovias ou estradas de rodagem e negócios afins; (II) a prestação de serviços de consultoria, assistência técnica e administração de empresas quando relacionados aos negócios referidos no item anterior; e (III) a participação como sócia, acionista ou quotista de outras sociedades ou empresas, excetuadas instituições financeiras. **Capítulo II – Capital Social e Ações. Art. 5º.** O capital social da Companhia é de R\$ 472.264.376,00, totalmente subscrito e integralizado em bens e em moeda corrente nacional, dividido em 472.264.376 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. **§ 1º.** Cada ação ordinária confere a seu titular o direito a um voto nas deliberações da assembleia geral, as quais serão tomadas na forma deste Estatuto Social e da legislação aplicável. **§ 2º.** É vedado à Companhia em qualquer hipótese emitir ações preferenciais ou partes beneficiárias. **§ 3º.** As ações são indivisíveis em relação à Companhia que não reconhecerá mais que um proprietário para exercer os direitos a elas inerentes. **§ 4º.** Todas as ações da Companhia são escriturais e mantidas em conta de depósito, em nome de seus titulares, em instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com quem a Companhia mantém contrato de custódia em vigor, sem emissão de certificados. A instituição depositária poderá cobrar dos acionistas o custo do serviço de transferência da propriedade das ações escriturais, conforme venha a ser definido no respectivo contrato, observados os limites máximos fixados pela CVM, nos termos do § 3º, do artigo 35, da Lei das S.A. **§ 5º.** O capital social será representado exclusivamente por ações ordinárias e a cada ação ordinária corresponderá o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **§ 6º.** A emissão de novas ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, dentro do capital autorizado, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos dos artigos 257 a 263 da Lei das S.A., poderá ser realizada sem direito de preferência para os antigos acionistas ou com a redução do prazo mínimo previsto em lei para o seu exercício, observado o disposto no Artigo 6, § 3º abaixo. **Art. 6º.** A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de R\$ 3.000.000.000,00, por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária. **§ 1º.** O aumento do capital social, dentro de seu capital autorizado, será realizado mediante deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e condições de integralização. Ocorrendo subscrição com integralização em bens, a competência para o aumento de capital será da Assembleia Geral, ouvido o Conselho Fiscal, caso instalado. **§ 2º.** Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração poderá, ainda: (i) deliberar sobre a emissão de ações e de bônus de subscrição; (ii) de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, outorgar programa de concessão de ações e/ou programa de opção de compra de ações a Administradores e empregados da Companhia ou de sociedade sob seu controle, direto ou indireto, ou a pessoas naturais que lhes prestem serviços, sem que os acionistas tenham direito de preferência na outorga ou subscrição destas ações; (iii) aprovar aumento do capital social mediante a capitalização de lucros ou reservas, com ou sem bonificação em ações; e (iv) deliberar sobre a emissão de debêntures conversíveis em ações. **§ 3º.** Conforme previsto no Artigo 5, § 6º acima, o Conselho de Administração poderá excluir o direito de preferência ou reduzir o prazo para exercício desse direito pelos acionistas nos aumentos de capital mediante subscrição de ações, de debêntures conversíveis em ações e de bônus de subscrição, dentro do limite do capital autorizado, desde que a colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações, em oferta pública para aquisição de controle, nos termos do artigo 172 da Lei das S.A. **Art. 7º.** A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, adquirir as próprias ações para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, até o montante do saldo de lucro e de reservas, exceto a reserva legal, sem diminuição do capital social, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis. **Capítulo III – Assembleia Geral. Art. 8º.** Os acionistas se reunirão em assembleia geral ordinariamente nos 4 primeiros meses seguintes ao encerramento de cada exercício social, para deliberar sobre as matérias previstas no artigo 132 da Lei das S.A. e, extraordinariamente, sempre que os interesses da Companhia assim o exigirem. **§ 1º.** A Assembleia Geral é competente para decidir sobre todos os atos relativos à Companhia, bem como para tomar as decisões que julgar convenientes à defesa de seus interesses. **§ 2º.** A Assembleia Geral Ordinária e a Assembleia Geral Extraordinária podem ser simultânea e cumulativamente convocadas e realizadas no mesmo local e data, e instrumentadas em ata única. **§ 3º.** A Assembleia Geral será convocada pelo Presidente do Conselho de Administração ou mediante deliberação da maioria dos membros do Conselho de Administração ou, ainda, nas hipóteses previstas no parágrafo único do artigo 123 da Lei das S.A. **§ 4º.** As reuniões das Assembleias Gerais serão convocadas de acordo com os termos e prazos previstos no artigo 124, § 1º, inciso I, da Lei das S.A., ressalvadas as exceções previstas na própria Lei das S.A. e nas demais regulamentações aplicáveis. **§ 5º.** Os documentos pertinentes à matéria a ser deliberada nas Assembleias Gerais deverão ser colocados à disposição dos acionistas, na sede da Companhia, na data da publicação do primeiro anúncio de convocação, ressalvadas as hipóteses em que a legislação ou a regulamentação vigente exigir sua disponibilização por outros meios e/ou em prazo maior. **§ 6º.** A Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas representando ao menos 25% do capital social, salvo quando a lei ou a regulamentação exigir quórum mais elevado; e, em segunda convocação, com qualquer número de acionistas. **§ 7º.** A Assembleia Geral Extraordinária que tiver por objeto a reforma deste Estatuto Social se instalará, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 2/3 do capital social, mas poderá instalar-se em segunda convocação com qualquer número de presentes. **§ 8º.** A Assembleia Geral será presidida pelo Presidente do Conselho de Administração. Na ausência do Presidente do Conselho de Administração, a Assembleia Geral será presidida pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração, ou, em sua ausência, por quem o Presidente do Conselho de Administração indicar. O presidente da mesa escolherá um dos presentes para secretariá-lo. **§ 9º.** Caberá exclusivamente ao presidente da mesa, observadas as normas estabelecidas pelo presente Estatuto Social, resolver qualquer controvérsia relativa ao número de votos de cada acionista, decisão da qual caberá recurso imediato à mesma Assembleia Geral, em cuja deliberação não poderá votar a parte interessada. **Art. 9º.** Antes de instalar-se a Assembleia Geral, os acionistas devidamente identificados assinarão o Livro de Presença de Acionistas, informando seu nome, residência e a quantidade de ações de que forem titulares, observado, ainda, o disposto no Artigo 11, § 3º abaixo. **§ 1º.** O Livro de Presença de Acionistas será encerrado pelo presidente da mesa, logo após a instalação da Assembleia Geral. **§ 2º.** Os acionistas que comparecerem à Assembleia Geral após o encerramento do Livro de Presença de Acionistas poderão participar da Assembleia Geral, mas não terão direito de votar em qualquer deliberação social. **Art. 10.** A Companhia deverá iniciar o cadastramento de acionistas para tomar parte na Assembleia Geral, com, no mínimo, 48 horas de antecedência, cabendo ao acionista apresentar: (i) comprovante expedido pela instituição depositária das ações escriturais de sua titularidade, na forma do artigo 126 da Lei das S.A., datado de até 5 dias anteriores à data de realização da Assembleia Geral, podendo a Companhia dispensar a apresentação desse comprovante; e (ii) instrumento de mandato e/ou documentos que comprovem os poderes do representante legal do acionista. O acionista ou seu representante legal deverá comparecer à Assembleia Geral munido de documentos que comprovem sua identidade. **§ 1º.** Sem prejuízo do disposto acima, o acionista que comparecer presencialmente à Assembleia Geral munido dos documentos referidos no caput deste Artigo 10, antes do encerramento do Livro de Presença de Acionistas, poderá participar e votar, ainda que tenha deixado de apresentá-los previamente. **§ 2º.** Se a Assembleia Geral for realizada de modo parcialmente ou exclusivamente digital, a Companhia poderá exigir do acionista que pretende participar digitalmente, por meio do sistema eletrônico indicado pela Companhia, o depósito prévio, com antecedência de 48 horas da data de realização da Assembleia Geral, dos documentos referidos no caput deste Artigo 10, sob pena de não poder participar digitalmente do conclave. **Art. 11.** As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria de votos dos presentes, não se computando os votos em branco, ressalvadas as exceções previstas em lei e observado o disposto no § 1º do Artigo 5. **§ 1º.** A Assembleia Geral somente poderá deliberar sobre assuntos da ordem do dia, constantes do respectivo edital de convocação, sendo vedada a aprovação de matérias sob rubrica genérica. **§ 2º.** Dos trabalhos e deliberações da Assembleia Geral será lavrada ata, a qual será assinada pelos integrantes da mesa e pelos acionistas presentes, sendo permitida a lavratura da ata em forma de sumário, nos termos do § 1º do artigo 130 da Lei das S.A. **§ 3º.** O registro em ata dos acionistas que tenham participado por meio de boletim de voto a distância ou sistema eletrônico de participação a distância (nos termos do artigo 28 da Resolução CVM nº 81, de 29/03/2022) será realizado pelo presidente da mesa e pelo secretário, cujas assinaturas poderão ser feitas por meio de certificação digital ou reconhecidas por outro meio que garanta sua autoria e integridade em formato compatível com o adotado pela Companhia para a realização da Assembleia Geral. **Art. 12.** Compete à Assembleia Geral, além das demais atribuições previstas na legislação e regulamentação aplicáveis ou neste Estatuto Social: (i) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração; (ii) fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado; (iii) aprovar planos de concessão de ações ou planos de opção de compra de ações aos Administradores; (iv) tomar, anualmente, as contas dos Administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas; (v) reformar o Estatuto Social; (vi) deliberar sobre a alteração do limite do capital autorizado; (vii) deliberar sobre aumentos do capital social acima do limite do capital autorizado, bem como sobre a redução do capital social da Companhia; (viii) deliberar sobre a dissolução, liquidação, fusão, cisão, incorporação de ações, incorporação da Companhia, ou de qualquer sociedade na Companhia; (ix) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a

destinação do lucro do exercício e a distribuição de dividendos; (x) eleger o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação; (xi) deliberar sobre o pedido de registro de companhia aberta da Companhia e ingresso no Novo Mercado e/ou cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia, bem como a saída do Novo Mercado; (xii) escolher a empresa especializada responsável pela preparação de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou saída do Novo Mercado, conforme previsto no Estatuto Social, dentre as empresas indicadas pelo Conselho de Administração; (xiii) deliberar sobre o requerimento de autofalência ou insolvência, pedido de recuperação judicial ou procedimento similar; (xiv) transformação da forma societária da Companhia de sociedade por ações para qualquer outro tipo societário; e (xv) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração. **Art. 13.** A Assembleia Geral poderá suspender o exercício dos direitos, inclusive o de voto, do acionista que deixar de cumprir obrigação legal, regulamentar ou estatutária. **§ 1º.** Os acionistas que representem 5%, no mínimo, do capital social, poderão convocar a Assembleia Geral mencionada no caput deste Artigo 13 quando o Conselho de Administração não atender, no prazo de 8 dias de seu recebimento, a pedido de convocação que apresentarem, com a indicação da obrigação descumprida e a identificação do acionista inadimplente. **§ 2º.** Caberá à Assembleia Geral que aprovar a suspensão dos direitos do acionista também estabelecer, entre outros aspectos, o alcance e o prazo da suspensão, sendo vedada a suspensão dos direitos que a lei reconhece como essenciais. **§ 3º.** A suspensão de direitos cessará logo que cumprida a obrigação. **Art. 14.** É vedado a qualquer acionista intervir em qualquer deliberação em que tiver ou representar interesse conflitante com o da Companhia. Considerar-se-á abusivo, para fins do disposto no artigo 115 da Lei das S.A., o voto proferido por acionista em deliberação que possa beneficiá-lo de modo particular ou em que tenha ou represente interesse conflitante com o da Companhia. **Capítulo IV – Administração da Companhia. Art. 15.** A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria, de acordo com as atribuições e os poderes conferidos pelo presente Estatuto Social e pela legislação e regulamentação aplicáveis. **§ 1º.** Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor(a) Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa. **§ 2º.** O disposto no § 1º deste Artigo 15 não se aplicará na hipótese de vacância, desde que sejam tomadas as respectivas providências para a substituição, e que a situação cesse no prazo de até 1 ano. **§ 3º.** Os Administradores serão investidos em seus respectivos cargos mediante assinatura de termo de posse lavrado em livro próprio, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis, e permanecerão em seus cargos até a investidura dos novos Administradores eleitos. **§ 4º.** Os Administradores da Companhia deverão aderir aos regimentos internos e políticas vigentes da Companhia, mediante assinatura do respectivo termo de adesão, conforme aplicável. **§ 5º.** Os Administradores, que poderão ser destituídos a qualquer tempo, permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos, salvo se diversamente deliberado pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, conforme o caso. Caso o substituto venha a ser investido, este completará o mandato do Administrador substituído. **§ 6º.** O termo de posse de que trata o § 3º acima deverá contemplar, necessariamente, a sujeição do Administrador eleito à cláusula compromissória prevista no Artigo 44 deste Estatuto Social. **§ 7º.** O desempenho de suas funções, os Administradores deverão considerar o melhor interesse da Companhia, incluindo os interesses, as expectativas e os efeitos de curto e longo prazos de seus atos sobre os seguintes atores relacionados à Companhia e suas subsidiárias: (i) os acionistas; (ii) os empregados ativos; (iii) os fornecedores, consumidores e demais credores; e (iv) a comunidade e o meio ambiente local e global. **Seção II – Conselho de Administração. Subseção I – Composição. Art. 16.** O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 3 e, no máximo, 5 membros, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 anos, podendo ser reeleitos ("Conselheiros"). **§ 1º.** O Conselho de Administração adotará um Regimento Interno que disporá, dentre outras matérias julgadas convenientes, sobre seu próprio funcionamento, direitos e deveres dos seus membros e seu relacionamento com a Diretoria e demais órgãos sociais da Companhia. **Subseção II – Eleição. Art. 17.** Ressalvado o disposto no Artigo 18, a eleição dos membros do Conselho de Administração será realizada pelo sistema de chapas. **§ 1º.** Na eleição de que trata este Artigo 17, somente poderão concorrer as chapas: (i) indicadas pelo Conselho de Administração; ou (ii) indicadas por qualquer acionista ou conjunto de acionistas, na forma prevista no § 3º deste Artigo 17. A indicação deverá observar, ainda, o previsto na Política de Indicação da Companhia, na Lei das S.A., bem como nas demais leis e regulamentações aplicáveis. **§ 2º.** O Conselho de Administração deverá, na data da convocação da Assembleia Geral destinada a eleger os membros do Conselho de Administração (ou em data anterior, caso assim requerido pela legislação aplicável), disponibilizar na sede da Companhia declaração assinada por cada um dos integrantes da chapa por ela indicada, contendo: (i) sua qualificação completa, com indicação de pelo menos um domicílio no qual o Administrador receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de gestão; (ii) descrição completa de sua experiência profissional, mencionando as atividades profissionais anteriormente desempenhadas, a principal atividade profissional que exerce no momento e, se for o caso, os cargos ocupados em conselhos de administração, fiscal ou consultivo em outras companhias, bem como escolaridade e qualificações profissionais e acadêmicas; (iii) declaração de que não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no § 1º do artigo 147 da Lei das S.A.; (iv) informações sobre processos disciplinares e judiciais transitados em julgado em que tenha sido condenado, incluindo declaração de que não está condenado a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela CVM, que o torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no § 2º do artigo 147 da Lei das S.A.; (v) declaração de que atende ao requisito de reputação lícita estabelecido pelo § 3º do artigo 147 da Lei das S.A.; e (v) declaração de que não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do § 3º do artigo 147 da Lei das S.A., ou, na sua impossibilidade, informações detalhadas sobre as razões que impedem tal declaração. **§ 3º.** Os acionistas ou conjunto de acionistas que desejarem propor outra chapa para concorrer aos cargos no Conselho de Administração deverão, juntamente com a proposta de chapa, a ser apresentada nos termos da regulamentação vigente, encaminhar ao Conselho de Administração: (i) declarações assinadas individualmente pelos candidatos por eles indicados, contendo as informações mencionadas no § 2º acima, devendo a divulgação observar os termos da regulamentação vigente; ou alternativamente (ii) declarar que obtiveram do indicado a informação de que está em condições de firmar tal declaração, indicando as eventuais ressalvas. **§ 4º.** A mesma pessoa poderá integrar duas ou mais chapas, inclusive aquela indicada pelo Conselho de Administração. **§ 5º.** Cada acionista somente poderá votar em uma chapa e os votos serão computados com observância do § 1º do Artigo 5º deste Estatuto Social, sendo declarados eleitos os candidatos da chapa que receber maior número de votos na Assembleia Geral. **§ 6º.** Sempre que forem indicados candidatos de forma individual, a votação não se dará pelo sistema de chapas e ocorrerá na forma de votação individual de candidatos, observado, para fins de indicação, o percentual mínimo do capital social aplicável nos termos da legislação e da regulamentação da CVM. **Art. 18.** Na eleição dos membros do Conselho de Administração, é facultado a acionistas requerer a adoção do processo de voto múltiplo, desde que observados os percentuais mínimos de participação no capital social previstos na legislação aplicável, e que o façam, no mínimo, 48 horas antes da respectiva Assembleia Geral. **§ 1º.** Instalada a Assembleia Geral, a mesa promoverá, à vista das assinaturas constantes do Livro de Presenças e no número de ações de titularidade dos acionistas presentes, o cálculo do número de votos que caberá a cada acionista. **§ 2º.** Na hipótese de eleição dos membros do Conselho de Administração pelo processo de voto múltiplo, deixará de haver a eleição por chapas e serão candidatos a membros do Conselho de Administração os integrantes das chapas de que trata o Artigo 17, bem como os candidatos que vierem a ser indicados por acionista presente, desde que observado o disposto no § 3º do Artigo 17 deste Estatuto Social. **§ 3º.** Os cargos que, em virtude de empate, não forem preenchidos, serão objeto de nova votação, pelo mesmo processo, ajustando-se o número de votos que caberá a cada acionista em função do número de cargos a serem preenchidos. **§ 4º.** Caso a Companhia esteja sob controle de acionista ou grupo de acionistas, acionistas representando 10% do capital social poderão requerer, desde que, para tais fins, tais acionistas comprovem a titularidade ininterrupta do referido percentual mínimo durante o período de 3 meses, na forma prevista nos Parágrafos 4º e 5º do artigo 141 da Lei das S.A., que a eleição de um dos membros do Conselho de Administração seja feita em separado, excluído o acionista controlador, não sendo aplicável a tal eleição as regras previstas no Artigo 17 deste Estatuto Social que sejam com ela incompatíveis. **Art. 19.** O Conselho de Administração elegerá, dentre seus membros, seu Presidente e seu Vice-Presidente, devendo tal eleição ocorrer na primeira reunião após a posse dos Conselheiros ou na primeira reunião seguinte à ocorrência de vacância desses cargos. **Subseção III – Reuniões e Substituições. Art. 20.** O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, a cada 3 meses e, extraordinariamente, sempre que convocado por seu Presidente, seu Vice-Presidente ou por 2/3 de seus membros, mediante notificação escrita, por meio físico ou eletrônico, ou de qualquer outra forma que permita a comprovação do recebimento pelo destinatário, com antecedência mínima de 8 dias úteis e com apresentação da pauta dos assuntos a serem tratados. **§ Único.** Independentemente das formalidades previstas neste Artigo 20, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os Conselheiros. **Art. 21.** As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas com a presença da maioria dos seus membros. **§ 1º.** As reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração e secretariadas por quem ele indicar. **§ 2º.** Nenhum membro do Conselho de Administração poderá participar de deliberações e discussões do Conselho de Administração ou de quaisquer órgãos da Administração da Companhia ou das sociedades por ela controladas, exercer o voto ou, de qualquer forma, intervir nos assuntos em que esteja, direta ou indiretamente, em situação de interesse conflitante com os interesses da Companhia ou de suas controladas, nos termos da legislação aplicável. **§ 3º.** Salvo exceções expressas neste Estatuto Social, as deliberações do Conselho de Administração serão tomadas pelo voto da maioria dos membros presentes às reuniões. Em caso de empate, o Presidente do Conselho de Administração terá voto de qualidade. **Art. 22.** Ressalvado o disposto na legislação aplicável e observado o previsto no Parágrafo Único deste Artigo 22, ocorrendo vacância no cargo de membro do Conselho de Administração, o substituto será nomeado pelos Conselheiros remanescentes, e servirá até a primeira Assembleia Geral subsequente, quando deverá ser eleito o Conselheiro que completará o mandato do substituído. Ocorrendo vacância da maioria dos cargos do Conselho de Administração, deverá ser convocada, no prazo máximo de 15 dias contados do evento, Assembleia Geral para eleger os substitutos, os quais deverão completar o mandato dos substituídos. **Parágrafo Único.** Em caso de vacância do cargo de Presidente do Conselho de Administração, o Vice-Presidente ocupará o cargo vago até a eleição de novo Presidente, respeitada a limitação prevista no Artigo 15, § 2º deste Estatuto Social. **Art. 23.** No caso de ausência, o Conselheiro ausente poderá ser representado nas reuniões do Conselho de Administração por outro Conselheiro indicado mediante manifestação escrita, por meio físico ou eletrônico, entregue, na data da reunião, ao Presidente do Conselho de Administração ou ao presidente da mesa, caso este não seja o Presidente do Conselho de Administração, o qual, além do seu próprio voto, expressará o voto do Conselheiro ausente. **§ 1º.** No caso de ausência ou impedimento temporário do Presidente do Conselho de Administração, suas funções serão exercidas, em caráter temporário, pelo Vice-Presidente. **§ 2º.** Em caso de ausência ou impedimento temporário do Vice-Presidente,

continua ...

Publicidade Legal

... continuação da Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 27/04/2023, às 09 horas da Monte Rodovias S.A.

competirá ao Presidente indicar, dentre os demais membros do Conselho de Administração, seu substituto. **Art. 24.** As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas, preferencialmente, na sede da Companhia. Os Conselheiros poderão participar das reuniões do Conselho de Administração por meio de conferência telefônica, videoconferência ou por qualquer outro meio de comunicação que permita a identificação do Conselheiro e a comunicação com todas as demais pessoas presentes à reunião. Nesse caso, os membros do Conselho de Administração que participarem remotamente da reunião do Conselho de Administração poderão expressar seus votos, na data da reunião, por meio físico ou eletrônico. **§ 1º.** Ao término de cada reunião deverá ser lavrada ata, que deverá ser assinada por todos os Conselheiros presentes à reunião, e posteriormente transcrita no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração da Companhia. Os votos proferidos por Conselheiros que participarem remotamente da reunião do Conselho de Administração ou que tenham se manifestado na forma do *caput* deste Artigo 24, deverão igualmente constar no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração, devendo a cópia física ou eletrônica, conforme o caso, contendo o voto do Conselheiro, ser juntada ao Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração logo após a transcrição da ata. **§ 2º.** Deverão ser arquivadas no registro público de empresas mercantis as atas de reunião do Conselho de Administração da Companhia que contiverem deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros, incluindo as atas das reuniões do Conselho de Administração relativas ao relatório trimestral das atividades desenvolvidas pelo Comitê de Auditoria não estatutário, caso instalado. **§ 3º.** O Conselho de Administração poderá admitir outros participantes em suas reuniões, com a finalidade de acompanhar as deliberações e/ou prestar esclarecimentos de qualquer natureza, vedado a estes, entretanto, o direito de voto. **Subseção IV – Competência. Art. 25.** Compete ao Conselho de Administração a orientação geral dos negócios da Companhia e de suas controladas, assim como o controle e fiscalização de seus desempenhos, cumprindo-lhe, especialmente, além de outras atribuições que lhe sejam atribuídas pela legislação e regulamentação aplicáveis, por este Estatuto Social, pelas políticas e regimentos da Companhia. (i) eleger e destituir os Diretores e fixar as suas atribuições, observado o que a respeito dispuser este Estatuto Social e a legislação vigente; (ii) aprovar: (a) o Regimento Interno do Conselho de Administração; (b) o Código de Conduta e Ética da Companhia; e (c) determinadas políticas e normas internas que venham a ser adotadas pela Companhia relacionadas ou que façam referência à governança corporativa da Companhia, bem como aprovar suas alterações; (iii) fiscalizar a gestão dos Diretores e examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos; (iv) deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral, quando julgar conveniente ou no caso do artigo 132 da Lei das S.A.; (v) manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas apresentadas pela Diretoria, bem como sobre as demonstrações financeiras anuais e intermediárias da Companhia; (vi) aprovar a emissão de ações pela Companhia dentro do limite do capital autorizado; (vii) aprovar: (a) a emissão de debêntures conversíveis em ações de emissão da Companhia, dentro do limite do capital autorizado; e (b) a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, de notas promissórias, *commercial papers*, *bonds*, *notes* ou outros títulos ou valores mobiliários similares, para distribuição pública ou privada; (viii) examinar e opinar sobre qualquer assunto relativo às atividades da Companhia e de suas controladas que julgue relevante, bem como assuntos que lhe sejam submetidos pelos Diretores ou pelos Comitês de Assessoramento; (ix) nomear ou destituir os auditores independentes contratados pela Companhia ou pelas suas controladas, bem como homologar o plano de auditoria interna; (x) examinar, opinar e propor à Assembleia Geral a distribuição de dividendos; (xi) aprovar, anualmente, os orçamentos, planos de investimentos, endividamento, planejamentos de usos e fontes de recursos, os fatores críticos e outros aspectos necessários ao direcionamento das operações da Companhia e das suas controladas, bem como eventuais modificações ("Orçamento Anual"). O Orçamento Anual de determinado ano, corrigido pelo IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, aplicar-se-á ao ano seguinte até que o Orçamento Anual do referido ano seja aprovado; (xii) aprovar a assinatura ou rescisão, pela Companhia e por suas controladas, de contratos de concessão relacionados aos seus objetos sociais, bem como a aprovação de quaisquer alterações ou aditivos a tais contratos; (xiii) aprovar a participação da Companhia, ou de suas controladas, em licitações envolvendo concessões; (xiv) aprovar anualmente as diretrizes gerais de patrocínio e doação filantrópica que envolvam valor igual ou superior a R\$ 500.000,00, observada a vedação prevista no artigo 154, § 2º, alínea "a" da Lei das S.A.; (xv) aprovar a tomada de empréstimos, obtenção de financiamentos e qualquer ato que implique endividamento (exceto via emissão de debêntures, que observará o disposto no item (vii) acima), entre a Companhia e terceiros ou entre uma controlada da Companhia e terceiros que envolvam valor igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 ou o valor equivalente a 10% do patrimônio líquido da controlada ou coligada em seu último balanço patrimonial anual auditado, dentre eles o que for maior; (xvi) aprovar a concessão pela Companhia em favor de terceiros ou por uma controlada da Companhia em favor de terceiros, de quaisquer avais, fianças ou outras garantias no contexto de obrigações da Companhia ou de controlada da Companhia nos termos do inciso (xv) acima, respeitados os limites e operações nele descritos; (xvii) aprovar a celebração de contratos envolvendo a alienação de bens do ativo não circulante da Companhia em valor igual ou superior a R\$ 2.000.000,00; (xviii) aprovar a celebração de contratos (incluindo seus aditivos), exceto aditivos de prorrogação de prazo contratual, e eventuais rescisões, entre, de um lado, a Companhia ou suas controladas e, de outro: (a) quaisquer partes relacionadas da Companhia; (b) entidades que não façam parte do grupo econômico da Companhia e detenham participação em qualquer controlada da Companhia, bem como sociedades controladoras, controladas ou coligadas de tal entidade que detêm participação em determinada controlada da Companhia, em valor anual igual ou superior a R\$ 2.000.000,00; ou (c) quaisquer partes relacionadas de controladas da Companhia que não se enquadrem nos itens anteriores (que não a própria Companhia ou suas controladas), observada em todas as hipóteses acima a Política de Transações com Partes Relacionadas e Conflitos de Interesse da Companhia e o Orçamento Anual em vigor (conforme aplicável), sendo facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar, previamente e em tempo hábil, diretamente ou por meio dos Comitês de Assessoramento, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e a sua adequação às condições e práticas de mercado (*arm's length*); (xix) ressaltadas as competências descritas nos incisos (xii) e (xv) a (xviii) acima e salvo se já previstos no Orçamento Anual em vigor (conforme aplicável), aprovar a celebração de contratos de qualquer natureza (incluindo seus aditivos), exceto aditivos de prorrogação de prazo contratual, e eventuais rescisões, pela Companhia e por suas controladas em valor anual igual ou superior a R\$ 2.000.000,00; (xx) aprovar a propositura de ações judiciais ou instauração de procedimento arbitral em valor igual ou superior a R\$ 2.000.000,00; (xxi) aprovar dissolução ou liquidação de suas controladas, bem como solicitação de recuperação judicial ou pedido de autofalência pelas mesmas; (xxii) aprovar a criação e extinção de subsidiárias ou controladas, no País ou no exterior, bem como deliberar, por proposta da Diretoria, sobre a aquisição, cessão, transferência, alienação e/ou oneração, a qualquer título ou forma, de participações societárias e valores mobiliários de outras sociedades no País ou no exterior, que não estejam previstos no Orçamento Anual em vigor (conforme aplicável): (a) em valor superior a R\$ 5.000.000,00 ou o valor equivalente a 5% do patrimônio líquido da controlada ou coligada em seu último balanço patrimonial anual auditado, dentre eles o que for maior; ou (b) sempre que o patrimônio líquido da sociedade beneficiária final do investimento for negativo em seu último balanço patrimonial anual auditado; (xxiii) aprovar as alterações significativas no modelo de gestão e na estrutura organizacional da Companhia e de suas controladas; (xxiv) aprovar a aquisição de ações de emissão da Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como sua revenda ou recolocação no mercado, observadas as normas expedidas pela CVM e demais disposições legais aplicáveis; (xxv) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo: (a) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse da Companhia e do conjunto de seus acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (b) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; e (c) as alternativas à aceitação da oferta pública de aquisição de ações disponíveis no mercado; (xxvi) analisar e acompanhar, trimestralmente, o ITR enviado à CVM; (xxvii) aprovar a criação de Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração e indicar seus respectivos membros; (xxviii) aprovar os Regimentos Internos dos Comitês de Assessoramento, assim como suas estruturas administrativas; (xxix) aprovar atribuição e orçamento: (i) da área de auditoria interna (incluindo a terceirização, se for o caso) e, diretamente ou por meio do Comitê de Auditoria, caso instalado, receber o relatório daquela área avaliando, ao menos anualmente, se a sua estrutura e orçamentos são suficientes ao desempenho de suas funções; e (ii) dos demais Comitês de Assessoramento, se e quando instalados; (xxx) aprovar a abertura de capital das controladas da Companhia na categoria A, conforme previsto nas Instruções Normativas da CVM; (xxxi) determinar o voto a ser proferido pela Companhia em quaisquer assembleias, resoluções ou reuniões de sócios de qualquer sociedade na qual a Companhia venha a deter participação, em relação às matérias acima referidas; (xxxii) aprovar os termos e condições gerais de contratos de indenidade a serem eventualmente celebrados entre a Companhia ou qualquer de suas controladas e seus respectivos Administradores, membros de órgãos auxiliares da administração ou membros do Conselho Fiscal; (xxxiii) aprovar programas de concessão de ações ou programas de opção de compra de ações aos Administradores e empregados da Companhia e respectivos modelos de contratos de concessão de ações ou de opção de compra de ações conforme limites determinados pelos planos de concessão de ações ou planos de opção de compra de ações aprovados pela Assembleia Geral; e (xxxiv) deliberar sobre os atos que excedam os limites de competência da Diretoria, dentro de suas próprias atribuições. **Art. 26.** Compete ao Presidente do Conselho de Administração representar o Conselho de Administração nas Assembleias Gerais ou, em caso de sua vacância, ao Vice-Presidente. **Seção III – Da Diretoria. Subseção I – Composição e Reuniões. Art. 27.** A Diretoria da Companhia será composta por, no mínimo, 3 e, no máximo,

8 Diretores, acionistas ou não, residentes no País, eleitos pelo Conselho de Administração, autorizada a cumulação de mais de um cargo por qualquer Diretor(a) desde que observado o disposto no Artigo 15, § 1º, deste Estatuto Social, sendo designados: (a) 1 Diretor(a) Presidente; (b) 1 Diretor(a) Financeiro; (c) 1 Diretor(a) de Relações com Investidores; (d) 1 Diretor(a) de Operações e Tecnologia; (e) 1 Diretor(a) de Relações Institucionais e Sustentabilidade; (f) 1 Diretor(a) de Novos Negócios; (g) 1 Diretor(a) Jurídico e de Compliance; e (h) 1 Diretor(a) sem designação específica. **Art. 28.** O mandato dos membros da Diretoria será unificado de 2 anos, podendo ser reeleitos. Os Diretores permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores. **Subseção II – Competência. Art. 29.** Compete à Diretoria a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais, por lei, por este Estatuto Social e pelas políticas e regimentos da Companhia, seja atribuída a competência à Assembleia Geral ou ao Conselho de Administração. No exercício de suas funções, os Diretores poderão realizar todas as operações e praticar todos os atos necessários à consecução dos objetivos de seu cargo, observadas as disposições deste Estatuto Social e das políticas e regimentos da Companhia quanto: (i) à forma de representação; (ii) à alçada para a prática de determinados atos; e (iii) a orientação geral dos negócios estabelecida pelo Conselho de Administração. **§ 1º.** Compete ao(a) Diretor(a) Presidente dirigir a execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia e, além das funções, atribuições e poderes a ele confiados pelo Conselho de Administração: (i) superintender as atividades de administração da Companhia, coordenando e supervisionando as atividades dos demais membros da Diretoria; (ii) propor, sem exclusividade de iniciativa, ao Conselho de Administração a atribuição de funções a cada Diretor(a) no momento de sua respectiva eleição; e (iii) em conjunto com o(a) Diretor(a) Financeiro, elaborar e apresentar, anualmente, ao Conselho de Administração, o Orçamento Anual. **§ 2º.** Compete ao(a) Diretor(a) Financeiro, dentre outras atribuições que lhe venham a ser conferidas pelo Conselho de Administração: (i) planejar, coordenar, organizar, supervisionar e dirigir as atividades relativas às operações de natureza financeira da Companhia; (ii) propor alternativas de financiamento e aprovar condições financeiras dos negócios da Companhia; (iii) em conjunto com o(a) Diretor(a) Presidente, elaborar e apresentar ao Conselho de Administração, anualmente, o Orçamento Anual; (iv) elaborar e acompanhar os planos de negócios, operacionais e de investimentos da Companhia; (v) representar a Companhia perante instituições financeiras, observado, contudo, o disposto no Artigo 32 abaixo; (vi) administrar o caixa e as contas a pagar e a receber da Companhia; (vii) dirigir as áreas contábil, de planejamento financeiro e fiscal/tributária da Companhia; (viii) submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração, as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, o Relatório da Administração e as contas da Diretoria, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de aplicação dos lucros apurados no exercício anterior da Companhia e suas controladas e coligadas de forma consolidada; (ix) apresentar trimestralmente ao Conselho de Administração o balancete econômico-financeiro e patrimonial ("ITR") detalhado da Companhia consolidado com suas controladas e coligadas; e (x) assegurar o cumprimento e observância aos limites impostos por políticas financeiras, de *hedge* e/ou de riscos de mercado da Companhia. **§ 3º.** Compete ao(a) Diretor(a) de Relações com Investidores, dentre outras atribuições que lhe venham a ser conferidas pelo Conselho de Administração: (i) representar a Companhia perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais (incluindo CVM, Banco Central do Brasil, B3, instituição escrituradora das ações de emissão da Companhia, entidades administradoras de mercados de balcão organizados); (ii) prestar informações ao público investidor, à CVM, ao Banco Central do Brasil, às entidades administradoras de mercados organizados nas quais a Companhia venha a ter seus valores mobiliários negociados e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme legislação aplicável, no Brasil e no exterior; (iii) monitorar o cumprimento das obrigações previstas no Estatuto Social pelos acionistas da Companhia e reportar à Assembleia Geral e ao Conselho de Administração, quando solicitado, suas conclusões, relatórios e diligências; (iv) tomar providências para manter atualizado o registro de companhia aberta perante a CVM; e (v) reportar ao(a) Diretor(a) Presidente qualquer situação relativa às questões referentes a relações com investidores da Companhia. **§ 4º.** Compete ao(a) Diretor(a) de Operações e Tecnologia, dentre outras atribuições que lhe venham a ser conferidas pelo Conselho de Administração: (i) dirigir as áreas de *facilities*, compras, operações, automação e Tecnologia da Informação da Companhia; (ii) planejar, definir e coordenar o dia a dia da Companhia no âmbito administrativo; (iii) elaborar e acompanhar os planos operacionais das concessionárias controladas pela Companhia; (iv) coordenar a execução e controle dos processos operacionais de cobrança e tráfego, segurança viária e do trabalho, manutenção e conserva dos ativos, assim como o relacionamento com as autoridades regulatórias, com o objetivo de assegurar a excelência operacional de todas as concessões rodoviárias da Companhia e suas controladas. **§ 5º.** Compete ao(a) Diretor(a) de Novos Negócios, dentre outras atribuições que lhe venham a ser conferidas pelo Conselho de Administração: (i) a prospecção, desenvolvimento e busca do crescimento das suas operações através da ampliação dos negócios atuais e da conquista de novos negócios; e (ii) o empresariamento do portfólio de contratos de concessões rodoviárias. **§ 6º.** Compete ao(a) Diretor(a) Jurídico e de Compliance, dentre outras atribuições que lhe venham a ser conferidas pelo Conselho de Administração: (i) organizar, controlar, coordenar e supervisionar os assuntos e as atividades de caráter jurídico da Companhia e suas subsidiárias, em seus aspectos técnicos operacionais e estratégicos; (ii) aconselhar a Companhia na tomada de decisões que envolvam riscos de natureza jurídica e no implemento de tais decisões em cumprimento às determinações legais vigentes; (iii) contratar e supervisionar os serviços jurídicos prestados por profissionais externos; (iv) elaborar relatórios de natureza jurídica e prestar informações relativas à sua área de competência aos órgãos da Companhia; (v) planejar e executar políticas de gestão e sua área de competência; (vi) assessorar juridicamente as demais áreas da Companhia; (vii) preservar segurança empresarial; (viii) coordenar toda a área jurídica consultiva e contenciosa da Companhia e suas subsidiárias; (ix) administrar os assuntos de governança corporativa da Companhia, observadas as políticas da Companhia, assim como as orientações previamente traçadas pelo Conselho de Administração e (x) administrar os assuntos jurídicos e de compliance em geral, observadas as políticas aplicáveis da Companhia, assim como as orientações previamente traçadas pelo Conselho de Administração. **§ 7º.** Compete ao(a) Diretor(a) de Relações Institucionais e de Sustentabilidade, dentre outras atribuições que lhe venham a ser conferidas pelo Conselho de Administração: (i) coordenar o desenvolvimento da estratégia institucional perante entidades governamentais, associações setoriais e meios de comunicação, assim como a estratégia de sustentabilidade da Companhia e suas controladas; (ii) prospecção, desenvolvimento e apoio ao(a) Diretor(a) de Novos Negócios, na conquista de novos negócios e no relacionamento com os respectivos poderes concorrentes; (iii) assessorar o(a) Diretor(a) Presidente e o(a) Diretor(a) de Novos Negócios na promoção e consolidação da Companhia junto ao mercado alvo; (iv) monitorar o mercado, visando identificar as demandas dos clientes e a concorrência; (v) coordenar as áreas de ouvidoria e de atendimento aos usuários dos serviços prestados pela Sociedade. **Subseção III – Substituição e Vacância da Diretoria. Art. 30.** A(o) Diretor(a) Presidente será substituído(a), observado o disposto no Artigo 15, § 1º, deste Estatuto Social: (i) em caso de ausência ou impedimento por período de até 30 dias, por qualquer diretor por ele indicado; (ii) em caso de afastamento por prazo superior a 30 dias e inferior a 120 dias por qualquer outro diretor designado pelo Conselho de Administração; e (iii) em caso de afastamento por prazo igual ou superior a 120 dias ou vacância, o Conselho de Administração deverá ser convocado para promover a eleição de novo(a) Diretor(a) Presidente, conforme os procedimentos estabelecidos neste Estatuto Social. **Art. 31.** Os demais Diretores serão substituídos: (i) nos casos de ausência ou impedimento, bem como de afastamento por prazo inferior a 120 dias, por qualquer diretor indicado pelo(a) Diretor(a) Presidente; e (ii) em caso de afastamento por prazo igual ou superior a 120 dias ou vacância, o Conselho de Administração deverá ser convocado para promover a eleição de novo Diretor, conforme os procedimentos estabelecidos neste Estatuto Social. **Subseção IV – Representação da Companhia. Art. 32.** Ressalvadas as regras constantes da política de alçadas financeiras da Companhia e os casos previstos nos Parágrafos deste Artigo 32, a Companhia será representada e somente será considerada devidamente obrigada por ato ou assinatura: (i) de 2 Diretores, sendo um deles, necessariamente o(a) Diretor(a) Presidente. (ii) de 1 procurador com poderes específicos em conjunto com o(a) Diretor(a) Presidente; ou (b) qualquer Diretor(a); e (iii) de 2 procuradores com poderes específicos. **§ 1º.** Os atos para os quais este Estatuto Social exija autorização prévia do Conselho de Administração somente serão válidos uma vez preenchido esse requisito. **§ 2º.** É expressamente vedado e será nulo de pleno direito o ato praticado por qualquer Diretor(a), procurador ou funcionário da Companhia que a envolva em obrigações relativas a negócios e operações estranhas ao seu objeto social, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal, se for o caso, a que estará sujeito o infrator deste dispositivo. **§ 3º.** A Companhia poderá ser representada por 1 Diretor(a) ou por 1 procurador, com poderes específicos e especiais, agindo isoladamente nas seguintes circunstâncias: (i) em assuntos de rotina perante os órgãos públicos federais, estaduais e municipais, autarquias e sociedades de economia mista, incluindo a CVM, Juntas Comerciais e entidades de classes; (ii) na cobrança de quaisquer pagamentos devidos à Companhia; (iii) na assinatura de correspondência sobre assuntos rotineiros; (iv) no endosso de instrumentos destinados à cobrança ou depósito em nome da Companhia; (v) na representação da Companhia nas Assembleias Gerais de suas controladas e demais sociedades em que tenha participação acionária; (vi) na representação da Companhia em juízo ativa e passivamente; (vii) na representação da Companhia perante sindicatos ou Justiça do Trabalho, inclusive para matérias de admissão, suspensão ou demissão de empregados, nomeação de preposto para representação em audiências e para acordos trabalhistas. **Art. 33.** Exceto se de outra forma previsto neste Estatuto Social, as procurações serão sempre outorgadas ou revogadas por 2 Diretores sendo um deles, necessariamente, (a) o(a) Diretor(a) Presidente, que estabelecerá os poderes do procurador e, excetuando-se as outorgadas para fins judiciais, terão sempre prazo determinado de vigência de no máximo 1 ano. **Capítulo V – Conselho Fiscal. Art. 34.** O Conselho Fiscal da Companhia funcionará em caráter não permanente e, quando instalado, será composto por no mínimo 3 e no máximo 5 membros e suplentes em igual número, todos residentes no país, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral para mandato de 1 ano, sendo permitida a reeleição. O Conselho Fiscal da Companhia será composto, insti-

lado e remunerado em conformidade com a legislação em vigor. **§ 1º.** O Conselho Fiscal terá um Presidente, eleito por seus membros na primeira reunião do órgão após sua instalação. **§ 2º.** A posse dos membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, será feita mediante a assinatura de termo respectivo, em livro próprio, observado os requisitos legais aplicáveis. **§ 3º.** Os membros do Conselho Fiscal da Companhia deverão aderir aos regimentos internos e às políticas vigentes da Companhia, mediante assinatura do respectivo termo, conforme aplicável. **§ 4º.** O termo de posse de que trata o § 2º acima deverá contemplar, necessariamente, a sujeição do membro do Conselho Fiscal eleito à cláusula compromissória prevista no Artigo 44 deste Estatuto Social. **§ 5º.** Em caso de vaga, renúncia, impedimento ou ausência injustificada a duas reuniões consecutivas, será o membro do Conselho Fiscal substituído, até o término do mandato, pelo respectivo suplente. **§ 6º.** Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará seu lugar. Não havendo suplente, por qualquer motivo, a Assembleia Geral será convocada para proceder à eleição de membro para o cargo vago. **§ 7º.** Não poderá ser eleito para o cargo de membro do Conselho Fiscal da Companhia aquele que: (i) seja inelegível nos termos da lei; (ii) ocupe cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes da Companhia, em especial, em conselhos consultivos, de administração ou fiscal; e/ou (iii) tenha interesse conflitante com a Companhia; membros de órgãos de administração e empregados da Companhia ou de sociedade controlada ou do mesmo grupo, e o cônjuge ou parente, até terceiro grau, de Administrador. **Art. 35.** Quando instalado, o Conselho Fiscal se reunirá, nos termos da lei, sempre que necessário e analisará, ao menos trimestralmente, as demonstrações financeiras. **§ 1º.** Independentemente de quaisquer formalidades, será considerada regularmente convocada a reunião à qual comparecer a totalidade dos membros do Conselho Fiscal. **§ 2º.** O Conselho Fiscal se manifesta por maioria absoluta de votos, presente a maioria dos seus membros. **§ 3º.** Todas as deliberações do Conselho Fiscal constarão de atas lavradas no respectivo Livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal e assinadas pelos Conselheiros presentes. **Capítulo VI – Dos Órgãos Auxiliares da Administração. Art. 36.** O Conselho de Administração, para melhor desempenho de suas funções, poderá criar comitês adicionais, permanentes ou não, para o assessoramento da administração da Companhia, com objetivos específicos, designando os seus respectivos membros ("Comitês de Assessoramento"). **Parágrafo Único.** O funcionamento e orçamento dos Comitês de Assessoramento, assim como a remuneração de seus membros, serão definidos pelo Conselho de Administração. **Art. 37.** Serão aplicáveis aos membros dos Comitês de Assessoramento que venham a ser criados nos termos deste Estatuto Social as mesmas obrigações e vedações impostas pela lei e por este Estatuto Social aos Administradores da Companhia. **Capítulo VII – Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Destinação dos Lucros. Art. 38.** O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano, quando serão levantados o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras. **§ 1º.** As demonstrações financeiras da Companhia deverão ser auditadas por auditores independentes registrados na CVM. **§ 2º.** A Companhia poderá: (i) levantar balanços intercalares ou intermediários, semestrais, trimestrais ou de períodos menores, e declarar dividendos ou juros sobre capital próprio dos lucros verificadas em tais balanços; ou (ii) declarar dividendos ou juros sobre capital próprio intercalares ou intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual. **§ 3º.** Os dividendos intermediários ou intercalares distribuídos e os juros sobre capital próprio poderão ser imputados ao dividendo obrigatório previsto no Artigo 40 abaixo. **§ 4º.** Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, os órgãos da administração da Companhia apresentarão à Assembleia Geral Ordinária proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido, com observância do disposto neste Estatuto Social e na Lei das S.A. **Art. 39.** Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro. **§ 1º.** Do saldo remanescente, a Assembleia Geral poderá atribuir aos Administradores uma participação nos lucros dentro dos limites estabelecidos no artigo 152 da Lei das S.A. e neste Estatuto Social. **§ 2º.** O lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação: (i) 5% serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido do montante das reservas de capital, de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei das S.A., exceder 30% do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal; (ii) uma parcela, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, destinar à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores, nos termos do artigo 195 da Lei das S.A.; (iii) uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo anual mínimo obrigatório aos acionistas, observado o disposto nos Parágrafos 3º e 4º deste Artigo 40; (iv) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do § 3º deste Artigo 40, ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das S.A.; (v) uma parcela, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, reter com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei das S.A.; (vi) a Companhia poderá manter a reserva de lucros estatutária denominada "Reserva de Recompra de Ações e de Investimento", que poderá ter por finalidade: (i) a recompra, resgate, reembolso ou amortização de ações de emissão da própria Companhia ou de suas controladas, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, nos termos e condições do Estatuto Social e do artigo 30 da Lei das S.A.; ou (ii) o financiamento da expansão das atividades da Companhia e/ou de suas controladas e coligadas, inclusive por meio da subscrição de aumentos de capital ou criação de novos empreendimentos, a qual será formada com até 100% do lucro líquido que remanescer após as deduções legais e estatutárias, até o limite de 100% do capital social, observado que o saldo desta Reserva de Recompra de Ações e de Investimento, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas a reserva de lucros a realizar e a reserva para contingências, não poderá ultrapassar 100% do capital social subscrito da Companhia; e (vii) o saldo terá a destinação que lhe for dada pela Assembleia Geral, observadas as prescrições legais. **§ 3º.** Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual de 25% do lucro líquido do exercício, que será diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; e (iii) importância destinada aos dividendos intercalares. **§ 4º.** O pagamento do dividendo obrigatório poderá ser limitado ao montante do lucro líquido realizado, nos termos da legislação aplicável. **Art. 40.** Por proposta aprovada pelo Conselho de Administração, *ad referendum* da Assembleia Geral, a Companhia poderá pagar ou creditar juros aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio destes últimos, observada a legislação aplicável. As eventuais importâncias assim desembolsadas poderão ser imputadas ao valor do dividendo obrigatório previsto neste Estatuto Social. **§ 1º.** Em caso de creditamento de juros aos acionistas no decorrer do exercício social e atribuição dos mesmos ao valor do dividendo obrigatório, será assegurado aos acionistas o pagamento de eventual saldo remanescente. Na hipótese de o valor dos dividendos ser inferior ao que lhes foi creditado, a Companhia não poderá cobrar dos acionistas o saldo excedente. **§ 2º.** O pagamento efetivo dos juros sobre o capital próprio, tendo ocorrido o creditamento no decorrer do exercício social, dar-se-á por deliberação do Conselho de Administração, no curso do exercício social ou no exercício seguinte. **Art. 41.** A Assembleia Geral poderá deliberar a capitalização de reservas de lucros ou de capital, inclusive as instituídas em balanços intermediários, observada a legislação aplicável. **Art. 42.** Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de 3 anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, e reverterão em favor da Companhia. **Capítulo VIII – Liquidação. Art. 43.** A Companhia deverá entrar em liquidação nos casos previstos em lei, cabendo à assembleia geral estabelecer o modo de liquidação, eleger o liquidante e, se for o caso, o Conselho Fiscal para tal finalidade. **Capítulo IX – Resolução de Controvérsias. Art. 44.** A Companhia, seus acionistas, Administradores e os membros do Conselho Fiscal efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, Administradores, e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385, de 07/12/1976, na Lei das S.A., neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral. **§ 1º.** A lei brasileira será a única aplicável ao mérito de toda e qualquer controvérsia, bem como à execução, interpretação e validade da presente cláusula compromissória. O Tribunal Arbitral será formado por árbitros escolhidos na forma estabelecida no Regulamento de Arbitragem. O procedimento arbitral terá lugar na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, local onde deverá ser proferida a sentença arbitral. A arbitragem deverá ser administrada pela própria Câmara de Arbitragem do Mercado, sendo conduzida e julgada de acordo com as disposições pertinentes do Regulamento de Arbitragem. **§ 2º.** Sem prejuízo da validade desta cláusula arbitral, o requerimento de medidas de urgência pelas partes, antes de constituição do Tribunal Arbitral, deverá ser remetido ao Poder Judiciário, na forma do item 5.1.3 do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado. **Capítulo XI – Disposições Gerais. Art. 45.** A Companhia observará, nos termos da Lei das S.A., os acordos de acionistas arquivados em sua sede, sendo expressamente vedado aos integrantes da mesa diretora da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração acatar declaração de voto de qualquer acionista, signatário de acordo de acionistas devidamente arquivado na sede social, que for proferida em desacordo com o que tiver sido ajustado no referido acordo, sendo também expressamente vedado à Companhia aceitar e proceder à transferência de ações e/ou a oneração e/ou à cessão de direito de preferência à subscrição de ações e/ou de outros valores mobiliários que não respeitar aquilo que estiver previsto e regulado em acordo de acionistas arquivado em sua sede. **Art. 46.** Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei das S.A. **Art. 47.** Observado o disposto no artigo 45 da Lei das S.A., o valor do reembolso a ser pago aos acionistas dissidentes terá por base o valor patrimonial, constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral. **Art. 48.** As publicações ordenadas pela Lei das S.A., observando ao disposto no presente Estatuto Social e na legislação vigente. São Paulo, 27/04/2023.

ADS ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

CNPJ/MF nº 13.439.535/0001-05

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida, e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão. As Demonstrações Financeiras completas, incluindo o respectivo relatório dos Auditores Independentes estão disponíveis no endereço eletrônico do presente jornal: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/

BALANÇOS PATRIMONIAIS - 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 E 1º DE JANEIRO DE 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Nota	Controladora			Consolidado			Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora			Consolidado					
		31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021			31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021			
Ativo circulante																		
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.518	5	17	36.120	36.202	18.217	Empréstimos e financiamentos	10	-	-	-	19.375	19.250	19.250			
Contas a receber de clientes	5	-	-	-	14.403	18.648	21.876	Fornecedores	-	-	-	444	938	474				
Partes relacionadas	-	-	-	-	-	-	-	Passivo de arrendamento	8	-	-	1.430	918	886				
Impostos a recuperar	137	11	2	295	248	206	Obrigações sociais, trabalhistas e tributárias	-	-	-	295	234	524					
Dividendos a receber	7	3	4.343	3.546	-	-	Tributos a pagar	-	-	-	324	332						
Outros créditos	-	-	-	957	1.877	478	Imposto de renda e contribuição social a recolher	-	-	-	719	755	545					
Total do ativo circulante		2.658	4.359	3.565	51.775	56.975	40.777	Dividendos a pagar	12.c	12.235	5.427	1.085	12.235	5.427	1.085			
Ativo não circulante								Outras contas a pagar	-	671	-	1	568	838	3.763			
Títulos e valores mobiliários	6	-	-	-	13.985	11.708	14.300	Total do passivo circulante		12.906	5.427	1.086	35.390	28.692	26.527			
Depósitos judiciais	11.a/d	-	-	-	251	53	53	Passivo não circulante										
Investimentos	7	178.022	177.995	160.699	-	-	-	Empréstimos e financiamentos	10	-	-	-	127.155	144.933	163.634			
Direito de uso de ativos	8	-	-	-	5.378	5.755	5.976	Passivo de arrendamento	8	-	-	-	4.501	5.140	5.210			
Imobilizado	9	-	-	-	255.746	272.575	288.120	Provisão para riscos	11.a	-	-	-	399	137	128			
Intangível	-	-	-	-	8.084	8.763	9.451	Total do passivo não circulante					132.055	150.210	168.972			
Total do ativo não circulante		178.022	177.995	160.699	283.444	298.854	317.900	Patrimônio líquido	12									
Total do ativo		180.680	182.354	164.264	335.219	355.829	358.677	Capital social		159.888	159.888	159.888	159.888	159.888	159.888			
								Adiantamento para futuro aumento de capital		40	40	40	40	40	40			
								Reserva legal		2.576	1.143	229	2.576	1.143	229			
								Reserva de lucros		5.270	15.856	3.021	5.270	15.856	3.021			
								Total patrimônio líquido		167.774	176.927	163.178	167.774	176.927	163.178			
								Total do passivo e patrimônio líquido		180.680	182.354	164.264	335.219	355.829	358.677			

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	13	-	-	65.155	61.772
Custo dos produtos vendidos	14	-	-	(29.719)	(27.288)
Lucro bruto				35.436	34.484
Despesas operacionais					
Gerais e administrativas	15	-	-	(2.037)	(1.820)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	16	13.672	(45)	11.747	(302)
Resultado de equivalência patrimonial	8	17.438	18.092	-	-
Resultado operacional		31.110	18.047	9.710	(2.122)
Resultado financeiro, líquido	17	1.017	44	(9.548)	(11.922)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		32.127	18.091	35.598	20.440
Imposto de renda e contribuição social	18	(3.472)	-	(6.943)	(2.349)
Lucro líquido do exercício		28.655	18.091	28.655	18.091
Lucro básico e diluído por ação - R\$	19	0,18	0,11	0,18	0,11

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora e Consolidado	
	2022	2021
Lucro líquido do exercício	28.655	18.091
Resultado abrangente	28.655	18.091

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais - A ADS Energias Renováveis S.A. ("ADS Energias" ou "Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Campinas, constituída em 30 de março de 2011 e tem como objeto social: (a) a exploração no Brasil ou em outros países, direta ou indiretamente, dos negócios de geração de energia elétrica provenientes de pequenas centrais hidrelétricas, termelétricas a biomassa, cogeração a partir de biomassa, eólicas, centrais geradoras fotovoltaicas e termos solares, bem como suas instalações de transmissão de interesse restrito e instalações de Interesse Exclusivo de Centrais de Geração para Conexão Compartilhada ("ICGs"); (b) a comercialização de energia elétrica nas diferentes formas e modalidades, participando de todos os segmentos dos mercados especializados, inclusive leilões de compra e venda de energia elétrica; (c) o desenvolvimento de todas as atividades e a prestação de todos os serviços associados ou necessários às atividades de geração de energia elétrica a partir de fontes alternativas, em todas as formas e modalidades, no âmbito do setor elétrico; (d) o exercício de atividades conexas ou relacionadas, direta ou indiretamente, com o objeto social, no Brasil e em outros países; e (e) a participação no capital social de outras companhias ou sociedades empresárias, personificadas ou não, na qualidade de sócia ou acionista, que explorem negócios de geração e comercialização de energia elétrica provenientes de fontes alternativas. A Companhia desenvolve atividades empresariais no segmento de energias alternativas no Brasil através de suas controladas diretas e indiretas, em estruturas integradas denominadas de parques eólicos ("Parques" ou "Projeto"); ADS ER Complexo Eólico Corredor do Senandes S.A. ("Complexo do Senandes"); ADS ER Eólica Corredor do Senandes 2 S.A. ("Corredor do Senandes 2"); ADS ER Eólica Corredor do Senandes III S.A. ("Corredor do Senandes III"); ADS ER Eólica Corredor do Senandes IV S.A. ("Corredor do Senandes IV"); ADS ER Eólica Vento Aragono I S.A. ("Vento Aragono I"). A emissão das presentes demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 20 de abril de 2023. **Impactos da pandemia de Covid-19:** Apesar da paralisação de vários setores produtivos e fragilidade da economia mundial, causadas pela pandemia do Coronavírus (Covid-19), até o momento a Companhia não sofreu impactos em sua operação. Adicionalmente, a Companhia possui contrato com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) que compra toda a energia gerada pela Companhia. Considerando a imprevisibilidade da evolução do surto e dos seus impactos, não é atualmente praticável fazer uma estimativa do efeito financeiro nas receitas e fluxos de caixa operacionais estimados, ou do valor recuperável da UGC. A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações contábeis. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações contábeis, as seguintes principais medidas foram tomadas incluindo as de cunho social: • Implementação de medidas temporárias ou definitivas no quadro de funcionários, como o objetivo de reduzir as despesas salariais no médio prazo. • Medida de prevenção do contágio entre os colaboradores, adotando o home office, afastando os que estão mais expostos ao grupo de risco, como mulheres grávidas, colaboradores com mais de 60 anos, entre outros. **2. Resumo das principais políticas contábeis** - As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados. **2.1. Base de preparação das demonstrações contábeis:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e Lei das Sociedades por Ações, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. **2.2. Reapresentação de valores correspondentes:** Em 1 de janeiro de 2019 entrou em vigor o CPC 06(R2) - Arrendamentos. Tendo em vista que a Companhia e suas controladas não realizaram a implementação do referido CPC desde sua vigência, a Companhia fez a adoção integral de forma retrospectiva e portanto, reapresentou suas demonstrações financeiras a fim de demonstrar os impactos efetivos da norma vigente seguindo as orientações estabelecidas pelo CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Os saldos reapresentados foram afetados da seguinte forma:

a) Balanço patrimonial:	31/12/2021			01/01/2021		
	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Ativo						
Total do ativo circulante	8.914	-	8.914	3.565	-	3.565
Ativo não circulante						
Investimento	173.867	(427)	173.440	160.934	(235)	160.699
Total do ativo não circulante	173.867	(427)	173.440	160.934	(235)	160.934
Total do ativo	182.781	(427)	182.354	164.499	(235)	164.264
Passivo e patrimônio líquido						
Total do passivo circulante	5.427	-	5.427	1.086	-	1.086
Prejuízos acumulados	16.283	(427)	15.856	3.256	(235)	3.021
Outros itens do patrimônio líquido	161.071	-	161.071	160.157	-	160.157
Total Patrimônio líquido	177.354	(427)	176.927	163.413	(235)	163.178
Total do passivo e patrimônio líquido	182.781	(427)	182.354	164.499	(235)	164.264
(ii) Consolidado:						
Ativo						
Total do ativo circulante	56.975	-	56.975	40.777	-	40.777
Ativo não circulante						
Direito de uso de ativos	-	5.755	5.755	-	5.976	5.976
Imobilizado	272.921	(346)	272.575	288.427	(307)	288.120
Outros ativos não circulantes	20.524	-	20.524	23.804	-	23.804
Total do ativo não circulante	293.445	5.409	298.854	312.231	5.669	317.900
Total do ativo	350.420	5.409	355.829	353.008	5.669	358.677
Passivo e patrimônio líquido						
Passivos de arrendamento	-	918	918	-	886	886
Outros passivos circulantes	27.870	(96)	27.774	25.641	-	25.641
Total do passivo circulante	27.870	822	28.692	25.641	886	26.527
Passivos de arrendamento	-	5.140	5.140	-	5.210	5.210
Outros passivos não circulantes	145.196	(126)	145.070	163.954	(192)	163.762
Total do passivo não circulante	145.196	5.014	150.210	163.954	5.018	168.972
Prejuízos acumulados	16.283	(427)	15.856	3.256	(235)	3.021
Outros itens do patrimônio líquido	161.071	-	161.071	160.157	-	160.157
Total Patrimônio líquido	177.354	(427)	176.927	163.413	(235)	163.178
Total do passivo e patrimônio líquido	350.420	5.409	355.829	353.008	5.669	358.677

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 E 1º DE JANEIRO DE 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Adiantamento para futuro aumento de capital		Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reserva para aumento de capital				
Saldos em 01 de janeiro de 2021 (Reapresentado)	159.888	40	229	3.021	-	163.178
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	18.091	18.091
Constituição de reserva legal (Nota 12)	-	-	914	-	(914)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (Nota 12)	-	-	-	-	(4.342)	(4.342)
Constituição de reserva de lucros (Nota 12)	-	-	-	12.835	(12.835)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021 (Reapresentado)	159.888	40	1.143	15.856	-	176.927
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	28.655	28.655
Constituição de reserva legal (Nota 12)	-	-	1.433	-	(1.433)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (Nota 12)	-	-	-	-	(6.808)	(6.808)
Dividendos adicionais propostos (Nota 12)	-	-	-	(31.000)	-	(31.000)
Constituição de reserva de lucros (Nota 12)	-	-	-	20.414	(20.414)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	159.888	40	2.576	5.270	-	167.774

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	32.127	18.091	35.598	20.440
Ajustes:				
Depreciação e amortização	-	-	18.198	18.483
Provisão para processos judiciais	-	-	245	9
Perdas (ganhos) monetários não realizados de atividades financeiras	-	-	17	-
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	14.056	12.334
Equivalência patrimonial	(17.438)	(18.092)	-	-
Provisão de juros	-	-	656	634
Variações				
Contas a receber de clientes	-	-	4.245	3.228
Impostos a recuperar				

ADS ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

b) Demonstrações financeiras individuais: Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. **2.4. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, quando aplicável. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. **i) Ativos financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes; ou (iii) valor justo por meio do resultado. As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado. Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem. O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela administração. Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e (ii) a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo. Os principais ativos financeiros da Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber e outros ativos. **ii) Passivos financeiros:** Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício. Os passivos financeiros da Companhia, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecidos na demonstração do resultado. Os principais passivos financeiros da Companhia são: fornecedores, empréstimos e financiamentos, passivo de arrendamento, partes relacionadas. **iii) Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **iv) Redução do valor recuperável de ativos financeiros (impairment):** A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" ocorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou da Companhia de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, default ou atraso de pagamento de juros ou principal e quando há indicadores de uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com defaults. **2.5. Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos e com risco insignificante de mudança de valor. **2.6. Títulos e valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários são registrados, inicialmente, a valor justo e, subsequentemente, pelo custo amortizado. Incluem aplicações financeiras de liquidez imediata e constituem garantias para cobertura dos financiamentos da Companhia, conforme previsto no Contrato de Financiamento junto ao BNDES (Nota 10). **2.7. Contas a receber de clientes:** As contas a receber tem origem nos valores de venda de energia no âmbito do Leilão de Energia de Reserva (LER), onde os valores são faturados conforme geração efetiva, dentro da quota de energia leiloada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em operações destinadas à contratação de energia de reserva. Ao vencer o leilão, as controladas se comprometem a gerar e entregar energia exclusivamente para as cotas de energia de reserva contratada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). O recebimento da comercialização LER ocorre mensalmente na proporção de 1/12 da cota anual contratada. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzida das perdas ou impairment. **2.8. Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em despesa no resultado do período, quando incorridos. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo será imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. **2.9. Intangível:** O intangível inclui licenças e direitos para implantação e operação do Projeto, com vida útil definida e adquiridos separadamente de terceiros, registrados ao custo e são deduzidos da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base no prazo do Contrato de Energia de Reserva (CER), 20 anos a partir do início das operações. **2.10. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. **2.11. CPC 06(R2) - Arrendamentos:** A Companhia, através de suas controladas, aplicou, de forma retrospectiva, o CPC 06(R2) vigente a partir de 1º de janeiro de 2019, que introduz um único modelo de arrendamento, substituindo o conceito de classificação entre arrendamento mercantil operacional e financeiro. O principal objetivo é definir se existe um arrendamento nos contratos ou se o contrato é uma prestação de serviço. Após esta definição, se um contrato contiver um arrendamento, deverá ser contabilizado no ativo, a ser depreciado e o passivo com apropriação de encargos financeiros, usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma na data inicial (ou seja, 1º de janeiro de 2019). Consequentemente, a Companhia não aplicou os requerimentos do CPC 06(R2) ao período comparativo apresentado. **2.11. CPC 06(R2) - Arrendamentos: a) Como arrendatário:** Como arrendatário, a Companhia arrendou diversos ativos, incluindo imóveis, equipamentos de produção e equipamentos de TI. A Companhia classificava anteriormente os arrendamentos como operacionais ou financeiros, com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferia significativamente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente O Grupo. De acordo com o CPC 06(R2), a Companhia reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para a maioria desses arrendamentos - ou seja, esses arrendamentos estão no balanço patrimonial. No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seu preço individual. No entanto, para arrendamentos imobiliários, a Companhia optou por não separar os componentes que não são de arrendamento e contabilizar o arrendamento e os componentes de não arrendamento associados, como um único componente de arrendamento. **b) Arrendamento classificado como arrendamento operacional conforme CPC 06(R2):** Anteriormente, a Companhia classificava os arrendamentos imobiliários como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R2). Na transição, para esses arrendamentos, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa de empréstimo incremental da Companhia em 1º de janeiro de 2019. Os ativos de direito de uso são mensurados: • Pelo seu valor contábil como se o CPC 06(R2) tivesse sido aplicado desde a data de início, descontado usando a taxa de empréstimo incremental da Companhia na data da aplicação inicial; A Companhia aplicou essa abordagem ao seu maior arrendamento imobiliário; ou • Por um valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer recebimentos de arrendamento antecipados ou acumulados; a Companhia aplicou essa abordagem a todos os outros arrendamentos mercantis. A Companhia testou seus ativos de direito de uso quanto à perda por redução ao valor recuperável na data de transição e concluiu que não há indicação de que os ativos de direito de uso apresentem problemas de redução ao valor recuperável. A Companhia utilizou vários expedientes práticos ao aplicar o CPC 06(R2) a arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R2). Em particular: • Não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial; • Excluiu os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial; e • Utilizou retrospectivamente ao determinar o prazo do arrendamento. **b) Impacto nas demonstrações financeiras:** A Companhia optou pela abordagem de transição retrospectiva modificada simplificada, sem realização de representações dos períodos comparativos, adotando os seguintes critérios de reconhecimento e mensuração inicial dos ativos e passivos: • Reconhecimento de passivo de arrendamento mercantil na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do passivo de arrendamento mercantil foi realizada ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontado a partir das taxas de juros incrementais de empréstimo, agrupadas por natureza do ativo, região e prazo contratual; e • Reconhecimento de ativo de direito de uso na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do ativo de direito de uso ao valor equivalente ao passivo de arrendamento mercantil, ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial. Ao mensurar os passivos de arrendamento para arrendamentos classificados como operacionais, a Companhia descontou os pagamentos de arrendamento utilizando sua taxa incremental sobre empréstimo em 1º de janeiro de 2022. Segue abaixo taxa de desconto aplicadas:

	Contratos 2022	Contratos 2021
Até um ano	15,16%	9,35%
Até dois anos	14,97%	10,24%
Até cinco anos	13,93%	10,95%
Até dez anos	14,04%	11,57%
Até vinte anos	14,15%	11,98%
Acima de vinte anos	14,15%	11,98%

2.12. Fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. Estes valores são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente. **2.13. Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia no curso normal das atividades das controladas da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia e suas controladas reconhecem a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia e suas controladas, conforme descrição a seguir. **a) Venda de energia elétrica:** As controladas comercializam a energia elétrica produzida em sua planta de geração de energia eólica nas seguintes modalidades: • Vendas de energia de LER, onde os valores são faturados conforme geração efetiva dentro da quota de energia leiloada pela ANEEL em operações destinadas à contratação de energia de reserva. Ao vencer o leilão, a Companhia se compromete a gerar e entregar energia, exclusivamente, para as

cotas de energia de reserva contratada pela CCEE. O recebimento da comercialização LER ocorre mensalmente na proporção de 1/12 da cota anual contratada; e • Vendas de energia no mercado livre - PLD, onde os valores são faturados em ambiente de contratação livre, sendo a energia destinada ao mercado de curto prazo. A receita é reconhecida no período em que há a entrega da energia comercializada. Esta modalidade de comercialização foi utilizada no período de testes dos aerogeradores. **b) Receita financeira:** A Companhia e suas controladas apresentam receita de caráter financeiro referente ao rendimento de aplicações financeiras, correção monetária de créditos tributários e recebimento de clientes. A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. **2.14. Imposto de renda e contribuição social corrente:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço do país em que Companhia e suas controladas atuam e geram lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia e suas controladas nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. Durante o exercício de 2022 e 2021, a Companhia e suas controladas optaram pela tributação com base no lucro presumido. Nesta modalidade de tributação, o cálculo do imposto de renda e da contribuição social é trimestral e parte da presunção do lucro da Companhia e suas controladas por taxas pré-determinadas sobre o faturamento bruto acrescida das receitas financeiras e de outras receitas. O percentual de lucro presumido, base para o cálculo do imposto de renda e contribuição social para as atividades desenvolvidas pela Companhia e suas controladas, é encontrado através da aplicação da taxa de 8% e 12%, respectivamente. Sobre o lucro presumido, é apurado o imposto à alíquota de 15% e 12% (IR e CS, respectivamente), acrescido, para o IR, de 10% sobre o valor que ultrapassar R\$ 60 por trimestre. **2.15 Principais julgamentos e estimativas contábeis:** Na aplicação das práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período ou períodos posteriores, caso a revisão afete tanto o período presente como períodos futuros. A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas contábeis: **a) Provisões para riscos:** A Companhia é parte de processos cíveis, como descrito na Nota 12. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes aos processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que a provisão para riscos cíveis está corretamente apresentada nas demonstrações financeiras de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes onde uma provisão deve ser constituída quando: (i) A entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado; (ii) Seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para liquidar a obrigação; (iii) Possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida. **2.16. Novas normas contábeis - novas e alterações/atualizações ocorridas: a) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022:** A Empresa aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2022 (exceto quando indicado de outra forma). A empresa decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. Alterações no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1): As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, tais como: • Contrato Oneroso - custos de cumprimento de contrato; • Ativo imobilizado - vendas antes do uso pretendido; e • Referências à Estrutura conceitual. A vigência dessas alterações deve ser estabelecida pelos órgãos reguladores e que o aprovarem, sendo que, para o pleno atendimento às normas internacionais de contabilidade, a entidade deve aplicar essas alterações nos períodos anuais com início em, ou após, 1º de janeiro de 2022. Contrato Oneroso - custos de cumprimento de contrato: Um contrato oneroso é um contrato sob o qual os custos inevitáveis de cumprir as obrigações decorrentes do contrato (ou seja, os custos que a empresa não pode evitar porque possui o contrato) excedem os benefícios econômicos esperados a serem recebidos. As alterações especificam que, ao avaliar se um contrato é oneroso ou gerador de perdas, a entidade precisa incluir custos que se relacionam diretamente com um contrato de fornecimento de bens ou serviços, incluindo custos incrementais (por exemplo, os custos de mão de obra direta e materiais) e um alocação de custos diretamente relacionados às atividades do contrato (por exemplo, depreciação de equipamentos usados para cumprir o contrato e custos de gerenciamento e supervisão do contrato). Os custos gerais e administrativos não estão diretamente relacionados dos a um contrato e são excluídos, a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da empresa já que não foi identificado nenhum contrato como oneroso. Referências à Estrutura conceitual: As alterações substituem uma referência a uma versão anterior da Estrutura Conceitual do IASB por uma referência à versão atual emitida em março de 2018 sem alterar significativamente seus requisitos. As alterações adicionam uma exceção ao princípio de reconhecimento da IFRS 3 Business Combinations (equivalente ao CPC 15 (R1) - Combinação de negócios) para evitar a emissão de potenciais ganhos ou perdas do "dia 2" decorrentes de passivos e passivos contingentes que estariam dentro do escopo da IAS 37 Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets (equivalente ao CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes) ou IFRIC 21 Levies, se incorridas separadamente. A exceção exige que as entidades apliquem os critérios da IAS 37 ou IFRIC 21, respectivamente, em vez da Estrutura Conceitual, para determinar se existe uma obrigação presente na data de aquisição. As alterações também adicionam um novo parágrafo à IFRS 3 para esclarecer que os ativos contingentes não se qualificam para reconhecimento na data de aquisição. De acordo com as disposições transitórias, a empresa aplica as alterações prospectivamente, ou seja, para combinações de negócios que ocorram após o início do período de relatório anual em que aplica as alterações pela primeira vez (a data da aplicação inicial). Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Empresa uma vez que não existiam ativos, passivos ou passivos contingentes no âmbito dessas alterações que surgiram durante o período. IFRS 1 First-time Adoption of International Financial Subsidiária como adotante pela primeira vez: A alteração permite que uma subsidiária que opte por aplicar o parágrafo D16(a) da IFRS 1 (equivalente ao CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade) mensurar as diferenças cumulativas de conversão usando os valores reportados nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora, com base na data de transição da controladora para a IFRS, se nenhum ajuste foi feito para consolidação procedimentos e para os efeitos da combinação de negócios em que a controladora adquiriu a controlada. Esta alteração também se aplica a uma coligada ou joint venture que opte por aplicar o parágrafo D16(a) da IFRS 1. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Empresa por não ser uma adotante pela primeira vez. IFRS 9 Financial Instruments - Taxas no teste de "10 por cento" para baixa de passivos financeiros (equivalente ao CPC 48 - Instrumentos Financeiros): A alteração esclarece as taxas que uma entidade inclui ao avaliar se os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos do passivo financeiro original. Essas taxas incluem apenas aquelas pagas ou recebidas entre o mutuário e o credor, incluindo as taxas pagas ou recebidas pelo mutuário ou pelo credor em nome do outro. De acordo com as disposições transitórias, a Companhia aplica a emenda aos passivos financeiros que são modificados ou trocados no ou após o início do período de relatório anual em que a entidade aplica a emenda pela primeira vez (a data da aplicação inicial). Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da empresa, pois não houve modificações nos instrumentos financeiros da empresa durante o período. IAS 41 Agriculture - Tributação em mensuração a valor justo (equivalente ao CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola): A alteração remove a exigência do parágrafo 22 da IAS 41 de que as entidades excluam os fluxos de caixa para tributação ao mensurar o valor justo dos ativos dentro do escopo da IAS 41. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Empresa uma vez que não possuía ativos no âmbito da IAS 41 à data de relato. **b) Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. A Empresa pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. IFRS 17 - Contratos de Seguro: Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (CPC 50 - Contratos de Seguro que substituiu o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Ao entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituiu a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direito e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por: • Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável). • Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. A IFRS 17 e CPC 50 vigoram para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica a Empresa. Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis): Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que significa um direito de postergar a liquidação; • Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação. Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a empresa avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação. Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis): Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de "estimativa contábil". As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, elas esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da empresa. Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis): Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgar políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária. A empresa está atualmente revisando as divulgações das políticas contábeis para confirmar que estão consistentes com as alterações requeridas. Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis): Em maio de 2021, o Conselho divulgou alterações ao IAS 12, que restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial sob o IAS 12, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. As alterações devem ser aplicadas a transações que ocorram nos períodos anuais com início em, ou após o mais antigo período comparativo apresentado. Além disso, no início do mais antigo período comparativo apresentado, um imposto diferido atual (desde que haja um lucro tributável suficiente disponível) e um imposto diferido passivo também devem ser reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas a arrendamentos e obrigações de desmantelamento. A empresa está atualmente avaliando o impacto dessas alterações.

DIRETORIA
Luiz Carlos Borgonovi - Presidente

CONTADOR
Rodrigo Miranda Simões - Contador CRC - ISP 250.809/0-7

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

À Diretoria Executiva e Acionistas da ADS Energias Renováveis S.A. Campinas - SP
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da ADS Energias Renováveis S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos - Demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício anterior examinadas por outro auditor independente:** O exame das demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (saldo de abertura 01 de janeiro de 2021), preparadas originalmente antes dos ajustes decorrentes do CPC 6 (R2) - Arrendamento, foram conduzidos sob a responsabilidade de outro auditor independente, que emitiu relatório de auditoria sem modificação, com data de 27 de abril de 2022 e 20 de abril de 2021,

respectivamente. Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2022, examinamos também os ajustes descritos na nota explicativa 2.1.1 que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2021 e o balanço patrimonial individual e consolidado de 31 de dezembro de 2020 (saldo de abertura 01 de janeiro de 2021). Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e balanço patrimonial individual e consolidado findo em 31 de dezembro de 2020 (saldo de abertura 1 de janeiro de 2021) e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2021 e balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2020 (saldo de abertura 1 de janeiro de 2021) tomados em conjunto. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria

>>>

ADS ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida signifi-

cativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Campinas, 10 de abril de 2023.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S/S Ltda.

CRC SP-027623/F

Cristiane Cléria S. Hilario

Sócia-Contadora CRC-1SP243766/O-8



Constran Internacional Construções S.A.

CNPJ/ME nº 32.239.244/0001-18

Balancos Patrimoniais em 31/12/2022 e 2021 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2022	2021	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2022	2021
Circulante		136.468	114.511	Circulante		8.624	4.411
Caixa e equivalentes de caixa	3.c	5.044	409	Fornecedores		3.263	582
Clientes	4	14.522	3.426	Salários, impostos e contruições a recolher	8	2.976	2.442
Estoques		1.355	-	Provisão de férias e encargos		891	738
Creditos e valores	5	113.886	109.812	Parcelamento de tributos	9	667	649
Outros créditos		1.661	864	Outras obrigações	9	827	-
Não circulante		331.067	335.896	Exigível a longo prazo		11.292	10.309
Realizável a longo prazo		31.382	31.376	Mutuo com partes relacionadas	11	7.518	2.486
Depósitos e garantias		6	-	Conta corrente consórcio	10	1.933	5.068
Mutuo com partes relacionadas	10	31.376	31.376	Parcelamento de tributos	9	1.841	2.755
Imobilizado	6	36.731	41.570	Patrimônio líquido		12.447.619	435.687
Intangível	7	262.954	262.950	Capital social		453.007	453.007
Total do ativo		467.535	450.407	Prejuízos acumulados		(5.388)	(17.320)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas as Demonstrações Financeiras em 31/12/2022 e 2021 (Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional – Constituída em 10/10/2018, como subsidiária integral da Constran S.A. – Construções e Comércio – Em Recuperação Judicial, a Sociedade tem por principais objetivos as atividades da construção civil pesada, entre as quais usinas e barragens, metrô e ferrovias, portos, canais, retificação de rios e aprofundamento de suas calhas, aeroportos, rodovias, pontes e viadutos, sistemas viários urbanos, edificações, saneamento, dutos e linhas de transmissão, podendo participar ainda de consórcios com outras empresas, cujas atividades estão relacionadas ao seu objeto social. **2. Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras – 2.1. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC):** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e pronunciamentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB. **2.2. Estimativas contábeis** – A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos elementos das demonstrações. A liquidação das operações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados. A Companhia revisa suas estimativas e premissas, pelo menos, anualmente. **2.3. Elaboração:** Em 2022 e 2021, a Companhia não apresentou resultados abrangentes, motivo pelo qual não está sendo apresentada essa demonstração. Em 31/03/2023, a Diretoria da Companhia aprovou estas demonstrações financeiras e autorizou a sua divulgação. **3. Resumo das Principais Práticas Contábeis** – As principais práticas contábeis utilizadas na elaboração e apresentação das demonstrações financeiras são: **a. Apuração do resultado:** A Companhia reconhece as receitas dos contratos de construção conforme o estágio de execução de cada contrato. Este critério está definido conforme determinação da IN 21/79 e CPC 17 – POC (percentagem de conclusão). Para determinar o estágio de conclusão é utilizada a proporção do total dos custos incorridos com os serviços executados e o total dos custos orçados dos contratos. O valor das receitas de construção superior as receitas apropriadas são registradas na rubrica Adiantamento de Clientes, no passivo circulante. As receitas de contrato de engenharia de curta duração e demais receitas são registradas quando incorridas obedecendo ao regime de competência. **b. Ativo e passivo circulante e não circulante:** Os direitos e as obrigações são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os rendimentos, os encargos e as variações monetárias incorridas, quando aplicáveis. Aos ativos realizáveis e às obrigações com vencimentos após 12 meses subsequentes à data das demonstrações financeiras são consideradas como não circulantes. **c. Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, as aplicações financeiras normalmente se qualificam como equivalente de caixa quando tem vencimento de três meses ou menos, a contar da data da contratação e as características quanto ao risco e remuneração são similares. **d. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes e os direitos de serviços a faturar, são registrados pelo valor faturado ou medido, ajustado pela provisão para créditos de liquidação duvidosa quando necessária. **e. Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, deduzido da depreciação acumulada, qual é calculada conforme o método linear de forma a alocar os custos aos valores residuais durante a vida útil econômica. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, ao final de cada exercício. **f. Intangível:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **g. Ativo e passivo circulante e não circulante:** Os direitos e as obrigações são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os rendimentos, os encargos e as variações monetárias incorridas, quando aplicáveis. Aos ativos realizáveis e às obrigações com vencimentos após 12 meses subsequentes à data das demonstrações financeiras são consideradas como não circulantes. **h. Reconhecimento dos consórcios:** De acordo com o CPC 19 (R2) – Negócios em Conjunto, as participações em consórcios são classificadas como operação em conjunto e, consequentemente, tem seus ativos, passivos, receitas e despesas reconhecidas linha a linha nas contas do balanço patrimonial e da demonstração do resultado, na proporção do percentual de participação em cada consórcio.

4. Clientes – 2022 2021
Obras próprias 8.309 141
Contra própria 14.522 3.285
Consórcios 11.597 3.426

5. Créditos e Valores – Estão representados basicamente por ações de cobrança, de liquidação de sentença e de indenização, ocorridos em contratos com órgãos públicos, com reivindicação de ressarcimento dos custos incorridos nos referidos contratos, amparado nas condições contratuais e na avaliação jurídica de nossos advogados. **6. Imobilizado**

% taxas anuais de depreciação	2022	2021
Máquinas e equipamentos	10, 20 e 25	41.140 41.819
Veículos	20	211 211
(1) Depreciação		(4.620) (460)
		36.731 41.570

Em 2021 houve a transferência de ativos por parte da sua controladora Constran S.A. Construções e Comércio – Em Recuperação Judicial, no montante de R\$ 39.938, os quais foram utilizados para aumento de capital da Sociedade. **7. Intangível** – O intangível está composto pelo valor do Acervo Técnico correspondente aos Certificados de Atestado Técnico – CAT, do período de 1969-2016, referentes a obras de aeroportos, canais e rios, corredor de ônibus, edificações e obras de arte, energia (centrais hidrelétricas e pequenas centrais hidrelétricas), ferrovias, instalações industriais, metrô, pipelines (minerodutos, oleodutos e gasodutos), portos, rodovias (implantação, manutenção e conservação), sistemas viários (pontes, viadutos e túneis), saneamento (água e esgoto) e urbanização. A avaliação do acervo técnico foi estabelecida a partir do Valor Econômico da Empresa, pelo método do fluxo de caixa descontado. Referidos estudos foram elaborados por empresa de avaliação independente que apurou o valor de R\$ 244.541 em 2018, posteriormente incrementado por R\$ 10.859 em 2020 e R\$ 7.550 em 2021, os quais foram utilizados para aumento de capital da Sociedade pela sua controladora Constran S.A. Construções e Comércio – Em Recuperação Judicial.

8. Salários Impostos e Contribuições a Recolher

	2022	2021
Impostos sobre a receita	1.705	660
Impostos retidos	235	205
Encargos sociais	488	603
Salários a pagar	548	974
Total	2.976	2.442

9. Parcelamento de Tributos – A Companhia aderiu ao parcelamento na Secretaria da Receita Federal e Procuradoria-Geral da fazenda Nacional, para débitos de imposto de renda, contribuição social, débitos previdenciários e não previdenciários. **10. Conta Corrente Consórcios** – Os saldos referem-se as operações com consórcios os quais a Companhia participa, e são relativos a aportes e devoluções de recursos, locação de equipamentos e reembolso de despesas. A Companhia participava com 50% no Consórcio Lapa Pirituba para construção de viaduto ligando os bairros da Lapa à Pirituba sobre o Rio Tietê, na cidade de São Paulo. Em dezembro de 2022, a Sociedade substituiu sua controladora Constran S/A Construções e Comércio no Consórcio Constran-EIT – Rochdale, contratado para execução de obras de urbanização, pavimentação, drenagem e obras de artes especiais em Osasco/SP, com participação de 55% no referido consórcio. Vide nota 15. **11. Partes Relacionadas** – Representados por contratos de mútuo entre empresas do grupo, mantido o registro pelo valor de custo, sem atualização monetária e prazo de vencimento. **12. Patrimônio Líquido** – O Capital Social é de R\$ 453.007 (R\$ 367.288 em 2021), representado por 453.007.294 ações ordinárias nominativas (367.288.284 em 2021) no valor nominal de R\$ 1,00 cada, totalmente subscrito e integralizado.

13. Receita Operacional Líquida

	2022	2021
Mercado interno	13.786	3.781
Impostos Incidentes	(1.276)	(186)
Receita operacional líquida	12.510	3.595

14. Demonstração do Resultado por Natureza

	2022	2021
Custo das vendas e dos serviços prestados	7.770	(2.706)
Despesas administrativas	6.212	(1.985)
Total	13.982 (4.691)	(2.021)

Despesas com pessoal (2.458) (3.130)
Custos com material de aplicação e revenda (1.581) (26)
Custos dos serviços de terceiros e subempreiteira (2.462) (601)
Outros custos e despesas (2.598) (476)
Encargos de depreciação (4.884) (458)
Total (13.982) (4.691)

15. Ganho de Capital – Refere-se ao ganho gerado pelo ingresso da Sociedade no Consórcio Constran – EIT-Rochdale, ocorrida em dezembro de 2022, com 55% de participação, nos termos da 4ª alteração do instrumento particular de constituição do referido consórcio, registrado em 16/12/2022. Vide nota 10. **16. Cobertura de Seguros (não auditados)** – A Companhia adota a política de contratar cobertura de

Demonstrações dos Resultados Exercícios findos em 31/12/2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	Nota	2022	2021
Receita operacional líquida		13.125.111	3.595
Custos dos serviços prestados	14 (7.770)	(2.706)	
Resultado Bruto		4.741	889
Despesas/ Receitas operacionais			
Administrativas	14 (6.212)	(1.985)	
Outras receitas	15 12.995	-	
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro		6.783 (1.985)	
Despesas financeiras		(700)	(891)
Receitas financeiras		1.108	2
Resultado financeiro		408	(889)
Lucro Líquido (prejuízo) do exercício		11.932 (1.985)	
Prejuízo do exercício por ação do capital social		0,0263 (0,0044)	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios findos em 31/12/2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 01/01/2021	367.288	(15.333)	351.955
Aumento do Capital Social	85.719	-	85.719
Prejuízo do exercício	-	(1.985)	(1.985)
Saldos em 31/12/2021	453.007	(17.320)	435.687
Lucro líquido do exercício	-	11.932	11.932
Saldos em 31/12/2022	453.007	(5.388)	447.619

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios findos em 31/12/2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais	2022	2021
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	11.932	(1.985)
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício:		
Ganho de Capital	(12.995)	-
Depreciação/amortização	4.205	458
Resultado ajustado	3.142	(1.527)
Variações nos ativos e passivos operacionais:		
Clientes	(11.096)	(2.890)
Estoques	(1.355)	-
Creditos e valores	(4.074)	-
Outros créditos	(797)	(35)
Depósitos e garantias	(6)	-
Fornecedores	2.681	(3.372)
Salários, impostos e contruições a recolher	(362)	1.485
Provisão de férias e encargos	153	99
Conta corrente consórcio	(3.135)	307
Outros créditos	827	-
Fluxo de caixa consumido nas atividades operacionais	(14.022)	(2.333)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	2022	2021
Ingresso em Consórcio em andamento	12.995	-
Adições ao imobilizado, intangível e investimento	630	(47.487)
Recursos gerados consumidos nas atividades de investimentos	13.625 (47.487)	
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	2022	2021
Mutuo com partes relacionadas	5.032	(35.745)
Aumento de capital	-	85.719
Recursos líquidos gerados nas atividades de financiamentos	5.032 49.974	
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	4.635 154	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	409	255
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5.044	409
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	4.635 154	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Na opinião da Administração, todos os ativos e as responsabilidades de valores relevantes e de alto risco estão cobertos por seguros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis e, consequentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes. **17. Instrumentos Financeiros** – Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31/12/2022 são como segue: **a)** Em 31/12/2022, a Companhia não tinha nenhum contrato de troca de índices ("swaps") ou que envolvesse operações com instrumentos derivativos e não possuía contratos em moeda estrangeira. **b)** A Companhia não está exposta a taxas de juros flutuantes, visto não haver financiamentos vigentes. As taxas de juros nas aplicações financeiras são, na maioria, vinculadas à variação do CDI. **c)** Os instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito consistem primariamente em aplicações financeiras e contas a receber. **d)** Em 31/12/2022, o valor de mercado dos instrumentos financeiros, representados substancialmente por contas a receber, fornecedores e obrigações tributárias, equivale ao valor contábil registrado nas demonstrações financeiras. A Companhia possui instrumentos financeiros não-derivativos como aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e outras dívidas. **18. Eventos Subsequentes** – A Sociedade avaliou os acontecimentos entre a data base das presentes demonstrações financeiras e a data de divulgação das mesmas e não encontrou eventos subsequentes a serem divulgados nas linhas gerais das normas contábeis pertinentes ao assunto. Constran Internacional.

José Roberto Maluf Moussalli – Diretor Presidente
David de Jesus Silva – Diretor
Eduardo dos Reis Souza – Contador CRC 1MG 091.757/0-0

Preços de commodities devem cair em 2023, mas seguirão acima da média, diz Banco Mundial



O Banco Mundial espera que os preços globais de commodities caiam 21% neste ano em relação a 2022. Caso se confirme, este será o ritmo mais rápido desde o início da pandemia da covid-19. O cenário dificulta as perspectivas de crescimento de quase dois terços das economias em desenvolvimento que dependem da exportação de commodities, afirma o Banco Mundial, em relatório divulgado na quinta-feira. Apesar da queda projetada, os preços de grandes grupos de commodities vão continuar bem acima das médias de 2015-2019, apontou.

Já os preços de alimentos deverão ter queda de 8%, mas continuar no segundo maior nível desde 1975 — o que significa pouco alívio para as 350 milhões de pessoas em insegurança alimentar no mundo, afirma o Banco Mundial. “Governos devem evitar restrições comerciais e proteger seus cidadãos mais pobres, usando programas direcionados de apoio à renda em vez de controle de preços”, defende Indermit Gill, economista-chefe e vice-presidente sênior para Economia de Desenvolvimento do Banco Mundial.

A organização projeta queda de 26% nos preços de energia. O barril do petróleo Brent deverá custar em média US\$ 84 neste ano, 16% a menos que a média de 2022. CNN

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça um orçamento conosco:

comercial@datamercantil.com.br

Publicidade Legal

CL Guarulhos II Empreendimento Imobiliário SPE S.A.

CNPJ/MF nº 39.407.083/0001-73

Relatório de Administração

Senhores Acionistas: Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas as Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, que foram discutidas e revisadas pela Administração. Estas demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e refletem a posição patrimonial e os resultados apurados. As notas explicativas completas encontram-se à disposição na sede da Companhia. São Paulo, 28 de abril de 2023.

A Administração.

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em Reais)			
Ativo	2022	2021	
Ativo circulante	69.703.904	9.022.831	
Caixa e equivalentes de caixa	25.084.979	1.219.609	
Adiantamentos de terceiros	2.797	-	
Tributos a recuperar	15.474	797	
Estoques	38.072.986	1.302.426	
Despesas antecipadas	27.668	-	
Empréstimos	6.500.000	6.500.000	
Ativo não circulante	40.701	-	
Despesas antecipadas	32.216	-	
Imobilizado	9.606	-	
Depreciação	(1.121)	-	
Total do ativo	69.744.605	9.022.831	
Passivo e patrimônio líquido	69.744.605	9.022.831	
Passivo circulante	833.613	3.695	
Fornecedores	455.079	-	
Obrigações trabalhistas e tributárias	373.874	3.695	
Provisões trabalhistas	4.660	-	
Passivo não circulante	68.114.959	9.215.036	
Obrigações com investidores - SCP	68.114.959	9.215.036	
Patrimônio líquido	796.033	(195.900)	
Capital social	10.000	10.000	
Prejuízos acumulados	786.033	(205.900)	
Total do passivo e patrimônio líquido	69.744.605	9.022.831	
Demonstrações do Resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em Reais)	2022	2021	
Despesas operacionais	(245.739)	(64.043)	
Despesas administrativas e gerais	(245.739)	(64.043)	
Despesas tributárias	(2.232)	(1.679)	
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	
Resultado líquido do exercício	991.933	(55.545)	

Cláudio Kluger - Diretor

Daniel Pereira - CRC-SP 128.326/O-3

C.L.G. Empreendimento Imobiliário - SPE S.A.

CNPJ/MF nº 09.126.928/0001-91

Relatório de Administração

Senhores Acionistas: Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas as Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, que foram discutidas e revisadas pela Administração. Estas demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e refletem a posição patrimonial e os resultados apurados. As notas explicativas completas encontram-se à disposição na sede da Companhia. São Paulo, 28 de abril de 2023.

A Administração.

Balancos patrimoniais - Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em Reais)			
Ativo	2022	2021	
Ativo circulante	1.068.782	1.103.796	
Caixa e equivalentes de caixa	1.068.782	1.103.796	
Contas a receber	4.402.003	2.438.659	
Créditos diversos	-	24.328	
Tributos a recuperar	3.506	3.506	
Total do ativo circulante	5.474.291	3.570.289	
Ativo não circulante	-	13.032	
Depósitos judiciais	-	13.032	
Sociedade em conta de participação	31.852.080	31.852.080	
Propriedade para investimento	93.040.771	93.040.771	
Total do ativo não circulante	124.892.851	124.905.883	
Total do ativo	130.367.143	128.476.172	
Passivo e patrimônio líquido	130.367.143	128.476.172	
Passivo circulante	1.905.966	1.663.926	
Fornecedores	2.170	1.804	
Obrigações trabalhistas e tributárias	531.063	398.724	
Contas a pagar	1.372.734	1.262.880	
Adiantamento de clientes	-	517	
Total do passivo circulante	1.905.966	1.663.926	
Passivo não circulante	31.852.080	31.852.080	
Obrigações com investidores - SCP	31.852.080	31.852.080	
Patrimônio líquido	96.609.096	94.960.167	
Capital social	93.303.578	93.303.578	
Reserva legal	2.230.623	1.530.427	
Reserva de lucros	1.074.895	126.162	
Total do patrimônio líquido	96.609.096	94.960.167	
Total do passivo e patrimônio líquido	130.367.143	128.476.172	
Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em Reais)	2022	2021	
Fluxo de caixa líquido gerado nas atividades operacionais	12.319.982	12.716.021	
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	(12.354.996)	(11.913.582)	
Fluxo de caixa consumido nas atividades de financiamento	(12.354.996)	(11.913.582)	
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(35.015)	802.439	
Caixa e equivalentes de caixa	1.103.796	301.357	
No início do exercício	1.103.796	301.357	
No final do exercício	1.068.782	1.103.796	
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(35.015)	802.439	
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em Reais)	2022	2021	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	93.303.578	94.522.993	
Lucro líquido do exercício	-	7.706.170	
Distribuição de lucros	-	(7.268.997)	
Constituição de reserva legal	-	(385.309)	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	93.303.578	1.530.427	
Lucro líquido do exercício	-	14.003.926	
Distribuição de lucros	-	(12.354.996)	
Constituição de reserva legal	-	(700.196)	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	93.303.578	2.230.623	
Capital social	93.303.578	93.303.578	
Reserva legal	1.530.427	1.530.427	
Reserva de lucros	74.297	74.297	
Total do patrimônio líquido	94.522.993	94.522.993	

Cláudio Kluger - Diretor

Ronaldo Pires da Silva - CRC-SP 164.536/O-7

CLGA Centro Logístico Guarulhos Aeroporto Empreendimentos Imobiliários S.A.

CNPJ/MF nº 49.035.686/0001-45

Relatório de Administração

Senhores Acionistas: Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas as Demonstrações Contábeis, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, que foram discutidas e revisadas pela Administração. Estas demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e refletem a posição patrimonial e os resultados apurados. São Paulo, 28 de abril de 2023.

A Administração.

Balancos Patrimoniais - Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em Reais)			
Ativo	2022	2021	
Ativo circulante	6.682.303	6.266.329	
Caixa e equivalentes de caixa	3.209.154	2.495.637	
Contas a receber	3.473.150	3.677.025	
Créditos diversos	-	93.667	
Total do ativo circulante	6.682.303	6.266.329	
Ativo não circulante	7.682	7.682	
Depósitos judiciais	7.682	7.682	
Partes relacionadas	2.142.783	2.083.783	
Propriedade para investimento	168.588.995	168.588.995	
Total do ativo não circulante	170.739.459	170.680.459	
Total do ativo	177.421.763	176.946.788	
Passivo e patrimônio líquido	177.421.763	176.946.788	
Passivo circulante	4.719.354	4.186.918	
Fornecedores	1.603	6.471	
Obrigações trabalhistas e tributárias	1.191.659	1.066.174	
Contas a pagar	3.526.092	3.114.273	
Total do passivo circulante	4.719.354	4.186.918	
Patrimônio líquido	172.702.409	172.759.870	
Capital social	23.830.990	23.830.990	
Reserva de capital	144.758.005	144.758.005	
Reserva legal	3.844.166	2.376.574	
Reserva de lucros	269.248	1.794.301	
Total do patrimônio líquido	172.702.409	172.759.870	
Total do passivo e patrimônio líquido	177.421.763	176.946.788	
Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em Reais)	2022	2021	
Fluxo de caixa líquido gerado nas atividades operacionais	30.181.817	26.465.343	
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	(29.468.300)	(26.066.360)	
Fluxo de caixa consumido nas atividades de financiamento	(29.468.300)	(26.066.360)	
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	713.517	398.983	
Caixa e equivalentes de caixa	2.495.637	2.096.654	
No início do exercício	2.495.637	2.096.654	
No final do exercício	3.209.154	2.495.637	
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	713.517	398.983	
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em Reais)	2022	2021	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	19.162.213	93.080.833	
Lucro líquido do exercício	-	26.211.611	
Aumento de capital	4.668.777	-	
Constituição de reserva de capital	-	51.677.172	
Constituição de reserva legal	-	1.310.581	
Distribuição de lucros	-	(24.821.727)	
Destinação para reserva de lucros	-	(79.303)	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	23.830.990	144.758.005	
Lucro líquido do exercício	-	29.351.839	
Constituição de reserva legal	-	1.467.592	
Distribuição de lucros	-	(1.525.053)	
Movimentação	-	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	23.830.990	144.758.005	
Capital social	23.830.990	23.830.990	
Reserva de capital	144.758.005	144.758.005	
Reserva legal	1.065.994	1.065.994	
Reserva de lucros	1.714.999	1.714.999	
Total do patrimônio líquido	172.702.409	172.759.870	

Cláudio Kluger - Diretor

Ronaldo Pires da Silva - CRC-SP 164536/O-7

Juros: Taxas curtas sobem e longas caem com dados locais, câmbio e STJ



Os juros futuros de curto e médio prazo fecharam em alta e os longos, com viés de queda. Apesar do tombo do IGP-M de abril, a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) e o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) surpreenderam para cima, alimentando a convicção sobre a manutenção da Selic em 13,75% no Copom da próxima semana e limitando o espaço para a flexibilização das taxas até o miolo. Os longos tiveram alívio com a valorização do câmbio e a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ontem, favorável ao governo no julgamento sobre benefícios fiscais, a despeito da pressão dos Treasuries e do leilão do Tesouro com lote e risco mais elevados.

A taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2024 fechou em 13,24%, de 13,21% ontem no ajuste, e a do DI para janeiro de 2025 subiu de 11,84% para 11,94%. O DI para janeiro de 2027 encerrou com taxa de 11,72%, de 11,70%, e o DI para janeiro de 2029, com taxa de 12,03%, de 12,07%.

A agenda e o noticiário interno estabeleceram um jogo de forças que seguiu as taxas relativamente perto dos ajustes durante todo o dia, mas com alternância de leve sinal positivo e negativo até o trecho intermediário. Os longos, por sua vez, percorreram a jornada com queda moderada, na contramão da abertura da curva americana. IstoéDinheiro

Dólar volta a romper R\$ 5,00 com decisão de STJ e apetite a risco lá fora



Já em baixa firme pela manhã com diminuição dos riscos fiscais na esteira da decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) favorável ao governo e de sinais de entrosamento entre o Banco Central e o ministério da Fazenda, o dólar à vista acentuou o ritmo de queda ao longo da tarde de quinta-feira, 27, e voltou a romper o piso psicológico de R\$ 5,00.

Esse movimento se deu em linha com o ambiente mais propício ao risco no exterior, que impulsionou divisas emergentes e de países exportadores de commodities. Termômetro do comportamento do dólar frente a seis moedas fortes, o índice DXY – que havia subido com força pela manhã após divulgação do PIB dos EUA do primeiro trimestre abaixo do esperado e da aceleração do índice de preços de gastos com consumo (PCE) – praticamente zerou os ganhos ao longo da tarde.

Com renovação de sucessivas mínimas nas duas últimas horas de negócios, a moeda desceu até R\$ 4,9707 (-1,71%). No fim da sessão, o dólar recuava 1,52%, cotado a R\$ 4,9802 – menor valor de fechamento e abaixo de R\$ 5,00 desde o último dia 18 (R\$ 4,9759). Após o tombo de hoje, o dólar passou a acumular desvalorização de 1,74% em abril. O real apresentou hoje o melhor desempenho frente à moeda americana entre as divisas globais mais relevantes.

Operadores relataram forte pressão vendedora no mercado futuro de câmbio, com desmonte de posições defensivas e início de rolagem de contratos, na véspera da formação da última taxa Ptax do mês.

IstoéDinheiro

CLO Rodoanel Osasco SPE S/A

CNPJ/MF nº 29.967.703/0001-75

Relatório de Administração

Senhores Acionistas: Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas as Demonstrações Financeiras, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, que foram discutidas e revisadas pela Administração. Estas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e refletem a posição patrimonial e os resultados apurados. São Paulo, 28 de abril de 2023.

A Administração.

Balancos Patrimoniais – Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em Reais)						
Ativo	2022	2021	Passivo e patrimônio líquido	2022	2021	
Ativo circulante	3.814.276	3.096.312	Passivo circulante	2.705.071	2.894.381	
Caixa e equivalentes de caixa	2.314.276	2.447.652	Obrigações trabalhistas e tributárias	750.406	775.981	
Contas a receber	1.500.000	520.000	Contas a pagar	1.816.403	2.118.300	
Partes relacionadas	-	128.660	Adiantamento de clientes	138.263	-	
Ativo não circulante	154.034.158	126.770.000	Partes relacionadas	-	100	
Propriedade para investimento	154.034.158	126.770.000	Patrimônio líquido	155.143.362	126.971.931	
Total do ativo	157.848.434	129.866.312	Capital social	126.772.000	126.772.000	
Demonstrações do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em Reais)						
	2022	2021		2022	2021	
Receita com locação de imóveis	22.086.830	8.888.262	Reserva de capital	27.264.158	198.247	
(-) Tributos incidentes	(787.167)	(305.442)	Reserva legal	1.072.160	198.247	
Receita líquida	21.299.663	8.582.820	Reserva de lucros	35.044	1.684	
Despesas operacionais			Total do passivo e patrimônio líquido	157.848.434	129.866.312	
Despesas administrativas e gerais	(7.607.280)	(6.413.176)	Despesas financeiras	(7.795)	(1.567)	
Despesas tributárias	233.329	(174.765)	Receitas financeiras	155.191	2.790	
Outras receitas e despesas	5.780.333	3.378.183	Resultado financeiro	147.396	1.223	
Resultado operacional	19.706.046	5.373.062	(=) Resultado antes do IRPJ e da CSLL	19.853.442	5.374.285	
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31/12/2022 e de 2021 (Valores expressos em Reais)						
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2020	34.500.000	-	-	-	4.484.931	34.500.000
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	-	-	-	-	4.484.931	4.484.931
Aumento de capital	92.272.000	-	-	-	-	92.272.000
Constituição de reserva legal	-	-	198.247	-	(198.247)	-
Distribuição de lucros	-	-	-	-	(4.285.000)	(4.285.000)
Destinação para reserva de lucros	-	-	-	1.684	(1.684)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	126.772.000	198.247	1.684	1.684	-	126.971.931
Aumento de reserva de capital	-	27.264.158	-	-	27.264.158	27.264.158
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	-	-	-	-	17.478.273	17.478.273
Constituição de reserva legal	-	-	873.914	-	(873.914)	-
Distribuição de lucros	-	-	-	-	(16.571.000)	(16.571.000)
Destinação para reserva de lucros	-	-	-	33.360	(33.360)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	126.772.000	27.264.158	1.072.160	35.044	-	155.143.362

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Valores expressos em Reais)
 1. Contexto Operacional – A companhia é uma sociedade de capital fechado, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1336, Conj. 41 e 42, na cidade de São Paulo, SP e tem por objetivo e propósito específico a locação e administração de bens próprios, composto por 36 unidades autônomas “galpões” do condomínio denominado CLO Centro Logístico Osasco, localizado na Avenida Leonil Crê Bortolosso, nº945, Bairro São Pedro, Osasco-SP. 2. Base de preparação – As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo as normas e definições do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e autorizada pela Administração em 28 de abril de 2023.

Renato Kluger – Diretor
Daniel Pereira – CRC-SP 128.326/0-3

CLP – Rodoanel Empreendimentos Imobiliários S.A.

CNPJ/MF nº 19.381.521/0001-64

Relatório de Administração

Senhores Acionistas: Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas as Demonstrações Financeiras, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, que foram discutidas e revisadas pela Administração. Estas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e refletem a posição patrimonial e os resultados apurados. São Paulo, 28 de abril de 2023.

A Administração.

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em Reais)								
Ativo	2022	2021	Passivo e patrimônio líquido	2022	2021			
Ativo circulante	446.073	1.133.877	Passivo circulante	2.907.555	1.162.030			
Caixa e equivalentes de caixa	446.073	121	Fornecedores	1.654	-			
Estoques de imóveis	-	1.133.316	Obrigações trabalhistas e tributárias	41.228	-			
Créditos diversos	-	440	Contas a pagar	1.840.342	-			
Ativo não circulante	39.877.826	-	Partes relacionadas	1.024.330	1.162.030			
Propriedade para investimento	39.877.826	-	Passivo não circulante	37.742.290	-			
Total do ativo	40.323.899	1.133.877	Permuta de imóveis	37.742.290	-			
Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em Reais)								
	2022	2021		2022	2021			
Atividades operacionais	(262.753)	(6.166)	Fluxo de caixa aplicado das atividades de investimento	(2.135.536)	-			
Resultado antes do IRPJ e da CSLL	(262.753)	(6.166)	Fluxo de caixa das atividades de financiamento	(137.700)	969.900			
Aumento/(redução) no ativo:			Fluxo de caixa proveniente (consumido) nas atividades de financiamento	(137.700)	969.900			
Estoques de imóveis	1.133.316	(963.356)	Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	445.952	46			
Créditos diversos	440	-	Caixa e equivalentes de caixa					
Aumento/(redução) no passivo:			No início do exercício	121	75			
Fornecedores	1.654	-	No final do exercício	446.073	121			
Obrigações trabalhistas e tributárias	41.228	(332)	Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	445.952	46			
Contas a pagar	1.840.342	-	Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Expressos em Reais)					
Fluxo de caixa gerado (consumido) nas atividades operacionais	2.754.228 (969.854)	-	Rodoanel, localizado na Raimundo Pereira de Magalhães, 18.500, Perus-SP. 2. Base de preparação – As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo as normas e definições do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e autorizada pela Administração em 28 de abril de 2023.					
Fluxo de caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais	2.719.188 (969.854)	-						
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(2.135.536)	-						
Propriedade para investimento	(2.135.536)	-						
Saldos em 31/12/2020	11.751	(33.739)	Saldos em 31/12/2020	11.751	(33.739)	(21.987)		
Prejuízo líquido do exercício	-	(6.166)	Prejuízo líquido do exercício	-	(6.166)	(6.166)		
Saldos em 31/12/2021	11.751	(39.905)	Saldos em 31/12/2021	11.751	(39.905)	(28.153)		
Prejuízo líquido do exercício	-	(297.793)	Prejuízo líquido do exercício	-	(297.793)	(297.793)		
Saldos em 31/12/2022	11.751	(337.697)	Saldos em 31/12/2022	11.751	(337.697)	(325.946)		

Claudio Kluger – Diretor

Daniel Pereira – CRC-SP 128.326/0-3

Dutra Logística Empreendimento Imobiliário S.A.

CNPJ/MF nº 41.866.850/0001-54

Relatório de Administração

Senhores Acionistas: Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas as Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, que foram discutidas e revisadas pela Administração. Estas demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e refletem a posição patrimonial e os resultados apurados. As notas explicativas completas encontram-se à disposição na sede da Companhia. São Paulo, 28 de abril de 2023.

A Administração.

Balancos Patrimoniais – Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em Reais)					
Ativo	2022	2021	Passivo e patrimônio líquido	2022	2021
Ativo circulante	1.215.276	8.135.024	Passivo circulante	75.705	24.277.792
Caixa e equivalentes de caixa	1.189.225	8.129.993	Obrigações trabalhistas e tributárias	7.616	1.994
Contas a receber	4.010	4.010	Contas a pagar	68.090	24.275.798
Tributos a recuperar	22.041	1.021	Passivo não circulante	71.982.918	19.342.483
Ativo não circulante	68.342.459	34.236.469	Obrigações com investidores – SCP	71.982.918	19.342.483
Investimentos	68.342.459	34.236.469	Patrimônio líquido	(2.500.888)	(1.248.782)
Total do ativo	69.557.735	42.371.493	Capital social	10.000	10.000
Demonstrações do Resultado Abrangente – Exercícios findos em 31/12/2022 e de 2021 (Valores expressos em Reais)					
	2022	2021	Demonstrações do Resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em Reais)		
Prejuízo líquido do exercício	(1.252.106)	(1.258.782)		2022	2021
Outros resultados abrangentes	-	-	Despesas operacionais		
Resultado abrangente do período	(1.252.106)	(1.258.782)	Despesas administrativas e gerais	(1.691.851)	(665.581)
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios findos em 31/12/2022 e de 2021 (Valores expressos em Reais)					
	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido		
Saldos em 31/12/2021	10.000	(1.258.782)	10.000	(1.258.782)	(1.258.782)
Prejuízo líquido do exercício	-	(1.252.106)	Despesas financeiras	(15.434)	(1.040)
Saldos em 31/12/2022	10.000	(2.510.888)	Receitas financeiras	420.339	13.645
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Valores expressos em Reais)					
1. Contexto Operacional – A companhia é uma sociedade de capital fechado, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1336, Conj. 41 e 42, na cidade de São Paulo, SP e tem por objetivo e propósito específico o investimento e participação nos empreendimentos próprios.					
2. Base de preparação – As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo as normas e definições do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e autorizada pela Administração em 28 de abril de 2023.					
Cláudio Kluger – Diretor			Daniel Pereira – CRC-SP 128.326/0-3		

Publicidade Legal

C.L.R. Empreendimento Imobiliário – SPE S.A.

CNPJ/MF nº 13.019.293/0001-09

Relatório de Administração

Senhores Acionistas: Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas as Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, que foram discutidas e revisadas pela Administração. Estas demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e refletem a posição patrimonial e os resultados apurados. As notas explicativas completas encontram-se à disposição na sede da Companhia. São Paulo, 28 de abril de 2023.

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em Reais)			
	2022	2021	
Ativo			Passivo e patrimônio líquido
Ativo circulante	2.898.290	2.501.534	Passivo circulante
Caixa e equivalentes de caixa	301.795	191.693	Fornecedores
Contas a receber	2.596.494	2.269.024	Obrigações trabalhistas e tributárias
Créditos diversos	-	40.818	Contas a pagar
Ativo não circulante	57.138.811	57.138.811	Partes relacionadas
Depósitos judiciais	14.150	14.150	Passivo não circulante
Partes relacionadas	82.200	82.200	Obrigações com investidores – SCP
Propriedade para investimento	57.042.461	57.042.461	Patrimônio líquido
Total do ativo	60.037.101	59.640.346	Capital social
			Reserva legal
			Reserva de lucros
			Total do passivo e patrimônio líquido
			60.037.101
			59.640.346

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em Reais)			
	2022	2021	
Atividades operacionais			Fluxo de caixa das atividades de financiamento
Resultado antes do IRPJ e da CSLL	7.012.096	5.679.123	Distribuições de lucro
Aumento/(redução) no ativo:			Partes relacionadas
Contas a receber	(327.470)	(228.799)	Fluxo de caixa consumido nas atividades de financiamento
Créditos diversos	40.818	(40.510)	(5.987.758)
Depósitos judiciais	-	5.124	Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa
Aumento/(redução) no passivo:			110.103
Fornecedores	90.935	2.135	Caixa e equivalentes de caixa
Obrigações trabalhistas e tributárias	13.289	27.163	No início do exercício
Contas a pagar	63.676	(64.188)	191.693
Fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais	6.893.343	5.380.047	No final do exercício
Imposto de renda e contribuição social	(795.482)	(686.537)	301.795
Fluxo de caixa líquido gerado nas atividades operacionais	6.097.860	4.693.510	Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa
			110.103
			(26.520)

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em Reais)					
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2020	53.935.526	573.184	24.825	-	54.533.535
Lucro líquido do exercício	-	-	-	4.992.586	4.992.586
Constituição de reserva de legal	-	249.629	-	(249.629)	-
Distribuição de lucros	-	-	-	(4.686.025)	(4.686.025)
Destinação para reserva de lucros	-	-	56.931	(56.931)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	53.935.526	822.813	81.756	-	54.840.096
Lucro líquido do exercício	-	-	-	6.216.613	6.216.613
Constituição de reserva de legal	-	310.612	-	(310.612)	-
Distribuição de lucros	-	-	(81.756)	(5.906.001)	(5.987.758)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	53.935.526	1.133.425	-	-	55.068.951

Ibovespa interrompe série negativa e sobe 0,60%, aos 102,9 mil pontos



O Ibovespa conseguiu se firmar no positivo à tarde, acompanhando muito à distância a acentuação de ganhos em Nova York, que chegaram a 2,43% no fechamento (Nasdaq), em dia de reação a balanços como o da Meta, bem recebidos nos EUA e na Europa. Os resultados corporativos se impuseram à decepção com o PIB americano no primeiro trimestre e também à cautela quanto ao núcleo do PCE – métrica de inflação ao consumidor preferida do Federal Reserve, que volta a se reunir na próxima semana para deliberar sobre os juros de referência dos Estados Unidos.

Aqui, o desempenho de Petrobras (ON -2,66%, PN -2,43%), embora amenizado no meio da tarde em relação ao visto no início da etapa vespertina, impediu recuperação mais consistente do índice da B3, apesar dos ganhos bem distribuídos pelas ações e os setores de maior peso e liquidez. Vale ON subiu 2,12% mesmo com a frustração dos investidores quanto ao balanço do primeiro trimestre, divulgado na noite anterior. E os ganhos entre os grandes bancos atingiram 1,93% (Bradesco PN) no encerramento do dia. Destaque também para BTG Pactual (+3,35%), quinta maior alta da carteira Ibovespa na sessão, pouco atrás de Soma (+4,27%) e de Locaweb (+3,91%).

Assim, vindo de três perdas consecutivas, o Ibovespa subiu quinta 0,60%, aos 102.923,31 pontos, tendo oscilado entre 101.975,35 e 103.177,38, após abertura aos 102.309,98 pontos. O giro se manteve moderado nesta penúltima sessão do mês, a R\$ 22,5 bilhões. Na semana, o Ibovespa recua 1,38%, limitando os ganhos acumulados em abril a 1,02% – ontem, estavam abaixo de 0,5%. No ano, cai 6,21%. IstoÉDinheiro

D.C.A. Empreendimento Imobiliário – SPE S.A.

CNPJ/MF nº 23.149.253/0001-27

Relatório de Administração

Senhores Acionistas: Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas as Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, que foram discutidas e revisadas pela Administração. Estas demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e refletem a posição patrimonial e os resultados apurados. As notas explicativas completas encontram-se à disposição na sede da Companhia. São Paulo, 28 de abril de 2023.

Balancos patrimoniais – Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em Reais)			
	2022	2021	
Ativo			Passivo e patrimônio líquido
Ativo circulante	202.212	202.163	Passivo circulante
Caixa e equivalentes de caixa	33	28	Obrigações trabalhistas e tributárias
Partes relacionadas	201.969	201.969	Patrimônio líquido
Tributos a recuperar	210	167	Capital social
Ativo não circulante	109.993.323	110.021.330	Reserva de capital
Investimentos	109.993.323	110.021.330	Reserva legal
Total do ativo	110.195.535	110.223.493	Reserva de lucros
			Total do passivo e patrimônio líquido
			110.195.535
			110.223.493

Demonstrações do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em Reais)			
	2022	2021	
Receitas/Despesas operacionais			Receitas financeiras
Despesas administrativas e gerais	(5.901)	(10.372)	845
Despesas tributárias	(195)	(178)	Resultado financeiro
Resultado de equivalência patrimonial	13.800.237	14.448.577	(28)
Outras receitas e despesas	-	-	(=) Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social
13.794.140	14.438.028	13.794.112	14.437.207
Despesas financeiras	(873)	(821)	Imposto de Renda e Contribuição Social
			(203)
			Lucro (Prejuízo) líquido do exercício
			13.793.909
			14.437.207

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em Reais)					
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2020	31.577.302	75.784.698	689.976	440.024	108.492.000
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	-	-	-	14.437.207	14.437.207
Constituição de reserva legal	-	-	721.860	(721.860)	-
Distribuição de lucros	-	-	-	(12.705.715)	(12.705.715)
Destinação para reserva de lucros	-	-	-	(1.009.632)	(1.009.632)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	31.577.302	75.784.698	1.411.836	1.449.657	110.223.493
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	-	-	-	13.793.909	13.793.909
Constituição de reserva legal	-	-	655.200	(655.200)	-
Distribuição de lucros	-	-	-	(683.234)	(683.234)
Movimentação	-	-	-	(13.138.710)	(13.138.710)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	31.577.302	75.784.698	2.067.036	766.423	110.195.459

MBR Participações S.A.

CNPJ nº 33.363.225/0001-61

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Srs. Acionistas, em cumprimento às exigências legais e estatutárias, submetemos à vossa apreciação o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras do período de 01/01/2022 à 31/12/2022. As Demonstrações Financeiras completas encontram-se a sua disposição na sede da empresa. São Bernardo do Campo, 31/12/2022

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 1º de janeiro de 2022 à 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em Reais)			
BALANÇOS PATRIMONIAIS		DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	
	2022	2021	
Ativo			Receita operacional líquida
Circulante	2.421.857	2.423.507	424.102
Caixa e equivalentes de caixa	2.343	11.013	(-) Custos operacionais
Outras contas	2.419.513	2.412.494	(61.080)
Não circulante	209.767	-	Lucro operacional bruto
Imobilizado	209.767	-	363.022
Total do ativo	2.631.623	2.423.507	(+/-) Receitas/Despesas operacionais:
			(6.661)
			Prejuízo operacional antes do resultado financeiro
			356.361
			(65.075)
			Receitas financeiras
			(4.004)
			(6.694)
			Prejuízo antes da provisão para o IRPJ e CSLL
			352.357
			(71.681)
			(-) IRPJ e CSLL
			(33.795)
			Prejuízo do exercício
			318.562
			(82.614)

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Capital social	Reserva de Lucros	Total
Saldos em 31/12/2020	1.500	(1.424)	76
Aumento de Capital	1.880.169	-	1.880.169
Lucro do exercício	-	(82.614)	(82.614)
Saldos em 31/12/2021	1.881.669	(84.038)	1.797.631
Lucro do exercício	-	318.562	318.562
Saldos em 31/12/2022	1.881.669	234.524	2.116.193

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA			
	2022	2021	
Total dos fluxos de caixa das atividades operac.	319.230	(2.485.932)	
Total dos fluxos de caixa das atividades de investimentos	-	-	
Total dos fluxos de caixa das atividades de financ.	(327.900)	2.491.919	
Aumento (redução) do caixa e equiv. de caixa	(8.670)	5.987	
Caixa e equivalente de caixa no início do período	11.013	5.026	
Caixa e equivalente de caixa no final do período	2.343	11.013	
Variação das contas caixa/bancos/equivalentes	(8.670)	5.987	

1) Do contexto: A MBR Participações S.A., sociedade anônima de capital fechado, com sede e foro na cidade de São Bernardo do Campo/SP, tendo como objeto social principal Atividades de Aluguel de imóveis próprios, holdings de instituições não-financeiras e compra e venda de imóveis próprios com início de atividades em 15/04/2019.

2) Das Demonstrações Contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com as boas práticas e com os Princípios Fundamentais de Contabilidade e demais práticas emanadas da legislação societária brasileira.

Milena Braga Romano
Diretora Presidente

Anderson Paulo Bella da Silva
Vice-Presidente

Assis Martins Moreira
Contador - CRC nº 1SP259100/0-4

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça um orçamento conosco:

comercial@datamercantil.com.br

Publicidade Legal

>>>

BMP SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A

as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **BMP SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à **BMP SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase: Alteração Contratual:** Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, através do Ofício 5160/2022- BCB/Deorf/GTSAL, processo 00001974495 de 08 de março de 2022 a Instituição obteve autorização do Banco Central para passar a operar como Emissora de instrumento de pagamento pós-pago. Para isso aumentou o Capital Social para R\$ 7.000, a fim de compatibilizar seu patrimônio às novas operações. E por meio do despacho em 05 de setembro de 2022, através do ofício 20643/2022-BCB/Deorf, o Banco Central aprovou a mudança da denominação social para **BMP SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.**, conforme deliberado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 30 de abril de 2022. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A administração da instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o "Relatório da Administração". Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o "Relatório da Administração" e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de

elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração da Instituição, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Barueri, 31 de março de 2023.

RUSSELL BEDFORD GM AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/0-0 "T" SPROGER MACIEL DE OLIVEIRA
Contador 1 CRC RS 71.505/0-3 "T" SP - Sócio Responsável Técnico

Itapevi Sanca Empreendimento Imobiliário – SPE S.A.

CNPJ/MF nº 19.395.629/0001-06

Relatório de Administração

Senhores Acionistas: Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas as Demonstrações Financeiras, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, que foram discutidas e revisadas pela Administração. Estas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e refletem a posição patrimonial e os resultados apurados. São Paulo, 28 de abril de 2023.

A Administração.

Balancos Patrimoniais – Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em Reais)

Ativo	2022		2021		Passivo e patrimônio líquido	2022		2021	
	2022	2021	2022	2021		2022	2021	2022	2021
Ativo circulante	3.794.479	3.231.163	3.794.479	3.231.163	Passivo circulante	2.862.586	2.662.265	2.862.586	2.662.265
Caixa e equivalentes de caixa	1.041.942	1.450.774	1.041.942	1.450.774	Fornecedores	194.527	361.590	194.527	361.590
Contas a receber	1.890.951	934.689	1.890.951	934.689	Obrigações trabalhistas e tributárias	346.195	290.668	346.195	290.668
Estoque de imóveis	821.386	821.386	821.386	821.386	Contas a pagar	886.119	574.298	886.119	574.298
Créditos diversos	212	-	212	-	Adiantamento de clientes	1.435.744	1.435.709	1.435.744	1.435.709
Tributos a recuperar	2.132	1.657	2.132	1.657	Passivo não circulante	75.643	152.957	75.643	152.957
Despesas antecipadas	37.856	22.657	37.856	22.657	Partes relacionadas	65.643	142.957	65.643	142.957
Ativo não circulante	71.418.446	71.418.446	71.418.446	71.418.446	Obrigações com investidores – SCP	10.000	10.000	10.000	10.000
Propriedade para investimento	71.418.446	71.418.446	71.418.446	71.418.446	Patrimônio líquido	72.274.695	71.834.386	72.274.695	71.834.386
Total do ativo	75.212.924	74.649.608	75.212.924	74.649.608	Capital social	35.864.855	35.864.855	35.864.855	35.864.855

Demonstrações do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em Reais)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021	2022		2021		Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021	2022		2021	
	2022	2021	2022	2021		2022	2021	2022	2021
Receita com locação de imóveis	11.479.250	7.112.768	11.479.250	7.112.768	Resultado operacional	10.127.660	4.374.670	10.127.660	4.374.670
(-) Descontos concedidos	(373.338)	(216.672)	(373.338)	(216.672)	Despesas financeiras	(52.510)	(13.606)	(52.510)	(13.606)
(-) Tributos incidentes	(378.146)	(235.704)	(378.146)	(235.704)	Receitas financeiras	45.331	7.230	45.331	7.230
Receita líquida	10.727.766	6.660.393	10.727.766	6.660.393	Resultado financeiro	(7.179)	(6.375)	(7.179)	(6.375)
Despesas operacionais	(686.590)	(6.383.468)	(686.590)	(6.383.468)	(=) Resultado antes do IRPJ e da CSLL	10.120.481	4.368.294	10.120.481	4.368.294
Despesas administrativas e gerais	(53.302)	(37.949)	(53.302)	(37.949)	Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.118.505)	(681.034)	(1.118.505)	(681.034)
Despesas tributárias	139.786	4.135.694	139.786	4.135.694	Lucro líquido do exercício	9.001.976	3.687.260	9.001.976	3.687.260
Outras receitas e despesas	(600.106)	(2.285.723)	(600.106)	(2.285.723)					

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em Reais)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021	Notas	Capital social		Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
		2022	2021					
Saldos em 31 de dezembro de 2020		10.000				(1.035.045)		(1.025.045)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	3.687.260	3.687.260
Aumento de capital	35.854.855	35.854.855	-	-	-	-	-	35.854.855
Constituição de reserva de capital	-	-	35.553.591	-	-	-	-	35.553.591
Constituição de reserva legal	-	-	-	132.611	-	-	(132.611)	-
Distribuição de lucros	-	-	-	-	-	(2.236.275)	-	(2.236.275)
Destinação para reserva de lucros	-	-	-	-	1.318.374	(1.318.374)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		35.864.855	35.553.591	132.611	283.330			71.834.386
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	9.001.976	9.001.976
Constituição de reserva legal	-	-	-	450.099	-	-	(450.099)	-
Distribuição de lucros	-	-	-	-	(9.790)	(8.551.877)	-	(8.561.667)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		35.864.855	35.553.591	582.710	273.539			72.274.695

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Expressos em Reais)

1. Contexto Operacional – A companhia é uma sociedade de capital fechado, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1336, Conj. 41 e 42, na cidade de São Paulo, SP e tem por objetivo e propósito específico a locação e administração de bens próprios, composto por 21 unidades autônomas "galpões" do condomínio denominado Itapevi Sanca Empreendimento Imobiliário SPE S/A, localizado na Avenida Portugal, 46, Itapevi-SP. **2. Base de preparação** – As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo as normas e definições do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e autorizada pela Administração em 28 de abril de 2023.

Claudio Kluger – Diretor
Daniel Pereira – CRC-SP 128.326/0-3

Unilever supera previsões de vendas no 1º tri mesmo com aumento de preços



A Unilever superou as previsões de vendas para o trimestre nesta quinta-feira (27), já que outro grande aumento nos preços da companhia provocou apenas uma pequena queda nos volumes.

No entanto, o aumento de 10,7% nos preços foi menor do que nos últimos trimestres, somando-se aos sinais de que as pressões inflacionárias podem estar diminuindo com a queda dos custos de insumos.

A Unilever reportou um aumento de 10,5% nas vendas subjacentes do primeiro trimestre, para 14,8 bilhões de euros, superando a previsão média dos analistas de um aumento de 7,2%, de acordo com um consenso fornecido pela empresa.

O número incluiu um aumento de 10,7% nos preços e uma queda de 0,2% nos volumes. O crescimento dos pre-

ços foi mais lento em relação aos dois trimestres anteriores e abaixo do recorde de 13,3% registrado em fevereiro, enquanto a queda nos volumes melhorou em relação ao recuo de 3,6% registrado no período.

“A expectativa era de que os volumes caíssem cerca de 4%, então essa queda bem leve foi muito boa de se ver”, disse Neil Denman, gestor de fundos da Sarasin & Partners.

As vendas subjacentes cresceram 8,1% na América do Norte, com 7,2% de preço e 0,9% de volume, enquanto na América Latina cresceram 18,7%, com aumento de preço de 18,4% e crescimento de volume positivo de 0,2%.

No Brasil o crescimento foi de dois dígitos, com volume positivo impulsionado por produtos domésticos e cuidados pessoais.

Caixa anuncia R\$ 30 milhões em incentivo a projetos culturais; saiba como se inscrever



A Caixa anunciou nesta quinta-feira (27) que vai investir R\$ 30 milhões em projetos culturais. O anúncio foi feito pela presidente do banco, Maria Rita Serrado, durante evento em alusão aos 100 primeiros dias de trabalho da atual gestão.

“A promoção do acesso à cultura é uma ação de preservação da identidade dos brasileiros e estamos resgatando esse valor tão importante para o país”, disse.

O último edital do Programa de Ocupação dos Espaços da Caixa Cultural havia sido publicado em 2018, mas foi descontinuado nos anos seguintes.

A seleção pública prevê a inclusão de projetos culturais para formar a programação de 2023 e de 2024 nas sete unidades da Caixa Cultural (Brasília, Curitiba, Fortaleza, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo).

CNN

CNN

Casa do Puríssimo Coração de Maria

CNPJ/MF nº 48.556.260/0001-74

Balanco Patrimonial em 31/12/2022 (Em Reais)				Passivo + Patrimônio Líquido			
Ativo	NE	2022	2021	NE	2022	2021	
Ativo Circulante		R\$ 251.943,96	R\$ 268.710,32	Passivo Circulante	R\$ 244.968,71	R\$ 322.744,18	
Caixa e Equivalentes (c/Restrição)	3.c	R\$ 151.039,60	R\$ 184.604,76	Fornecedores e Contas a Pagar	R\$ 19.598,74	R\$ 9.773,52	
Caixa e Equivalentes (s/Restrição)		R\$ 61.641,04	R\$ 55.600,05	Obrigações Trabalhistas/Tributárias	R\$ 21.533,48	R\$ 16.622,91	
Auxílios/Subvenções a Receber	4.b	R\$ 14.560,00	R\$ 20.058,74	Provisões	R\$ 122.769,63	R\$ 93.022,83	
Contas a Receber		R\$ 1.912,00	R\$ -	Recursos de Convênios a Aplicar	R\$ 81.066,86	R\$ 203.324,92	
Crédito Func./Fornec.Diversos		R\$ 18.708,45	R\$ 4.659,78	Convênios Públicos	R\$ 30.851,42	R\$ 3.226,69	
Tributos a Recuperar/Compens.		R\$ -	R\$ -	Convênios Privados (PJ)	R\$ 50.215,44	R\$ 200.098,23	
Despesas Antecipadas		R\$ 4.082,87	R\$ 3.786,99	Passivo não Circulante	R\$ 1.250.959,84	R\$ 1.252.272,40	
Ativo não Circulante		R\$ 13.944.769,43	R\$ 14.274.812,50	Realizável a Longo Prazo	-	-	
Realizável a Longo Prazo		R\$ -	R\$ -	Bens em Comodato	R\$ 1.249.000,00	R\$ 1.249.000,00	
Imobilizado	3.e	R\$ 18.474.714,22	R\$ 18.458.408,02	Convênios Longo Prazo	R\$ 1.959,84	R\$ 3.272,40	
(-) Depreciação Acumulada		R\$ (4.529.944,79)	R\$ (4.183.595,52)	Patrimônio Líquido	R\$ 12.700.784,84	R\$ 12.968.506,24	
Intangível		R\$ 12.456,10	R\$ 12.456,10	Patrimônio Social	R\$ 1.684.276,00	R\$ 1.737.390,44	
(-) Amortização Acumulada		R\$ (12.456,10)	R\$ (12.456,10)	Superávit/Déficit	R\$ (267.721,40)	R\$ (372.551,20)	
		R\$ (12.456,10)	R\$ (12.456,10)	Reavaliação Patrimonial/Imobilizado	R\$ 11.284.230,24	R\$ 11.603.667,00	
Total do Ativo		R\$ 14.196.713,39	R\$ 14.543.522,82	Total do Passivo + PL	R\$ 14.196.713,39	R\$ 14.543.522,82	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em Reais)

	NE	2022	2021
Receitas		2.345.385,53	1.856.197,12
Receitas de Atividades de Assistência Social		2.345.385,53	1.856.197,12
Subvenções		512.384,79	454.682,13
Subvenções Governamentais		512.384,79	454.682,13
Convênios		1.236.939,35	954.375,10
Convênios PJ		1.236.939,35	954.375,10
Doações	3.g	339.896,33	248.531,67
Doações Governamentais		11.363,34	-
Doações de Pessoas Jurídicas		38.876,10	10.204,00
Doações de Pessoas Físicas		244.709,43	238.327,67
Doações do Exterior		44.947,46	-
Vendas de Bens e Serviços		55.698,61	6.950,00
Venda de Bazar		55.698,61	6.950,00
Outras Receitas		200.466,45	191.658,22
Receitas Financeiras		29.051,20	15.454,73
Receita de Aluguéis		82.476,00	33.278,10
Outras (Eventos, Créditos NF, etc.)		88.939,25	90.796,15
Recuperação de Crédito Tributário – PIS S/Folha		-	52.129,24
Despesas		(2.613.106,93)	(2.228.748,32)
Despesas com Atividades de Assistência Social		(2.597.650,96)	(2.218.062,84)
Despesas Empregatícias		(1.477.313,34)	(1.186.079,64)
Salários		(1.020.789,38)	(831.527,13)
13º Salário		(96.095,79)	(79.236,54)
Férias		(144.183,63)	(101.337,89)
Encargos Sociais		(125.150,09)	(97.152,68)
Indenizações		(4.095,55)	(661,17)
Planos de Saúde e Seguros		(10.828,11)	(8.005,54)
Vale Transporte		(7.419,47)	(6.485,07)
Vale Alimentação		(68.751,32)	(61.673,62)
Pessoal Sem Vínculo Empregatício		(421.354,74)	(420.141,47)
Despesas Administrativas		(421.354,74)	(420.141,47)
Água e Esgoto		(5.363,44)	(4.720,11)
Energia Elétrica		(50.887,59)	(37.364,67)
Telefones e Correios		(14.399,19)	(15.927,95)
Locações de Equipamentos		-	-
Seguros		(4.076,88)	(6.240,86)
Depreciações e Amortizações		(346.349,27)	(355.577,27)
Outras (especificar)		(278,37)	(310,61)
Despesas com Projetos/Atividades		(643.582,12)	(566.054,94)
Atividades Socioeducativas		(643.582,12)	(566.054,94)
Despesas com Consumos Diversos		(55.400,76)	(45.789,33)
Impressos e Materiais de Escritório		(6.655,87)	(3.178,63)
Combustíveis e Lubrificantes		(20.201,53)	(10.600,91)
Viagens e Estádias		-	-
Material de Limpeza e Higiene		(28.543,36)	(32.007,25)
Outras Despesas		(15.455,97)	(10.685,48)
Despesas Financeiras		(7.086,14)	(6.055,78)
Tarifas, Juros e Multas, etc.		(7.086,14)	(6.055,78)
Outras Despesas		(8.369,83)	(4.629,70)
Outras (Tributárias)		(8.369,83)	(4.629,70)
Resultado do Exercício		9 (267.721,40)	(372.551,20)
Superávit/Déficit do Exercício		9 (267.721,40)	(372.551,20)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em Reais)

	2022	2021
1 – Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
(+/-) Superávit ou Déficit do Exercício	(267.721,40)	(372.551,20)
(+/-) Depreciação/Amortização	346.349,27	355.577,27
Superávit ou Déficit Ajustado	78.627,87	(16.973,93)
Aumento (Diminuição) nos Ativos Circulantes	(10.757,81)	93.356,49
(+/-) Despesas Antecipadas	(295,88)	(403,76)
(+/-) Outros Ativos Circulantes	(10.461,93)	93.760,25
Aumento (Diminuição) nos Passivos Circulantes	(79.088,03)	(206.074,89)
(+/-) Fornecedores/Contas a Pagar	9.825,22	(10.994,86)
(+/-) Provisões	29.746,80	(17.101,09)
(+/-) Obrigações Sociais e Tributárias	4.910,57	1.164,47
(+/-) Outros Passivos Circulantes	(123.570,62)	(179.143,41)
(-) Caixa Líquido das Atividades de Operacionais	(11.217,97)	(129.692,33)
2 – Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
(+) Recebimento da Venda de Imobilizado	-	-
(-) Pagamento pela Compra de Imobilizado	(16.306,20)	(14.180,81)
(-) Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	(16.306,20)	(14.180,81)
3 – Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos		
(+) Transferências Enviadas	-	-
(+) Transferências Recebidas	-	-
(-) Caixa Líquido das Atividades de Financiamentos	(-) Caixa Líquido das Atividades de Financiamentos	
Varição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	(27.524,17)	(143.873,14)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	240.204,81	384.077,95
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	212.680,64	240.204,81

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

deduzidos dos Déficits. **Nota 08. Voluntários – a) Não Remuneração dos Cargos de Diretoria Estatutária:** De acordo com o art. 80 do Título XII do Estatuto Social, os cargos da Diretoria e membros do Conselho para Assuntos Econômicos e Fiscais (C.A.E.F.) exercem seus cargos e funções gratuitamente, sem qualquer tipo de remuneração, vantagens ou benefícios, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes são atribuídas neste Estatuto Social. **b) Trabalhos Voluntários Prestados na Entidade:** No ano de 2022 a Diretoria não mensurou o valor de voluntários na entidade. **Nota 09. Superávit (Déficit) do Exercício – O** déficit apurado no exercício de 2022 no valor de R\$ 267.721,40 deverá ser incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e a Resolução 1.409/2012 que aprovou a ITG 2002 (R1) em especial o item 15 que descreve que o superávit ou déficit do exercício deve ser incorporado ao Patrimônio Social.

Terezinha dos Santos – Presidente
Metka Kastelic – Tesoureira
Odair Aparecido Brunelli Pico – Contador CRC 1SP 289.635/O-8

Demonstração das Mutações do Patrimônio para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em Reais)

Contas Integrantes do Grupo Patrimônio Líquido			
Descrição	Patrimônio Social	Resultado do Exercício Acumulado	Total do Grupo Patrimônio Líquido
Saldo em 31/12/2020	1.649.790,70	(231.837,02)	11.923.103,76
(+) Depreciação de Reavaliação Patrimonial	319.436,76	-	(319.436,76)
(+/-) Superávit/Déficit do Exercício 2021	-	(372.551,20)	(372.551,20)
(+/-) Incorporação à Conta Patrimônio Social	(231.837,02)	231.837,02	-
Saldo em 31/12/2021	1.737.390,44	(372.551,20)	11.603.667,00
(+) Depreciação de Reavaliação Patrimonial	319.436,76	-	(319.436,76)
(+/-) Superávit/Déficit do Exercício 2022	-	(267.721,40)	(267.721,40)
(+/-) Incorporação à Conta Patrimônio Social	(372.551,20)	372.551,20	-
Saldo em 31/12/2022	1.684.276,00	(267.721,40)	11.284.230,24

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em Reais)

Nota 01. Contexto Operacional: A Casa do Puríssimo Coração de Maria é uma associação, de caráter profissional, educacional, beneficente e de assistência social e filantrópica, sem fins econômicos ou lucrativos, fundada em 01 de Março de 1924, que tem duração por prazo indeterminado, sede e foro na cidade de Guaratinguetá, Estado de São Paulo, a Avenida João Pessoa, 677, Utilidade Pública Federal, conforme processo MJ nº 51.714 de 15/02/1963, Utilidade Pública Estadual, conforme processo nº 4.558 de 17/04/1985, registrada no CNAS conforme processo nº 30.644/39, portadora do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos conforme processo nº 28.996.021.801/94-80, seu escopo é oferecer e desenvolver atividades educacionais, culturais, beneficentes e assistenciais, como também dedicar-se às obras de promoção humana e social, sem discriminação de raça, sexo, idade, cor, credo religioso, político e condição social. A Casa do Puríssimo Coração de Maria é composta pelas seguintes unidades:

Casa do Puríssimo Coração de Maria C.N.P.J. 48.556.260/0001-74
Obra Salesiana de Apoio Fraternal C.N.P.J. 48.556.260/0002-55
Casa Betânia de Guaratinguetá C.N.P.J. 48.556.260/0003-36
Casa Betânia de Guaratinguetá C.N.P.J. 48.556.260/0004-17
Centro Maria Rita Perillier C.N.P.J. 48.556.260/0005-06

Nota 02. Apresentação das Demonstrações Contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com a Lei 6.404/76, alterações da Lei 9.459/97 e da Lei 11.638 de 28/12/2007, Resolução CFC nº 1.419/12, que aprovou a NBC T 10.19 – Entidades sem finalidade de lucros e Resolução nº 1.179/09 que aprova a NBC TG 23 (R2) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. **Nota 03. Principais Práticas Contábeis:** a) Regime: A prática adotada é pelo regime de competência. b) Direitos e Obrigações: Os direitos e obrigações da entidade estão de conformidade com seus efetivos valores, conhecidos e calculáveis em Real. c) Caixa e Equivalentes de Caixa: Incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor de mercado, e estão sendo demonstradas pelo custo acrescido de rendimentos auferidos até a data do Balanço. d) Aplicações Financeiras: Estão demonstradas pelo valor das aplicações acrescidas dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do Balanço, com base no regime de competência; Estes recursos destinam-se à aplicação em suas finalidades institucionais; e) Imobilizado e Intangível: O Imobilizado e Intangível se apresenta pelo custo de aquisição ou valor original.

Ativo Imobilizado e Intangível

	2022	2021
Imóveis	12.394.093,83	12.394.093,83
Terrenos	843,63	843,63
Terrenos Ajuste Lei 11638	1.024.155,28	1.024.155,28
Edifícios e Construções Ajuste	1.643.976,37	1.643.976,37
Reformas e Benf.-Imóveis	53.600,00	53.600,00
Instalações	20.882,00	20.882,00
Aparelhos Som, Video, Imagem.	26.656,20	26.656,20
Biblioteca	30.093,17	30.093,17
Brinquedos e Materiais Esportivos	18.752,10	18.752,10
Capela, Alfaias e Castiçais.	5.000,00	5.000,00
Instrumentos Musicais	5.076,60	5.076,60
Máquinas e Equipamentos	122.246,74	122.246,74
Móveis e Utensílios	177.659,38	171.459,38
Veículos	139.009,50	139.009,50
Telefone	1.700,00	1.700,00
Equipamentos de Informática	221.551,67	216.153,47
Condicionadores de Ar	9.238,00	4.530,00
Copa e Cozinha	13.053,53	13.053,53
Benefetorias	1.311.954,62	1.311.954,62
Equipamentos de Segurança	6.171,60	6.171,60
Bens Em Comodato	1.249.000,00	1.249.000,00
Intangível	12.456,10	12.456,10
(-) Depreciação/Amortização Acumulada	(4.542.400,89)	(4.196.051,62)
Total	13.944.769,43	14.274.812,50

f) Receitas: As receitas da entidade são apuradas através dos comprovantes de recebimento, entre eles avisos bancários, recibos e outros. Nenhuma das receitas da entidade provém de cobrança dos usuários ou atendidos. **g) Doações:** Eventualmente a entidade recebe doações de pessoas físicas e/ou jurídicas. Nos anos de 2022 e 2021 a entidade recebeu as seguintes doações: (Em Reais)

Doações	2022	2021
Pessoa Física	244.709,43	238.327,67
Pessoa Jurídica	50.239,44	10.204,00

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

boração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas inten-

cionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 17 de março de 2023

SGS
SGS Auditores Independentes
CRC 2SP 020.277/O-5

Presley José Godoy
Contador
CRC 1SP 185.052/O-5

Data Mercantil - A melhor opção para sua empresa

Faça um orçamento conosco: comercial@datamercantil.com.br

Publicidade Legal

Modernna Ambiental S/A										
CNPJ/MF nº 23.733.677/0001-34										
Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em Reais omitidos os centavos)										
Balço Patrimonial					Demonstração dos Resultados					
Ativo	Notas	2022	2021	Passivo	Notas	2022	2021	Receita Operacional Bruta	2022	2021
Circulante		4.255.806	4.702.324	Circulante		1.434.347	915.628	Receita de serviços prestados	-	746.015
Caixa e Equivalentes	3	668	668	Fornecedores		20.461	25.677	Impostos incidentes sobre os serviços	-	(106.307)
Contas a Receber	4	4.220.592	4.385.759	Partes relacionadas	6	1.413.886	879.574	Receita Operacional Líquida	-	639.707
Adiantamento de Fornecedores		17.775	293.343	Adiantamento de Clientes		-	500	Custo dos serviços prestados	-	(539.333)
Impostos a Recuperar	5	16.771	22.554	Provisão para I.Renda/CSLL		-	9.877	Lucro (Prejuízo) Bruto	-	100.374
Não Circulante		45.961.156	45.048.841	Não Circulante		-	-	Despesas gerais e administrativas	(55.178)	(57.652)
Realizável a longo prazo		45.034.457	45.034.457	Exigível a longo prazo		-	-	Receitas (despesas) financeiras líquidas	(707)	(1.568)
Partes relacionadas	6	45.034.457	45.034.457	Patrimônio Líquido		48.782.615	48.835.537	Lucro (Prejuízo) Operacional	(55.885)	41.154
Imobilizado	7	925.487	13.173	Capital social	8	49.256.261	49.256.261	Provisão para Imposto de Renda e		
Intangível	7	1.212	1.212	Prejuízos acumulados		(473.645)	(420.724)	Contribuição Social	2.963	(9.877)
Total do Ativo		50.216.962	49.751.165	Total do Passivo		50.216.962	49.751.165	Lucro (Prejuízo) Do Exercício	(52.922)	31.277
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido					Demonstração dos Resultados Abrangentes					
Saldos em 31 de dezembro de 2020		49.256.261	48.804.260	Capital social		49.256.261	48.804.260	Lucro (Prejuízo) do Exercício	(52.922)	31.277
Prejuízo líquido do período		-	31.277	Prejuízos acumulados		(452.001)	(420.723)	Resultado Abrangente	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		49.256.261	48.835.537	Total		49.256.261	48.835.537	Resultado Abrangente Total	(52.922)	31.277
Lucro líquido do período		-	(52.922)			-	(52.922)			
Saldos em 31 de dezembro de 2022		49.256.261	48.782.615			49.256.261	48.782.615			
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis										
1. Contexto operacional – A Companhia, constituída e organizada sob a forma de Sociedade Anônima, nos termos da Lei 6.404/76, opera sob a denominação social de Modernna Ambiental S/A , e tem sede social na Rua Engenheiro Antonio Jovino, 220, conjunto 61 – Sala B, Vila Andrade, cidade de São Paulo, estado de São Paulo, CEP 05727-220, podendo criar, instalar, transferir ou extinguir sucursais, filiais, agências, representações ou escritórios onde e quando for julgado necessário por sua Diretoria, em qualquer local do território nacional ou exterior. A Companhia tem por objeto a execução de obras e serviços relativos aos sistemas de limpeza pública e privada, saneamento ambiental, inclusive construção e manutenção de sistemas de saneamento, preservação e melhoria constante do meio ambiente, para entidades públicas e privadas, sob regime de contratação, de permissão, de autorização ou de concessão de: (a) Varrição manual e mecanizada de vias e logradouros; (b) Limpeza e conservação de monumentos, de faixas de areia, de praças, parques e de áreas ajardinadas; (c) Lavagem, roçagem e capinação de áreas vegetadas, de vias e rodovias; (d) Desassoreamento e limpeza de bocas de lobo, galerias de águas pluviais, redes de água e desobstrução de remais de ligação; (e) Remoção manual e mecanizada de entulho e sobras de obras; (f) Coleta e transporte e de resíduos domiciliares, de feiras livres, hospitalares, de estabelecimento de serviços de saúde, comerciais, industriais, derivados de petróleo e de todos aqueles resultantes dos serviços de varrição e de limpeza de vias e logradouros; (g) Coleta seletiva de materiais recicláveis; (h) Elaboração de projeto, implantação, fornecimento, construção, montagem eletromecânica e operação de unidades de biogás, estação de transbordo ou transferência, centrais de reciclagem, usinas de compostagem e de tratamento, trituração e de incineração de resíduos domiciliares, inertes, comerciais, industriais, hospitalares e de estabelecimentos de serviços de saúde; (i) Elaboração de projeto, implantação, fornecimento, construção e operação de unidades de usina para obtenção de fontes alternativas de energia; (j) Comercialização dos produtos e subprodutos obtidos a partir das usinas de compostagem e de reciclagem de resíduos; (k) Elaboração de projeto, implantação, construção, recuperação ambiental, terraplanagem, e operação de aterros sanitários de resíduos domiciliares, de resíduos industriais e de resíduos inertes, energéticos, públicos ou privados; (l) Prestação de serviços relativos à construção, administração, gerenciamento, supervisão, estudos, projetos e a execução de quaisquer obras e serviços de engenharia civil, em todas as suas modalidades técnicas e econômicas.					2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis – 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). 2.2. Moeda funcional e de apresentação: As demonstrações contábeis da sociedade estão sendo apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação. 2.3. Caixa e equivalentes de caixa: Incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor, demonstrado pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, tendo como contrapartida o resultado do exercício. 2.4. Instrumentos financeiros: A administração classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos e suas classificações são definidas no reconhecimento inicial. Mensurados ao valor justo por meio de resultado são os ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente e encontram-se registrados no Ativo Circulante. Os ganhos ou perdas apuradas são apresentados na demonstração do Resultado na rubrica de Receitas Financeiras Líquidas, no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tivesse sido contratado em conexão com outra operação. Empréstimos e recebíveis são os valores concedidos e os créditos financeiros não derivativos com pagamentos ou recebimentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses. 2.5. Imobilizado: O imobilizado é avaliado pelo custo histórico de aquisição, deduzido das respectivas depreciações e das provisões por perdas no valor recuperável. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas que representam a vida útil estimada dos bens. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados ao final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. 2.6. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída a provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. 2.7. Outros ativos e passivos: Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Sociedade decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. 2.8. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas. Julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras da Sociedade requer que a Administração					
3. Caixa e equivalentes de caixa – Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão compostos das seguintes contas:					3. Caixa e equivalentes de caixa – Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão compostos das seguintes contas:					
Bancos conta movimento					2.022 2.021					
Total de Equivalentes de Caixa					668 668					
4. Contas a receber – O saldo de contas a receber da companhia em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 4.220.592 (R\$ 4.385.759 em 2021), referente a títulos emitidos por serviços prestados.					4. Contas a receber – O saldo de contas a receber da companhia em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 4.220.592 (R\$ 4.385.759 em 2021), referente a títulos emitidos por serviços prestados.					
5. Impostos a recuperar					5. Impostos a recuperar					
IRRF sobre prestação de serviços					2.022 2.021					
Pis a recuperar					3.503 7.460					
Cofins a recuperar					306 270					
CSLL a recuperar					1.411 1.246					
Retenção de INSS					5.433 7.460					
Total de Impostos a Recuperar					16.771 22.554					
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis										
relacionada a esse assunto. Enfase – Valor de realização de créditos de empresas ligadas: Sociedade mantém registrado em seu Ativo não circulante créditos provenientes de operações de mútuo com empresas ligadas e/ou controladas, devidamente formalizadas contratualmente, cuja realização dependerá da geração de caixa dessas empresas em montante suficiente para garantir a quitação dos créditos. Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações contábeis: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem					ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.					
6. Partes relacionadas – Representam operações de empréstimos efetuadas a empresas do grupo, devidamente lastreadas por contratos de mútuo, estando demonstrados pelos valores concedidos, acrescidos dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas até a data do balanço. As transações entre partes relacionadas observam taxas e prazos usuais de mercado e neste exercício de 2022, estão apropriadas contabilmente em rubrica de:					6. Partes relacionadas – Representam operações de empréstimos efetuadas a empresas do grupo, devidamente lastreadas por contratos de mútuo, estando demonstrados pelos valores concedidos, acrescidos dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas até a data do balanço. As transações entre partes relacionadas observam taxas e prazos usuais de mercado e neste exercício de 2022, estão apropriadas contabilmente em rubrica de:					
Contas a Receber – Ativo Não Circulante					2.022 2.021					
Renovar Ambiental Participações S/A					45.034.457 45.034.457					
Contas a Pagar – Passivo Circulante					Contas a Pagar – Passivo Circulante					
Sustentare Saneamento S/A					1.413.886 879.574					
7. Imobilizado e intangível					7. Imobilizado e intangível					
					2.022 2.021					
Custo					Depreciação					
Corrigido					Acumulada					
					Líquido					
					Líquido					
Máquinas e Equipamentos					20.000 (8.827) 11.173 13.173					
Imobilizado em andamento					914.314 - 914.314 -					
Imobilizado					934.314 (8.827) 925.487 13.173					
Acervos Técnicos					1.212 - 1.212 1.212					
Intangível					1.212 - 1.212 1.212					
O imobilizado contempla as readequações de valores (custo atribuído), incorporados em seu patrimônio, baseados em laudos de avaliação, conforme previa os procedimentos inerentes às determinações expressadas na Lei 11.638/07, do Conselho Federal de Contabilidade e do Comitê de Pronunciamento Contábil – ICPC 10 referente ao Ativo Imobilizado.					O imobilizado contempla as readequações de valores (custo atribuído), incorporados em seu patrimônio, baseados em laudos de avaliação, conforme previa os procedimentos inerentes às determinações expressadas na Lei 11.638/07, do Conselho Federal de Contabilidade e do Comitê de Pronunciamento Contábil – ICPC 10 referente ao Ativo Imobilizado.					
8. Capital social – O capital social está representado por 49.256.261 ações ordinárias pelo valor unitário de R\$ 1,00 cada.					8. Capital social – O capital social está representado por 49.256.261 ações ordinárias pelo valor unitário de R\$ 1,00 cada.					
Diretoria										
Adilson Alves Martins – Diretor Presidente										
Bruno de Bartolo Martins – Diretor										
Leonel Hernan Emilio Bustia – Diretor										
Marcelo Duarte de Oliveira – Diretor										
Contadora										
Marlene Maria Teixeira de Oliveira – CRC 1SP19970/0-3										
TODAVIA, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.										
São Paulo, 20 de abril de 2023.										
Sergio de Andrade Behrend – Sócio diretor										
CRC 1SP 197.708/0-8										
Triade Auditores Independentes										
CRC 2SP 015.090/0-5										

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça um orçamento conosco:
comercial@datamercantil.com.brPara a versão online do jornal acesse nosso site:
www.datamercantil.com.br